



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1524

Quinta-feira - 10 de Julho de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Lages	209
Água Doce	4	Lauro Muller	215
Alto Bela Vista	23	Lebon Regis	216
Antônio Carlos	50	Leoberto Leal	216
Arroio Trinta	50	Lindóia do Sul	217
Balneário Rincão	52	Luzerna	217
Bela Vista do Toldo	61	Macieira	221
Biguaçu	66	Mafra	222
Bom Jesus do Oeste	70	Maravilha	225
Bom Retiro	71	Massaranduba	226
Braço do Trombudo	75	Meleiro	227
Brunópolis	88	Monte Carlo	228
Brusque	88	Morro da Fumaça	229
Caçador	90	Navegantes	231
Camboriú	91	Novo Horizonte	244
Campo Alegre	92	Orleans	244
Campos Novos	95	Ouro Verde	245
Canoinhas	105	Palhoça	246
Capinzal	105	Papanduva	262
Catanduvás	106	Paulo Lopes	263
Caxambu do Sul	109	Penha	265
Celso Ramos	109	Pinheiro Preto	266
Chapadão do Lageado	110	Pomerode	269
Concórdia	111	Porto União	270
Coronel Freitas	112	Presidente Castello Branco	273
Corupá	112	Rio do Sul	274
Curitibanos	113	Salto Veloso	280
Dionísio Cerqueira	114	Santa Rosa do Sul	281
Forquilha	115	Santa Terezinha do Progresso	282
Fraiburgo	119	São Bento do Sul	283
Garopaba	125	São Domingos	290
Garuva	161	São José	292
Gaspar	161	São José do Cedro	296
Grão Pará	163	São Lourenço do Oeste	305
Guaramirim	164	São Pedro de Alcântara	339
Ilhota	165	Schroeder	341
Imbituba	166	Siderópolis	359
Iomerê	170	Timbé do Sul	359
Ipumirim	170	Timbó	360
Irineópolis	178	Três Barras	388
Itaiópolis	179	Turvo	391
Itapiranga	179	Vargeão	393
Itapoá	180	Videira	414
Ituporanga	181	Vitor Meireles	418
Jacinto Machado	193	Xavantina	419
Joaçaba	195	Xaxim	462

Consórcios

ARIS	466
CIS Nordeste	467
CIS/AMURES	467

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



10 DE JULHO

Parabéns, Santo Amaro da Imperatriz, por seus 56 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Abdon Batista

PREFEITURA

Processo 14/2014 PP 12/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 12/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇO DE MECANICO PARA FUTUROS REPAROS NOS VEICULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABDON BATISTA.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 24/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de julho de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Luciano Hermes
Pregoeiro

Processo 102/2014 PP 90/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 102/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 90/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEU 1400/24 NOVO PARA O USO NAS MAQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA PARA O ANO DE 2014.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 24/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de julho de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Luciano Hermes
Pregoeiro

Processo 101/2014 PP 89/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 101/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 89/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PRANCHAS DE MADEIRA PARA USO NA RECUPERAÇÃO DE DIVERSAS PONTES DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-SC.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 23/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição

dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de julho de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Luciano Hermes
Pregoeiro

Processo 100/2014 PP 88/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 100/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 88/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DE MOTONIVELADORA GD55 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 23/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de julho de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Luciano Hermes
Pregoeiro

Processo 99/2014 TP 05/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 99/2014
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 05/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA REALIZAR SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA AS MARGENS DO LAJEADO DEMENECK NO CENTRO DE ABDON BATISTA DE ACORDO COM PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO : Menor preço Global.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 30/07/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 01 de julho de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Luciano Hermes
Pregoeiro

Água Doce

PREFEITURA

Portaria 201/2014

PORTARIA Nº 201/2014 de 09 de Julho de 2014

“EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE FARMACÊUTICA 40 HORAS”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Exonerar WANESSA PAULA SPAGNOL, brasileira, casada, inscrita sob CPF nº 029.838.719-08, RG 3.563.677 a pedido do cargo efetivo de Farmacêutica 40 horas, a partir de 09/07/2014, conforme requerimento em anexo, protocolo 382/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 09 de Julho de 2014

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro

Diretor do Dpto de RH.

Edital Infração Nº 774 334 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 10

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 774 334/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAA9872	8774073824	7455/0	16/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AAD5516	8774019704	7455/0	12/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
AAD5516	8774023847	7455/0	19/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
AAD5516	8774028083	7455/0	25/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
AAD5516	8774028084	7455/0	25/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
AAE4630	8774056625	7455/0	07/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AAE4630	8774056907	7455/0	07/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AAW1763	8774068619	7455/0	12/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
AAY2105	8774067721	7455/0	13/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
ADK3399	8774024122	7455/0	20/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADR7504	8774050382	7463/0	25/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
AEC1949	8774069606	7455/0	11/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
AEO1649	8774063152	7455/0	21/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
AFA1918	8774062879	7455/0	14/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
AFA5926	8774050161	7455/0	03/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
AGB3785	8774069696	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
AGB3785	8774070254	7455/0	08/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AGC0519	8774068569	7455/0	13/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
AGE2751	8774047136	7455/0	29/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
AGE2751	8774048744	7463/0	14/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
AGE2751	8774058402	7455/0	02/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
AGE2751	8774058407	7463/0	03/02/2012	R\$ 127,69	218 * II
AGE2751	8774059300	7463/0	13/02/2012	R\$ 127,69	218 * II
AGE2751	8774059981	7455/0	27/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
AGE2751	8774063857	7463/0	10/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
AGH0730	8774033237	7455/0	23/04/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGS2806	8774069115	7463/0	07/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
AHW2969	8774071843	7463/0	01/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
AJL3962	8774072761	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJM1555	8774067362	7455/0	31/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
AJY6021	8774059375	7463/0	18/02/2012	R\$ 127,69	218 * II
ALD2379	8774021669	7455/0	27/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
ALE0681	8774073523	7455/0	06/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALM5345	8774057725	7455/0	20/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
AMA2505	8774072747	7463/0	22/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
AMK1168	8774068385	7455/0	19/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
AMT1090	8774027376	7455/0	17/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
ANN8573	8774068256	7455/0	05/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
ANQ8370	8774058460	7463/0	05/02/2012	R\$ 127,69	218 * II
AOK7671	8774062192	7455/0	05/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
AQN9649	8774073075	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARE7599	8774070188	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
ARV9162	8774073049	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASR3002	8774071986	7455/0	02/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATM2044	8774025732	7455/0	06/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
AUO0019	8774044644	7455/0	21/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
AUV3348	8774072091	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AVL2326	8774071819	7455/0	04/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWY3012	8774068110	7455/0	06/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
AWY3012	8774068240	7455/0	05/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
AWY3012	8774068783	7463/0	26/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
AYC4896	8774073793	7455/0	11/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AYK0406	8774070161	7455/0	05/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
AZY0440	8774067715	7455/0	15/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
BAG1960	8774033096	7455/0	20/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
BBR0200	8774022511	7455/0	09/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
BDM1052	8774073594	7455/0	07/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
BEX8088	8774069454	7455/0	15/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
BGD9994	8774065041	7455/0	22/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
BGN5184	8774031307	7455/0	01/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
BWQ2555	8774070070	7455/0	03/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
BZM8240	8774072665	7455/0	19/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIM8604	8774033124	7463/0	21/04/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CJC5569	8774041337	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CJC5569	8774041637	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
CLB2916	8774047095	7455/0	25/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
CMJ2532	8774019907	7455/0	11/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
COL5726	8774062966	7471/0	21/04/2012	R\$ 574,61	218 * III
CRW3600	8774027214	7455/0	11/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
CTI5062	8774043675	7463/0	13/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
DDV8755	8774048424	7463/0	11/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
DFS4139	8774021618	7455/0	26/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
DFS4139	8774021661	7455/0	27/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
DFS4139	8774021662	7455/0	27/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
DLU6946	8774067557	7455/0	06/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
DLU6946	8774067738	7455/0	16/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
DSZ9991	8774033205	7455/0	22/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
ENP1198	8774072785	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
EPF6067	8774073195	7455/0	12/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
GOA1943	8774069018	7463/0	03/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
GPD4574	8774019802	7463/0	18/12/2010	R\$ 127,69	218 * II
GRX3529	8774058684	7463/0	07/02/2012	R\$ 127,69	218 * II
HRO9001	8774051205	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
HTS6414	8774069490	7455/0	13/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
ICB7034	8774054856	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
ICZ9474	8774043630	7455/0	09/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
IEY4041	8774016859	7455/0	20/11/2010	R\$ 85,12	218 * I
IFH0651	8774073083	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
IFJ1247	8774067591	7455/0	08/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
IGF1291	8774030313	7463/0	19/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
IJK5052	8774021341	7455/0	31/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
IKN5649	8774073058	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ILK4999	8774066967	7455/0	06/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
IMQ1972	8774041326	7463/0	15/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
IPX0314	8774072046	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
JFF8858	8774065800	7455/0	05/07/2012	R\$ 85,12	218 * I
JQH3585	8774069337	7463/0	09/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
JVX6836	8774069390	7455/0	15/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
KEQ9044	8774036372	7455/0	30/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
KHF8967	8774024081	7455/0	18/01/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KLX3560	8774058517	7455/0	30/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
LNH5734	8774068285	7463/0	04/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
LNP3417	8774047381	7455/0	26/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWT3471	8774055269	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWT3471	8774055271	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWU8862	8774011041	7463/0	29/09/2010	R\$ 127,69	218 * II
LWW3346	8774056663	7463/0	09/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
LWX2528	8774052292	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXE8436	8774067756	7463/0	17/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXE8436	8774068098	7455/0	04/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXE8436	8774068139	7463/0	25/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXE8436	8774068165	7463/0	26/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXE8436	8774068170	7455/0	30/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXE8436	8774068196	7455/0	24/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXE8436	8774068253	7463/0	07/10/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXE8436	8774068257	7463/0	24/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXE8436	8774068323	7455/0	01/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXE8436	8774068339	7463/0	25/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXE8436	8774068342	7463/0	23/09/2013	R\$ 127,69	218 * II
LXE8436	8774073091	7463/0	05/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXE8436	8774073133	7463/0	05/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXI7613	8774040025	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXM5979	8774059454	7455/0	11/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXP7561	8774058642	7455/0	05/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXX7556	8774046273	7455/0	14/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYH4751	8774073223	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYK9408	8774072798	7455/0	30/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYL3909	8774053624	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYQ8464	8774063363	7463/0	01/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYR2546	8774064045	7455/0	24/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYR3121	8774036173	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYR3121	8774036175	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYV2876	8774041689	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZG5746	8774031152	7455/0	31/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZM1096	8774038552	7463/0	26/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZO3132	8774036020	7463/0	15/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZQ3044	8774030607	7455/0	22/03/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZR5294	8774024200	7455/0	22/01/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZR9752	8774065019	7455/0	20/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZT0536	8774062789	7455/0	15/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZT4601	8774072516	7463/0	11/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZT4601	8774072587	7455/0	16/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZT5625	8774041548	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZV0842	8774043857	7455/0	11/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZV3016	8774073930	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZX5425	8774067429	7463/0	29/08/2013	R\$ 127,69	218 * II
MAB8334	8774057436	7455/0	19/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAG3599	8774064983	7455/0	18/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAI0591	8774045041	7463/0	27/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAI8230	8774062309	7463/0	12/04/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAM5833	8774032158	7455/0	11/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAO0964	8774017761	7463/0	24/11/2010	R\$ 127,69	218 * II
MAX8408	8774046233	7455/0	11/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAY7262	8774057625	7455/0	29/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBD9946	8774014025	7455/0	19/10/2010	R\$ 85,12	218 * I
MBE3614	8774044581	7455/0	16/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBF9506	8774067713	7455/0	12/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBG1574	8774025966	7463/0	04/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBG8131	8774059346	7463/0	16/02/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBH6700	8774073074	7463/0	01/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBK7142	8774037224	7463/0	03/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBL1649	8774057506	7463/0	22/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBL6030	8774016721	7463/0	15/11/2010	R\$ 127,69	218 * II
MBL7055	8774067103	7463/0	09/08/2012	R\$ 127,69	218 * II
MBN7277	8774073971	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO2443	8774072952	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO2443	8774072956	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO2443	8774072981	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO2443	8774073033	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO9767	8774057522	7455/0	23/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBS3377	8774030599	7455/0	22/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBS3377	8774031254	7463/0	04/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBS3377	8774031278	7455/0	05/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBS9184	8774037263	7463/0	04/06/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBS9491	8774073208	7455/0	13/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT3678	8774021624	7455/0	26/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
MBT3678	8774031225	7455/0	03/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBV8214	8774063645	7455/0	07/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBX5153	8774073045	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBZ4059	8774072959	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCA0530	8774029276	7463/0	05/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCA0530	8774029328	7455/0	06/03/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCB3742	8774045882	7455/0	08/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCE5189	8774019859	7455/0	21/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
MCF2792	8774038490	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCF4503	8774062374	7463/0	04/04/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCH2985	8774051189	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCH2985	8774051207	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCI7054	8774032980	7455/0	21/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCJ8080	8774072336	7463/0	29/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MCL1101	8774060985	7463/0	14/03/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCL1101	8774060986	7455/0	14/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCL1101	8774060987	7455/0	14/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCM9900	8774041691	7463/0	18/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCN4857	8774067998	7455/0	23/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCP1305	8774063859	7463/0	10/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCR1666	8774055158	7463/0	23/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCS6637	8774039904	7463/0	10/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCY2758	8774051689	7455/0	16/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCY7710	8774041349	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCZ9536	8774054310	7463/0	16/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCZ9536	8774054459	7455/0	16/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDA5938	8774025920	7455/0	01/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC2020	8774067716	7455/0	15/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDC2020	8774067758	7455/0	16/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDC6037	8774034291	7455/0	04/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC6037	8774035824	7455/0	24/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDC6037	8774035843	7463/0	26/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDC6037	8774040048	7471/0	05/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MDC6037	8774066634	7455/0	03/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDD3625	8774033403	7455/0	29/04/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDE5757	8774067542	7455/0	07/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDJ5744	8774061394	7463/0	16/03/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDL5567	8774057600	7463/0	28/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDR3316	8774069518	7455/0	11/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDS6553	8774041385	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDT5649	8774053420	7455/0	09/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDT6203	8774073169	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDU6658	8774038382	7463/0	21/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDV9371	8774028372	7463/0	01/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDW4397	8774069568	7455/0	11/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDW5410	8774053591	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDX1863	8774053580	7455/0	03/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDZ9804	8774073516	7455/0	05/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC9585	8774060063	7455/0	23/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEP1435	8774072025	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEP2948	8774064408	7455/0	07/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFA8126	8774051864	7455/0	23/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFE4008	8774073899	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFI0399	8774056514	7463/0	03/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFI0399	8774056809	7455/0	03/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFJ0157	8774032513	7463/0	14/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFK6391	8774018083	7463/0	30/11/2010	R\$ 127,69	218 * II
MFK6391	8774046045	7471/0	15/09/2011	R\$ 574,61	218 * III
MFL0454	8774067693	7455/0	14/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFO8342	8774053400	7455/0	07/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFO8342	8774053681	7455/0	07/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFO8342	8774063321	7455/0	28/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFP2853	8774063291	7463/0	27/04/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFR1009	8774068687	7455/0	09/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFR7794	8774051727	7463/0	18/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFS5308	8774063209	7455/0	23/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGA6379	8774065101	7455/0	25/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGA8723	8774053534	7455/0	02/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGI1024	8774063632	7455/0	07/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGK6349	8774073113	7463/0	06/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGM5751	8774032449	7455/0	10/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGR1791	8774068160	7455/0	05/10/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGR1791	8774072974	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGT2211	8774021073	7455/0	23/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
MGV6456	8774025793	7455/0	08/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGX1066	8774035781	7455/0	21/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGX1066	8774036154	7463/0	21/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGX1196	8774072639	7463/0	18/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGX3008	8774070249	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGZ1671	8774054582	7455/0	20/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHC4959	8774048307	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHD2224	8774020180	7455/0	21/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
MHF3067	8774053632	7455/0	05/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHG7611	8774063753	7455/0	12/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHG7611	8774068233	7455/0	30/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHH2716	8774034359	7455/0	06/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHI2747	8774061761	7455/0	28/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHK9442	8774028085	7455/0	25/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHM5374	8774073038	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHM8534	8774073162	7463/0	04/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHO3294	8774027071	7455/0	15/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHO3459	8774025922	7455/0	02/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHP9785	8774056985	7455/0	10/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHQ7375	8774021776	7455/0	31/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
MHT5756	8774050226	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHT7118	8774037356	7455/0	08/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHU7639	8774072580	7455/0	19/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU8618	8774045069	7455/0	28/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHV0740	8774023207	7463/0	13/01/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHW7110	8774041612	7455/0	14/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHW7373	8774073080	7455/0	08/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHX3270	8774049954	7463/0	27/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHX5864	8774027249	7455/0	12/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHZ8138	8774034484	7463/0	04/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIA4142	8774032121	7455/0	10/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIA9208	8774036113	7455/0	19/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIC6049	8774064797	7455/0	22/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MID6360	8774072550	7463/0	13/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIG5203	8774043877	7455/0	12/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIG5919	8774054804	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIG9319	8774028917	7463/0	04/03/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIG9319	8774050166	7455/0	04/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH1244	8774028122	7455/0	27/02/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH7042	8774043917	7463/0	14/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIH7042	8774048347	7463/0	08/10/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIH7042	8774051544	7455/0	11/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIK9570	8774055252	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIM9871	8774057924	7463/0	29/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MIN2308	8774072365	7455/0	29/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIP4374	8774067590	7455/0	05/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIQ4963	8774060064	7455/0	23/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIQ8580	8774061695	7455/0	25/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIT0865	8774054326	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIU0581	8774033162	7455/0	21/04/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIU2266	8774052429	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIU2266	8774054322	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIW2644	8774039970	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJB9869	8774021549	7463/0	24/12/2010	R\$ 127,69	218 * II
MJE6417	8774062419	7455/0	05/04/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJF1518	8774074100	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJF3747	8774051224	7455/0	22/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJF3747	8774051711	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJH0851	8774061536	7455/0	16/03/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJI4589	8774067614	7455/0	10/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJJ0098	8774068095	7455/0	29/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJM1258	8774059994	7455/0	20/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJN9940	8774047390	7455/0	26/09/2011	R\$ 85,12	218 * I
MKJ7206	8774067769	7455/0	14/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKN8428	8774073119	7463/0	09/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKR5464	8774073579	7455/0	06/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD0843	8774067485	7455/0	29/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLZ1980	8774073018	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMH2090	8774021165	7463/0	26/12/2010	R\$ 127,69	218 * II
MMM9393	8774021117	7455/0	24/12/2010	R\$ 85,12	218 * I
MPU6758	8774067764	7455/0	13/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
MXR3017	8774024137	7455/0	20/01/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
NKQ6870	8774072321	7455/0	28/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
OBL4496	8774071912	7455/0	27/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
OGO9501	8774069797	7455/0	18/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 9 DE JULHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL INFRACAO Nº 774 333 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 774 333/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGN0576	8774073922	7455/0	24/04/2014	218 * I
AUD6537	8774073977	7463/0	21/04/2014	218 * II
AXS5455	8774074313	7455/0	12/05/2014	218 * I
AXS5455	8774074391	7455/0	12/05/2014	218 * I
AXS5455	8774074436	7455/0	17/05/2014	218 * I
BYO4495	8774074325	7455/0	13/05/2014	218 * I
CHE1328	8774074665	7463/0	26/05/2014	218 * II
CLF3998	8774074955	7455/0	02/06/2014	218 * I
CMD7137	8774074730	7455/0	03/06/2014	218 * I
COS2045	8774074454	7455/0	11/05/2014	218 * I
EEH2326	8774074910	7455/0	14/06/2014	218 * I
HOK1546	8774074237	7455/0	09/05/2014	218 * I
IUD5048	8774074809	7455/0	11/06/2014	218 * I
JTT6769	8774074922	7455/0	14/06/2014	218 * I
LXU4857	8774074480	7455/0	21/05/2014	218 * I
LYP7007	8774074493	7455/0	22/05/2014	218 * I
MDW7060	8774074213	7455/0	08/05/2014	218 * I
MEP3316	8774074389	7455/0	18/05/2014	218 * I
MET7131	8774074351	7463/0	14/05/2014	218 * II
MFA3105	8774074978	7455/0	09/06/2014	218 * I
MGB2969	8774074438	7455/0	17/05/2014	218 * I
MGB7165	8774074390	7455/0	18/05/2014	218 * I
MGB7388	8774074824	7463/0	13/06/2014	218 * II
MGR1791	8774074929	7455/0	14/06/2014	218 * I
MHB8444	8774074957	7463/0	03/06/2014	218 * II
MIS6817	8774074753	7455/0	05/06/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIT6985	8774074803	7455/0	10/06/2014	218 * I
MIY2359	8774074576	7455/0	25/05/2014	218 * I
MJM3686	8774074342	7455/0	14/05/2014	218 * I
MJQ9524	8774074743	7455/0	05/06/2014	218 * I
MJW6089	8774074765	7455/0	06/06/2014	218 * I
MKD3046	8774074526	7455/0	25/05/2014	218 * I
MKI5759	8774074339	7455/0	14/05/2014	218 * I
MKI5759	8774074340	7463/0	14/05/2014	218 * II
MKR4764	8774074348	7455/0	14/05/2014	218 * I
MKS1878	8774074729	7455/0	03/06/2014	218 * I
MKZ2268	8774074344	7455/0	14/05/2014	218 * I
MLM7680	8774074223	7463/0	09/05/2014	218 * II
MLN4129	8774074801	7455/0	10/06/2014	218 * I
MLN7536	8774074385	7463/0	17/05/2014	218 * II
MMK9153	8774074378	7463/0	17/05/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 9 DE JULHO DE 2014

EVARISTA BERNADETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL INFRACAO Nº 128 613 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 613/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACD4719	54888186B	5185/1	11/02/2013	R\$ 127,69	167
APW5573	54888462B	5215/2	26/04/2013	R\$ 191,53	170
APW5573	54888463B	5835/0	26/04/2013	R\$ 127,69	195
APW5573	54888464B	5207/0	26/04/2013	R\$ 53,20	169
BRH5703	54995313E	5487/0	26/02/2014	R\$ 127,69	181 * XI
BZP6661	54888578B	5185/1	08/10/2013	R\$ 127,69	167
BZP6661	54888584B	5185/1	12/10/2013	R\$ 127,69	167
CBA9719	54995403E	5185/1	05/02/2014	R\$ 127,69	167
DGE8140	54887878B	5525/0	21/03/2012	R\$ 85,12	181 * XV
IAT1042	54888612B	5185/1	30/07/2013	R\$ 127,69	167
IBH3182	54888278B	5215/2	06/04/2013	R\$ 191,53	170
JIU9999	54887736B	5231/2	22/09/2012	R\$ 85,12	172
JIU9999	54888602B	5185/1	24/07/2013	R\$ 127,69	167
KDV5664	54888354B	7030/1	13/04/2013	R\$ 191,53	244 * I
KRE3568	54888253B	5207/0	21/12/2012	R\$ 53,20	169
LWR9465	54888164B	5207/0	20/10/2012	R\$ 53,20	169
LXA9860	54888260B	5541/7	20/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXW2178	54887538B	5487/0	16/06/2011	R\$ 127,69	181 * XI
LYV9196	54888487B	5185/1	07/06/2013	R\$ 127,69	167
LZH7778	54888416B	5207/0	13/04/2014	R\$ 53,20	169
LZH7778	54888417B	5215/2	13/04/2014	R\$ 191,53	170
MAA5554	54888498B	5185/1	06/07/2013	R\$ 127,69	167
MAK9456	54888458B	5185/1	23/04/2013	R\$ 127,69	167
MCC9572	54888601B	5185/1	24/07/2013	R\$ 127,69	167
MDN5076	54888366B	5835/0	06/07/2013	R\$ 127,69	195
MDN5076	54888533B	5185/1	21/08/2013	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDW0380	54888222B	5460/0	20/12/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MDW5076	54888621B	6530/0	05/08/2013	R\$ 127,69	228
MEE3404	54887963B	5185/1	23/01/2012	R\$ 127,69	167
MJA0857	54888588B	5541/1	12/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 9 DE JULHO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL INFRACAO Nº 128 612 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 128 612/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHT0189	54888326B	6599/2	07/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
AJN1152	54888178B	6548/2	12/01/2013	R\$ 85,12	229
AKN7387	54888199B	5274/1	14/06/2013	R\$ 191,53	175
AKN7387	54888200B	5274/1	14/06/2013	R\$ 191,53	175
ALD5432	54888223B	6548/2	20/12/2012	R\$ 85,12	229
ALR2569	54888224B	6912/0	20/12/2012	R\$ 53,20	232
APW5573	54888271B	5010/0	13/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
CEA7817	54887887B	5010/0	28/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
CEA7817	54887888B	5061/0	28/05/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
CTO3636	54887807B	5274/1	09/01/2011	R\$ 191,53	175
IAT1042	54888378B	5010/0	30/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
IAT1042	54888613B	6726/1	30/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
IBH3182	54888279B	6726/1	06/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
IBU2366	54888385B	5010/0	10/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
IBU2366	54888386B	6599/2	10/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWR9465	54888163B	5010/0	20/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXX7260	54888251B	5274/3	03/12/2012	R\$ 191,53	175
LZH7778	54995460E	5061/0	11/04/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZH7778	54995461E	5010/0	11/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZO1111	54888504B	5320/0	15/06/2013	R\$ 957,69	176 * V
MAU8810	54888175B	6599/2	02/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCS6356	54888357B	5010/0	09/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDN5076	54888365B	5010/0	06/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDN5076	54888532B	5010/0	21/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDN5076	54888580B	5010/0	08/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEA5023	54887559B	5045/0	10/11/2010	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEA5023	54887562B	6599/2	10/11/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 9 DE JULHO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL INFRACAO Nº 128 611 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 611/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBV6972	54995425E	5525/0	14/06/2014	181 * XV
MDC8267	54995345E	5967/0	05/06/2014	203 * V
MDP4360	54995511E	5185/1	13/06/2014	167
MJC6035	54995473E	6122/0	19/05/2014	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 9 DE JULHO DE 2014

EVARISTA BERNARDETE TRENTO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL INFRACAO Nº 128 610 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 128 610/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBC5366	54995395E	5010/0	12/05/2014	162 * I
MBC5366	54995396E	5061/0	12/05/2014	163 c/c 162 * I
MBV6972	54995348E	6610/2	14/06/2014	230 * VII
MBV6972	54995349E	6912/0	14/06/2014	232
MBV6972	54995426E	6599/2	14/06/2014	230 * V
MBV6972	54995427E	6769/2	14/06/2014	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 9 DE JULHO DE 2014

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA

DELEGADO DE POLÍCIA

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Decreto Nº 1861 de 07 de Maio de 2014.

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 631, de 13 de dezembro de 2013;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), nas seguintes ações orçamentárias:

06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.02	Fundo Mun. de Assistência Social - FMAS
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.2.042	Atividades de Assistência Social Geral
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.085	Manutenção de Veículos do Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
12.361.0044.2.081	Manutenção e reforma de Escolas - ENSINO FUNDAMENTAL
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00

12.365.0043	Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil
12.365.0043.2.076	Manutenção e Reforma das Escolas - EDUCAÇÃO INFANTIL
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, nos vínculos abaixo:

a) "0.1.0106" - Recursos Vinc. - Educação Básica

R\$ 20.000,00 (Vinte mil e quinhentos reais);

b) "0.1.0000" - Recursos Ordinários

R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Art. 3º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.821,30 (Trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e um reais, trinta centavos), nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	SAUDE
10.305	Vigilância Epidemiológica
10.305.0040	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental
10.305.0040.2.070	Atividades de Vigilância Epidemiológica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0413	Aplicações Diretas
	R\$ 22.000,00
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.059	Manutenção de Veículos - ATENÇÃO BÁSICA
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 5.821,30
10.306	Alimentação e Nutrição
10.306.0041	Alimentação, Nutrição e Aleitamento
10.306.0041.2.071	Suplementação e Complementação Alimentar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00

Art. 4º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, nas vinculações abaixo:

a) "0.1.0307" - Recursos Vinculados à Saúde - SUS/Vig.Epid. e

Amb.

R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais);

b) "0.1.0301" - Recursos Vinculados à Saúde - ASPS

R\$ 12.821,30 (Doze mil, oitocentos e vinte e um reais, trinta centavos).

Art. 5º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil, reais), na seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	SAUDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.057	Atividades Gerais da Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00

Art. 6º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, no vínculo abaixo:

01.0301 - R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 07 de Maio de 2014.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Lei Complementar Nº 61, de 02 de Julho de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

1

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS ANEXOS I, II E III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 10 DE JANEIRO DE 2005, QUE “DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos I, II e III, da Lei Complementar nº 12, de 10 de janeiro de 2005, passam a vigorar com a composição estrutural dos Anexos desta Lei Complementar.

Art. 2º Os cargos em extinção, conforme indicado nos Anexos desta Lei, serão automaticamente extintos na ocorrência de vacância, quando esta ocorrer na forma estabelecida no art. 38, da Lei Complementar nº 11, de 10 de janeiro de 2005.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 02 de Julho de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

A N E X O I
QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

CATEGORIA FUNCIONAL/CARREIRA/CARGOS		NÍVEL	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL MÍNIMA	Nº DE VAGAS
I. AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS					
a)	Agente de Limpeza e Copa	01 a 05	A a F	40, 00 horas	09
b)	Merendeira				07
c)	Agente Comunitário de Saúde				06
d)	Auxiliar de Serviços Gerais				11
e)	Auxiliar de Creche	11 a 15		40, 00 horas	04
f)	Auxiliar de Consultório Dentário				01
g)	Auxiliar Administrativo				02
II. AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS					
a)	Inseminador	06 a 10	A a F	44, 00 horas	02
b)	Telefonista				02
c)	Recepcionista				02
d)	Operador de Máquinas Agrícolas	16 a 20	A a F	44, 00 horas	08
e)	Operador de Pá Carregadeira				01
f)	Operador de Retroescavadeira				04
g)	Operador de Balsa				06
h)	Motorista				13
i)	Agente de Construção e Manutenção	21 a 25	A a F	44, 00 horas	02
j)	Agente de Vigilância Sanitária				02
k)	Operador de Escavadeira Hidráulica	26 a 30	A a F	37, 50 horas	02
l)	Operador de Motoniveladora				01
m)	Operador de Trator de Esteiras	31 a 35	A a F	44, 00 horas	02
n)	Agente Administrativo				02
o)	Tesoureiro	36 a 40	A a F	37, 50 horas	04
p)	Fiscal				01
q)	Mecânico				02



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

3

**A N E X O I
QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

CATEGORIA FUNCIONAL/CARREIRA/CARGOS	NÍVEL	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL MÍNIMA	Nº DE VAGAS
III. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO				
a) Auxiliar de Enfermagem – Cargo em Extinção	41 a 45		40,00 horas	01
b) Técnico em Agropecuária	46 a 50	A a F	37,50 horas	01
c) Técnico em Enfermagem	51 a 55		40,00 horas	04
IV. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR				
a) Assistente Social	56 a 60	A a F	20,00 horas	01
b) Fonoaudiólogo				02
c) Psicólogo				02
d) Farmacêutico	51 a 65	A a F	20,00 horas	02
e) Fisioterapeuta				02
f) Nutricionista				01
g) Auxiliar de Contabilidade	66 a 70	A a F	37,50 horas	01
h) Assistente Social				01
i) Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social	71 a 75	A a F	40,00 horas	01
j) Engenheiro Civil	76 a 80	A a F	20,00 horas	01
k) Enfermeiro				02
l) Psicólogo	81 a 85	A a F	40,00 horas	01
m) Farmacêutico				01
n) Médico Veterinário	86 a 90	A a F	37,50 horas	02
o) Contador				01
p) Agente de Controle Interno	91 a 95	A a F	37,50 horas	01
q) Biólogo				01
r) Advogado	96 a 100	A a F	16,00 horas	01
s) Odontólogo	101 a 105	A a F	40,00 horas	01
t) Médico – Clínica Geral				02
u) Médico - Ginecologista	106 a 110	A a F	20,00 horas	01
v) Médico – Clínica Geral	110 a 115	A a F	40,00 horas	01

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

4

A N E X O II

**DESCRIÇÃO DE HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES GERAIS
DOS CARGOS, POR CARREIRAS.**

CARREIRAS	Nº DE VAGAS	HABILITAÇÃO		ATRIBUIÇÕES	
		Cargos	Descrição da Habilitação	Genéricas	Específicas
I AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS	40	Agente de Copa e Limpeza	Alfabetização	Cargos existentes para executar serviços auxiliares, de menor complexidade, nos diversos setores da Administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes, no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; nos serviços de vigia e proteção de bens públicos; na execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos e públicos e de estradas municipais, limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; serviços diversos, não qualificados junto à escolas e unidades de saúde; serviços auxiliares e de suporte às ações de saúde, inclusive em ações preventivas e orientativas.	Executar serviços de limpeza predial, higienização de ambientes de trabalho, de estar, circulação e sanitários; serviços de copa em repartições municipais, inclusive em repartições de serviços sociais e de saúde; serviços de limpeza e manutenção interna e externa, participar de serviços em equipe, especialmente na ocorrência de eventos coletivos, comunitários, civis e festivos, organizados pela Administração Municipal; auxiliar outros servidores da repartição, observadas as competências e habilitação; atender designações legais.
		Merendeira			Serviços de preparo e fornecimento de refeições nas escolas municipais, com observância às regras mínimas de higiene e limpeza, regras de nutrição e do programa nacional de alimentação escolar; preparar refeições segundo cardápio previamente elaborado por profissional em Nutrição; servir as refeições aos alunos, com urbanidade e respeito; executar limpeza de ambientes escolares, limpeza e higienização de utensílios e equipamentos de cozinha, cultivo de legumes e hortaliças em hortas escolares; e outros serviços afins junto às escolas municipais; atender designações legais.
		Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental, curso introdutório de formação inicial e continuada e residir na microárea de atuação.		Executar atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, mediante: I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade; II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; Realizar outros serviços junto às Unidades Básicas de Saúde, após executadas as atribuições antes elencadas; atender designações legais.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

5

AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS				Continuação
	Auxiliar de Serviços Gerais	Alfabetização	Cargos existentes para executar serviços auxiliares, de menor complexidade, nos diversos setores da Administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes, no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; nos serviços de vigia e proteção de bens públicos; na execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos e rodovias municipais, de bens públicos e de estradas municipais; limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; serviços diversos, não qualificados junto à escolas e unidades de saúde; serviços auxiliares e de suporte às ações de saúde, inclusive em ações preventivas e orientativas.	Executar serviços de pouca complexidade na manutenção de bens públicos, compreendendo a limpeza, pequenas reformas, restaurações, pinturas e outros, inclusive auxiliar na construção ou montagem, em prédios públicos, praças, ruas, estradas, pontes, pontilhões e bueiros; serviços braçais de capinagem, abertura e manutenção de sarjetas, desaguadouros, "bocas de bueiros" e "bocas de lobo"; retirada e marteamento de pedras em vias públicas; serviços de limpeza e de lavagem de veículos, caminhões e máquinas, inclusive no conserto de pneus e auxílio nos serviços de mecânica, além de outras atribuições, segundo as necessidades da repartição; participar de eventos coletivos e públicos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais.
	Auxiliar de Creche	Ensino Médio	Serviços auxiliares em creches e em escolas de Educação Infantil, como a limpeza e higienização de ambientes, móveis e utensílios, preparo de alimentação, atenção com as crianças, lavagem e limpeza de roupas e outros afins; auxiliar professores e outros profissionais na execução dos serviços próprios das escolas (de educação infantil) e das creches; receber e atender as crianças, até o início das atividades e acompanhá-las, ao final do expediente, até a saída do estabelecimento; executar outros serviços auxiliares, para o pleno funcionamento das creches e escolas de Educação Infantil; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; participar de eventos públicos e coletivos promovidos pelo órgão municipal de educação, e o de assistência social; atender designações, quando legais.	Executar serviços de pouca complexidade na manutenção de bens públicos, compreendendo a limpeza, pequenas reformas, restaurações, pinturas e outros, inclusive auxiliar na construção ou montagem, em prédios públicos, praças, ruas, estradas, pontes, pontilhões e bueiros; serviços braçais de capinagem, abertura e manutenção de sarjetas, desaguadouros, "bocas de bueiros" e "bocas de lobo"; retirada e marteamento de pedras em vias públicas; serviços de limpeza e de lavagem de veículos, caminhões e máquinas, inclusive no conserto de pneus e auxílio nos serviços de mecânica, além de outras atribuições, segundo as necessidades da repartição; participar de eventos coletivos e públicos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

6

AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS			Ensono Médico	<p>Cargos existentes para executar serviços auxiliares, de menor complexidade, nos diversos setores da Administração, como no funcionamento de escolas, unidades de saúde, na execução de limpeza e higienização de ambientes, no preparo e fornecimento de merenda e refeições e outros afins; nos serviços de vigia e proteção de bens públicos; na execução de serviços de limpeza e manutenção de bens, inclusive prediais e de logradouros públicos urbanos e rodovias municipais; de bens públicos e de estradas municipais; limpeza e manutenção de máquinas rodoviárias e veículos; serviços diversos, não qualificados junto à escolas e unidades de saúde; serviços auxiliares e de suporte às ações de saúde, inclusive em ações preventivas e orientativas.</p>	<p>I - realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde; II - proceder à desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados; III - preparar e organizar instrumental e materiais necessários; IV - instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista procedimentos clínicos; V - cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; VI - organizar a agenda clínica; VII - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; VIII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF; executar outras atribuições para o bom desempenho dos programas de saúde bucal; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; tratar as pessoas com urbanidade e respeito; atender designações, quando legais.</p> <p>Executar serviços de auxiliar em serviços e atividades administrativas e burocráticas, como digitação de documentos, arquivamento, protocolo, recepção e encaminhamento de pessoas nas repartições públicas, operação de máquinas fotocopadoras; auxiliar nas atividades contábeis, financeiras, administrativas, fazendárias, de recursos humanos, em compras e licitações; controle patrimonial; auxiliar na execução de atividades burocráticas nos diversos setores da Administração; redação oficial; participar em comissões e equipes de trabalho; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; e outras atividades administrativas junto aos diversos órgãos da Administração.</p>
		Auxiliar de Consultório Dentário			
		Auxiliar Administrativo			



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

7

Continuação			
II AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.	Receptionista	Ensinso Médio	<p>Serviços de recepção e encaminhamento de pessoas às diversas repartições na Prefeitura Municipal ou em outras dependências administrativas; controle de agenda de seus superiores; digitação de correspondência oficial e outros documentos; operação de computadores, para melhor desempenho das atribuições do cargo; operação de máquinas fotocopadoras, centrais telefônicas e fax; correspondência eletrônica do interesse da Administração; controle de correspondências expedidas e recebidas; protocolo de documentos; auxiliar em outras atividades administrativas; participar de eventos públicos e coletivos promovidos pela Administração Municipal; participar de comissões e de trabalhos em equipe; atender designações, quando legais.</p>
	Telefonista		<p>Serviços de operação de centrais telefônicas, execução e recepção e destinação de ligações telefônicas, controle de listas e agendas telefônicas, conforme determinar o interesse e os serviços públicos; operação de equipamentos de fax; prover correspondência eletrônica de interesse da Administração; controle de correspondências recebidas e expedidas; protocolo de documentos; recepção e encaminhamento de pessoas e documentos; auxiliar em outras atividades administrativas; digitação de correspondência oficial e outros documentos; operação de computadores, para melhor desempenho das atribuições do cargo; participar de eventos públicos e coletivos promovidos pela Administração Municipal; participar de comissões e de trabalhos em equipe; atender designações, quando legais.</p>
	Inseminador	Alfabetização e curso específico	<p>Realizar serviços de inseminação em gado bovino, nas propriedades rurais; manutenção dos equipamentos e guarda dos materiais próprios; dirigir o veículo que lhe for colocado à disposição, bem como prover sua limpeza e manutenção básica; executar os serviços sob orientação da medicina veterinária; orientar os proprietários rurais, acerca de conhecimentos técnicos sobre inseminação e sanidade animal; elaborar relatórios, mapas e estatísticas de atendimento e de resultados efetivos do trabalho; participar da formulação das políticas pertinentes à agropecuária; participar em comissões e em trabalhos em equipe; participar em eventos públicos e coletivos promovidos pela Administração e de interesse da agropecuária; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender a designações, quando legais; outras atribuições pertinentes ao cargo.</p>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

8

II AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.				<p>Fiscal</p> <p>Ensino Médio</p>	<p>Cargos existentes para desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, em serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões, nos serviços específicos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; serviços administrativos diversos, segundo as necessidades dos órgãos administrativos; serviços de fiscalização sanitária, na produção e comercialização de alimentos e medicamentos e serviços de saúde; serviços e atividades sociais; serviços de operacionalização e fiscalização tributária, de obras e posturas, compreendendo cadastramento mobiliário e de contribuintes; serviços de organização e atendimento de bibliotecas; serviços de tesouraria e pagadoria.</p>	<p>Executar os serviços de fiscalização tributária, fazendária, de obras e de posturas, segundo determinar e legislação pertinente; proceder ao controle do cadastro de contribuintes e do cadastro imobiliário; controle do lançamento e da cobrança tributária, bem como da dívida ativa não tributária; proceder autuações e notificações, quando necessário; solicitar ao setor jurídico quando necessário a execução fiscal de créditos do Município; expedir avisos de cobrança; participar de comissões e de equipes de trabalho; participar em eventos públicos e coletivos, quando promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outras atribuições, para o pleno atendimento das normas que deva conhecer e aplicar.</p> <p>Operar máquinas nos serviços de infra-estrutura rodoviária, agrícola, e urbana; promover a manutenção e recuperação preventiva das máquinas e de seus componentes; executar outros serviços na respectiva repartição, sempre que a máquina estiver fora de ação, por motivo de recuperação, ou quando não houver a necessidade de sua utilização (inclusive trabalhos braçais); auxiliar outros operadores, motoristas e outros agentes da repartição nos serviços correlatos, inclusive de carga e descarga, auxiliar mecânicos na manutenção da respectiva máquina; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.</p> <p>Executar serviços de operação de balsa, na travessia de veículos, máquinas e pessoas em rios, no sistema rodoviário municipal, bem como manter preventivamente os equipamentos; executar outros serviços decorrentes da operação, como preparo e manutenção dos locais de atracação; orientar os usuários do serviço, acerca das normas de segurança, zelar pela segurança própria, de terceiros e do patrimônio público ou particular, na operação de balsas; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.</p>
		<p>Operador de Máquinas Agrícolas Operador de Motoniveladora Operador de Trator de Esteiras Operador de Pá Carregadeira Operador de Retroescavadeira Operador de Escavadeira Hidráulica</p>		<p>Alfabetização e habilitação mínima prevista no art. 143, III a art. 144, do CTB.</p>		
		<p>Operador de Balsa</p>		<p>Alfabetização</p>		





**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

9

AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.		Motorista	Alfabetização e habilitação mínima prevista no art. 143, c/c art. 146, do CTB, conforme o caso.	Cargos existentes para desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, em serviços de infraestrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões; nos serviços específicos; de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; serviços administrativos diversos, segundo as necessidades dos órgãos administrativos; serviços de fiscalização sanitária, na produção e comercialização de alimentos e medicamentos e serviços de saúde; serviços e atividades sociais; serviços de operacionalização e fiscalização tributária, de obras e posturas, compreendendo cadastramento mobiliária e de contribuintes; serviços de organização e atendimento de bibliotecas; serviços de tesouraria e pagadoria.	Exercer a direção de automóveis, utilitários, ônibus e caminhões da municipalidade, para o transporte de materiais, especialmente nos serviços de infraestrutura rodoviária e urbana; transporte de pessoas, inclusive de urgência e emergência e de transporte escolar; estar disponível para outros serviços na reparação sempre que necessário, ou quando o veículo estiver fora de operação (inclusive trabalhos braçais); cooperar com os demais agentes em suas funções, inclusive nos serviços de mecânica; executar os serviços de carga e descarga; promover a manutenção preventiva e limpeza do veículo e de seus componentes; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.	Continuação
			Agente de Construção e Manutenção	Alfabetização	Execução dos serviços de manutenção e reparação e reforma predial e na execução de obras e serviços em prédios e logradouros públicos; execução de obras, de menor porte, como bueiros, sarjetas e outras formas de esgotamento de águas pluviais ou de pequenos córregos e vertentes; manutenção e recuperação de pontes, pontilhões e bueiros, bem como a sua construção, quando de menor complexidade; executar outros serviços pertinentes à especialidade de pedreiro e carpinteiro; estar sempre disponível para trabalhos externos e para auxiliar em outras atividades e serviços do órgão, inclusive para a preparação e montagem de estruturas para eventos públicos, como festivais, feiras, exposições e outros; além de serviços elementares em instalações elétricas e hidrossanitárias.	
					Mecânico	Executar serviços nas atividades e ações de manutenção preventiva e de recuperação de máquinas, veículos e implementos pertencentes ao patrimônio público municipal; executar serviços de lavagem e lubrificação, montagem e desmontagem mecânica e de componentes de máquinas e veículos; promover a troca de óleos, verificação de sistemas elétricos, de refrigeração, hidráulicos e outros; serviços de montagem, desmontagem e troca de pneus; orientação operacional a motoristas e operadores; outros serviços e manutenção e recuperação mecânica, inclusive de acessórios e equipamentos, sempre com o objetivo de prevenção e de manutenção da segurança operacional; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento.

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

10

II AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS.		Agente de Vigilância Sanitária	<p>Cargos existentes para desenvolver, em área de maior complexidade, tais como: serviços não técnicos de saúde; operação de máquinas agrícolas e rodoviárias, em serviços de infra-estrutura agrícola, rodoviária e urbana; operação e direção de veículos, ambulâncias e caminhões; nos serviços específicos: de execução direta de obras e serviços de construção, reforma e manutenção de bens públicos, inclusive de obras e serviços de manutenção do sistema viário municipal; serviços de manutenção e recuperação de máquinas agrícolas, rodoviárias e veículos; serviços administrativos diversos, segundo as necessidades dos órgãos administrativos; serviços de fiscalização sanitária, na produção e comercialização de alimentos e medicamentos e serviços de saúde; serviços e atividades sociais; serviços de operacionalização e fiscalização tributária, de obras e posturas, compreendendo cadastramento mobiliária e contribuintes; serviços de organização e atendimento de bibliotecas; serviços de tesouraria e pagadoria.</p>	<p>Executar os serviços de vigilância sanitária e de vigilância em saúde, inclusive ambiental, de média e alta complexidade, segundo as normas de saúde pública, especialmente às emanadas pelos gestores do SUS, de fiscalização, atualização e notificação; cumprir e executar o conjunto normativo relativo à vigilância sanitária de produtos e serviços, da vigilância ambiental e de saúde; auxiliar a estrutura municipal e o órgão municipal de saúde, na execução das atribuições e competências próprias do Município, em saúde pública; utilizar sistemas e equipamentos (inclusive automotivos), para a cabal consecução de suas atribuições; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.</p>
			<p>Agente Administrativo</p>	<p>Executar serviços e atividades administrativas, em todos os setores da Administração Municipal, digitação e controle de documentos e de atos oficiais; auxiliar nos serviços burocráticos, especialmente nas áreas de recursos humanos, compras e licitações; redação oficial, inclusive de correspondências e de técnica legislativa; controlar a publicação de atos administrativos e legais e no cumprimento das disposições legais pertinentes à Administração Pública; execução de controle patrimonial; auxiliar e executar serviços das áreas contábeis, administrativas, legislativas, sempre sob coordenação técnica, quando exigida; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação.</p>
			<p>Tesoureiro</p>	<p>Executar os serviços e as atividades de tesouraria e de pagadoria da Administração Municipal; controlar o fluxo e a aplicação das disponibilidades financeiras; executar pagamentos; emitir ordens de pagamento; gerenciar a aplicação e o controle de saídos bancários; controlar o fluxo e emitir boletins de caixa; cumprir todas as normas inerentes ao controle financeiro da Administração Municipal, inclusive de seus fundos; sugerir medidas de contenção de gastos; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; executar outros serviços de finanças, arrecadação e aplicação de recursos financeiros outros serviços afins.</p>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

11

Continuação			
III SERVICOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO.	06	Auxiliar de Enfermagem (Cargo em Extinção)	<p>Exercer atividades auxiliares nos serviços de enfermagem, junto às unidades de saúde e no desenvolvimento dos programas, serviços e ações de saúde pública; atividades auxiliares aos demais profissionais de saúde, como instrumentistas; exercer atividades em campanhas de saúde pública, especialmente as de imunização e no controle epidemiológico, participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; executar outros serviços afins, além de outras atribuições inerentes à especialidade.</p>
		Técnico em Agropecuária	<p>Cargos existentes para desempenhar funções inerentes às atividades técnicas profissionais, relacionadas à área de apoio às atividades de saúde pública, atividades de assistência técnica à agropecuária; execução de serviços relacionados à contabilidade pública.</p>
		Técnico em Enfermagem	<p>Exercer as atividades técnicas de enfermagem, além de participar dos serviços e das ações de saúde pública, junto às unidades de saúde e na operacionalização dos programas de saúde em que o Município seja participante ou os desenvolva especialmente os de saúde preventiva e das campanhas de saúde pública e de controle epidemiológico; participar de equipes de trabalho e em comissões; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; atender designações, quando legais; participar de cursos de capacitação e aperfeiçoamento; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo.</p>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

12

Continuação			
IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.	28	Assistente Social	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional; especialmente no planejamento e na execução de planos, programas, ações e serviços de assistência social, com presença junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Saúde e Conselho Municipal do Idoso e Conselho Municipal de Saúde; participar de equipes de trabalho e em comissões; inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional. Trabalho comunitário e prevenção de violência, abuso de álcool e outras drogas, desenvolver ações interseccionais, mantendo a integração com a rede de suporte social, fortalecendo e implementando as ações na comunidade, realização de ações preventivas e promocionais pertinentes à área, junto aos grupos programáticos desenvolvidos pelas ESF, desenvolver ações de caráter social junto às ESF, elaborar processos de solicitação de procedimentos de média e alta complexidade, integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré-estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados, realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF dependendo das necessidades.</p>
			<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde e escolas do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; implementar programas e ações de educação e de prevenção aos problemas decorrentes do mau uso da voz e, principalmente, para inibir problemas auditivos, além de outras atribuições inerentes à enfermagem em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
		Psicólogo	<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde e junto ao CRAS do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas e de assistência social; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; atuar em todas as ações em que haja a necessidade de intervenção do Psicólogo; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

13

IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.		Farmacêutico	Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.	Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia, execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.	Continuação
				Execução de serviços inerentes à especialidade profissional, especialmente nos serviços de farmacologia, manipulação, controle e entrega de medicamentos e outras atividades e ações de saúde pública, junto à unidades de saúde; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.	
		Fisioterapeuta		Exercer as atribuições inerentes à formação técnico-profissional junto às unidades municipais de saúde e nas ações e serviços públicos de saúde; integrar equipe multidisciplinar de profissionais de saúde, especialmente nos programas de saúde preventiva e de atenção básica, como o Programa de Atenção Básica e de Saúde da Família; promover, organizar e participar de eventos próprios para orientação de pessoas ou de grupos de pessoas; prestar assistência e atendimento, de forma especial às pessoas da terceira idade; exercer outras atribuições próprias e específicas da profissão, notadamente, quando de cunho preventivo; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

14

IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Continuação



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

15

<p>IV</p> <p>SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.</p>		<p>Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social</p>	<p><i>Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.</i></p>	<p><i>Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), de odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento da agropecuária; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.</i></p>	<p><i>Continuação</i></p> <p>Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos de proteção social básica operacionalizadas nessa unidade; Coordenar a execução, o monitoramento, o registro e a avaliação das ações; Acompanhar e avaliar os procedimentos para a garantia da referência e contra referência do CRAS; Coordenar a execução das ações de forma a manter o diálogo e a participação dos profissionais e das famílias, inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território; Definir com a equipe de profissionais critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias; Definir com a equipe de profissionais o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias; Definir com a equipe técnica os meios e os instrumentos teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e os serviços socioeducativos de convívio; Avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários; Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRAS.</p>
---	--	---	---	--	---

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

16

IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.	Enfermeiro	Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.	Cargos existentes para executar tarefas inerentes à sua capacitação profissional e científica, no que concerne à prestação de serviços de direito, de saúde em enfermagem, medicina (clínica geral e Ginecologista), e odontologia, assistência social, de assistência técnica e veterinária, voltadas ao desenvolvimento agropecuário; execução e responsabilidade técnica nas áreas de contabilidade, finanças, planejamento governamental e de controle interno, administração, e engenharia; execução e elaboração de projetos, programas e atividades relacionadas às respectivas áreas, sempre objetivando a transparência e a boa gestão administrativa, além de propiciar melhores condições de vida à população inerentes à cada área, conforme previamente estabelecido no planejamento municipal; serviços de controle interno, de biologia (voltada especialmente às atividades agropecuárias) e de direito administrativo. O Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social deverá ainda ter domínio da legislação referente a política nacional de assistência social e direitos sociais.	Continuação
			<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; atuar em todas as ações de controle epidemiológico, além de outras atribuições inerentes à enfermagem em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p> <p>Execução de serviços segundo a especialidade profissional, elaborar projetos de obras novas, de restauração, manutenção e recuperação de prédios públicos e bens de uso comum, inclusive de logradouros públicos, rodovias e suas obras de arte; orientar os serviços e obras em todos os setores da Administração; exercer fiscalização em obras contratadas pelo Município; emitir pareceres para a aprovação de projetos de obras e de parcelamento do solo urbano executados por particulares; orientar acerca do tombamento de prédios históricos e da conservação predial de propriedade particular que ofereçam riscos à segurança das pessoas; elaborar planilhas de orçamento de custos; participar da elaboração do planejamento de ações da Administração; participar da elaboração e fiscalização das normas urbanísticas; executar outros serviços, segundo as especialidades profissionais; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>	
	Engenheiro Civil		<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, elaborar e participar da elaboração de projetos de planejamento, bem como em sua execução, voltados ao fomento e desenvolvimento da pecuária; prestar assistência médica veterinária junto às propriedades rurais no Município; promover ações preventivas no combate e erradicação de epidemias nos rebanhos pecuários no Município; participar da equipe de profissionais em agricultura e interagir em equipes multidisciplinares extensão rural e de assistência para a melhoria das condições de vida dos agricultores e seus familiares, inclusive, em conjunto com profissionais de organismos estaduais, federais ou de empresas que atuam no Município; responsabilizar-se pela supervisão e execução dos serviços de inspeção animal;; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>	
	Médico Veterinário		<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, elaborar e participar da elaboração de projetos de planejamento, bem como em sua execução, voltados ao fomento e desenvolvimento da pecuária; prestar assistência médica veterinária junto às propriedades rurais no Município; promover ações preventivas no combate e erradicação de epidemias nos rebanhos pecuários no Município; participar da equipe de profissionais em agricultura e interagir em equipes multidisciplinares extensão rural e de assistência para a melhoria das condições de vida dos agricultores e seus familiares, inclusive, em conjunto com profissionais de organismos estaduais, federais ou de empresas que atuam no Município; responsabilizar-se pela supervisão e execução dos serviços de inspeção animal;; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

17

Continuação			
<p>IV</p> <p>SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.</p>			<p>Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, operacionalizar os serviços contábeis e de gestão fiscal, segundo as orientações legais e técnicas aplicáveis; supervisionar a execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial; participar da elaboração da legislação orçamentária; participar na elaboração do planejamento orçamentário; acompanhar e comunicar a necessidade de adoção de medidas fiscais, orçamentárias e financeiras, nos termos das normas de Direito Financeiro; cumprir as determinações do Tribunal de Contas do Estado; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.</p>
	<p>Contador</p>	<p>Nível superior, segundo a especialidade do cargo e registro junto ao respectivo Conselho Profissional, quando legalmente exigido.</p>	<p>Participar na coordenação e na execução das atribuições do Sistema de Controle Interno do Governo Municipal, conforme determina o art. 74, da C.F., nos arts. 54 parágrafo único e 59, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, nos arts. 60 e 61, da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, além das finalidades e atribuições estabelecidas na Lei Orgânica do Município e em outra legislação Municipal; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento;</p>
	<p>Biólogo</p>		<p>Executar as atribuições inerentes à formação técnico-profissional, especialmente na orientação e na assistência técnica nas atividades de agropecuária, ambientais e de florestamento e reflorestamento, conservação de fontes e outros mananciais de água potável na preservação da fauna e da flora no Município.</p>

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

18

IV SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR.					
		</			

Continuação

Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva, dando preferência às ações preventivas; participar em programas, ações e serviços de saúde pública e interagir com os demais profissionais de saúde; participar de equipes multidisciplinares que objetivem a melhoria das condições de vida da população local; além de outras atribuições inerentes à odontologia em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.

Exercer as atribuições inerentes à formação técnico-profissional, especialmente nas questões diretamente relacionadas ao direito administrativo e nas intervenções exigidas pela legislação específica, especialmente nos processos administrativos relacionados a compras, licitações, contratações, permissões, concessões, cessões; nos processos administrativos relativos aos recursos humanos; e em outros processos administrativos que requeiram a intervenção de profissional do Direito; prestar assessoramento e orientação jurídica aos titulares dos órgãos da Administração Municipal e aos servidores, sempre que necessário e de interesse da Administração; representar o Município através de instrumento legal próprio, junto ao Poder Judiciário, sempre que necessária a defesa de interesses públicos do Município; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.

Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, nas unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas; participar efetivamente na elaboração e na execução de planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; atuar em todas as ações de controle epidemiológico; participar de programas de conscientização e de implementação de projetos de saneamento; participar em programas, ações e serviços de saúde pública e interagir com os demais profissionais de saúde; participar de equipes multidisciplinares que objetivem a melhoria das condições de vida da população local; promover a orientação da população para a promoção de ações preventivas; e outras atribuições inerentes à medicina em saúde pública; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; executar outros serviços necessários às atribuições e competências do órgão de lotação; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional.





**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

ANEXO III

**TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
I – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
01	855,53	864,09	872,65	881,21	889,77	898,33	- Agente de Limpeza e Copa; - Merendeira; - Agente Comunitário de Saúde; e - Auxiliar de Serviços Gerais.
02	906,89	915,45	924,01	932,57	941,13	949,69	
03	958,25	966,81	975,37	983,93	992,49	1001,05	
04	1009,61	1018,17	1026,73	1035,29	1043,85	1052,41	
05	1060,97	1069,53	1078,09	1086,65	1095,21	1103,77	
06	951,12	960,63	970,14	979,65	989,16	998,67	- Recepcionista; - Telefonista; e - Inseminador.
07	1008,19	1017,70	1027,20	1036,72	1046,23	1055,74	
08	1065,25	1074,77	1084,27	1093,78	1103,29	1112,81	
09	1122,32	1131,83	1141,34	1150,85	1160,36	1169,87	
10	1179,39	1188,90	1198,40	1207,92	1217,43	1226,94	
11	1001,96	1011,98	1022,00	1032,02	1042,04	1052,06	- Auxiliar de Consultório Dentário; - Auxiliar de Creche;
12	1062,08	1072,10	1082,12	1092,14	1102,16	1112,18	
13	1122,20	1132,22	1142,24	1152,26	1162,28	1172,30	
14	1182,32	1192,34	1202,36	1212,38	1222,40	1232,42	
15	1242,44	1252,46	1262,48	1272,50	1282,52	1292,54	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
II – AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
16	1202,34	1214,36	1226,38	1238,40	1250,42	1262,44	- Operador de Máquinas Agrícolas; - Operador de Rolo Compactador; - Operador de Pá Carregadeira; - Operador de Retroescavadeira; - Operador de Balsa; e - Motorista.
17	1274,46	1286,48	1298,50	1310,52	1322,54	1334,56	
18	1346,58	1358,60	1370,62	1382,64	1394,66	1406,68	
19	1418,70	1430,72	1442,74	1454,76	1466,78	1478,80	
20	1490,82	1502,84	1514,86	1526,88	1538,90	1550,92	
21	1294,32	1307,27	1320,21	1333,15	1346,09	1359,04	- Agente de Construção e Manutenção.
22	1371,98	1384,92	1397,86	1410,82	1423,76	1436,70	
23	1449,65	1462,59	1475,53	1488,47	1501,42	1514,36	
24	1527,30	1540,24	1553,19	1566,13	1579,07	1592,01	
25	1604,96	1617,91	1630,85	1643,80	1656,74	1669,68	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

21

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

II – AGENTES DE SERVIÇOS DE APOIO E OPERACIONAIS

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
26	1310,24	1323,34	1336,44	1349,54	1362,64	1375,74	- Agente de Vigilância Sanitária.
27	1388,84	1401,94	1415,04	1428,14	1441,24	1454,34	
28	1467,44	1480,54	1493,64	1506,74	1519,84	1532,94	
29	1546,04	1559,14	1572,24	1585,34	1598,44	1611,54	
30	1624,64	1637,74	1650,84	1663,94	1677,04	1690,14	
31	1498,28	1513,26	1528,24	1543,22	1558,20	1573,18	- Operador de Escavadeira Hidráulica; - Operador de Motoniveladora; e - Operador de Trator de Esteiras.
32	1588,16	1603,14	1618,12	1633,10	1648,08	1663,06	
33	1678,04	1693,02	1708,00	1722,98	1737,96	1752,94	
34	1767,92	1782,90	1797,88	1812,86	1827,84	1842,82	
35	1857,80	1872,78	1887,76	1902,74	1917,72	1932,70	- Agente Administrativo; - Auxiliar Administrativo; - Tesoureiro; e - Fiscal.
36	1498,28	1513,26	1528,24	1543,22	1558,21	1573,19	
37	1588,18	1603,15	1618,14	1633,12	1648,11	1663,09	
38	1678,08	1693,05	1708,04	1723,02	1738,01	1752,99	
39	1767,96	1782,95	1797,93	1812,92	1827,90	1842,88	- Mecânico.
40	1857,86	1872,85	1887,83	1902,82	1917,79	1932,78	
56	2294,50	2317,45	2340,38	2363,33	2386,27	2409,22	
57	2432,17	2455,11	2478,06	2501,01	2523,94	2546,89	
58	2569,83	2592,78	2615,73	2638,67	2661,62	2684,57	
59	2707,51	2730,45	2753,39	2776,34	2799,29	2822,23	
60	2845,18	2868,13	2891,07	2914,01	2936,95	2959,90	

Rua do Comércio, 1015 – Centro – Fone/Fax (49) 3455-9022 - E-mail: prefeitura@altobelavista.sc.gov.br – 89730-000 – Alto Bela Vista – SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
III – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
41	1545,10	1560,55	1576,00	1591,45	1606,91	1622,35	- Auxiliar de Enfermagem (Cargo em extinção).
42	1637,81	1653,25	1668,71	1684,16	1699,60	1715,06	
43	1730,51	1745,96	1761,41	1776,87	1792,31	1807,77	
44	1823,22	1838,67	1854,12	1869,56	1885,02	1900,47	
45	1915,92	1931,37	1946,83	1962,27	1977,73	1993,18	
46	1588,46	1604,35	1620,23	1636,12	1652,00	1667,89	- Técnico Agrícola.
47	1683,77	1699,66	1715,54	1731,43	1747,31	1763,19	
48	1779,08	1794,96	1810,85	1826,73	1842,62	1858,50	
49	1874,39	1890,27	1906,16	1922,05	1937,92	1953,81	
50	1969,69	1985,58	2001,46	2017,35	2033,23	2049,12	
51	1695,43	1712,38	1729,34	1746,29	1763,25	1780,20	- Técnico em Enfermagem.
52	1797,16	1814,11	1831,07	1848,01	1864,97	1881,92	
53	1898,88	1915,83	1932,78	1949,74	1966,69	1983,65	
54	2000,60	2017,56	2034,51	2051,47	2068,42	2085,38	
55	2102,33	2119,29	2136,24	2153,19	2170,15	2187,10	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

ANEXO III

**TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR**

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
56	1445,45	1459,91	1474,36	1488,82	1503,28	1517,74	- Assistente Social (20h/s).
57	1517,74	1532,20	1546,66	1561,12	1575,57	1590,03	
58	1590,03	1604,49	1618,95	1633,41	1647,87	1662,32	
59	1662,32	1676,78	1691,24	1705,70	1720,16	1734,62	
60	1734,62	1749,07	1763,53	1777,99	1792,45	1806,91	
61	2294,50	2317,45	2340,38	2363,33	2386,27	2409,22	- Farmacêutico (20h/s); - Fisioterapeuta (20h/s); - Psicólogo (20h/s); - Fonoaudiólogo (20 h/s); e - Nutricionista (20hs).
62	2432,17	2455,11	2478,06	2501,01	2523,94	2546,89	
63	2569,83	2592,78	2615,73	2638,67	2661,62	2684,57	
64	2707,51	2730,45	2753,39	2776,34	2799,29	2822,23	
65	2845,18	2868,13	2891,07	2914,01	2936,95	2959,90	
66	2353,35	2376,88	2400,41	2423,94	2447,49	2471,02	- Auxiliar de Contabilidade.
67	2494,55	2518,08	2541,62	2565,15	2588,68	2612,22	
68	2635,75	2659,29	2682,82	2706,35	2729,88	2753,41	
69	2776,96	2800,49	2824,02	2847,55	2871,08	2894,62	
70	2918,15	2941,69	2965,22	2988,75	3012,29	3035,82	
71	2890,68	2919,59	2948,50	2977,40	3006,31	3035,21	- Coordenador do Centro de Referência da Assistência Social; - Assistente Social (40h/s).
72	3064,12	3093,03	3121,93	3150,85	3179,76	3208,66	
73	3237,57	3266,47	3295,38	3324,29	3353,19	3382,10	
74	3411,01	3439,91	3468,82	3497,72	3526,63	3555,54	
75	3584,44	3613,36	3642,27	3671,17	3700,08	3728,98	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
76	3160,00	3191,60	3223,20	3254,79	3286,40	3318,00	- Engenheiro Civil (20h/s).
77	3349,60	3381,20	3412,80	3444,40	3475,99	3507,59	
78	3539,20	3570,80	3602,40	3634,00	3665,60	3697,20	
79	3728,79	3760,39	3792,00	3823,60	3855,20	3886,80	
80	3918,40	3949,99	3981,59	4013,20	4044,80	4076,40	
81	3706,47	3743,54	3780,60	3817,66	3854,73	3891,79	- Enfermeiro; e - Psicólogo (40h/s); - Farmacêutico (40h/s).
82	3928,86	3965,93	4002,98	4040,05	4077,12	4114,18	
83	4151,25	4188,31	4225,37	4262,44	4299,51	4336,57	
84	4373,63	4410,70	4447,76	4484,83	4521,90	4558,95	
85	4596,02	4633,09	4670,15	4707,22	4744,28	4781,34	
86	4241,88	4284,30	4326,72	4369,13	4411,55	4453,97	- Médico Veterinário.
87	4496,39	4538,80	4581,22	4623,65	4666,07	4708,48	
88	4750,90	4793,32	4835,74	4878,16	4920,57	4962,99	
89	5005,42	5047,84	5090,25	5132,67	5175,09	5217,51	
90	5259,92	5302,34	5344,76	5387,19	5429,61	5472,02	
91	4510,54	4555,65	4600,75	4645,86	4690,97	4736,07	- Agente de Controle Interno; - Biólogo; e - Contador.
92	4781,17	4826,29	4871,39	4916,49	4961,60	5006,71	
93	5051,81	5096,91	5142,02	5187,12	5232,23	5277,34	
94	5322,44	5367,54	5412,66	5457,76	5502,86	5547,97	
95	5593,08	5638,18	5683,29	5728,39	5773,49	5818,61	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

Lei Complementar nº 061, de 02 de Julho de 2014.

ANEXO III

TABELA DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

IV – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR

NÍVEL	REFERÊNCIAS						CARGOS
	A	B	C	D	E	F	
96	4767,47	4815,15	4862,81	4910,49	4958,16	5005,84	- Advogado (16 h/s).
97	5053,52	5101,19	5148,87	5196,53	5244,21	5291,89	
98	5339,56	5387,24	5434,92	5482,59	5530,26	5577,93	
99	5625,61	5673,29	5720,96	5768,64	5816,30	5863,98	
100	5911,66	5959,33	6007,01	6054,68	6102,36	6150,04	
101	5086,28	5137,14	5188,01	5238,87	5289,74	5340,60	- Odontólogo.
102	5391,46	5442,33	5493,19	5544,04	5594,91	5645,77	
103	5696,64	5747,50	5798,36	5849,23	5900,09	5950,95	
104	6001,82	6052,67	6103,54	6154,40	6205,26	6256,13	
105	6306,99	6357,86	6408,72	6459,58	6510,45	6561,30	
106	7977,81	8057,59	8137,37	8217,15	8296,93	8376,71	- Médico – Clínico Geral (20 h/s); - Médico – Ginecologista (20 h/s).
107	8456,49	8536,27	8616,05	8695,83	8775,61	8855,39	
108	8935,17	9014,95	9094,73	9174,51	9254,29	9334,07	
109	9413,85	9493,63	9573,41	9653,19	9732,97	9812,75	
110	9892,53	9972,31	10052,09	10131,87	10211,65	10291,43	
111	9481,34	9576,16	9670,96	9765,78	9860,60	9955,40	- Médico – Clínico Geral (40 h/s).
112	10050,22	10145,04	10239,84	10334,66	10429,48	10524,28	
113	10619,10	10713,92	10808,72	10903,54	10998,36	11093,17	
114	11187,98	11282,80	11377,61	11472,42	11567,24	11662,05	
115	11756,86	11851,68	11946,49	12041,30	12136,11	12230,93	

Antônio Carlos

PREFEITURA

Extrato de Termo de Convênio 003/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 003/2014. Convenientes: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS e ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE RACHADEL, inscrita no CNPJ nº 05.049.107/0001-48, com sede na Rua Pedro Gerônimo Guessier, nº 7054, Bairro Rachadel - Município de Biguaçu/SC, CEP 88.180-000, representada neste ato pelo seu Presidente, Senhor Lino Koch. Objeto: Prestar subvenção social à Beneficiária, obrigando-se à repassar a importância de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Rachadel, a qual organiza a festa da Hortalça no ano de 2014. Valor Total do Convênio: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais). Prazo de validade do convênio: 31/12/2014, ou até a aprovação da prestação de contas.

Antônio Carlos, 07/07/2014.

Extrato de Termo de Convênio 004/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo de Convênio nº 004/2014. Convenientes: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS e SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ANTÔNIO CARLOS, com sede na Rua Daniel Petry, nº 605, Centro, Antônio Carlos/SC, inscrita no CNPJ nº 82.507.237/0001-28, representada neste ato por seu Presidente, Senhor José Gilson Garcia. Objeto: Prestar subvenção social à Beneficiária, obrigando-se à repassar a importância de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) para a Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos, o qual organiza a festa da Colono no ano de 2014. Valor Total do Convênio: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais). Prazo de validade do convênio: 31/12/2014, ou até a aprovação da prestação de contas.

Antônio Carlos, 07/07/2014.

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto Nº 1619

DECRETO Nº 1619, de 02 de julho de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 530.646,24 (Quinhentos e trinta mil seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0204.12.361.0012.1.000006, AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
44900000	0122, Aplicações Diretas	R\$ 489.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 489.000,00

ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

0209.10.306.0010.2.000025		PROG. SUPLEM. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
33900000	0160, Aplicações Diretas,	R\$4.060,00
33900000	0360, Aplicações Diretas,	R\$3.186,24
33900000	0100, Aplicações Diretas,	R\$34.400,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 41.646,24

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 489.000,00 (Quatrocentos e oitenta e nove mil reais), por conta do excesso de arrecadação relativo ao termo de compromisso PAR Nº. 201401870/2014, nota de empenho 2014NE651047, na Fonte 0122 - Transferência de convênios educação.

§2º. R\$ 4.060,00 (Quatro mil e sessenta reais), por conta do excesso de arrecadação na Fonte 0160 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

§3º. R\$ 3.186,24 (Três mil cento e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos), por conta do superávit do exercício anterior na Fonte 0360 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

§4º. R\$ 34.400,00 (Trinta e quatro mil e quatrocentos reais), por conta do superávit do exercício anterior na Fonte 0100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de julho de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em

02 de julho de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1620

DECRETO Nº 1620, de 02 de julho de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.660 de 17/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.432,00 (Quatro mil quatrocentos e trinta e dois reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
0202.04.122.0003.2.000048	CONTRIBUIÇÃO A CONSÓRCIOS	
44710000-0300	Aplicações Diretas	R\$ 432,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 432,00

SERVIÇOS URBANOS

0206.15.452.0018.2.000035	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
33900000-0100	Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 4.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 4.432,00 (Quatro mil quatrocentos e trinta e dois reais), por conta de anulação da seguinte dotação:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
0202.04.122.0003.2.000048	CONTRIBUIÇÃO A CONSÓRCIOS	
33710000-0300	Aplicações Diretas	R\$432,00
TOTAL ANULADO		R\$432,00
SERVIÇOS URBANOS		
0206.15.452.0018.2.000035	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
44900000-0100	Aplicações Diretas	R\$4.000,00
TOTAL ANULADO		R\$4.000,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 02 de julho de 2014.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 02 de julho de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1621

DECRETO Nº 1621, de 09 de julho de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1693 de 09/07/2014,

DECRETA:

Artigo 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais).

Artigo 2º O crédito adicional especial definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

01.0101.01.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
33930000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$ 1.400,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 1.400,00

Artigo 3º Para cobertura do crédito adicional especial definido no Artigo 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01.0101.01.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
33930000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$ 1.400,00
TOTAL ANULADO		R\$ 1.400,00

Artigo 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, 09 de julho de 2014.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 09 de julho de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1693

LEI Nº 1693, DE 09/07/2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais).

Artigo 2º O crédito adicional especial definido no Artigo 1º terá a

seguinte classificação orçamentária:

01.0101.01.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
33930000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$ 1.400,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 1.400,00

Artigo 3º Para cobertura do crédito adicional especial definido no Artigo 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01.0101.01.031.0001.2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
33930000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$ 1.400,00
TOTAL ANULADO		R\$ 1.400,00

Artigo 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, 09 de julho de 2014.
AlcidirFelchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 09 de julho de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Balneário Rincão

PREFEITURA

Lei Nº 138/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
LEI Nº 138/2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A SACT (ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA) E ESUCRI (ESCOLA SUPERIOR DE CRICIÚMA) PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão; faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a firmar convênio com SATC (Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina) e a ESUCRI (Escola Superior de Criciúma) -para a realização de estágios de complementação do ensino e da aprendizagem para estudantes regularmente matriculados.

Parágrafo Único: Para fazer jus à concessão do estágio, o estudante estagiário deverá atender aos critérios estabelecidos na legislação federal que dispõe sobre o estágio de estudantes, residir obrigatoriamente no Município de Balneário Rincão, e somente na falta de estagiários que preencham os critérios estabelecidos de quantificação das vagas e os cursos a que os mesmos se referem poder-se-á admitir a concessão de estágios aos estudantes que estejam residindo em outros municípios.

Art. 2º- O número de estagiários obedecerá às proporções estabelecidas nos incisos e parágrafos do Artigo 17da Lei Federal nº. 11.788/2008.

Art. 3º - Em obediência ao Artigo 11 da Lei Federal nº. 11.788/2008, a duração do estágio não poderá exceder a 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 4º - A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre as partes envolvidas no processo, devendo ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar as jornadas diárias e semanais estabelecidas nos incisos I e II do Artigo 10 da Lei Federal 11.788/2008, à exceção do previsto no § 1º do referido dispositivo.

Art. 5º - O estágio seja obrigatório ou não obrigatório, conforme definições constantes do Artigo 2º e seus parágrafos da Lei Federal 11.788, não terá qualquer vínculo empregatício.

Art. 6º - Será compulsória a concessão ao estagiário de bolsa-auxílio ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada quando se tratar da hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º- Fica ainda garantida ao estagiário a concessão de auxílio-transporte quando residir em local situado fora do perímetro urbano do Município.

§ 2º- Quando se tratar de estágio obrigatório, poderão também ser concedidos a bolsa-auxílio e o auxílio-transporte, a critério do Executivo.

Art. 7º - A bolsa-auxílio terá os seguintes valores:

I- Estudantes do Ensino Superior.

a) O valor de R\$ 800,00.

Art. 8º - Fica a cargo do Município a contratação do seguro obrigatório contra acidente pessoais, nos termos do art. 9º, IV, da lei Federal nº 11.788/2008.

Art. 9º - Aos critérios e normas não definidos na presente Lei, aplicar-se-á subsidiariamente a Lei Federal 11.788/2008, bem como as regulamentações posteriores estabelecidas pelo Governo Federal.

Art. 10 - Não há quaisquer despesas em decorrência do presente convênio, somente o reembolso da bolsa estudo diretamente ao estagiário.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 20 de Junho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 20 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 139/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

LEI Nº 139/2014.

AUTORIZA O CHEFE O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC- POR MEIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA - FUCRI, (ENTIDADE EDUCACIONAL) PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão; faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a firmar convênio com a Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC-para a realização de estágios de complementação do ensino e da aprendizagem para estudantes regularmente matriculados na UNESC.

Parágrafo Único: Para fazer jus à concessão do estágio, o estudante estagiário deverá atender aos critérios estabelecidos na legislação federal que dispõe sobre o estágio de estudantes, residir obrigatoriamente no Município de Balneário Rincão, e somente na falta de estagiários que preencham os critérios estabelecidos de quantificação das vagas e os cursos a que os mesmos se referem poder-se-á admitir a concessão de estágios aos estudantes que estejam residindo em outros municípios.

Art. 2º- O número de estagiários obedecerá às proporções estabelecidas nos incisos e parágrafos do Artigo 17da Lei Federal nº. 11.788/2008.

Art. 3º - Em obediência ao Artigo 11 da Lei Federal nº. 11.788/2008, a duração do estágio não poderá exceder a 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 4º - A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre as partes envolvidas no processo, devendo ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar as jornadas diárias e semanais estabelecidas nos incisos I e II do Artigo 10 da Lei Federal 11.788/2008, à exceção do previsto no § 1º do referido dispositivo.

Art. 5º - O estágio seja obrigatório ou não obrigatório, conforme definições constantes do Artigo 2º e seus parágrafos da Lei Federal 11.788, não terá qualquer vínculo empregatício.

Art. 6º - Será compulsória a concessão ao estagiário de bolsa-auxílio ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada quando se tratar da hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º- Fica ainda garantida ao estagiário a concessão de auxílio-transporte quando residir em local situado fora do perímetro urbano do Município.

§ 2º- Quando se tratar de estágio obrigatório, poderão também ser concedidos a bolsa-auxílio e o auxílio-transporte, a critério do

Executivo.

Art. 7º - A bolsa-auxílio terá os seguintes valores:

I- Estudantes do Ensino Superior.

a) O valor de R\$ 800,00.

Art. 8º - Fica a cargo do Município a contratação do seguro obrigatório contra acidente pessoais, nos termos do art. 9º, IV, da lei Federal nº 11.788/2008.

Art. 9º - Aos critérios e normas não definidos na presente Lei, aplicar-se-á subsidiariamente a Lei Federal 11.788/2008, bem como as regulamentações posteriores estabelecidas pelo Governo Federal.

Art. 10 - Não há quaisquer despesas em decorrência do presente convênio, somente o reembolso da bolsa estudo diretamente ao estagiário.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 20 de Junho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 20 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 140/2014

LEI Nº140/2014.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE BALNEÁRIO RINCÃO - SC, SEUS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, INTER-RELAÇÕES ENTRE OS SEUS COMPONENTES, RECURSOS HUMANOS, FINANCIAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão; faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula no município de Balneário Rincão, e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

CAPÍTULO I

Do Papel do Poder Público Municipal na Gestão da Cultura

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Balneário Rincão.

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Balneário Rincão.

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Balneário Rincão e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município de Balneário Rincão planejar e implementar políticas públicas para:

I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III - contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, desenvolvimento social, esporte e turismo, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II

Dos Direitos Culturais

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I - o direito à identidade e à diversidade cultural;

II - o direito à participação na vida cultural, compreendendo:

a) livre criação e expressão artística;

b) livre acesso;

c) livre difusão;

d) livre participação nas discussões referentes à política cultural.

III - o direito autoral;

IV - o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III

Da Concepção Tridimensional da Cultura

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura - simbólica, cidadã e econômica - como fundamento da política municipal de cultura.

SEÇÃO I

Da Dimensão Simbólica da Cultura

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Balneário Rincão, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

SEÇÃO II

Da Dimensão Cidadã da Cultura

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais, posto que a cidadania plena só pode ser atingida quando a cidadania cultural puder ser usufruída por todos os cidadãos do Município de Balneário Rincão.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18 O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura açoriana e da pesca, assim como de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

SEÇÃO III

Da Dimensão Econômica da Cultura

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;

II - elemento estratégico da economia atual, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social;

III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva, de acordo com o item I do Art. 23 desta mesma Lei.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Balneário Rincão deve estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I

Das Definições e dos Princípios

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura - SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia, equidade e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos - Estado de Santa Catarina e União - com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

I- Diversidade das expressões culturais;

II- Universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III- Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV- Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V- Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI- Transversalidade das políticas culturais;

VII- Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

VIII- Transparência e compartilhamento das informações;

IX- Democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

X- Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XI- Ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;

III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;

IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III

Da Estrutura

SEÇÃO I

Dos Componentes

Art.33. Integram o Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Coordenação:

a) Departamento Municipal de Cultura.

II - Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação:

a) Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

b) Conferência Municipal de Cultura - CMC

c) Fóruns Intersectoriais de cultura: Patrimônio Cultural (material e imaterial), dança, música, literatura, artes cênicas e visuais e cultura popular;

III - Instrumentos de Gestão:

a) Plano Municipal de Cultura - PMC;

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura - SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II

Da Coordenação do Sistema Municipal de Cultura - SMC

Art. 34. O Departamento de Cultura é órgão superior, subordinado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 35. Integram a estrutura do Departamento de Cultura, os órgãos vinculados indicados a seguir:

a) Biblioteca Municipal Raquel Queiroz

b) Museu Nossa Senhora dos Navegantes

c) Auditório Dona Noca

d) Outros que vierem a ser criados

Art. 36. São atribuições do Departamento Municipal de Cultura:

I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II - implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressem a diversidade étnica e social do Município;

V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII - promover o intercâmbio cultural a nível regional, nacional e internacional;

IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e

estaduais.

XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Regionais, Estaduais e Nacionais de Cultura;

XVII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 37. Ao Departamento Municipal de Cultura, como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC compete:

I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura - SMC;

II - promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura - SNC e ao Sistema Estadual de Cultura - SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite - CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural - CNPC;

V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

VI - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura - SNC e do Sistema Estadual de Cultura - SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal.

IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura - CMC.

SEÇÃO III

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 38. Constituem-se instâncias de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;

II - Conferência Municipal de Cultura - CMC;

Do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC

Art. 39. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, integrante da estrutura básica do Departamento Municipal de Cultura, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

§ 1º. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, na elaboração, acompanhamento da execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 2º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, por igual período, conforme regulamento do órgão a que representa.

§ 3º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial, na sua composição.

§ 4º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar a representação do Município de Balneário Rincão, por meio do Departamento Municipal de Cultura e suas instituições vinculadas, de outros órgãos do Governo Municipal.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 10 membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I - 5 membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

- a) Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- b) Secretaria Municipal de Administração e Finanças
- c) Secretaria Municipal de Assistência Social
- e) Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer

II - 5 membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, através dos seguintes setores e quantitativos:

- a) Literatura,
- b) Artes Cênicas (Teatro, Dança e circo);
- c) Artes visuais
- d) Patrimônio Material e Imaterial / Cultura Popular
- e) Música

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público serão designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil serão eleitos conforme Regimento Interno.

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município;

§ 4º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 41. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

- I - Plenário;
- II - Comissões Temáticas;
- III - Grupos de Trabalho;
- IV- Fóruns Setoriais e Territoriais.

Art. 42. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, compete:

- I - propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura - PMC;
- II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;
- III - colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e na Comissão Intergestores Bipartite - CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;
- IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura,

oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura.

V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura - PMC;

VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura - SNC;

X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;

XI - contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;

XII - acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Balneário Rincão para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura - SNC.

XIII - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina;

XIV - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;

XV - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XVI - delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias pertinentes;

XVII - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura - CMC.

XVIII - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

XIX - Apreciar e apresentar parecer sobre os termos de parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.

Parágrafo Único: O Plenário poderá delegar essa competência a outra instância do CMPC.

Art. 43. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 44. Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territoriais.

Art. 45. O Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura - SMC - territoriais e setoriais - para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Da Conferência Municipal de Cultura - CMC

Art. 46. A Conferência Municipal de Cultura - CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura

da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 1º. É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura - CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º. Cabe à Secretaria e/ou Diretora Municipal de Cultura convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, que se reunirá ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura - CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§ 3º. A Conferência Municipal de Cultura será precedida quando necessário por conferências setoriais e territoriais.

SEÇÃO IV

Dos Instrumentos de Gestão

Art. 47. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

- I - Plano Municipal de Cultura - PMC;
- II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;
- III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;
- IV - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

Do Plano Municipal de Cultura - PMC

Art. 48. O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 49. A elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade do Departamento Municipal de Cultura e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

- I- diagnóstico do desenvolvimento da cultura;
- II- diretrizes e prioridades;
- III- objetivos gerais e específicos;
- IV- estratégias, metas e ações;
- V- prazos de execução;
- VI- resultados e impactos esperados;
- VII- recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII- mecanismos e fontes de financiamento;
- IX- indicadores de monitoramento e avaliação.

Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC

Art. 50. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Balneário Rincão, que

devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Balneário Rincão:

- I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- II - Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;
- III - outros que venham a ser criados.

Do Fundo Municipal de Cultura - FMC

Art. 51. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FNC, vinculado ao Departamento Municipal de Cultura como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 52. O Fundo Municipal de Cultura - FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com despesas de manutenção administrativa do Governo Municipal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 53. São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

- I- dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Balneário Rincão e seus créditos adicionais, definida hoje em 1% do orçamento do município;
- II- transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- III- contribuições de mantenedores;
- IV- produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração do Departamento Municipal de Cultura; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;
- V- doações e legados nos termos da legislação vigente;
- VI- subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- VII- reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura - FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;
- VIII- retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- IX- resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;
- X- empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;
- XI- saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;
- XII- devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;
- XIII- saldos de exercícios anteriores; e
- XIV- outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 54. O Fundo Municipal de Cultura - FMC será administrado pelo Departamento Municipal de Cultura na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I- não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e

II- reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, o Departamento Municipal de Cultura definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 55. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 56. O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Poderá ser dispensada contrapartida financeira do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC, permanecendo a contrapartida social;

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 57. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 58. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura - FMC será contratada Comissão Técnica Especial de Seleção, com composição a ser definida, em cada edital, pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais.

Art. 59. A Comissão Técnica Especial de Seleção deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I - avaliação das três dimensões culturais do projeto - simbólica, econômica e social;

II - adequação orçamentária;

III - viabilidade de execução; e

IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

Do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC

Art. 60. Cabe ao Departamento Municipal de Cultura desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC é constituído de banco de dados referentes a bens, serviços, infra-estrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.

Art. 61. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC tem como objetivos:

I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura - PMC e sua revisão nos prazos previstos;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 62. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 63. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, e com institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

Do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC

Art. 64. Cabe ao Departamento Municipal de Cultura elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 65. O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC deve promover:

- I- a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;
- II- a formação nas áreas técnicas e artísticas.

SEÇÃO V

Dos Sistemas Setoriais

Art. 66. Para atender à complexidade e especificidades da área cultural serão constituídos, quando necessário, Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 67. As políticas culturais setoriais deverão seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura - CMC e do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 68. Os Sistemas Municipais Setoriais que venham a ser criados, integrarão o Sistema Municipal de Cultura, - SMC conformando subsistemas que se conectam à estrutura municipal e aos demais entes federativos, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo instituídos.

Art. 69. As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura - SMC serão estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas.

Art. 70. As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.

Art. 71. Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, seus colegiados e o Sistema Municipal de Cultura - SMC, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais deverão ter assento no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC com a finalidade de propor diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implementação.

TÍTULO III

DO FINANCIAMENTO

CAPÍTULO I

Dos Recursos

Art. 72. O Fundo Municipal da Cultura - FMC e o orçamento do departamento Municipal de Cultura e de suas instituições vinculadas são as principais fontes de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 73. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura - FMC.

Art. 74. O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos previstos no caput serão destinados a:

- I- políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual e/ou Municipal de Cultura;
- II- para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 75. Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

CAPÍTULO II

Da Gestão Financeira

Art. 76. Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pelo Departamento Municipal de Cultura e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§ 1º. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura - FMC serão administrados pelo Departamento Municipal de Cultura.

§ 2º. O Departamento Municipal de Cultura acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 77. O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

§ 1º. O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Municipal de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando sua diversidade.

Art. 78. O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III

Do Planejamento e do Orçamento

Art. 79. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura - SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

§ 1º. O Plano Municipal de Cultura será a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 80. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 81. O Município de Balneário Rincão deverá se integrar ao Sistema Nacional de Cultura - SNC por meio da assinatura do termo de adesão voluntária, na forma do regulamento.

Art. 82. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura - SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 83. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 20 de Junho de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração, em 20 de Junho de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário Municipal de Administração

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Lei 1041/2014

LEI Nº 1.041/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
31.09.01.08.244.0010	2.034	Manutenção e Ações do FMAS	
	44.90.00.00.00.00.00.0855	Aplicação Direta	5.000,00
TOTAL GERAL			5.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
21.09.01.08.244.0010	2.034	Manutenção e Ações do FMAS	
Dotação	44.90.00.00.00.00.00.700	Aplicação Direta	5.000,00
TOTAL GERAL			5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de junho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

Lei 1042/2014

LEI Nº 1.042/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Projeto Atividade	2.037	Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos	
144	3.3.90.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	40.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Projeto Atividade	2.037	Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos	
145	3.3.90.00.00.00.00.00.0744	Aplicações Diretas	10.000,00
ÓRGÃO	06.00	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.01	SEC. MUNIC. DE EDUCAÇÃO	
Projeto Atividade	2.038	Manutenção do Ensino Médio Profissional	
146	3.3.90.00.00.00.00.00.0701	Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL GERAL			60.000,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	04.00	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
Unidade Orçamentária	04.01	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
20.606.0004.1005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Máquinas e Implementos	
Dotação	44.90.00.00.00.00.00.742	Aplicações Diretas	60.000,00
TOTAL GERAL			60.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de junho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

Lei 1043/2014

LEI Nº 1.043/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 117.647,06 (Cento e dezessete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e seis centavos) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E R\$ FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
		Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	
143	44.90.00.00.00.00.00.00743	Aplicações Diretas	117.647,06
TOTAL GERAL			117.647,06

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal

autorizado a suplementar o valor de R\$ 100.000,00 (Cento mil reais) referente à Abertura de Crédito Adicional por conta de Convênio firmado junto à 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina derivado da Proposta Transferência nº0000013128 e anular o valor de R\$ 17.647,06 (Dezessete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e seis centavos), referente à contrapartida do Município, conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	04.00	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	R\$
Unidade Orçamentária	04.01	SEC. MUNIC. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL	
28-20.606.0004.1005	1.005	Aquisição de Caminhões, Tratores, Maquinas e Implementos	
Dotação	44.90.00.00.00.00.742	Aplicações Diretas	17.647,06
TOTAL GERAL			17.647,06

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de junho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

Lei 1044/2014

LEI Nº 1.044/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, para atuar nas questões referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Art. 2º. Compete ao Conselho de Alimentação Escolar - CAE:

I - Fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar;

II - Promover a fiscalização na elaboração dos cardápios dos

programas de alimentação escolar, observando se os mesmos estão respeitando os hábitos locais de alimentação, a vocação agrícola regional, dando preferência aos produtos in natura;

III - zelar pela qualidade dos alimentos em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias, bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber, analisar e remeter ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE -, com parecer conclusivo, as prestações de contas dos recursos recebidos à conta do PNAE, observados os dispositivos legais, bem como receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE, conforme prevê a Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação, ou não, da execução do Programa, observando os dispositivos legais;

V - comunicar à entidade executora a ocorrência de irregularidades se houver, com os gêneros alimentícios para que sejam tomadas as devidas providências;

VI - divulgar em locais públicos informações sobre os recursos financeiros do PNAE transferidos ao Município;

VII - Articular-se com órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração escolar ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuídas nas escolas municipais;

VIII - Sugerir critérios para distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino municipais;

IX - Articular-se com as escolas municipais, conjuntamente com os órgãos de educação do Município, motivando-se na criação de hortas, granjas e de pequenos animais de corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

X - Realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;

XI - Exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como sobre a limpeza dos locais de armazenamento;

XII - Promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às escolas municipais;

XIII - Levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçamentar e avaliar o programa no Município;

XV - Realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;

Parágrafo Único: A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo do órgão de Educação do Município.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º. O Conselho de Alimentação Escolar - CAE - terá a seguinte composição:

I - um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder;

II - dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicado pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registradas em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

III - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§ 1º. Cada membro titular do CAE terá um suplente da mesma categoria representada, com exceção dos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer um dos segmentos citados no referido inciso.

§ 2º. O CAE terá 1(um) Presidente e 1(um) Vice-Presidente, eleitos entre os membros titulares, por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez.

§ 3º. O Presidente e/ou Vice-Presidente poderá(ao) ser destituído(s), em conformidade ao disposto no Regimento Interno do CAE, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato.

§ 4º. A escolha do Presidente e do Vice-Presidente somente deverá recair entre os representantes previstos nos incisos II, III e IV, deste artigo.

§ 5º. A nomeação dos membros do CAE será formalizada por ato do Executivo Municipal.

§ 6º. Após a nomeação dos membros do CAE as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I - mediante renúncia expressa do conselheiro;

II - por liberação do segmento representado;

III - pelo não comparecimento às sessões do CAE, observada a presença mínima estabelecida no Regimento Interno; e

IV - pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno de cada Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

§ 7º. Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do CAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pelas Entidades Executoras.

§ 8º. Nas situações previstas no § 6º, o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do cargo, mantido a exigência de nomeação por decreto ou portaria emanado do poder competente, conforme incisos I, II, III e IV deste artigo.

§ 9º. No caso de substituição de conselheiro do CAE, na forma do § 7º, o período do seu mandato será para completar o tempo restante daquele que foi substituído.

Art. 4º. O exercício do mandato de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado.

Art. 5º. Os Conselheiros que faltarem, sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões intercaladas serão excluídos do CAE e substituídos pelos respectivos suplentes.

Art. 6º. Os membros do CAE terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos respectivos segmentos.

Parágrafo Único: Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar.

Art. 7º. O CAE reunir-se-á ordinariamente bimestralmente e extraordinariamente na forma que dispuser seu Regimento Interno.

§ 1º. Todas as reuniões do CAE serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

§ 2º. As resoluções do CAE serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 8º. O Regimento Interno do CAE será elaborado e aprovado pelos seus membros, no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

Parágrafo Único: A aprovação ou as modificações no Regimento Interno do CAE somente poderão ocorrer pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo Municipal, quando for o caso, autorizado a abrir crédito especial para cobrir despesas de instalação e funcionamento do CAE, especialmente aquelas relacionadas à convocação e divulgação.

Art. 10. O Município deve:

I - garantir ao CAE, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;

b) disponibilidade de equipamento de informática, e;

c) disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio, com vistas a desenvolver as atividades com competência e efetividade.

II - fornecer ao CAE, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O Programa de Alimentação Escolar será executado com:

I - recursos próprios do Município consignados no orçamento anual;

II - recursos transferidos pela União e pelo Estado;

III - recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogando todas as disposições em contrário, em especial, as Leis Municipais nº 036, de 18 de agosto de 1997, nº 180 de 30 de agosto de 2000, nº 204 de 10 de abril de 2001, nº 520 de 05 de fevereiro de 2007 e nº 825 de 20 de janeiro de 2012.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de junho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

Lei 1045/2014

LEI Nº 1.045/2014, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
86-12.365.0005-2.022	2.014	Construções, Ampliações e Reformas de CEIs	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0741	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL GERAL	50.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), referente à Abertura de Crédito Adicional por conta de Convênio nº 2014TR001467 realizado junto à 26ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de junho de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda desta Prefeitura, na data supra.

Biguaçu

PREFEITURA

Republicação PP 151/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 151/2014 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 151/2014 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA O RECANTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - RE-CRIA", fica republicada a mesma para a seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 24/07/2014, até 13:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 24/07/2014, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 9 de julho de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 096/2014

DECRETO Nº 096/2014 DE 08 DE JULHO DE 2014.

DA NOVA REDAÇÃO AO ART. 3º, DO DECRETO 100/2010, DE 15 DE JULHO DE 2010, E REVOGA O DECRETO Nº 027/2014, DE 10 DE MARÇO DE 2014.

José Castelo DesCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Biguaçu;

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º do Decreto 100/2010, de 15 de julho de 2010, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Ficam nomeados e homologados os membros não natos, da Comissão para Gestão Associada para o Fornecimento de Água e o Serviço de Coleta de Esgoto entre a CASAN e o Município de Biguaçu, a qual terá a seguinte composição:

I - REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Aliny Borba Oliveira - Gerente de Controle de Pagamentos

Genivalda Ronconi de Amorim - Superintendente de Engenharia

Luana Schmitt Monteiro - Gerente de Habitação de Uso e Parcelamento de Solo

Rodrigo Trajano dos Santos - Procurador Adjunto do Município.

Art. 2º Este decreto entra vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 027/2014, de 10/03/2014 e demais disposições em contrário.

Biguaçu, 08 de julho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

Lei Nº 3492/2014

LEI Nº 3492/2014 DE 07 DE JULHO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA A RUA PEDRO PAULO DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Pedro Paulo de Souza, a via pública que possui extensão de 150,00 metros e se inicia partindo da Rua da Amizade, bairro Rio Caveiras, no Loteamento Jardim Petry, com coordenadas 27º30'41.0131" Sul e com coordenadas 48º38'52.1650" Oeste. A via pública termina na rótula, com coordenadas 27º30'37.3693" Sul e com coordenadas 48º 38' 56.1684" Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 07 de julho de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Lei nº 3492/2014, de 07/07/2014

Sancionada em 07/07/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

Lei Nº 3491/2014

LEI Nº 3491/2014 DE 07 DE JULHO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA A RUA DA AMIZADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua da Amizade, a via pública que possui extensão de 168,00 metros e se inicia partindo da Rua João Manoel Ferreira, 1ª à direita, a qual começa na perpendicular da Rua Idelfonso Manoel Jacques, bairro Rio Caveiras, no Loteamento Jardim Petry, com coordenadas 27º30'42.5722" Sul e com coordenadas 48º38'53.9841" Oeste. A via pública termina na frente da residência do Senhor André José dos Santos, com coordenadas 27º30'39.4588" Sul e com coordenadas 48º 38' 49.0407" Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 07 de julho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3491/2014, de 07/07/2014
Sancionada em 07/07/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

Lei Nº 3490/2014

LEI Nº 3490/2014 DE 07 DE JULHO DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA A RUA HERMANN VIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua Hermann Vieira a via pública que inicia-se a primeira a esquerda, passando a Rua Francisco Venceslau de Farias, partindo da Rua João Luiz Duarte, latitude 27°32'01.48" Sul e longitude 48°38'25.63" Oeste e finaliza no encontro com a Rua Edilar Ângelo Valter, esquina da área de lazer Juventino Lima de Oliveira, latitude 27°32'15.38" Sul, longitude 48°38'48.65", bairro Bom Viver, município de Biguaçu.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto Legislativo nº 7/88.

Biguaçu, 07 de julho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3490/2014, de 07/07/2014
Sancionada em 07/07/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.157/2013 - Processo: Convite - CV Nº 82/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 10.157/2013
Processo: Convite - CV Nº 82/2013 - FMS

Objeto: REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DE SOROCABA DE FORA.

Fornecedor: LUIZ FABIANO DA SILVEIRA ME

Vigência: de 01/07/2014 a 01/09/2014.

Valor: R\$ 14.938,29 (quatorze mil novecentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.043/2014 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 20/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.043/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 20/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: TECNOART COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA - ME

Valor: R\$ 11.713,20

Vigência: 16/06/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.042/2014 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 20/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.042/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 20/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: LUIZ FERNANDO SEBOLD - ME

Valor: R\$ 442,50

Vigência: 16/06/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Decreto Nº 091/2014

DECRETO Nº 091/2014 DE 01 DE JULHO DE 2014.
RECEBE DOAÇÃO DE ÁREA DECRETADA DE UTILIDADE PÚBLICA, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE JOSÉ VITORINO MEURER E CLAUDIO GUESSER OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente. DECRETA:

Art. 1º O Município de Biguaçu recebe doação de parte do imóvel decretado de utilidade pública, de propriedade de José Vitorino Meurer e Claudio Guesser ou a quem de direito for, descrito e

caracterizado conforme matrícula nº 3.768, livro 2-S, fls. 11, do Registro de Imóveis - Comarca de Biguaçu, e certidões atualizadas, plantas topográficas e memoriais em anexo, objetivando o interesse social, das áreas que atingem as Ruas Aloysio Pedro Meurer e Nossa Senhora Aparecida, descritas abaixo:

I - SITUAÇÃO ATUAL: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P21, deste, segue com uma distância de 208,00 m, confrontando neste trecho com terras de Longino Richartz, até o ponto P24, deste, segue com uma distância de 228,00 m, confrontando neste trecho com terras de Antônio Martendal, até o ponto P25, deste, segue com uma distância de 208,00 m, confrontando neste trecho com a Estrada que segue para Forquilha, até o ponto P1, até o ponto P2, até o ponto P20, deste, seguem com uma distância de 228,00 m, todas confrontando neste trecho com terras de José João de Souza, até o P21 ponto inicial da descrição deste perímetro, Perfazendo uma área de 47.424,00 m². Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, tendo como o Datum o SIRGAS 2000.

ÁREA ATINGIDA PELA RUA ALOYSIO PEDRO MEURER: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P1, deste, segue com uma distância de 72,11 m, confrontando neste trecho com terras de José João de Souza, até o ponto P2, deste, segue com uma distância de 8,17 m, confrontando neste trecho com a Rua Nossa Senhora Aparecida, até o ponto P3, deste, segue com uma distância de 89,23 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P4, deste, segue com uma distância de 34,49 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P5, deste, segue com uma distância de 26,83 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P6, deste, segue com uma distância de 6,71 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P7, deste, segue com uma distância de 25,67 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P8, deste, segue com uma distância de 22,03 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P9, deste, segue com uma distância de 55,24 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P10, deste, segue com uma distância de 8,02 m, confrontando neste trecho com a Rua Geral Santa Cruz, até o ponto P11, deste, segue com uma distância de 54,62 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P12, deste, segue com uma distância de 19,95 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P13, deste, segue com uma distância de 22,55 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P14, deste, segue com uma distância de 2,03 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P15, deste, segue com uma distância de 22,98 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P16, deste, segue com uma distância de 32,55 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P17, deste, segue com uma distância de 166,79 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P18, deste, segue com uma distância de 7,89 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários até o ponto P19, deste, segue com uma distância de 18,74 m, confrontando neste trecho com a Rua Geral Santa Cruz, até o ponto P1, ponto inicial da descrição deste perímetro, Perfazendo uma área de 2.684,36 m². Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, tendo como o Datum o SIRGAS 2000.

ÁREA ATINGIDA PELA RUA NOSSA SENHORA APERECIDA: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P21, deste, segue com uma distância de 8,76 m, confrontando neste trecho com terras de Longino Richartz, até o ponto P22, deste, segue com uma distância de 80,79 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P23, deste, segue com uma distância de 66,25 m, confrontando neste trecho com terras dos proprietários, até o ponto P3, deste, segue com uma distância de 8,17 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P2,

deste, segue com uma distância de 68,96 m, confrontando neste trecho com terras de José João de Souza, até o ponto P20, deste, segue com uma distância de 86,93 m, confrontando neste trecho com terras de José João de Souza, até o P21, ponto inicial da descrição deste perímetro, Perfazendo uma área de 1.364,85 m². Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, tendo como o Datum o SIRGAS 2000.

ÁREA REMANESCENTE 01: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P22, deste, segue com uma distância de 199,24 m, confrontando neste trecho com terras de Longino Richartz, até o ponto P24, deste, segue com uma distância de 228,00 m, confrontando neste trecho com terras de Antônio Martendal, até o ponto P25, deste, segue com uma distância de 63,77 m, confrontando neste trecho com a Rua Geral Santa Cruz, até o ponto P10, deste, segue com uma distância de 55,24 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P9, deste, segue com uma distância de 22,03 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P8, deste, segue com uma distância de 25,67 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P7, deste, segue com uma distância de 6,71 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P6, deste, segue com uma distância de 26,83 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P5, deste, segue com uma distância de 34,49 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P4, deste, segue com uma distância de 89,23 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P3, deste, segue com uma distância de 66,25 m, confrontando neste trecho com a Rua Nossa Senhora Aparecida, até o ponto P23, deste, segue com uma distância de 80,79 m, confrontando neste trecho com a Rua Nossa Senhora Aparecida, até o ponto P22, ponto inicial da descrição deste perímetro, Perfazendo uma área de 22.459,57 m². Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, tendo como o Datum o SIRGAS 2000.

ÁREA REMANESCENTE 02: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P18, deste, segue com uma distância de 166,79 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P17, deste, segue com uma distância de 32,55 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P16, deste, segue com uma distância de 22,98 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P15, deste, segue com uma distância de 2,03 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P14, deste, segue com uma distância de 22,55 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P13, deste, segue com uma distância de 19,95 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P12, deste, segue com uma distância de 54,62 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P11, deste, segue com uma distância de 136,21 m, confrontando neste trecho com a Estrada Geral Santa Cruz, até o ponto P19, deste, segue com uma distância de 7,89 m, confrontando neste trecho com a Rua Aloysio Pedro Meurer, até o ponto P18, ponto inicial da descrição deste perímetro, Perfazendo uma área de 20.915,22 m². Todas as coordenadas aqui descritas encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, tendo como o Datum o SIRGAS 2000.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a receber a doação da área decretada de utilidade pública a que se refere o artigo anterior, conforme autoriza o artigo 12, alínea a, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, sendo que as partes das seguintes áreas se fazem necessárias para regularizar as RUAS NOSSA SENHORA APERECIDA e ALOYSIO PEDRO MEURER.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de Julho de 2014.
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

73ª Convocação Para O Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU
SECRETARIA DA SAÚDE
Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000
FONE/FAX: (48) 3039 8500

73ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 15/07/2014, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 10 de julho de 2014.

Leandro Adriano de Barros
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1047 - Farmacêutico
01 - Gisele Angélica Dias Favretto

Cargo - Lotação 1050 - Fisioterapeuta
04 - Ariana Machado Toriy

Cargo - Lotação 2018 - Agente de Endemias
09 - Patrícia Tiburcio Meura Queiroz
10 - Karoline Portilho

Cargo - Lotação 2083 - Técnico de Enfermagem
22 - Gabriela Cristini de Carvalho

Cargo - Lotação 3010 - Agente Comunitário de Saúde - Bom Viver
12 - Marilza AP G de Lima

Cargo - Lotação 3023 - Agente Comunitário de Saúde - Cachoeiras
08 - Bianca Oliveira da Silva

Cargo - Lotação 3071 - Agente Comunitário de Saúde - Jardim Janaina

10 - Tatiane Lucas

Cargo - Lotação 3085 - Agente Comunitário de Saúde - Marco Antônio
06 - Jhenifer Apolinario

Cargo - Lotação 3112 - Agente Comunitário de Saúde - Rio Caveiras
08 - Marianna Jacinto da Silva

Cargo - Lotação 3160 - Agente Comunitário de Saúde - Vendaval
02 - Iriane Aparecida Rosa Carminatti
03 - Jaqueline Luz

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 164/2014 de 08 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 164/2014, DE 08 DE JULHO DE 2014.

NOMEIA SRA. ALEXANDRA DOS SANTOS VARGAS AO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. ALEXANDRA DOS SANTOS VARGAS, portadora do CPF sob nº. 036.551.409-83, inscrita na matrícula sob nº 683-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para ocupar o cargo em Comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO, código 0004, nível CC-06, com direito a percepção da remuneração ao padrão constante na Lei nº 755/2010 de 917/2013 de 08 de dezembro de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 08 de Julho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 165/2014 de 09 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 165/2014, DE 09 DE JULHO DE 2014.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA Servidora Municipal SRA. JUCILHIANE TESKE, matrícula nº 668-8, portadora do CIC sob. nº 047.059.149-88, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Supervisora Administrativa, nomeada em 05/05/2014 através da Portaria nº 107/2014, sendo sua exoneração a partir de 10 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 09 de julho de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

615.07.14 - P. Des. Profissional Enferm. Wania Ap. F. Lins

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 615/14 de 07.07.14

Designa Profissional de Enfermagem Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Resolve:

Wania Aparecida Fernandes de Lins, para exercer o cargo de Profissional de Enfermagem - Nível - 09, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Equipe Saúde da Família - ESF - Bairro Capistrano, a contar do dia 07 de julho de 2014 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

616.07.14 - P.Des. Sonia M. S. Peres

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 616/14 de 07.07.14

Designa Auxiliar de Enfermagem Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, X da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Sonia Marcia da Silva Peres, para atuar como Auxiliar de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de julho com término no dia 31 de dezembro de 2014, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública 04/2014, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão I, Nível 3, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Equipe Saúde

da Família - ESF - Bairro Capistrano, do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

617.07.14 - P.Des. Marlene H. Almeida

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 617/14 de 07.07.14

Designa Auxiliar de Enfermagem Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, X da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Marlene Hinckel de Almeida, para atuar como Auxiliar de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de julho com término no dia 31 de dezembro de 2014, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Chamada Pública 04/2014, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão I, Nível 3, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - US - Bairro São José, do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

618.07.14 - P. Lic. Atribui Grat. Sonia Marcia da Silva Peres

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 618/14 de 07.07.14

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Sonia Marcia da Silva Peres, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei

Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 07 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

619.07.14 - P. Lic. Atribui Grat. Marlene H. Almeida
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 619/14 de 07.07.14
Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Marlene Hinckel de Almeida, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 07 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

620.07.14 - P. Férias Eliane Alves
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 620/14 de 07.07.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) a Funcionária Eliane Alves, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para gozá-las a contar de 07 de julho com término no dia 05 de agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

621.07.14 - P. Férias Valmir dos Santos
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 621/14 de 07.07.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao Funcionário Valmir dos Santos, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 07 de julho com término no dia 05 de agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

622.07.14 - P. Férias Daniel J. Cruz
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 622/14 de 07.07.14
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao Funcionário Daniel Jucundino da Cruz, Ocupante do cargo de Operador de Máquina Rodoviária - Padrão I - Nível 05, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 07 de julho com término no dia 05 de agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

623.07.14 - P. Lic. Trat. Adriana Z. Capistrano

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 623/14 de 07.07.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 03 de julho de 2014, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

624.07.14 - P. Lic. Premio Angelita Ap. Borges

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 624/14 de 08.07.14
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 070/14 de 04.07.12, e despacho em 08.07.12, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, e os 45 (quarenta e cinco) dias restantes a serem usufruídas a partir do dia 04 de julho de 2014 até o dia 17 de agosto de 2014, correspondente ao quinquênio 2007 (Dois Mil e Seis) a 2012 (Dois Mil e Onze); a funcionária Angelita Aparecida Borges, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

625.07.14 - P.Des. Prof. Magdalena M. T. Deucher

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 625/14 de 08.07.14

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Magdalena Magali Aparecida Tavares Deucher, para atuar como Professora 30 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Patrícia Deucher, no período de 07 de julho com término no dia 17 de agosto de 2014, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Angelita Aparecida Borges que se encontra em Licença Prêmio.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

626.07.14 - P.Lic. Mot. P. Fam. Leni França

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 626/14 de 08.07.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 07 de julho de 2014, a funcionária Leni França, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

627.07.14 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Jucelene G. S. Abreu

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 627/14 de 08.07.14
Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 12 de agosto de 2014, a funcionária Jucelene Goedert Santos de Abreu, Ocupante do cargo Assistente Administrativo - Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

628.07.14 - P. Lic. Gestação Patricia M. Hoffmann

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 628/14 de 08.07.14
Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 76 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o atestado médico apresentado e do requerimento protocolado sob. N.º 071/2014 de 08 de julho de 2014, 120 (Cento e Vinte) dias de licença gestação a contar do dia 28 de junho com término no dia 25 de outubro de 2014 a funcionária Patricia Michells Hoffmann, Ocupante do cargo de Professora - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de julho de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 21 2013 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 1/13

Número do Registro de Preços: 21/2013			Data do Registro: 10/07/2013			Válido até: 10/07/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	Fio flexível 1,5mm (6774)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	0,6000	1	
2	Fio flexível 2,5mm (6775)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,0000	1	
3	Fio flexível 4,0mm (6776)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,6000	1	
4	Fio flexível 6,0mm (6777)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	2,2300	1	
5	Fio flexível 10,0mm (6778)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	4,1100	1	
6	Cordão paralelo 2x1,5 (6779)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PREMIUM	0	1,3700	1	
7	Cordão paralelo 2x2,5 (6780)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PREMIUM	0	2,1300	1	
8	Cabo de rede RJ 45 (6781)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,4400	1	
9	Lâmpada fluorecente 20 wts (6782)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	4,5600	1	
10	Lâmpada fluorecente 40 wts (6783)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	4,5600	1	
11	Starter 20 wts (6784)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	1,2600	1	
12	Starter 40 wts (6785)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	1,2600	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 2/13

Número do Registro de Preços: 21/2013			Data do Registro: 10/07/2013		Válido até: 10/07/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Lâmpada econômica 26 wts (6786)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGTH	0	11,3000	1
14	Lâmpada incandescente 100 wts (6787)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SILVANIA	0	2,9300	1
15	Lâmpada mista 160 wts (6788)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	11,4000	1
16	Lâmpada mista 250 wts (6789)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	21,8300	1
17	Lâmpada vapor mercúrio 400 wts (6790)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	32,6600	1
18	Reator convencional 20 wts (6791)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	15,1500	1
19	Reator convencional 40 wts (6792)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	15,9800	1
20	Reator eletrônico 20wts (6793)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	17,0000	1
21	Reator eletrônico 40wts (6794)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	18,9600	1
22	Reator eletrônico 2x20 wts (6795)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	19,6600	1
23	Reator eletrônico 2x40 wts (6796)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	25,6300	1
24	Tomada universal sistema X (6797)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	7,4100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 3/13

Número do Registro de Preços: 21/2013			Data do Registro: 10/07/2013		Válido até: 10/07/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Canaleira 20x40 2,20mts (6799)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	9,0000	1
26	Disjuntor nema 15/20/30 amp (6800)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	7,8600	1
27	Disjuntor dim 10/16/25/32 amp (6801)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	6,7300	1
28	Disjuntor nema 35/40/50 amp (6802)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	24,8600	1
29	Soquete fixo (6803)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	2,7500	1
30	Soquete pendente (6804)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	2,4100	1
31	Poste padronizado 7 mts (6805)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	279,9600	1
32	Poste padronizado 8 mts (6806)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	329,6300	1
33	Torneira elétrica articulada (6811)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EASY LOREN	0	147,8300	1
34	Abraçadeira de pressão (6812)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	1,3000	1
35	Caixa para 01 disjuntor sobrepor (6813)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	5,0000	1
36	Caixa para 03 disjuntor sobrepor (6814)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	14,9300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 4/13

Número do Registro de Preços: 21/2013		Data do Registro: 10/07/2013		Válido até: 10/07/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

37	Fita isolante 10 mts (6815)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	2,8600	1
38	Interruptor 1 tecla sistema X (6816)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	5,7600	1
39	Luminária 2x40 completa (6817)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	56,6300	1
40	Luminária 2x20 completa (6818)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	38,7600	1
41	Luminária 1x40 completa (6819)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	39,5000	1
42	Luminária 1x20 completa (6820)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	31,1600	1
43	Pino para extensão (6821)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	2,6600	1
44	Pino fêmea para extensão (6822)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	2,8300	1
45	Tomada fone sobrepor (6823)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	6,8300	1
46	Caixa universal para canaleta 2x4 (6824)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	3,9500	1
47	Luminária para poste com braço (6825)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	42,8600	1
48	Refletor 250 wts (6826)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	31,6600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 5/13

Número do Registro de Preços: 21/2013		Data do Registro: 10/07/2013		Válido até: 10/07/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Filtro de linha 5 saídas (6827)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	22,1000	1
50	Bomba submersa 975 wts 1 pol. (6828)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUZZI	0	214,5500	1
51	Resistência para torneira elétrica 4400 wts (6829)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LORENZETTE	0	11,3800	1
52	Resistência para chuveiro 5400 wts (6830)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LORENZETTE	0	11,3800	1
53	Mangueira trançada multiuso (6831)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANTAC	0	3,4800	1
54	Rele fotoelétrico com base (6832)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EXATRON	0	32,6300	1
55	Lâmpada econômica 40 wts (6833)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALUMBRA	0	29,9600	1
56	Haste terra 1 mt (7940)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	12,6600	1
57	Presilha p/ haste terra (7941)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	3,2500	1
58	Luminária de emergência 2x8wts (7942)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	33,3300	1
59	Chuveiro elétrico 700W (7943)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LORENZETTE	0	88,6300	1
60	Roldana PVC 36x36 (7944)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	0,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 6/13

Número do Registro de Preços: 21/2013		Data do Registro: 10/07/2013		Válido até: 10/07/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Filtro de linha ADSL (7945)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	8,7100	1
62	Silicone 280gr (7947)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	8,8100	1
63	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ADERE	0	8,4000	1
64	FIO TELEFONE FE 100 (424)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	0,5300	1
65	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4 (754)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	0,7300	1
66	Caixa luz PVC 2x4 (7948)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MANPLEX	0	0,7100	1
67	Cabo Coaxial (7949)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,0500	1
68	Cabo multiplexado duplex 10mm (7950)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	2,7300	1
69	Sensor de presença (7951)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	35,6600	1
70	Reator vapor mercúrio 400wts (7952)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	67,3300	1
71	Eleiro-boia 15 amperes (7953)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	KITS BRASIL	0	28,5000	1
72	Temporizador digital (7954)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	60,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 7/13

Número do Registro de Preços: 21/2013		Data do Registro: 10/07/2013		Válido até: 10/07/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

73	Grampo fixa fio (7955)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	1,3300	1
74	Disjuntor Trifásico 40 amperes (11107)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	41,7500	1
75	Mangureira luminosa led (7957)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	9,9100	1
76	Cabo de força p/ mangueira luminosa led (7958)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	11,0100	1
77	Lâmpada incandescente 40 wts (7959)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SILVANIA	0	2,4500	1
78	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	17,2100	1
79	Eletroduto PVC 3/4 (7961)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	5,0800	1
80	Eletroduto PVC 1" (7962)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	7,9600	1
81	Caixa para medidor trifásico (7963)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	OLIPE	0	99,6600	1
82	Caixa para medidor monofásica (7964)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	OLIPE	0	46,9600	1
83	Conector porcelana 10mm (7965)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERMER	0	3,3400	1
84	Extensão cabo P.P. 2x1mm 10mt (7966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	21,3600	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 8/13

Número do Registro de Preços: 21/2013		Data do Registro: 10/07/2013		Válido até: 10/07/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Cabo P.P 2x1,5mm (7967)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PREMIUM	0	1,9000	1
86	Cabo P.P 2x2,5mm (7968)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PREMIUM	0	3,0000	1
87	Cabo P.P 3x2,5mm (7969)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PREMIUM	0	4,1300	1
88	Lâmpada econômica 16wts cores (7970)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TASCHIBRA	0	15,4600	1
89	Lâmpada vapor metálica 400wts cores (7971)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	61,3000	1
90	Isolador de porcelana 72x72 (7972)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERMER	0	3,2600	1
91	Cinta aço inox 1mt (7973)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	3,2000	1
92	Presilha para cinta inox (7974)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	0,7100	1
93	Tubo galvanizado NBR 5598 1" 6mt (7975)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	129,0000	1
94	Fita auto fusão 10 mts (7478)	PC	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	8,9600	1
95	Mangueira luminosa cores (7977)	M	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	4,4000	1
96	Cabo força para mangueira luminosa (7978)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	5,9700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 9/13

Número do Registro de Preços: 21/2013		Data do Registro: 10/07/2013		Válido até: 10/07/2014				
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
97	Lâmpada par 20 colorida 50 wts (8959)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	G LIGHT	0	16,2900	1	
98	Tomada sistema x 20 amp (8960)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	7,8800	1	
99	Alça pré-formada (8961)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	2,3300	1	
100	Abraçadeira tipo u 3/4 (8962)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	0,6300	1	
101	Bucha plástica 6mm (8963)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	0,0600	1	
102	Bucha plástica 8mm (8964)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	0,0700	1	
103	Bucha plástica 10mm (8965)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	0,1300	1	
104	Ventilador teto c/ luz (8966)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	123,1600	1	
105	Exaustor industrial 40 cm (8967)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VENTISOL	0	162,8800	1	
106	Extensão cabo pp 3 metros (8968)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	14,4800	1	
107	Extensão cabo pp 5 metros (8969)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	18,6600	1	
108	Chave bipolar liga e desliga 10 amp (8970)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	21,5000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 10/13

Número do Registro de Preços: 21/2013		Data do Registro: 10/07/2013		Válido até: 10/07/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Isolador olhal de porcelana (8971)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERMER	0	4,1000	1
110	Soquete fixo de porcelana curvo (8972)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERMER	0	5,0000	1
111	Caixa de aterramento pequena (8973)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	13,9600	1
112	Haste terra padrão celest (8974)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCESA	0	51,1800	1
113	Conector para haste padrão celest (8975)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCESA	0	7,3800	1
114	Fio sólido 1,5mm (8976)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	0,6500	1
115	Fio sólido 2,5mm (8977)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,0300	1
116	Fio sólido 4mm (8978)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	1,6000	1
117	Fio sólido 6mm (8979)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	2,3400	1
118	Fio sólido 10mm (8980)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	4,1100	1
119	Cordão paralelo 2x4mm (8981)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PREMIUM	0	3,3500	1
120	Contador de potência 1-16A (8982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	105,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 11/13

Número do Registro de Preços: 21/2013			Data do Registro: 10/07/2013		Válido até: 10/07/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Chave magnetica 10 cv (8983)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	147,3300	1
122	Cabo pp 3,2x5 (8984)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PREMIUM	0	3,9500	1
123	Cabo sentenax 1-kv 10mm (8985)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	5,5000	1
124	Cabo sentenax 1 kv 16mm (8986)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SIL	0	8,2300	1
125	Capacitor para ventilador 2 fios (8987)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FOX LUX	0	7,8900	1
126	Pino adaptador (T) (7939)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	5,5000	1
127	Mangueira corrugada 1 (8988)	MTS	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAMPLEX	0	1,1700	1
128	Caixinha de luz 4x2 (8989)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MEC TRONIC	0	0,7100	1
129	Foto célula (11108)	UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EXATRON	0	39,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 12/13

Número do Registro de Preços: 21/2013 Data do Registro: 10/07/2013 Válido até: 10/07/2014

Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
130	Serviço de mão-de-obra elétrica (7120)	HR	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GRILLO INST.E	0	29.8300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2013

Página: 13/13

Número do Registro de Preços: 21/2013		Data do Registro: 10/07/2013		Válido até: 10/07/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de material elétrico e serviços de mão de obra elétrica para manutenção das edificações pertencentes a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2013
PROCESSO Nº 41/2013

(8293) - GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME

Braço do Trombudo, 10 de Julho de 2013.

Brunópolis

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 38/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 38/2014 - Edital de Pregão Presencial nº 32/2014

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h30min do dia 22/07/2014, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 16h30min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 60

DECRETO Nº 60/2014

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis,

RESOLVE

Art.1º. Nomear os servidores abaixo relacionados sobre a presidência do primeiro, para integrar a Comissão de Avaliação de bens inservíveis para uso da Administração Municipal:

I - Miriam Karla Maciel, matrícula nº 280, CPF nº 044.283.039-47, Presidente;

II - Ricardo Rafael Cordeiro, matrícula nº 752, CPF nº 038.221.729-28, Membro;

III - Cleomar de Oliveira, matrícula nº 024, CPF nº 820.488.519-91, Membro.

Art. 2º. Compete a Comissão examinar os bens móveis, procedendo à respectiva avaliação e os declarando expressamente como inservíveis para uso da Administração Municipal, indicando, ainda, se possuem valor comercial ou se serão baixados como sucata.

Parágrafo único - Para o bom andamento dos trabalhos, a comissão além de vistoriar os bens poderá solicitar registros e relatórios junto aos departamentos competentes.

Art.3º. A Comissão terá o prazo de trinta dias para realização dos trabalhos e entrega do competente laudo ao Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 09 de julho de 2014.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Brusque

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 075/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO nº 075/2014
PREGÃO nº 042/2014

OBJETO: Prestação de serviços de conserto de roçadeiras, motores estacionários e motosserras, com fornecimento de peças.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública, no horário definido no edital e observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura. 04/07/2014.

JOSEANA PAES LOPES
Pregoeira da Administração Pública Municipal
Portaria nº 8.938/2014

Portaria Nº 082/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 082/2014

O PREFEITO MUNICIPAL e o DIRETOR PRESIDENTE do SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 147/09, os candidatos, abaixo nominados, habilitados em concurso público promovido por este Município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 07/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23/04/2014, para o provimento dos seguintes cargos efetivos:

Cargo: Agente de Serviços Especiais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
MARCELO PAZA	3
VALDOMIRO VARRIENTO DOS SANTOS	4

Cargo: Agente Hidráulico

NOME	CLASSIFICAÇÃO
JOSE RAIMUNDO SILVA PEREIRA	4

Cargo: Agente de Obras

NOME	CLASSIFICAÇÃO
EVANDRO DE BRITO CARDOSO	4

Cargo: Mecânico

NOME	CLASSIFICAÇÃO
MARCIO ROBERTO BIANCHESSI	1

Cargo: Operador de Máquinas

NOME	CLASSIFICAÇÃO
JOÃO AGUINALDO DA SILVA	1

Art. 2º Nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, fixar o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 08/07/2014.

Brusque, 07 de julho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal de Brusque

ROGÉRIO RISTOW
Diretor Presidente do SAMAE

Portaria N.º 85/2014 SAMAE PORTARIA N.º 85/2014

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 137 da Lei Complementar n.º 147 de 25 de setembro de 2009 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

1) Conceder Licença Sem Vencimentos, a pedido, para o servidor GUILMAR HAHN VARELA, para tratar de interesses particulares por quatro anos, a contar de 11 de julho de 2014.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 08 de julho de 2014.
ROGERIO RISTOW
Diretor Presidente do SAMAE

Extrato do Contrato de Financiamento Nº 0400892-59/14

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0400892-59/14 Contrato de Financiamento que entre si fazem a Caixa Econômica Federal e o Município de Brusque/SC, destinado à execução de obras/serviços no Município de Brusque/SC no âmbito do Programa PRÓ-TRANSPORTE. Valor do Contrato: R\$ 36.260.952,40 (trinta e seis milhões, duzentos e sessenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos), sendo R\$ 34.447.904,78 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, novecentos e quatro reais e setenta e oito centavos) de financiamento e R\$ 1.813.047,62 (um milhão, oitocentos e treze mil, quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos) de contrapartida.

Extrato do Contrato de Financiamento Nº 0400886-71/14

EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0400886-71/14 Contrato de Financiamento que entre si fazem a Caixa Econômica Federal e o Município de Brusque/SC, destinado à execução de obras/serviços no Município de Brusque/SC no âmbito do Programa PRÓ-TRANSPORTE. Valor do Contrato: R\$ 13.739.047,60 (treze milhões, setecentos e trinta e nove mil, quarenta e sete reais e sessenta centavos), sendo R\$ 13.052.095,22 (treze milhões, cinquenta e dois mil, noventa e cinco reais e vinte e dois centavos) de financiamento e R\$ 686.952,38 (seiscentos e oitenta e seis mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos) de contrapartida.

Portaria Nº 9.199, de 04 de Julho de 2014

PORTARIA Nº 9.199, DE 04 DE JULHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 26 de junho de 2014, para provimento do cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL conforme abaixo nominados:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
672	SARAH ALVES CONCEI- CAO BONFIM	01
248	ANDREISE RENSI GARTNER	02
8235	ALINE DJULEI MONGUI- LHOTT MACHADO	03
1230	EDNA MARIA BARBOSA	04
7039	ROSELIS MARGUIT PEHNK	05
1882	DANIELI CAMARGO	06
5942	LUCIEI THILL BARBOSA DOS SANTOS	07
3769	MARIA BERNADETE DOS SANTOS ARAUJO	08
950	FRANCIELE KLABUNDE SENS	09
5450	MARIZE APARECIDA CASAGRANDE	10
2650	DENIZE APARECIDA MULLER	11
5626	EDINA APARECIDA TRINDADE COSTA	12
391	FERNANDA ATANASIO DOS SANTOS KRETZS- CHMAR	13
7016	DAIANA SCHLOSSER	14
6761	JOVANI APARECIDA REIS GRACIA	15
2832	ELAINE BURG ALVES DO AMARAL	16
9165	ROSIELLEN PATRICIA MARQUES	17

9258	ELIANE DE OLIVEIRA ROQUE DE MOURA	18
7751	MARIANA LUIZA SES- TARI	19
9292	LUCIANA DA SILVA	20

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de julho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.201, de 04 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 9.201, DE 04 DE JULHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 26 de junho de 2014, para provimento do cargo efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS LEVES conforme abaixo nominados:

MOTORISTA DE VEICULOS LEVES

NOME	CLASSIFICAÇÃO
LUIZ DANIEL DE BARROS SANCHEZ	01
EDUARDO FUCKNER	02
FERNANDO ESTEFANI	03
SANDERSON VALIM	04

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de julho de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 6.055/2014

DECRETO Nº 6.055, de 09 de julho de 2014.
Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, CARINE MARCON e PEDRO ANTÔNIO MASIERO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação dos Lotes 01 a 125, do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, situado no Bairro Nossa Senhora Salete, nesta cidade de Caçador, com área total de 25.376,29m2 (vinte e cinco mil, trezentos e setenta e seis metros e vinte e nove decímetros quadrados), constantes na matrícula nº 30.441, de propriedade do Município de Caçador.

Art. 2º A Comissão deverá apresentar laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Inexigibilidade de Licitação 07-2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAÇADOR
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2014

O Município de Caçador/SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 07/2014, Processo Licitatorio nº 84-2014, para Contratação de Empresa AGF ANTIGRANIZO FRAIBURGO LTDA, CNPJ - 03.910.392/0001-14 para Prestação de Serviços na Instalação, Funcionamento e Manutenção de 6(seis) Geradores de solo para, Redução da intensidade de granizo na Área rural, pelo valor total de R\$ 123.465,23,(cento e vinte e tres mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte e tres centavos), nos termos do artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 01 de julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Camboriú

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços PR 8/14 - FUNDESP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 008/2014 - FUNDESP - Ata do Sistema de Registro de Preços 001/2014 - FUNDESP - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E REPARO NAS INSTALAÇÕES PERTENCENTES À FUNDAÇÃO DE ESPORTES - ESTÁDIO MUNICIPAL ROBERTO SANTOS GARCIA, GINÁSIO DE ESPORTES IRINEU BORNHAUSEN, GINÁSIO DE ESPORTES DO CONDE VILA VERDE, QUADRA POLIESPORTIVA DO BAIRRO SANTA REGINA NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 09/07/2015

1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 20/14 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 020/2014 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 005/2014 - FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E REPARO DAS UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 09/07/2015

1ª Publicação.

LEILÃO PÚBLICO 001/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

LEILÃO PÚBLICO Nº. 001/2014

OBJETO: LEILÃO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS, QUE SERÃO ARREMATADOS PELO MAIOR LANCE OFERECIDO, IGUAL OU ACIMA DA AVALIAÇÃO.

ABERTURA: Iniciará às 09:30 horas do dia 04 (Quatro) de Agosto de 2014, na auditório Ulisses Guimarães situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 10 de Julho de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Pregão Eletrônico 19/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2014

A licitação tem como objeto a aquisição de equipamentos para as unidades de saúde deste município, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	04	UN	Esfigmomanômetro aneroide para uso em pacientes adultos. Especificações mínimas: Aprovado pelo INMETRO (apresentar selo de verificação), manômetro com escala ampla para fácil visualização e graduação de 0 a 300 mmHg, divisão de escala em 2mmHg, bolsa de ar, pera e tubos conectores confeccionados em PVC, válvula de metal cromado que permita retenção e esvaziamento de ar, braçadeira em nylon homologada pelo INMETRO com fecho em velcro, tamanho adulto (circunferência máxima entre 30 e 40 cm. Apresentar Registro no Ministério da Saúde/ANVISA.	R\$ 60,00	R\$ 240,00
02	03	UN	Nebulizador, contendo: 01 aparelho compressor de ar; 01 conjunto nebulizador em saco plástico, contendo tubo atóxico e copo dosador; 02 máscaras em PVC anatômicas e atóxicas (01 adulto e 01 infantil). Garantia de 01 ano. Motor de no mínimo 1/30 HP, voltagem: 220V, vazão do ar livre: 15 lts/min, e do ar com nebulizador: 7,5 lts/min, partículas: 0,5 a 8 microns. Peso aproximado: 1,8 kg.	R\$ 200,00	R\$ 600,00
03	01	UN	Negatoscópio, 01 corpo. Especificações: chapa de aço, pinturann epóxi, reator eletrônico, 2 lâmpadas fluorescentes de 15W, bivolt, manual, com prendedor de radiografias. 1 ano de garantia.	R\$ 350,00	R\$ 350,00
04	01	UN	Caneta de baixa rotação (contra ângulo). Para uso odontológico.	R\$ 500,00	R\$ 500,00
05	01	UN	Micro motor (baixa rotação). Para uso odontológico. Rotação: 5.000 a 20.000 RPM.	R\$ 600,00	R\$ 600,00
06	01	UN	Caneta de alta rotação. Para uso odontológico. Rotação máxima: 380.000 RPM.	R\$ 550,00	R\$ 550,00
07	01	UN	Mocho clínico ergométrico, para dentista. Sistema a gás para regulagem de altura no assento, base giratória com cinco rodízios. Estofamento com espuma espessa. Fácil assepcia.	R\$ 660,00	R\$ 660,00

08	02	UN	Detector fetal portátil. Especificações: Sonar utilizado para detectar batimentos cardíacos fetais, modelo portátil, gabinete em ABS, botão liga/desliga frontal, desligamento automático após 1 minuto sem uso, ausculta de batimentos cardíacos fetal a partir da 10ª semana, alta sensibilidade para ausculta coletiva, ciclagem de 6.000 a 60.000, frequência de 2,0 a 2,25 MHz, display com contador numérico digital, faixa de medida do BCF de 60 a 210 bpm, bateria de 9V x 200 mAh recarregável. Com frasco de gel para contato, fone de ouvido biauricular para ausculta individual, alça bolsa transporte. Dimensões aproximadas: 100x33x130mm. Garantia mínima de 01 ano	R\$ 600,00	R\$ 1.200,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$4.700,00	

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 10/07/2014, às 13h45min do dia 22/07/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 22/07/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 301 - Atenção Básica; Programa: 54 - Saúde Bucal; Projeto: 2.133 - Manutenção e Coordenação do Programa Saúde Bucal; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 00.01.0124 - PAB - Fixo; Código reduzido: 29.

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.10 - Manutenção das Atividades - Estratégia Saúde da Família; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 301 - Atenção Básica; Programa: 53 - Estratégia da Família - ESF; Projeto: 2.116 - Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 00.01.0120 - Programa Saúde na Família - PSF; Código reduzido: 84.

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.10 - Manutenção das Atividades - Estratégia Saúde da Família; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 301 - Atenção Básica; Programa: 53 - Estratégia da Família - ESF; Projeto: 2.116 - Manutenção e Coordenação da Estratégia Saúde da Família; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente; Recurso: 00.01.0511 - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade; Código reduzido: 85.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações,

site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 10 de julho de 2014.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Lei Nº 4.162 de 08 de Julho de 2014

LEI Nº 4.162 DE 08 DE JULHO DE 2014
ABRE CRÉDITO ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir crédito especial, Criar Elemento de Despesa e Suplementa-lo no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), no Orçamento Vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
01.031.0010.2.065 -	Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339300.00.136 -	Aplicações Diretas	
339339.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Consórcio	R\$ 3.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
01.031.0010.2.065 -	Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.443 de 08 de Julho de 2014

DECRETO Nº 8.443 DE 08 DE JULHO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTA-O POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.162 de 08 de julho de 2014; Decreta:
Art.1º) Abre crédito especial, Criar Elemento de Despesa e Suplementa-lo no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), no Orçamento Vigente do Poder Legislativo Municipal.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
01.031.0010.2.065 -	Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339300.00.136 -	Aplicações Diretas	
339339.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Consórcio	R\$ 3.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.439 de 07 de Julho de 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.439 DE 07 DE JULHO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO A CHEFE DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido a partir de 07 de julho de 2014 do Cargo de Chefe do Serviço do Desenvolvimento Social, Código 08 do Quadro de Cargos Função Gratificada FG-1, Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a

servidora pública Sr^a. ELAINE MARTINS, matricula funcional nº 000711, registro no sistema sob o nº 955181.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 8.438 de 07 de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de julho de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 07/07/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Pregão Eletrônico 17/2014 FMS

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 17/2014 FMS)

Às 10:00 do dia 27/06/2014, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de pneus novos para manutenção da frota do Fundo Municipal de Saúde do município. A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), gerenciador dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre-SC, e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Ata Pregão Eletrônico 58/2014

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 58/2014)

Às 09:30 do dia 03/07/2014, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a aquisição de veículo para transporte de merenda escolar na rede municipal de ensino.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), gerenciador dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre-SC, e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Ata Pregão Eletrônico 59/2014

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 59/2014)

Às 11:00 do dia 03/07/2014, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo

objeto é a aquisição de 01 VEÍCULO AMBULÂNCIA para transporte de pacientes do município.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), gerenciador dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre-SC, e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Ata Pregão Eletrônico 60/2014

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 60/2014)

Às 14:00 do dia 03/07/2014, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a aquisição de notebook para Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do município.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), gerenciador dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre-SC, e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Ata Pregão Eletrônico 61/2014

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 61/2014)

Às 15:30 do dia 03/07/2014, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a aquisição de Parque Infantil para instalação em praça da localidade de Fragosos.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), gerenciador dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre-SC, e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso PP 07/2014 - Fhja

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 21/07/2014 às 09h e 30min na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor preço por item, tendo como objeto O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEIS. PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.campos-novos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12h e das 13h 30min às 18h diariamente.

Campos Novos, 10 de julho de 2014.
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
Iracema Trucolo Wilpert
Administradora

SAMAE - CAMPOS NOVOS

Ext Ct282014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 23/2013
CONTRATO CNO - 28/2014

DATA DE ASSINATURA: 03 de Julho de 2014.
OBJETO: Prorrogação de prazo do contrato cno 23/2013, referente Taxa de Administração no fornecimento de Ticket's alimentação.
CONTRATADA: Personal Net Tecnologia de Informação Ltda.
Prazo: de 03.07.2014 a 30.06.2015

Campos Novos - SC, 03 de Julho de 2014.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Ext Pp122014

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:
1-LICITAÇÃO Nº 22/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2014, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.
2-OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA COORDENADORIA TÉCNICA

DO SAMAE.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 23/07/2014, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL

Moção Nº 52/2014

MOÇÃO Nº 52/2014

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos responsáveis a seguinte...

"MOÇÃO DE APOIO"

A Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos (SC) decidiu-se por encaminhar à Assembléia Legislativa de Santa Catarina uma Moção de Apoio ao Projeto de Lei Complementar Nº 0016.4/2014, que ali tramita com o objetivo de regulamentar, democratizar e dar transparência ao processo de escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

JUSTIFICATIVA: A campanha "Conselheiro Cidadão - por um tribunal de contas da sociedade catarinense", que hoje conta com o apoio de mais de setenta entidades dos mais diversos campos de atuação, revela a importância do tema, independente das preferências político-partidárias individuais. Essa campanha decorre da necessidade de se promover mudança no modelo de indicação e na forma de escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, dando-lhe transparência e garantir a investidura de cidadãos tecnicamente capacitados e juridicamente desimpedidos para o exercício da relevante função de fiscalizar a gestão pública catarinense.

A referida iniciativa legislativa contribui com um melhor alinhamento do processo com os ditames das Constituições Federal e Estadual, relativos ao processo de escolha dos conselheiros e, o que é mais importante, promove o controle da sociedade sobre a atuação do Tribunal de Contas do Estado.

Sala das Sessões, em 02/07/2014.

Rui Jorge Tomazoni

Presidente da Mesa

Continuação moção nº. 52/2014...

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio)	Nelson Carafa
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Rosa	Adavilson Telles
2º Secretário	Vereador
Dirceu José Kaiper	Irineu Armando Osório Junior
Vereador	Vereador

José Tadeu Guzatti	Ricardo Damásio
Vereador	Vereador

Lido no Expediente

Aprovado

____/____/____
____/____/____

Balancete Mês 06/2014**SANTA CATARINA**
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Junho
Página: 1/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	4.964.834,14D	842.634,40	532.339,99	5.275.128,55D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	381.825,43D	245.340,34	179.103,59	448.062,18D
1.1.1		DISPONIVEL	381.825,43D	244.057,66	177.820,91	448.062,18D
1.1.1.1		DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	381.825,43D	244.057,66	177.820,91	448.062,18D
1.1.1.1.1		BANCOS CONTA MOVIMENTO	381.825,43D	244.057,66	177.820,91	448.062,18D
1.1.1.1.2		OUTRAS CONTAS	381.825,43D	244.057,66	177.820,91	448.062,18D
1.1.1.1.2.99		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	381.825,43D	244.057,66	177.820,91	448.062,18D
1.1.1.1.2.99.04		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	381.825,43D	244.057,66	177.820,91	448.062,18D
1.1.1.1.2.99.04.01		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	381.825,43D	244.057,66	177.820,91	448.062,18D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0001 (10792)	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	381.825,43D	244.057,66	177.820,91	448.062,18D
1.1.2		CREDITOS EM CIRCULACAO	0,00	1.282,68	1.282,68	0,00
1.1.2.1		CREDITOS A RECEBER	0,00	1.282,68	1.282,68	0,00
1.1.2.1.9		CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	1.282,68	1.282,68	0,00
1.1.2.1.9.02		SALARIO-MATERNIDADE	0,00	1.282,68	1.282,68	0,00
1.1.2.1.9.02.00.01 (10652)	F	SALARIO-MATERNIDADE	0,00	1.282,68	1.282,68	0,00
1.4		ATIVO PERMANENTE	464.234,38D	0,00	0,00	464.234,38D
1.4.2		IMOBILIZADO	464.234,38D	0,00	0,00	464.234,38D
1.4.2.1		BENS MOVEIS E IMOVEIS	464.234,38D	0,00	0,00	464.234,38D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	208.172,60D	0,00	0,00	208.172,60D
1.4.2.1.1.92 (9917)	P	INSTALACOES	208.172,60D	0,00	0,00	208.172,60D
1.4.2.1.2		BENS MOVEIS	255.061,78D	0,00	0,00	255.061,78D
1.4.2.1.2.06 (9927)	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	11.086,00D	0,00	0,00	11.086,00D
1.4.2.1.2.12 (9930)	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.4.2.1.2.18 (9934)	P	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.4.2.1.2.33 (9943)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	19.154,80D	0,00	0,00	19.154,80D
1.4.2.1.2.34 (9944)	P	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	48.212,16D	0,00	0,00	48.212,16D
1.4.2.1.2.35 (9946)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	48.279,91D	0,00	0,00	48.279,91D
1.4.2.1.2.36 (9946)	P	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	39.722,42D	0,00	0,00	39.722,42D
1.4.2.1.2.42 (9950)	P	MOBILIARIO EM GERAL	84.364,49D	0,00	0,00	84.364,49D
1.4.2.1.2.87 (9967)	P	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.4.2.1.2.99 (9979)	P	OUTROS BENS MOVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	4.118.774,33D	597.294,06	353.236,40	4.362.831,96D
1.9.2		FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.900.000,00D	0,00	0,00	2.900.000,00D
1.9.2.1		DOTACAO ORCAMENTARIA	2.900.000,00D	0,00	0,00	2.900.000,00D
1.9.2.1.1		DOTACAO INICIAL	3.565.000,00D	0,00	0,00	3.565.000,00D
1.9.2.1.1.01		CREDITO INICIAL	2.900.000,00D	0,00	0,00	2.900.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (10308)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	2.900.000,00D	0,00	0,00	2.900.000,00D
1.9.2.1.1.03		CREDITO INICIAL - SUPLEMENTAR	665.000,00D	0,00	0,00	665.000,00D
1.9.2.1.1.03.01 (10311)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	665.000,00D	0,00	0,00	665.000,00D
1.9.2.1.9		DOTACAO CANCELADAREMANEJADA	665.000,00C	0,00	0,00	665.000,00C
1.9.2.1.9.02		ALTERACAO DA LEI ORCAMENTARIA	665.000,00C	0,00	0,00	665.000,00C
1.9.2.1.9.02.06 (10322)	O	(R) REDUCAO	665.000,00C	0,00	0,00	665.000,00C
1.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.214.970,33D	597.294,06	353.236,40	1.459.027,96D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.214.970,33D	597.294,06	353.236,40	1.459.027,96D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.214.970,33D	597.294,06	353.236,40	1.459.027,96D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Junho
Página: 2/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.214.970,33D	597.294,06	363.236,40	1.459.027,99D
1.9.3.2.9.02.01 (18397)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	370.188,92D	244.057,66	175.415,49	438.831,09D
1.9.3.2.9.02.02 (18398)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	11.677,97D	175.415,49	177.820,91	9.272,55D
1.9.3.2.9.02.03 (18399)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	833.103,44D	177.820,91	0,00	1.010.924,35D
1.9.9		COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0003 (10801)	C	IDERNEI/ANTONIO TITON	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Bilha Sistemas

Exercício de 2014

Junho

Página: 3/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	4.579.862,22C	732.443,48	977.095,72	4.824.514,46C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	363,49D	207.371,99	207.966,57	231,09C
2.1.1		DEPOSITOS	363,49D	31.348,16	31.942,74	231,09C
2.1.1.1		CONSIGNACOES	363,49D	28.956,50	29.551,08	231,09C
2.1.1.1.1		PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	7.146,95	7.146,95	0,00
2.1.1.1.1.02 (10048)	F	INSS	0,00	7.146,95	7.146,95	0,00
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	197,41C	14.019,42	14.053,10	231,09C
2.1.1.1.4.02 (10055)	F	ISS	0,00	0,00	33,68	231,09C
2.1.1.1.4.04 (10056)	F	IRRF A RECOLHER PARA OS COFRES PUBLICOS DO EXECUTIVO	0,00	14.019,42	14.019,42	0,00
2.1.1.1.9		OUTROS CONSIGNATARIOS	560,90D	7.790,13	8.351,03	0,00
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATARIOS	560,90D	7.790,13	8.351,03	0,00
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0002 (10808)	F	SICOOB CREDITO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	560,90D	5.465,92	6.026,82	0,00
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0008 (36636)	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	2.324,21	2.324,21	0,00
2.1.1.4		DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	2.391,66	2.391,66	0,00
2.1.1.4.9		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	0,00	2.391,66	2.391,66	0,00
2.1.1.4.9.01 (10062)	F	DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	2.391,66	2.391,66	0,00
2.1.2		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	176.023,83	176.023,83	0,00
2.1.2.1		OBRIGACOES A PAGAR	0,00	176.023,83	176.023,83	0,00
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	0,00	21.939,30	21.939,30	0,00
2.1.2.1.1.01		DO EXERCICIO	0,00	21.939,30	21.939,30	0,00
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCICIO	0,00	21.939,30	21.939,30	0,00
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	106.337,18	106.337,18	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	106.337,18	106.337,18	0,00
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	22.415,22	22.415,22	0,00
2.1.2.1.3.01		INSS	0,00	22.415,22	22.415,22	0,00
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCICIO	0,00	22.415,22	22.415,22	0,00
2.1.2.1.9		DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00	25.332,13	25.332,13	0,00
2.1.2.1.9.08		BENEFICIOS A PAGAR	0,00	25.332,13	25.332,13	0,00
2.1.2.1.9.08.01		DO EXERCICIO	0,00	25.332,13	25.332,13	0,00
2.4		PATRIMONIO LIQUIDO	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
2.4.1.1 (9524)	P	PATRIMONIO	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	4.118.774,33C	525.071,49	768.129,15	4.352.831,99C
2.9.2		EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.900.000,00C	525.071,49	525.071,49	2.900.000,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CREDITO	2.073.858,92C	525.071,49	349.047,66	1.897.835,09C
2.9.2.1.1 (9744)	O	CREDITO DISPONIVEL	2.061.858,92C	173.023,83	0,00	1.888.835,09C
2.9.2.1.3		CREDITO UTILIZADO	12.000,00C	352.047,66	349.047,66	9.000,00C
2.9.2.1.3.01 (10141)	O	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	12.000,00C	176.023,83	173.023,83	9.000,00C
2.9.2.1.3.02		CREDITO LIQUIDADO	0,00	176.023,83	176.023,83	0,00
2.9.2.1.3.02.01 (10457)	O	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	0,00	176.023,83	176.023,83	0,00
2.9.2.4		EXECUCAO DA DESPESA	826.141,08C	0,00	176.023,83	1.002.164,91C
2.9.2.4.1		EMISSAO DE EMPENHO	826.141,08C	0,00	176.023,83	1.002.164,91C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	826.141,08C	0,00	176.023,83	1.002.164,91C
2.9.2.4.1.04.03 (10484)	O	VALORES PAGOS	826.141,08C	0,00	176.023,83	1.002.164,91C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Junho
Página: 4/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.214.970,33C	0,00	244.057,66	1.459.027,99C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.214.970,33C	0,00	244.057,66	1.459.027,99C
2.9.3.2.9 (18401)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.214.970,33C	0,00	244.057,66	1.459.027,99C
2.9.9		COMPENSAÇOES PASSIVAS DIVERSAS	3.804,00C	0,00	0,00	3.804,00C
2.9.9.1 (9543)	C	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	3.804,00C	0,00	0,00	3.804,00C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2014

Beta Sistemas

Exercício de 2014

Junho

Página: 5/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	826.141,08D	176.023,83	0,00	1.002.164,91D
3.3		DESPESAS CORRENTES	823.358,08D	176.023,83	0,00	999.381,91D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	711.178,74D	154.084,53	0,00	865.263,27D
3.3.1.9		Aplicações Diretas	711.178,74D	154.084,53	0,00	865.263,27D
3.3.1.9.0.01		Aposentadorias e Reformas	121.490,36D	25.332,13	0,00	146.822,49D
3.3.1.9.0.01.01 (38829)	F	Proventos - Pessoal Civil	121.490,36D	25.332,13	0,00	146.822,49D
3.3.1.9.0.11		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	484.055,04D	105.477,55	0,00	589.532,59D
3.3.1.9.0.11.01 (38884)	F	vencimentos e salários	483.284,40D	104.905,15	0,00	588.190,55D
3.3.1.9.0.11.43 (38892)	F	13º salário	770,64D	57,140	0,00	1.342,04D
3.3.1.9.0.13		Obrigações Patronais	101.308,12D	22.415,22	0,00	123.723,34D
3.3.1.9.0.13.02 (38972)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	101.308,12D	22.415,22	0,00	123.723,34D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	4.325,22D	859,63	0,00	5.184,85D
3.3.1.9.0.16.44 (38983)	F	Serviços Extraordinários	4.325,22D	859,63	0,00	5.184,85D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	112.179,34D	21.939,30	0,00	134.118,64D
3.3.3.9		Aplicações Diretas	112.179,34D	21.939,30	0,00	134.118,64D
3.3.3.9.0.14		Diárias - Civil	18.052,00D	3.200,00	0,00	21.252,00D
3.3.3.9.0.14.14 (40203)	F	Diárias no País - Civil	12.190,55D	2.216,69	0,00	14.407,24D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	1.826,78D	195,09	0,00	2.021,87D
3.3.3.9.0.30.01 (40228)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	969,61D	723,60	0,00	1.693,21D
3.3.3.9.0.30.16 (40243)	F	Material de Expediente	860,00D	1.032,00	0,00	1.892,00D
3.3.3.9.0.30.17 (40244)	F	Material de Processamento de Dados	2.689,74D	0,00	0,00	2.689,74D
3.3.3.9.0.30.21 (40248)	F	Material de Copa e Cozinha	1.030,58D	0,00	0,00	1.030,58D
3.3.3.9.0.30.22 (40249)	F	Material de Limpeza e Produção de Higienização	473,00D	0,00	0,00	473,00D
3.3.3.9.0.30.26 (40253)	F	Material Elétrico e Eletrônico	271,80D	0,00	0,00	271,80D
3.3.3.9.0.30.39 (40266)	F	Material para Manutenção de Veículos	1.456,72D	0,00	0,00	1.456,72D
3.3.3.9.0.30.49 (40276)	F	Bilhetes de Passagens	2.612,32D	266,00	0,00	2.878,32D
3.3.3.9.0.30.99 (40280)	F	Outros Materiais de Consumo	775,70D	0,00	0,00	775,70D
3.3.3.9.0.36.96 (40350)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	775,70D	0,00	0,00	775,70D
3.3.3.9.0.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física-Pagto Antec	66.621,09D	12.722,61	0,00	79.343,70D
3.3.3.9.0.39.01 (40369)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.870,00D	0,00	0,00	4.870,00D
3.3.3.9.0.39.08 (40376)	F	Assinatura de Períodos e Anuidades	3.172,60D	639,60	0,00	3.812,20D
3.3.3.9.0.39.11 (40379)	F	Manutenção de Software	5.068,82D	1.090,63	0,00	6.159,45D
3.3.3.9.0.39.43 (40403)	F	Locação de Softwares	3.863,96D	1.046,52	0,00	4.910,48D
3.3.3.9.0.39.44 (40404)	F	Serviços de Energia Elétrica	412,11D	83,24	0,00	495,35D
3.3.3.9.0.39.47 (40407)	F	Serviços de Água e Esgoto	3.400,00D	1.700,00	0,00	5.100,00D
3.3.3.9.0.39.48 (40408)	F	Serviços de Comunicação em Geral	3.886,00D	0,00	0,00	3.886,00D
3.3.3.9.0.39.50 (40410)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	0,00	25,00	0,00	25,00D
3.3.3.9.0.39.55 (40417)	F	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	13.360,45D	599,83	0,00	13.960,28D
3.3.3.9.0.39.58 (40422)	F	Serviços de Telecomunicações	0,00	1.900,00	0,00	1.900,00D
3.3.3.9.0.39.63 (40427)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3.9.0.39.66 (40428)	F	seguros em Geral	1.956,03D	0,00	0,00	1.956,03D
3.3.3.9.0.39.77 (40436)	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	585,41D	120,79	0,00	706,20D
3.3.3.9.0.39.90 (40446)	F	Serviços de Publicidade Legal	5.301,42D	100,00	0,00	5.401,42D
3.3.3.9.0.39.96 (40453)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	20.744,29D	5.417,00	0,00	26.161,29D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Junho
Página: 6/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.46		Auxílio-Alimentação	14.540,00D	3.800,00	0,00	18.340,00D
3.3.3.9.0.46.01 (40459)	F	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	14.540,00D	3.800,00	0,00	18.340,00D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	2.783,00D	0,00	0,00	2.783,00D
3.4.4		INVESTIMENTOS	2.783,00D	0,00	0,00	2.783,00D
3.4.4.9		Aplicações Diretas	2.783,00D	0,00	0,00	2.783,00D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	2.783,00D	0,00	0,00	2.783,00D
3.4.4.9.0.52.35 (41453)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	2.483,00D	0,00	0,00	2.483,00D
3.4.4.9.0.52.42 (41459)	F	Mobiliário em Geral	300,00D	0,00	0,00	300,00D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Junho
Página: 7/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2		INTERFERENCIAS PASSIVAS	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2.3		MOMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2.3.3		MOMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D
5.2.2.3.3.07.03 (10545)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIRO	461.451,38D	0,00	0,00	461.451,38D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2014

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Junho
Página: 8/8

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	1.672.564,38C	0,00	241.666,00	1.914.230,38C
6.1		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	1.211.113,00C	0,00	241.666,00	1.462.779,00C
6.1.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.208.330,00C	0,00	241.666,00	1.449.996,00C
6.1.2.1		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.208.330,00C	0,00	241.666,00	1.449.996,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	1.208.330,00C	0,00	241.666,00	1.449.996,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERÊNCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	1.208.330,00C	0,00	241.666,00	1.449.996,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.00.0100 (10867)	F	Transferência recebida (duodécimo)	1.208.330,00C	0,00	241.666,00	1.449.996,00C
6.1.3		MUTACÕES ATIVAS	2.783,00C	0,00	0,00	2.783,00C
6.1.3.1		INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	2.783,00C	0,00	0,00	2.783,00C
6.1.3.1.1		AQUISICOES DE BENS	2.783,00C	0,00	0,00	2.783,00C
6.1.3.1.1.02		BENS MOVEIS	2.783,00C	0,00	0,00	2.783,00C
6.1.3.1.1.02.01 (10885)	P	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	2.783,00C	0,00	0,00	2.783,00C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DEBITO	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
6.2.2.3.3.07.03 (10887)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NAO FINANCEIROS	461.451,38C	0,00	0,00	461.451,38C
TOTAL:			0,00	1.751.101,71	1.751.101,71	0,00

CAMPOS NOVOS, 04/07/2014

RUI JORGE TOMAZONI
PRESIDENTE

JOELMA F. FAÉ
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação da Errata da Publicação do Termo de Contrato N. PMC 66/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO SEGUINTE CONTRATO:

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na cidade de Canoinhas-SC, na Rua Felipe Schmidt n.º 10, centro, torna Público ERRATA da publicação do contrato oriundo do Processo de Licitação n.º PMC 76/2014, nas modalidades de Pregão Presencial n.º PMC 52/2014, com dados abaixo: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE KITS DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, JOGOS EDUCATIVOS, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E FINAIS). CONTRATADA: MINDLAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA (CNPJ 10.391.836/0001-18). VALOR CONTRATADO: R\$ 284.000,00 (Duzentos e oitenta e quatro mil reais), veiculado na página 170 da edição n.º 1521 do dia 07/07/2014 deste Diário Oficial. Na referida publicação, onde lia-se: Contrato n.º PMC 64/2014, Leia-se: Contrato n.º PMC 66/2014 e, Onde lia-se: Data de assinatura: 01 de julho de 2014, leia-se:

Data de assinatura: 02 de julho de 2014.

Departamento de Licitação

PUBLICAÇÃO DO AVISO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N. FMS 17/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 17/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 07/2014

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas/Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do Pregão Presencial n.º FMS 07/2014, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NO VEÍCULO AMBULÂNCIA DUCATO PLACA MAP 5204. Motivo: Utilização do recurso bloqueado para aquisição de gêneros alimentícios para os pacientes do CAPS. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/ Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA

Camãra de Vereadores Processo Licitatório Nº 0004/2014 - Pregão Presencial Nº 0001/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE ESCRITÓRIO PARA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até às 9 horas, para abertura às 9h10min do dia 30 de julho de 2014.

MENOR PREÇO POR ITEM.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal sito à Rua Alexandre Thomazoni, nº 120, Centro, Capinzal. A íntegra do Edital se encontra publicada no site www.camaracapinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8h30min às 17 horas.

TELEFONES Nº (49) 3555-1988 e 3555 2399.

Capinzal, 8 de julho de 2014.

Vereador Alcidir Afonso Coronetti

Presidente da Câmara Mun.de Vereadores de Capinzal SC.

Catanduvas

PREFEITURA

Lei Nº 2.457/2014, de 03 de Julho de 2014

LEI Nº 2.457/2014, de 03 de julho de 2014.

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 2º DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.450, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º O § 2º do art. 1º da Lei Municipal nº 2.450, de 28 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 2º Estende-se a presente revisão geral anual de que trata esta Lei, à remuneração dos agentes políticos, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, assim definidos pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de julho de 1998, bem como aos Conselheiros Tutelares, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.384, de 5 de dezembro de 2012”.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário, devendo as alterações ser consolidadas no texto da Lei Municipal nº 2.450, de 28 de maio de 2014.

Catanduvas/SC, 03 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella

Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

Lei Nº 2.458/2014, de 03 de Julho de 2014

LEI Nº 2.458/2014, de 03 de julho de 2014.

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.437, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 2.437, de 26 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica aprovado o Projeto de Loteamento denominado LOTEAMENTO MORADA DO SOL, de propriedade do Sr. Aramis Heberle Junior, localizado às margens da antiga Rodovia Estadual Catanduvas/Joaçaba-SC, com área de cinquenta e três mil, novecentos e dezessete vírgula setenta e três metros quadrados (53.917,73m²) - imóvel devidamente registrado e matriculado sob nº 2.988 no CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-SC, dividido em noventa e dois (92) lotes, dispersos em seis (6) quadras, que perfazem um total de trinta e quatro mil, novecentos e quatorze vírgula quarenta e cinco metros quadrados (34.914,45m²); sendo que o restante da área, num total de dezenove mil e três vírgula

vinte e oito metros quadrados (19.003,28m²), destinada ao arruamento, áreas verdes, e áreas de utilidade pública, conforme o Projeto de Loteamento que integra a presente Lei”.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo as alterações ser consolidadas no texto da Lei Municipal nº 2.437, de 26 de fevereiro de 2014.

Catanduvas/SC, 03 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella

Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

Lei Nº 2.459/2014, de 03 de Julho de 2014

LEI Nº 2.459/2014, de 03 de julho de 2014.

“AUTORIZA ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a alienação dos seguintes bens, de propriedade do Município de Catanduvas-SC:

Uma motoniveladora HWB/165S, ano 1980, cor amarela, diesel, com escarificador traseiro, motor Scania - Patrimônio nº 7063, em estado de conservação razoável, em funcionamento, pelo valor mínimo de R\$ 25.000,00;

Uma retroescavadeira/Case 580L, ano 1987, mod. Turbo, cor amarela, diesel - Patrimônio nº 6680, em funcionamento, pelo valor mínimo de R\$ 33.000,00;

Um caminhão Ford/700, ano/modelo 1979/79, Placas MBF 6908, cor azul, diesel - Patrimônio nº 6603, em funcionamento, pelo valor mínimo de R\$ 12.500,00;

Um caminhão Basculante Mercedes Benz/L 1113, ano/mod 1985, Placas LZN 9275, cor azul, diesel - Patrimônio nº 2196, em funcionamento, pelo valor mínimo de R\$ 16.000,00;

Um VW/Gol 1.0, ano/mod 2003/04, Placas MDI 8491, cor branca, gasolina - Patrimônio nº 7100, em funcionamento, pelo valor mínimo de R\$ 6.500,00;

Um trator TTT Ford 5030 4x4, ano 1997 - Patrimônio nº 5089, em funcionamento, pelo valor mínimo de R\$ 13.500,00;

Um distribuidor de adubo líquido marca Fatritol, equipado com bomba a vácuo, de cor verde, necessitando de reparos, pelo valor mínimo de R\$ 1.000,00;

Uma caçamba basculante marca Randon, ano 2001, cor branca, em funcionamento - Patrimônio 5791, pelo valor mínimo de R\$ 2.000,00;

Um rolo compactador, tipo pé de carneiro, pelo valor mínimo de R\$ 1.750,00;

Um conjunto de arado e discos, cor vermelha, pelo valor mínimo de R\$ 300,00;

Trinta e cinco filtros de ar novos, para equipamentos antigos, pelo valor mínimo de R\$ 200,00;

Um motor industrial tipo estacionário, modelo 41Z, pelo valor mínimo de R\$ 150,00;

Um motor industrial 3 fases, pelo valor mínimo de R\$ 1.000,00;

Uma caixa de câmbio de caminhão, necessitando de reparos, pelo valor mínimo de R\$ 300,00;

Um distribuidor de calcário marca Ballottin cap. 4.000 KG, ano 1999 - Patrimônio nº 5085, necessitando reparos, pelo valor mínimo de R\$ 850,00;

Um compensador semi automático 3 fases, pelo valor mínimo de R\$ 300,00;

Um lote de ferro velho, com 1 tonelada, pelo valor mínimo de R\$ 300,00; e

Um lote de pneus, sucatas de diversas marcas e modelos, pelo valor mínimo de R\$ 100,00.

§ 1º O valor dos bens foi estabelecido pela Comissão de Avaliação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 1.985, de 22 de maio de 2014, através de laudo que integra a presente Lei, emitido na data de 3 de junho de 2014.

§ 2º A alienação será efetivada tendo como base o valor mínimo estabelecido pela Avaliação, através de processo licitatório próprio, em conformidade com o disposto na Lei 8.666 e suas alterações, por leiloeiro público oficial a ser contratado na forma da IN nº 113.

Art. 2º Tal medida é do interesse público municipal, tendo em vista que aludidos bens já não mais atendem às necessidades do Município, ao mesmo tempo em que, o valor a ser arrecadado com a venda será utilizado na aquisição de novos veículos, máquinas e equipamentos, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 3º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 03 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella
Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

Decreto Nº 1.998, de 01 de Julho de 2014

DECRETO Nº 1.998, de 01 de julho de 2014.

"DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO FIFA 2014"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, nos dias de realização dos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2014, horário de expediente das repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades dos serviços essenciais de interesse público, até às 16h00min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 01 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella
Secretário de Administração

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

Decreto Nº 1.999, de 01 de Julho de 2014

DECRETO Nº 1.999, de 01 de julho de 2014.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições que lhe confere e com fundamento no que dispõe o art. 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da política de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, os seguintes membros:

I - Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

Titular: Camila Seibt De Oliveira

Suplente: Rosa Aparecida Fabri

II - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Titular: Sandra Maria Dilda Bucco

Suplente: Caroline Joana L. Johann

III - Departamento de Assistência Social

Titular: Claudia Vieira

Suplente: Alessandra Begnini

IV - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Titular: Lucilia Ap. Boscato Broll

Suplente: Silvia Talini

V - Representantes do CCEV Comunidade Casa Esperança e Vida
Titular: Dilson Rizzi

Suplente: Almeri Rizzi

VI - Representantes de Entidades e Organizações - Pastoral da Criança

Titular: Ilda T. P. Dociatti

Suplente: Edith Fazioni

VII - Representantes das Entidades de Trabalhadores do Setor

- Patronato Anjos da Luz
Titular: Marilete Chilantti
Suplente: Cristiane A. Ferreira
VIII - Sasc - Serviço de Assistência Social de Catanduvas
Titular: Valdemir Bogoni
Suplente: Marcia Girardi

Art. 2º Os Conselheiros ora nomeados terão mandato de dois (2) anos.

Art. 3º Pela participação no Conselho, os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 01 de julho de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella
Secretário de Administração

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

Decreto Nº 2.000, de 03 de Julho de 2014

DECRETO Nº 2.000, de 03 de julho de 2014.
"INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO DE APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento advindo do Fundo Municipal da Assistência Social do Município de Catanduvas/SC para fins de investigação de supostas irregularidades envolvendo duas funcionárias públicas municipais no dia 04/06/2014;

CONSIDERANDO, a obrigação da autoridade que tiver ciência de suposta irregularidade no serviço público determinar a apuração imediata dos fatos, de acordo com o disposto no art. 151 da Lei Complementar Municipal nº 19, de 4 de janeiro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurada SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apurar os fatos, bem como os responsáveis pelos atos acima descritos.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar (CPIPAD), devidamente nomeada pelo Decreto nº 1.904 de 04 de junho de 2013, com as alterações operadas pelo Decreto nº 1.983, de 12 de maio de 2014, para conduzir os trabalhos.

Art. 3º Para a realização dos trabalhos deverá a Comissão acima nomeada utilizar-se dos documentos apresentados pelo Fundo Municipal da Assistência Social do Município de Catanduvas/SC, depoimento dos servidores envolvidos, testemunhas, além das demais provas e diligências que entenderem necessário.

Art. 4º A comissão terá um prazo de dez (10) dias a partir da publicação do presente Decreto para o início dos trabalhos, e o prazo de sessenta (60) dias para a sua conclusão, devendo apresentar relatório do apurado.

Art. 5º Pela participação na Comissão os membros não serão remunerados, mas considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 03 de julho de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta secretaria nesta data.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0065/2014 - Pregão Nº 0051/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2014
PREGÃO Nº 0051/2014

Objeto: Aquisição de combustível Diesel S10 e Aditivo Arla 32, visando o desenvolvimento da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e Secretaria de Infraestrutura.

Abertura das Propostas: 13h30min, do dia 22 de julho de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 09 de julho de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 09 de julho de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Caxambu do Sul**PREFEITURA****Lei 1320/2014**

LEI Nº . 1.320/2014

"DÁ NOME A CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o poder Legislativo Municipal votou, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A Capela Mortuária Municipal de Caxambu do Sul, fica a partir da data de publicação desta lei, denominada de "CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL NADALIN GHELLER"

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 26 de Junho de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Celso Ramos**PREFEITURA****Extrato 12/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS/SC

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 12/2014

PROCESSO: 12/2014

A Prefeitura Municipal e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 12/2014, tipo MENOR PREÇO GLOBAL objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS, CONTEMPLANDO EM SEUS CUSTOS O PAGAMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIBUIÇÕES, ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, ALÉM DOS FRETES E DESPESAS DECORRENTES DE HORAS-EXTRAS, HOSPEDAGEM, TRANSPORTES E ALIMENTAÇÃO DE SUA EQUIPE E DEMAIS COMPONENTES, PARA AMPLIAÇÃO DA UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, RESPEITANDO AS NORMAS DA ABNT E EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Entrega da documentação e proposta DIA: 28/07/2014, ATÉ às 14:00 horas na SALA DE LICITAÇÕES

Informações pelo fone 49-3547-1211 - Setor de Licitações

Celso Ramos, 09 DE JULHO DE 2014
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto 058/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 058/2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, inciso I da Lei Nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais), no valor de R\$ 14.909,70 (quatorze mil novecentos e nove reais e setenta centavos), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

03 - Divisão de Obras

15 - Urbanismo

13 - Urbanismo

451- Infra Estrutura Urbana

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1059 - Construção do Centro de Eventos R\$ 14.909,70

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
09 de julho de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Decreto 059/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 059/2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, § 1º, inciso II da Lei Nº 598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 116 (Transferência de Convênios - Outros), no valor de R\$ 13.637,32 (treze mil seiscentos e trinta e sete reais e trinta e dois

centavos), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços

03 - Divisão de Obras

15 - Urbanismo

13 - Urbanismo

451- Infra Estrutura Urbana

116 - Transferência de Convênios - Outros

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1059 - Construção do Centro de Eventos R\$ 13.637,32

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
09 de julho de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Errata da Portaria Nº 259/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
ERRATA

Na Edição nº 1522 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 08.07.2014, p.44, Portaria nº. 259/2014,

Onde se lê:

"

Art. 5º Fica designada a servidora Pública, CLAUDIA FERREIRA, para atuar como Coordenadora do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, a partir de 07.07.2014.

Leia-se:

"

Art. 5º Fica designada a servidora Pública, CLAUDIRENE FERREIRA, para atuar como Coordenadora do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, a partir de 07.07.2014.

..... "

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
09 DE JULHO DE 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Convenio 02/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO N. 02/2014

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, doravante denominada simplesmente CONVENIADA.

DO OBJETO: O presente Convênio tem por objeto celebrar parceria entre o CONVENIENTE e a CONVENIADA, no sentido da melhor, mais célere e eficiente prestação de serviços às pessoas residentes ou domiciliadas no território do CONVENIENTE, que necessitem dos serviços médico-hospitalares e técnicos de urgência e emergência no Pronto Atendimento.

DO VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com exceção dos valores referentes aos atendimentos que ultrapassem o número mínimo fixado na alínea w do subitem 2.2 c/c o subitem 3.3.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

06 - SECRETARIA DA SAÚDE
01 - DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE
2.021 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
15 - 3.3.50.00.00.00.00.0101 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

DA VIGÊNCIA: 01.07.2014 à 31/12/2014.

DATA DA ASSINATURA: 01.07.2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Edital do Processo Licitatório Nº 66/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2014

O Município de Chapadão do Lageado - SC, através do Fundo Municipal de Saúde/FMS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços especializados na área da saúde, no período de 10 de julho de 2014 à 31 de dezembro de 2014, a título precário e sem vínculo empregatício, nos termos e condições constantes neste Edital e na Lei n. 8.666/1993. ESPECIALIDADE: Fisioterapia. As inscrições deverão ser feitas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, no período de 10 de julho de 2014 à 31 de dezembro de 2014, não sendo aceita qualquer outra forma de inscrição. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 10 de julho de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Concórdia**PREFEITURA****Edital de Concorrência Nº 1/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 1/2014 - PMC

Objeto: contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e IPRECON, do Município de Concórdia, conforme disposições constantes no §1º do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Federal 12.232/2010.

- 1) O recebimento dos Envelopes nº 02, 03 e 04 deverá ocorrer até do dia 27/08/2014, com horário limite para protocolo até às 16h00min.
- 2) O recebimento do Envelope nº 01, será efetuado, na data de: 28/08/2014 às 08h45min e entregue diretamente à Comissão Permanente de Licitações, respeitado o disposto no inciso XII, artigo 6º da Lei 12.232/2010.
- 3) A abertura da sessão se dará no dia 28/08/2014 às 09h00min. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 09 de julho de 2014.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 18/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 08 de julho de 2014, para aquisição de medicamento oncológico para atender o paciente Valmir João Galeli, visando o cumprimento de determinação judicial através dos autos 019.013.000045-9, expedido pela 2ª Vara Civil da Comarca de Concórdia, no valor estimado de R\$ 67.721,76 (sessenta e sete mil, setecentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos).

ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Coronel Freitas**PREFEITURA****Convite Nº 16/2014**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de Convite Nº 16/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS E BAI-NHAS

Tipo: Menor Preço/Item

Entrega dos envelopes: até as 14:00 h do dia 18/07/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 14:00 horas do dia 18/07/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 10 de Julho de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Corupá**PREFEITURA****Pregão Presencial 051/14 - Registro de Preço**

Pregão Presencial 051/14 - Registro de Preço
MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 051/14

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em Ergonomia, Medicina e Segurança do trabalho para elaborar LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho), PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 10/07/2014 às 09 horas do dia 22/07/2014.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 22/07/2014.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao SITE WWW.CORUPA.SC.GOV.BR, no link licitações.

Corupá, 10 de Julho de 2014
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 198/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 198/2014

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa Infoel Sistemas de Informática Ltda. - ME, com o valor total de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CREDENCIAMENTO DURANTE A REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2014, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE PARTICIPANTES NA LICITAÇÃO MODALIDADE DE PREGÃO N.182/2014, DE ACORDO COM O ART. 24 INCISO V DA LEI 8.666/93 E PARECER JURÍDICO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 08 de julho de 2014.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Márcia Dominski Penteadó
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 08 de julho de 2014.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 08 de julho de 2014.

Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço N.º 180/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 180/2014

Aos nove dias do mês de Julho de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 180/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência a aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que

eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO
Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 09 de Julho de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Aviso de Licitações: Saúde Nº 039 E Prefeitura Nº 091

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 039/2014. Objeto: Aquisição de Agulhas Auricular para o Fundo Municipal de Saúde Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 23/07/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 09/07/2014.

Gestor do FMS - João Stahl.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 091/2014. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, material de expediente e material de limpeza para os programas sociais Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 22/07/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 09/07/2014.

Altair Rittes
Prefeito Municipal

Contratos: Saúde Nº 025 E Prefeitura Nº 077

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 025/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Vera Lucia Vogt

Objeto: Locação de Apto para residência da médica do Programa do Ministério da Saúde (mais médicos). Valor R\$ 6.000,00 Origem: DL nº 038/2014- Vigência 01/07/2014 à 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 04/07/2014.

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 077/2014.

Doador: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Donatário: Benini Cia Ltda.

Objeto: Doação com encargos e cláusula de reversão, de áreas de terras, localizados no Distrito industrial (área empresarial Deonelo Luciano Colombo), Origem: C/C nº 035/2014- Vigência

09/07/2014 à 08/07/2024.

Dionísio Cerqueira 09/07/2014.
João Stahl
Gestor do FMS

Resultado de Licitações: Hospital Nº 013 E Prefeitura Nº 035

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do IL nº 013/2014, Objeto: Prestação de serviços médicos para realização plantões, pareceres, perícias e avaliações diversas no Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira, SC Vencedores: Antônio Jair Schreiner Maran -ME. Valor R\$ 12.000,00 - Clínica Gonzales Acosta Ltda Valor R\$ 13.200,00 Clínica Médica Espaço Vital Ltda Valor R\$ 9.600,00- Dental Med. Ltda - Valor R\$ 10.350,00 -Everton Muller Alves- ME - Valor R\$ 59.700,00 - Laborgrin Clínica Médica Ltda. R\$ 4.500,00 Raphton Emrich Ferreira Cia Ltda - Valor R\$ 5.000,00 -Rodrigo Matana Serafin Cia Ltda -Valor R\$ 4.000,00 - Dionísio Cerqueira 04/07/2014
Deliziane L. dos Santos - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A prefeitura municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação C/C nº 035/2014, Objeto: Doação com encargos e cláusula de reversão, de áreas de terras, localizados no Distrito industrial (área empresarial Deonelo Luciano Colombo), Vencedor: Benini Cia Ltda.

Dionísio Cerqueira 09/07/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº. 08/PMF/2014-Referente Pregão Presencial Nº. 59/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/PMF/2014
(Referente Pregão Presencial nº. 59/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa GAVA SOM E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL LTDA. ME, estabelecida na Rua quinquentenário, 125, em Forquilha, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 10.441.033/0001-20, neste ato representado pelo Sr. Ivonei Gava, portador da CI nº. 6/R 1.219.482-4 e inscrito no CPF nº.439.043.609-06 doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 59/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços sonorização e iluminação para cobertura de eventos diversos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO.

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O local para execução constará expressamente nas Ordens de Serviço que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

1.4. A data do evento no qual será necessária a prestação do referido serviço será informada na Ordem de Serviço, bem como os prazos para finalização dos serviços de montagem e desmontagem da estrutura (prazo mínimo de 24 horas antes do início do evento para finalização da montagem e prazo máximo de 24 horas após o término do mesmo para desmontagem), sob responsabilidade da empresa prestado dos serviços;

1.5. Os materiais necessários serão transportados por conta e risco

da licitante fornecedora, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente.

1.6. Para cada item, objeto deste processo licitatório, a empresa prestadora do serviço deverá emitir e apresentar à Prefeitura Municipal de Forquilha a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente aos serviços solicitados.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição pela CONTRATADA imediatamente, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante

o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria correspondente, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria correspondente, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

- 1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
- 1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
- 1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
- 1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
- 1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

- 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
- 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.
- 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
- 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
- 2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou

instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 59/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

**Cláusula Vigésima
Do Foro**

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 10 de abril de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

GAVA SOM E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL LTDA. ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Ivolney Gava
CPF: 439.043.609-06

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 53/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 53/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 94/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - COOP. DE PROD. AGRIC. FAMILIAR DE FORQUILHINHA

DO OBJETO - O presente contrato tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

DO VALOR - Fica acrescido no objeto do contrato nº. 94/PMF/2014 o valor de R\$ 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco reais) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, relativo ao seguinte item:

Item	Quant	Unid	Especificação	Preço Unit	Preço Total
04	195	Kg	Batata inglesa	R\$ 3,00	R\$ 585,00

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.994, de 09 de Julho de 2014.

LEI Nº 1.994, DE 09 DE JULHO DE 2014.
DENOMINA AVENIDA VANTE ROVARIS A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se AVENIDA VANTE ROVARIS, a via pública denominada pela Lei nº 1.547, de 28 de março de 1980, do município de Criciúma, que se inicia no entroncamento com a Rodovia Gabriel Arns, bairro Ouro Negro, seguindo até o seu final, na divisa entre os municípios de Forquilha e Criciúma, no bairro Vila Feltrin.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 09 de julho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de julho de 2014.
ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Nota de Revogação de Processo de Compra Nº. 16/PMF/2014

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº. 16/PMF/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 134/PMF/2014

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de equipamentos de proteção individual, necessários para o atendimento aos colaboradores do Município de Forquilha/SC, por meio das diversas secretarias, para o período de 12 meses.

MOTIVO: Às quinze horas do dia nove do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão de Pregão do Município, para avaliação do EDITAL DE PREGÃO Nº 134/PMF/2014. Abertos os trabalhos pela Presidente, a mesma verificou inconformidades nas inclusões dos CAS. Diante do exposto a comissão, decide por unanimidade sugerir ao Sr. Prefeito que revogue o presente edital a fim de relançar o processo com as devidas especificações dos itens.

Forquilha/SC, 09 de julho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 132/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 132/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRATADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA.

DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a execução, de forma parcelada, de pavimentação asfáltica com Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) em logradouros públicos do Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo que independentemente de transcrição faz parte integrante termo contratual.

VALOR - R\$ 883.740,00 (oitocentos e oitenta e três mil setecentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0702.1017.4490 (119).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Tomada de Preço nº. 132/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 01 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0168/2014

DECRETO Nº 168, DE 1 DE JULHO DE 2014.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DO MUNICÍPIO, AFETADA POR CHUVAS INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe confere os artigos 61, inciso VI e 84, inciso I, alínea i, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO:

- ocorrência de chuvas intensas ocorridas nos últimos dias, atingindo o município e toda região, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a decretação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre.

- a ocorrência de alagamentos e enxurradas que afetaram grande parte das estradas do interior do município - que somam mais de 1.300 km - afetando a estrutura de diversas pontes, inclusive em áreas urbanas, colocando em risco a população usuária desse sistema viário.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência por desastre, devido à ocorrência de chuvas intensas nos últimos dias no Município de Fraiburgo, classificado e codificado como COBRADE 1.3.2.1.4.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui das Áreas Afetadas, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Autoriza a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pelo Coordenador do COMPDEC.

Art. 4º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 90 (noventa) dias.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 01 DE JULHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0187/2014

DECRETO Nº 187, DE 09 DE JULHO DE 2014.

NOMEIA COORDENADOR DO PROGRAMA EDUCANDO COM A HORTA E A GASTRONOMIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, Joaquim Tadeu Borges, brasileiro, casado, inscrito no CPF n. 538.445.489-04, regularmente inscrito no CREA/SC sob n. 063.417-5, como Coordenador do Programa Educando com a Horta e a Gastronomia, que tem por objetivo formar profissionais da educação, da saúde e membros da comunidade escolar para o exercício de uma alimentação saudável, saborosa, educativa e ambientalmente sustentável, utilizando-se da gastronomia e da horta como eixos geradores de uma prática pedagógica mais participativa e de um processo de dinamização do currículo escolar.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 09 DE JULHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0084/2014-PMF Rp 0045

Aviso de Pregão Presencial Nº 0084/2014 - PMF

Registro de Preços Nº 0045/2014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de leite de fórmula infantil para distribuição gratuita a lactantes com até 06 (seis) meses de vida, em situação de vulnerabilidade, mediante receita médica: Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/

Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 22.07.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 07 de junho de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1443/2014

PORTARIA Nº 1.443, DE 09 DE JULHO DE 2014.
Substitui Membro da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, considerando as informações e decisões contidas no Processo Administrativo n.º 3655/2008 e as Portarias n.º 1143/2009 e n.º 0937/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir membro da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, passando a integrar a Comissão na condição de Secretária a servidora GIOVANA OLIVA DE CARLI, mantendo-se os demais membros da referida comissão com as mesmas atribuições definidas em lei.

Art. 2º. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos a serem realizados, bem como para elaboração do parecer final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de julho DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1444/2014

PORTARIA Nº 1.444, DE 09 DE JULHO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA ANGELA TOMIN DE MORAES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 020.445.419-04, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de julho de 2014 até 09 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de julho DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1445/2014

PORTARIA Nº 1.445, DE 09 DE JULHO DE 2014.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato do servidor SAMUEL SPEROTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 021.755.770-82, contratado em caráter temporário na função de ODONTÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 31 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de julho DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1446/2014

PORTARIA Nº 1.446, DE 09 DE JULHO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010, de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0864/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANETE DOMINGUES GOMES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.237.089-55, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de julho de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de julho DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1447/2014

PORTARIA Nº 1.447, DE 09 DE JULHO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora SOELI PIRES DE PAULA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 094.296.849-22, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de julho DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1448/2014

PORTARIA Nº 1.448, DE 09 DE JULHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato do servidor ADEMAR DE JESUS DOS SANTOS, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 527.910.259-87, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 20 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de julho DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1449/2014

PORTARIA Nº 1.449, DE 09 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLEUNISE GOMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 024.189.509-05, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de julho de 2014 até 09 de

setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de julho DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1450/2014

PORTARIA Nº 1.450, DE 09 DE JULHO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora ROSENI DE FATIMA MARCONDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 899.856.219-72, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de julho DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1451/2014

PORTARIA N.º 1.451, DE 09 DE JULHO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0865/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSENI DE FATIMA MARCONDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 899.856.219-72, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de julho DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0001/2014-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2014 - FMS

A Gestora e Secretária do FMS torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado WEB de Gestão da Saúde, conforme especificações contidas nos anexos do Edital, houve a participação da empresa INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME a qual cumpriu com todas as condições habilitatórias previstas nas alíneas a, b, e c, do item 6.2 do Edital, restando plenamente HABILITADA pela Comissão. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇO nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 08 de julho de 2014.

Nilce Pinz

Gestora e Secretária do FMS

Resultado do Julgamento das Propostas de Preços - Tomada de Preços Nº 0001/2014-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2014 - FMS

A Gestora e Secretária do FMS torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecer licença de uso do Sistema Informatizado WEB de Gestão da Saúde, conforme especificações contidas nos anexos do Edital, quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME, com o valor Total e Global de R\$ 101.744,08 (cento e um mil setecentos e quarenta e quatro reais e oito centavos) ficando este valor abaixo do valor máximo estipulado pelo Município no item 6.9 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo(SC), 08 de julho de 2014.

Nilce Pinz

Gestora e Secretária do FMS

Decreto Nº 0188/2014

DECRETO Nº 188, DE 09 DE JULHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

02:00 - Gabinete do Prefeito

02.03 - Cultura

13.392.0008.2.004 - Manutenção das Atividades Culturais

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0.200 (14)	R\$	7.000,00
---	-----	----------

Total	R\$	7.000,00
-------	-----	----------

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02:00 - Gabinete do Prefeito

02.03 - Cultura

13.392.0008.2.004 - Manutenção das Atividades Culturais

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0.200 (15)	R\$	7.000,00
---	-----	----------

Total	R\$	7.000,00
-------	-----	----------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 09 DE JULHO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0189/2014

DECRETO Nº 189, DE 09 DE JULHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2219 de 19 de fevereiro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento

05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento

04.122.0002.2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (271)	R\$	10.000,00
---	-----	-----------

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0020.2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (300)	R\$	20.000,00
---	-----	-----------

Total	R\$	30.000,00
-------	-----	-----------

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2013, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 08 DE JULHO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Editais das Entidades 2014 (1)

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL N. 001/2014/CMAS

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DO FÓRUM PARA A ESCOLHA DOS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL e o PRESIDENTE DO CMAS, no uso das atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2140, de 12 de abril de 2012 e o Regimento Interno do CMAS, torna público o processo de escolha das 6 (seis) entidades que indicarão os respectivos representantes que farão parte do Conselho Municipal de Assistência Social, denominados como Conselheiros, representantes de entidades governamentais, de acordo com as seguintes disposições:

1. DO REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL

A escolha das entidades nos termos da Resolução nº. 02, de 10 de fevereiro de 2014, a qual dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social será realizada em 02 (duas) etapas descritas abaixo:

- a) Credenciamento das Entidades não governamentais interessadas, com a indicação conjunta do delegado e seu respectivo suplente, sendo que apenas um terá direito a voto;
- b) Eleição das entidades credenciadas, através de voto direto, secreto e facultativo;

O CMAS fará divulgar os editais integrantes do processo de escolha dos conselheiros por meio do mural da Prefeitura, no mural localizado na Secretaria de Assistência Social e no Diário Oficial do Município - DOM e fará a remessa dos mesmos para as seguintes autoridades:

- a) Poder Executivo e Legislativo do Município;
- b) Principais entidades representativas da Sociedade Civil.

2. DO MANDATO

2.1 O Conselho Municipal de Assistência Social será composto, nos termos da Lei Municipal nº 2140/2012, bem como do Regimento Interno do CMAS, de 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, para mandatos de 2 (dois) anos, permitida sua recondução, da seguinte forma:

- a) 6 - (seis) Conselheiros Titulares, com os respectivos suplentes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;
- b) 6 - (seis) Conselheiros Titulares com os respectivos suplentes, indicados pelas entidades não governamentais eleitas no Fórum objeto deste Edital.

3. DO CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES

3.1 Somente poderão participar do processo escolha dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, as entidades que preencherem os requisitos descritos abaixo:

- Ter sido legalmente constituída há pelo menos 2 (dois) anos;
- Ter atuação no âmbito do Município de Fraiburgo;
- Estar em plena atividade e cadastradas junto ao CMAS.

3.2 Considera-se cadastrada a entidade cujo credenciamento foi aprovado pelo CMAS, localizado na Rua Arnoldo Frey, 179 Centro, anexo a Secretaria de Assistência Social, em Fraiburgo-SC, até a publicação do presente edital.

4. DO FÓRUM DA ELEIÇÃO

O Fórum para a eleição das entidades não governamentais que farão parte do CMAS será realizado no 06 de agosto de 2014, no horário compreendido entre às 09h às 10h, na sala de reunião na Secretaria de Assistência Social, localizado na Rua Arnoldo Frey, 179, Centro, dele participando as entidades credenciadas.

Será utilizada para votação cédula eleitoral e nesta contera espaço para número e o nome de seis entidades diferentes.

Poderão participar da eleição como votantes as entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social descritas no anexo específico próprio deste edital.

5. DA INSCRIÇÃO DOS DELEGADOS REPRESENTANTES DAS ENTIDADES

5.1 Os delegados representantes das entidades votantes serão inscritos mediante requerimento indicando o nome do titular e respectivo suplente, acompanhada da cópia de Ata de Posse da Diretoria em exercício ou cópia do documento que comprove a existência da entidade, bem como, documento de identificação pessoal. A inscrição do delegado e respectivo suplente será de responsabilidade exclusiva da entidade.

5.2 Cada delegado ou suplente só poderá representar uma única entidade.

5.3 As entidades votantes deverão encaminhar à Comissão Eleitoral, no endereço da sede do CMAS, aos cuidados da Presidente Atual do CMAS, ofício indicando o nome do Delegado titular e suplente representante da entidade par votação até o dia 30/07/2014, às 17 h.

6.0 DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

6.1 Concluída a apuração dos votos, a presidência da Comissão Eleitoral de escolha dos Conselheiros representantes das entidades não governamentais do CMAS proclamará o resultado da escolha, determinando a publicação do resultado em edital.

6.2 Havendo empate no número de votos, será considerado eleito a entidade que comprovar ação direta com os usuários da Política de Assistência Social a mais tempo; prevalecendo empate, será conhecida a entidade por sorteio, realizado no mesmo local da apuração.

6.3 As 06 (seis) primeiras entidades mais votadas serão as titulares do CMAS e as 6 (seis) seguintes serão as suplentes.

6.4 As entidades escolhidas deverão indicar seus representantes titular e suplente até o dia 15 de agosto de 2014 às 17h, mediante ofício da entidade e entregá-lo na sede do CMAS, aos cuidados da Presidente Atual do CMAS, anexo a Secretaria de Assistência Social, situado na Rua Arnoldo Frey, 179, Centro, nesta cidade.

6.5 Os conselheiros indicados tomarão posse no dia 20 de agosto de 2014, às 9h, na sede do Conselho Municipal de Assistência Social, onde participarão da primeira reunião para a escolha da nova diretoria do CMAS.

7.0 DO CRONOGRAMA**7.1 O processo eleitoral seguirá o seguinte cronograma.**

DATA	ATIVIDADES
10/07/2014	Às 14hs lançamento de Edital para eleição das entidades para composição do CMAS.
30/07/2014	Até às 17h data limite para entrega do ofício de indicação dos delegados titular e suplente de cada entidade votante.
01/08/2014	Às 14hs lançamento de Edital com a relação dos delegados titular e suplente das entidades votantes.
06/08/2014	Entre 09h e 10h Fórum da Eleição para a escolha das entidades que comporão o CMAS.
06/08/2014	Entre 10h e 11h apuração e divulgação do resultado da eleição.
15/08/2014	Até às 17h indicação dos membros pelas entidades eleitas.
20/08/2014	9h posse, escolha da diretoria e primeira reunião dos novos membros do CMAS, na sede deste conselho.

8.0 DAS DISPOSIÇÕES

8.1 - Caberá à Comissão Eleitoral e ao Conselho Municipal de Assistência Social, a solução dos casos omissos, valendo-se supletiva ou subsidiariamente da legislação eleitoral, no que couber.

Fraiburgo, 07 de julho de 2014.

Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Jarciane Zanon
Presidente do CMAS

ENTIDADES CADASTRADAS NO CMAS

- APAE - Escola Especial Maria Tereza Frey
- Centro Cultural Egon Frey
- Clube de Desbravadores Horizonte
- Associação Vital de Karatê - Dô
- Grupo Voluntário Vida e Cidadania
- Pastoral da Criança
- Associação Paulo Freire de Cultura Popular de Fraiburgo
- Associação Vida e Atitude
- Associação Vida Feliz
- Associação Miriam Viecei Zago
- Espaço Alternativo (Peal)
- Corpo de Bombeiros Voluntários de Fraiburgo
- Associação de Moradores do São Miguel
- Lions Clube Fraiburgo

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS**RESOLUÇÃO Nº 001**

Dispõe sobre a criação da Comissão Eleitoral para a escolha da

representação da sociedade civil, para o biênio 2014 a 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº. 2140/2012 suas alterações;

Considerando, que o mandato dos Conselheiros do CMAS é de 02 (dois) anos;

Considerando, que o mandato dos atuais Conselheiros representantes das entidades não governamentais está encerrando-se;

Considerando, a necessidade da eleição de novas entidades para compor o CMAS;

Considerando, a necessidade da eleição de novos Conselheiros do CMAS;

Resolve:

Art. 1º. Fica instituída e nomeada a Comissão Eleitoral responsável pela realização do fórum para a escolha dos novos conselheiros do CMAS, com seus respectivos suplentes.

Art. 2º. A Comissão de que trata o artigo primeiro desta Resolução, fica assim nomeada:

Jarciane Zanon - Presidente (Representante da Secretaria de Assistência Social);

Caroline Cardoso Pereira - Vice Presidente (Representante da Secretaria de Administração e Planejamento);

Bethania Santos Vieira Rohling - Secretária - (Representante do Secretaria de Saúde);

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 07 de julho de 2014.

Jarciane Zanon
Presidente do CMAS

Garopaba

PREFEITURA

Edital de Multa 897/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000897/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AVE3105 54876528E 28/12/2013 5541-1

CIB9991 54876222E 23/12/2013 6122-0

DJG2699 54284324E 24/12/2013 6599-2

DKE1092 54876030E 09/12/2013 6920-0

DVK3605 54876525E 26/12/2013 5185-1

EBK5456 54876761E 31/12/2013 5479-0

FLS1365 54876391E 28/12/2013 5738-0

HZIP6647 54876538E 29/12/2013 5541-1

IKC0673 54876206E 21/12/2013 5185-1

ILD1827 54876530E 28/12/2013 5541-1

INB2570 54876881E 29/12/2013 5185-1

IPY8569 54876248E 26/12/2013 5185-1

IQV2768 54876951E 28/12/2013 5185-1

IRV3184 54876242E 26/12/2013 5185-1

ISH4398 54876531E 28/12/2013 5541-1

IUH0135 54876541E 29/12/2013 6858-0

JBA2207 54876060E 27/12/2013 5185-1

JBA2207 54876852E 26/12/2013 5614-1

KPK9352 54284150E 20/12/2013 5185-1

LWX4999 54282977E 29/12/2013 5568-0

LXI1409 54282976E 29/12/2013 5568-0

LZH5602 54876301E 11/12/2013 6556-1

LZH5602 54876302E 11/12/2013 6637-1

LZH5602 54876303E 11/12/2013 6602-0

MDH1010 54876640E 28/12/2013 5541-1

MDH1010 54876644E 28/12/2013 6599-2

MDO9018 54876199E 10/12/2013 5835-0

MDO9018 54876200E 10/12/2013 5207-0

MES5655 54876033E 10/12/2013 6920-0

MHU8403 54876032E 10/12/2013 6920-0

MJE3817 54876341E 28/12/2013 5380-0

MKL7867 54876645E 29/12/2013 6823-1

MLX9625 54876340E 28/12/2013 5380-0

Infr./Desd. Enquadramento

5541-1 181 * XVII

6122-0 214 * I

6599-2 230 * V

6920-0 233

5185-1 167

5479-0 181 * X

5738-0 186 * II

6858-0 231 * VII

5614-1

182 * V

5568-0

181 * XIX

6556-1

230 * I

6637-1

230 * IX

6602-0

230 * VI

5835-0

195

5207-0

169

5380-0

181 * I

6823-1

231 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 898/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000898/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

DNS2638 54282089E 15/03/2013 5185-1 R\$ 127,69

DNS2638 54282090E 15/03/2013 6491-0 R\$ 53,20

FMW6622 54283344E 17/05/2013 5541-5 R\$ 53,20

HOQ5627 54283369E 28/04/2013 5185-1 R\$ 127,69

IFH2941 54284043E 21/10/2013 6920-0 R\$ 127,69

MEP6517 54281716E 21/04/2013 5185-1 R\$ 127,69

MFT9370 54283293E 14/06/2013 7366-2 R\$ 85,12

MJV7215 54284202E 28/10/2013 6599-2 R\$ 191,53

MJV7215 54284205E 28/10/2013 6580-0 R\$ 191,53

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167

6491-0 227 * II

5541-5 181 * XVII

6920-0 233

7366-2 252 * VI

6599-2 230 * V

6580-0 230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 899/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000899/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AJI1766 54877310E 10/01/2014 6599-2

AWW0108 54877114E 01/01/2014 5274-1

DRN9129 54877002E 02/01/2014 5380-0

DZA8994 54877004E 05/01/2014 5550-0

EDN2168 54876642E 28/12/2013 5541-1

EGE3695 54877252E 02/01/2014 5185-1

EUA3544 54876723E 28/12/2013 5525-0

EUD4177 54876899E 02/01/2014 5185-1

EZC3214 54284244E 08/01/2014 5525-0

FDT3769 54282941E 07/01/2014 5185-1

FEP7445 54877063E 02/01/2014 5525-0

HLX1063 54283638E 20/12/2013 5541-5

IBD4878 54876040E 18/12/2013 6920-0

IFX0343 54877251E 02/01/2014 5185-1

IJY3308 54876144E 17/12/2013 5185-1

IJY3308 54876145E 17/12/2013 5835-0

IKA1166 54876967E 02/01/2014 5452-1

IKO2835 54876659E 26/12/2013 5169-1

IMI4380 54877204E 03/01/2014 5452-2

IMZ8201 54876259E 13/12/2013 5045-0

IMZ8201 54876260E 13/12/2013 6599-2

INM6415 54876469E 07/01/2014 5185-1

INY0450 54877409E 07/01/2014 5185-1

IOC6767 54282983E 30/12/2013 5541-1

IOW3419 54876034E 13/12/2013 6920-0

IQE1324 54877285E 06/01/2014 5185-1

ISS8877 54284214E 30/12/2013 5207-0

ITJ9288 54282899E 14/12/2013 5525-0

JKD9969 54876354E 14/12/2013 5525-0

JUX5512 54877456E 11/01/2014 5185-1

KAA9311 54284316E 17/12/2013 5185-1

KAA9311 54284317E 17/12/2013 7358-0

LXO1849 54876729E 31/12/2013 5185-1

LYV1307 54282900E 14/12/2013 5169-1

LYV1307 54876359E 14/12/2013 5010-0

LYW8449 54876351E 14/12/2013 6599-2

MCG0723 54284226E 31/12/2013 5207-0

MED2091 54876037E 16/12/2013 6920-0

MEJ5784 54876813E 04/01/2014 5185-1

MFT9370 54282986E 03/01/2014 5380-0

MGK1464 54876365E 15/12/2013 5185-1

MGL3289 54876035E 13/12/2013 6920-0

MGW2479 54876305E 14/12/2013 5010-0

MGW2479 54876306E 14/12/2013 5118-0

MGW2479 54876307E 14/12/2013 6599-2

MGW2479 54876308E 14/12/2013 6637-2

MIX2871 54877117E 05/01/2014 5568-0

MIY0993 54877261E 03/01/2014 5185-1

MIZ5633 54876356E 14/12/2013 5525-0

MJF6209 54877068E 05/01/2014 5568-0

MLI1886 54876369E 19/12/2013 6912-0

MLQ1275 54876364E 15/12/2013 6912-0

MMJ7720 54876767E 01/01/2014 6599-2

Infr./Desd. Enquadramento

6599-2 230 * V

5274-1 175

5380-0 181 * I

5550-0 181 * XVIII

5541-1 181 * XVII

5185-1 167

5525-0 181 * XV

5541-5 181 * XVII

6920-0 233

5835-0 195

5452-1 181 * VIII

5169-1 165

5452-2 181 * VIII

5045-0 162 * V

5207-0 169

7358-0 252 * V

5010-0 162 * I

5118-0 164 c/c 162 * I

6637-2 230 * IX

5568-0 181 * XIX

6912-0 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 900/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000900/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ADX6237 54281101E 07/01/2013 5835-0 R\$ 127,69

ADX6237 54281102E 07/01/2013 5185-1 R\$ 127,69

ADX6237 54281103E 07/01/2013 5045-0 R\$ 191,53

ASC3600 54280764E 03/02/2013 5185-1 R\$ 127,69

AUQ9709 54281178E 09/01/2013 5380-0 R\$ 85,12

IET5471 54280042E 28/01/2013 6920-0 R\$ 127,69

III6852 54281499E 28/01/2013 5525-0 R\$ 85,12

LCK8914 54280819E 19/01/2013 5185-1 R\$ 127,69

LHU0287 54279584E 02/01/2013 6467-0 R\$ 127,69

MAM7880 54281375E 25/01/2013 6599-2 R\$ 191,53

MAM7880 54281376E 25/01/2013 6610-2 R\$ 127,69

MBI8079 54280674E 28/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MBK9626 54280987E 08/01/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MCG2051 54280599E 04/01/2013 5541-1 R\$ 53,20
 MDA0439 54283566E 06/07/2013 5169-1 R\$1915,38
 MDJ0543 54280589E 04/01/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MDJ0885 54280699E 05/02/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MDJ0885 54280700E 05/02/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MED8288 54282002E 23/01/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MED8288 54282003E 23/01/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MED8288 54282004E 23/01/2013 7048-1 R\$ 191,53
 MED8288 54282007E 23/01/2013 6556-4 R\$ 191,53
 MEV8019 54283943E 13/11/2013 7366-2 R\$ 85,12
 MFX6862 54281283E 03/02/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MFY4332 54279962E 08/01/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MGC3511 54280276E 04/01/2013 5738-0 R\$ 191,53
 MIT8739 54280765E 03/02/2013 5835-0 R\$ 127,69
 MJB6374 54280089E 11/01/2013 6653-1 R\$ 127,69
 MJE3092 54280874E 29/01/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MJH6904 54280716E 25/01/2013 6912-0 R\$ 53,20

Infr./Desd.	Enquadramento
5835-0	195
5185-1	167
5045-0	162 * V
5380-0	181 * I
6920-0	233
5525-0	181 * XV
6467-0	225 * II
6599-2	230 * V
6610-2	230 * VII
5541-1	181 * XVII
5169-1	165
6912-0	232
5010-0	162 * I
7048-1	244 * II
6556-4	230 * I
7366-2	252 * VI
5738-0	186 * II
6653-1	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 901/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000901/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A

RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AME7425 54877411E 09/01/2014 5185-1
 AME7425 54877439E 10/01/2014 7366-2
 API1894 54877601E 18/01/2014 5380-0
 ATC8744 54876435E 18/01/2014 5380-0
 BAG3060 54877277E 05/01/2014 5185-1
 CRR6238 54283639E 20/12/2013 6599-2
 DGQ9044 54876214E 21/12/2013 5185-1
 DPJ4132 54877441E 10/01/2014 5185-1
 ENG1111 54876602E 20/12/2013 6394-4
 FDI0668 54877209E 09/01/2014 6912-0
 FDI0668 54877210E 09/01/2014 6556-4
 FGO0355 54877610E 18/01/2014 5525-0
 HHR2129 54876611E 22/12/2013 6505-0
 HVJ1237 54877825E 28/01/2014 5525-0
 HVR3701 54877469E 12/01/2014 5185-1
 HXO2019 54877109E 31/12/2013 5525-0
 IFF3842 54283437E 27/12/2013 6599-2
 IFF3842 54283438E 27/12/2013 5010-0
 IKB3473 54877472E 12/01/2014 5185-1
 ILL2663 54876802E 26/12/2013 5185-1
 IMI9960 54877853E 23/01/2014 6912-0
 IMT6031 54876913E 06/01/2014 5525-0
 IOB8179 54877967E 25/01/2014 5380-0
 IPP7729 54876983E 08/01/2014 5452-1
 IRA9866 54877156E 09/01/2014 5525-0
 IRA9866 54877220E 11/01/2014 5525-0
 ITZ0978 54876280E 13/01/2014 5525-0
 IUB2423 54876752E 29/12/2013 5541-5
 JAS2365 54281726E 16/01/2014 5185-1
 KFN1599 54876293E 17/01/2014 6912-0
 LXI4888 54876325E 23/12/2013 6599-2
 LXX2948 54284325E 24/12/2013 6599-2
 LXX2948 54284329E 24/12/2013 5045-0
 LXX2948 54284330E 24/12/2013 6912-0
 LXX2948 54284333E 24/12/2013 6556-4
 LYL4455 54877451E 11/01/2014 5185-1
 LZD1756 54284146E 20/12/2013 6912-0
 LZD1756 54284147E 20/12/2013 5185-1
 MAN2023 54877160E 12/01/2014 5452-1
 MBB4013 54876451E 21/12/2013 6637-2
 MBB4013 54876452E 21/12/2013 5185-2
 MBL4743 54877954E 22/01/2014 5550-0
 MBM9878 54876267E 24/12/2013 5185-1
 MBN6308 54876652E 22/12/2013 5991-0
 MBT5159 54876269E 24/12/2013 5185-1
 MBW9701 54876038E 17/12/2013 6920-0
 MDY2702 54283643E 21/12/2013 5541-5

MEC3408 54876995E 17/01/2014 5185-1
 MEH3441 54876264E 21/12/2013 5010-0
 MEH3441 54876265E 21/12/2013 6599-2
 MEO7627 54876603E 20/12/2013 5967-0
 MEU1664 54877815E 23/01/2014 5185-1
 MEZ4931 54877180E 21/01/2014 5452-1
 MFA3976 54283640E 20/12/2013 7366-2
 MFF8640 54877182E 24/01/2014 5452-1
 MFG2467 54283647E 23/12/2013 6599-2
 MFG2467 54876751E 23/12/2013 5045-0
 MFO2401 54876411E 12/01/2014 6912-0
 MFP4700 54877622E 19/01/2014 5380-0
 MFT9703 54878010E 24/01/2014 5550-0
 MFW7903 54877512E 29/01/2014 5525-0
 MFZ3589 54877816E 23/01/2014 5010-0
 MFZ3589 54877817E 23/01/2014 5061-0

MFZ3589 54877818E 23/01/2014 6599-2
 MGP2224 54876039E 18/12/2013 6920-0
 MHD5659 54283642E 21/12/2013 5541-5
 MHP9230 54876940E 18/01/2014 5525-0
 MHV6129 54877000E 19/01/2014 5525-0
 MIL0263 54877706E 18/01/2014 7340-0
 MIL2042 54876449E 19/01/2014 5185-1
 MIP9676 54876656E 24/12/2013 5010-0
 MIP9676 54876657E 24/12/2013 5118-0
 MJE4126 54283491E 19/01/2014 5452-1
 MJJ4919 54878053E 27/01/2014 5185-2
 MJO5581 54876363E 15/12/2013 7030-1
 MMA3279 54876042E 23/12/2013 6920-0
 MMA3975 54876137E 17/12/2013 5550-0

Infr./Desd.	Enquadramento
5185-1	167
7366-2	252 * VI
5380-0	181 * I
6599-2	230 * V
6394-4	220 * XIV
6912-0	232
6556-4	230 * I
5525-0	181 * XV
6505-0	227 * III
5010-0	162 * I
5452-1	181 * VIII
5541-5	181 * XVII
5045-0	162 * V
6637-2	230 * IX
5185-2	167
5550-0	181 * XVIII
5991-0	206 * I
6920-0	233
5967-0	203 * V
5061-0	163 c/c 162 * I
7340-0	252 * IV
5118-0	164 c/c 162 * I
7030-1	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 902/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000902/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ABN9007 54280033E 21/01/2013 6920-0 R\$ 127,69
 ADX6237 54280685E 01/02/2013 5045-0 R\$ 191,53
 AIL6092 54281370E 23/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
 AJO3187 54281480E 20/01/2013 5380-0 R\$ 85,12
 ALU3858 54282243E 06/03/2013 5835-0 R\$ 127,69
 ALU3858 54282244E 06/03/2013 7056-1 R\$ 191,53
 ALU3858 54282246E 06/03/2013 7030-2 R\$ 191,53
 ANN7310 54280736E 15/03/2013 5460-0 R\$ 85,12
 APA4532 54280818E 19/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
 APA4532 54281100E 13/01/2013 5525-0 R\$ 85,12
 ASQ5630 54282352E 20/02/2013 6920-0 R\$ 127,69
 ASY3165 54281137E 30/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
 AWW3500 54281572E 01/02/2013 5169-1 R\$1915,38
 BMS7658 54281553E 25/01/2013 6599-2 R\$ 191,53
 BSA3429 54282804E 07/03/2013 6599-2 R\$ 191,53
 CAC6365 54282373E 12/03/2013 6920-0 R\$ 127,69
 CCB9342 54281831E 21/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
 CCB9342 54281832E 21/02/2013 5193-0 R\$ 191,53
 CET6111 54281414E 22/01/2013 6599-2 R\$ 191,53
 CNN5373 54282530E 09/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 CNN5373 54282531E 09/03/2013 5835-0 R\$ 127,69
 CTV4125 54283029E 31/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 CTV4125 54283030E 31/03/2013 5118-0 R\$ 574,61
 CTV4125 54283031E 31/03/2013 5835-0 R\$ 127,69
 CZK6680 54282465E 06/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 DDU1339 54282583E 08/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 DII1577 54281225E 17/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
 GSJ7216 54282432E 10/03/2013 6556-2 R\$ 191,53
 GSJ7216 54282433E 10/03/2013 6637-1 R\$ 127,69
 GSJ7216 54282434E 10/03/2013 6912-0 R\$ 53,20
 GYP7482 54282420E 09/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 HRC0174 54282095E 18/03/2013 5541-1 R\$ 53,20
 HZX7153 54280044E 01/02/2013 6920-0 R\$ 127,69
 IBB6756 54282363E 07/03/2013 6920-0 R\$ 127,69
 IED9876 54281870E 02/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 IFO5393 54280514E 30/12/2012 5525-0 R\$ 85,12
 IFP4109 54280722E 10/02/2013 5460-0 R\$ 85,12
 IFP5124 54282569E 02/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 IFZ1001 54282365E 08/03/2013 6920-0 R\$ 127,69
 IGW9108 54282656E 11/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 IY4602 54279783E 27/01/2013 5452-2 R\$ 127,69
 IKF9980 54282331E 17/02/2013 5525-0 R\$ 85,12
 IKY7376 54280186E 03/01/2013 5380-0 R\$ 85,12
 IMB1037 54281383E 26/01/2013 6556-5 R\$ 191,53
 IMB9090 54281825E 12/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
 IML7717 54280467E 13/01/2013 5541-1 R\$ 53,20
 IMO1969 54282842E 21/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 INV3725 54280048E 06/02/2013 6920-0 R\$ 127,69
 IOD2096 54282791E 02/11/2013 5525-0 R\$ 85,12
 IRA8810 54281554E 27/01/2013 6599-2 R\$ 191,53
 IRA8810 54281555E 27/01/2013 6610-2 R\$ 127,69

ISL9330 54281184E 12/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
 JCN1112 54281827E 18/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
 JVR4069 54282358E 26/02/2013 6920-0 R\$ 127,69
 LWW1325 54282533E 09/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 LWX4315 54280099E 27/01/2013 5010-0 R\$ 574,61
 LWX4315 54282823E 13/03/2013 5452-1 R\$ 127,69
 LWX4315 54283005E 28/03/2013 7030-2 R\$ 191,53
 LWX4315 54283006E 28/03/2013 6394-1 R\$ 191,53
 LWX4315 54283007E 28/03/2013 6653-1 R\$ 127,69
 LWX4315 54283008E 28/03/2013 7056-1 R\$ 191,53
 LXY0525 54280664E 12/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
 LYO9709 54282582E 08/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 LYP2070 54280729E 15/02/2013 6599-2 R\$ 191,53
 LYP2070 54280730E 15/02/2013 6637-1 R\$ 127,69
 LYP2070 54280731E 15/02/2013 5010-0 R\$ 574,61
 LZC2399 54282068E 19/02/2013 5185-1 R\$ 127,69

LZI6792 54282079E 03/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 LZM0214 54280689E 04/02/2013 5380-0 R\$ 85,12
 L郑5052 54282416E 07/03/2013 6599-2 R\$ 191,53
 L郑5052 54282417E 07/03/2013 5835-0 R\$ 127,69
 L郑5052 54282418E 07/03/2013 6912-0 R\$ 53,20
 LZR4632 54281551E 24/01/2013 6556-1 R\$ 191,53
 LZS2626 54280732E 03/03/2013 6556-1 R\$ 191,53
 MAD1868 54282538E 24/03/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MAD1868 54282540E 24/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MAM7814 54280034E 10/01/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MAN7073 54281144E 01/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MAP4349 54281871E 02/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MAT0820 54282046E 12/02/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MAT0820 54282047E 12/02/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MAT0820 54282048E 12/02/2013 5169-1 R\$ 1915,38
 MAW5810 54280045E 04/02/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MBC6480 54280784E 16/02/2013 7340-0 R\$ 85,12
 MBG7469 54280036E 17/01/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MBM7422 54284310E 14/11/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MBQ9953 54281522E 26/01/2013 6556-1 R\$ 191,53
 MBU8713 54876116E 23/11/2013 5541-1 R\$ 53,20
 MCA2781 54282355E 22/02/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MCC3653 54876013E 19/11/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MCE1448 54281440E 02/03/2013 5835-0 R\$ 127,69
 MCE1448 54281441E 02/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MCE1448 54282510E 28/02/2013 5835-0 R\$ 127,69
 MCE2613 54282819E 10/03/2013 7366-2 R\$ 85,12
 MCE8666 54282283E 24/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MCG8337 54280937E 13/01/2013 5525-0 R\$ 85,12
 MCK8483 54282559E 27/02/2013 5967-0 R\$ 191,53
 MCL2636 54282413E 26/02/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MCN4865 54282447E 28/03/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MCN4865 54282448E 28/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MCN4865 54282449E 28/03/2013 6637-1 R\$ 127,69
 MCQ4629 54279797E 07/02/2013 5169-1 R\$ 1915,38
 MCQ9036 54282240E 04/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MCR6290 54280050E 18/02/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MCT8045 54280843E 01/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MCT8045 54280843E 01/02/2013 5185-2 R\$ 127,69
 MCW8001 54876005E 07/11/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MDA0439 54280046E 04/02/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MDE9837 54282193E 15/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MDH1466 54282086E 14/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MDH1466 54282087E 14/03/2013 5835-0 R\$ 127,69
 MDH1466 54282088E 14/03/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MDI4171 54282603E 14/03/2013 7030-2 R\$ 191,53
 MDJ8461 54282326E 17/02/2013 5452-1 R\$ 127,69
 MDN7165 54281865E 27/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MDO2630 54282409E 01/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MDO2630 54282414E 01/03/2013 5118-0 R\$ 574,61
 MDO2630 54282415E 02/03/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MDS8521 54282374E 12/03/2013 6920-0 R\$ 127,69

MDS9635 54280548E 04/01/2013 5541-1 R\$ 53,20
 MDX8349 54280037E 18/01/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MDY6912 54282429E 09/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MDY6912 54282430E 09/03/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MEC0132 54282594E 23/03/2013 5207-0 R\$ 53,20
 MED8288 54282005E 23/01/2013 6963-3 R\$ 127,69
 MED8288 54282006E 23/01/2013 6637-1 R\$ 127,69
 MEH4105 54280035E 15/01/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MEH4198 54280607E 01/01/2013 6548-2 R\$ 85,12
 MEI8355 54280969E 05/01/2013 6556-1 R\$ 191,53
 MEK8901 54282371E 12/03/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MEQ3231 54282379E 21/03/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MEV0147 54281782E 06/03/2013 6556-1 R\$ 191,53
 MEV0147 54281783E 06/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MEV0147 54281784E 06/03/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MEX6475 54282848E 22/03/2013 6602-0 R\$ 191,53

MEX9555 54280782E 15/02/2013 5118-0 R\$ 574,61
 MEX9555 54280783E 15/02/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MFC2897 54282160E 10/02/2013 5380-0 R\$ 85,12
 MFC3017 54283003E 28/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MFL5013 54282501E 22/02/2013 5207-0 R\$ 53,20
 MFL9122 54282445E 28/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MFT0896 54282527E 09/03/2013 6653-1 R\$ 127,69
 MFW9038 54280292E 09/01/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MGA2742 54282816E 10/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MGA2742 54282817E 10/03/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MGC7434 54282231E 26/02/2013 6637-2 R\$ 127,69
 MGC7434 54282232E 26/02/2013 7340-0 R\$ 85,12
 MGC9389 54282282E 23/02/2013 5525-0 R\$ 85,12
 MGE7419 54280787E 25/02/2013 5452-2 R\$ 127,69
 MGG2315 54282560E 01/03/2013 5452-1 R\$ 127,69
 MGK5781 54282195E 15/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MGO5990 54282292E 24/02/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MGP6467 54281417E 27/01/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MGR3394 54280384E 30/12/2012 5380-0 R\$ 85,12
 MGT3698 54281465E 18/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MGW9868 54282475E 15/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MHA8608 54281785E 07/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MHA8608 54282249E 07/03/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MHC0053 54281512E 24/01/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MHC9947 54281836E 23/02/2013 5738-0 R\$ 191,53
 MHG1774 54281180E 10/01/2013 5541-1 R\$ 53,20
 MHH3294 54282225E 23/02/2013 5541-5 R\$ 53,20
 MHK8465 54280772E 11/02/2013 5452-1 R\$ 127,69
 MHL9187 54282446E 28/03/2013 6556-1 R\$ 191,53
 MHN6764 54282801E 07/03/2013 6556-1 R\$ 191,53
 MHO3152 54282380E 21/03/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MHQ6282 54282142E 18/02/2013 6653-2 R\$ 127,69
 MHQ6282 54282143E 18/02/2013 7340-0 R\$ 85,12
 MHR9118 54281618E 28/01/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MHW4193 54282506E 27/02/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MHW4193 54282507E 27/02/2013 5207-0 R\$ 53,20
 MID7224 54281363E 20/01/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MIH1438 54282444E 28/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MIJ8464 54283032E 31/03/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MIM5517 54282535E 12/03/2013 5029-2 R\$ 957,69
 MIN1334 54281415E 22/01/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MIT2537 54282368E 08/03/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MJJ1962 54280282E 05/01/2013 5479-0 R\$ 85,12
 MJP6120 54282550E 27/03/2013 5460-0 R\$ 85,12
 MJQ1945 54279953E 30/12/2012 5525-0 R\$ 85,12
 MJS6037 54282443E 28/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MJX9537 54280734E 22/02/2013 5541-1 R\$ 53,20
 MJZ1605 54281873E 02/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MKC4478 54282450E 31/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MKN4466 54282561E 01/03/2013 5967-0 R\$ 191,53
 MKR2627 54282100E 21/03/2013 5967-0 R\$ 191,53
 MLX1955 54282545E 24/03/2013 5185-1 R\$ 127,69

MVI5152 54280273E 03/01/2013 5525-0 R\$ 85,12

Infr./Desd.	Enquadramento
6920-0	233
5045-0	162 * V
5185-1	167
5380-0	181 * I
5835-0	195
7056-1	244 * III
7030-2	244 * I
5460-0	181 * IX
5525-0	181 * XV
5169-1	165
6599-2	230 * V
5193-0	168
5010-0	162 * I
5118-0	164 c/c 162 * I

6556-2 230 * I
 6637-1 230 * IX
 6912-0 232
 5541-1 181 * XVII
 5452-2 181 * VIII
 6556-5 230 * I
 6610-2 230 * VII
 5452-1 181 * VIII
 6394-1 220 * XIV
 6653-1 230 * XI
 6556-1 230 * I
 7340-0 252 * IV
 7366-2 252 * VI
 5967-0 203 * V
 5185-2 167
 5207-0 169
 6963-3 237
 6548-2 229
 6602-0 230 * VI
 6637-2 230 * IX
 5738-0 186 * II
 5541-5 181 * XVII
 6653-2 230 * XI
 5029-2 162 * II
 5479-0 181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 903/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000903/2014
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB. Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AOM9470 54282967E 26/12/2013 5185-1
 AOM9470 54282968E 26/12/2013 6599-2
 AOM9470 54282969E 26/12/2013 5010-0
 ARF1145 54876888E 30/12/2013 5185-2
 AUM5500 54876706E 26/12/2013 5525-0
 DDF2167 54877103E 30/12/2013 6912-0
 DED6102 54284199E 28/12/2013 5452-2
 ERC3377 54281747E 17/01/2014 5185-2
 EUK9442 54877859E 28/01/2014 5525-0
 FZJ0200 54876610E 22/12/2013 6599-2

IEX9716 54877515E 02/02/2014 5452-1
 IFR8365 54877407E 07/01/2014 5185-1
 IGK1818 54282643E 23/12/2013 5185-1
 IJY8778 54877722E 22/01/2014 7340-0
 IMN6053 54876989E 16/01/2014 5185-1
 IOI5159 54876296E 20/01/2014 6564-0
 IPD0844 54876799E 21/01/2014 5525-0
 IQP5046 54877642E 25/01/2014 5410-0
 IQT7024 54876246E 26/12/2013 5185-1
 IRH5975 54876905E 31/12/2013 6912-0
 ISQ6739 54877739E 27/01/2014 5185-1
 ISS8877 54284215E 30/12/2013 6599-2
 ITC9476 54878058E 28/01/2014 5185-1
 IUC9230 54877380E 13/01/2014 6564-0
 KEN9589 54878067E 30/01/2014 5185-1
 KOB4989 54876790E 21/01/2014 5541-1
 LPV0080 54876519E 26/12/2013 5541-1
 LYQ9864 54876666E 27/12/2013 6556-4
 MAE4638 54284209E 15/12/2013 5185-1
 MAN4897 54877033E 26/01/2014 6599-2
 MBR3665 54284172E 03/11/2013 5010-0
 MBR3665 54284173E 03/11/2013 5118-0
 MBR3665 54284174E 03/11/2013 6653-1
 MBR3665 54284175E 03/11/2013 6602-0
 MBS5240 54284197E 27/12/2013 5380-0
 MBU4394 54284193E 25/12/2013 6564-0
 MCO1464 54282978E 29/12/2013 5010-0
 MCO1464 54282979E 19/12/2013 6912-0
 MDJ5204 54282970E 28/12/2013 5061-0
 MDJ5204 54282971E 28/12/2013 5010-0
 MFC0364 54876150E 20/12/2013 5185-2
 MFW9159 54876046E 27/12/2013 6920-0
 MGB5224 54877904E 22/01/2014 5525-0
 MGK7284 54876139E 17/12/2013 5525-0
 MGO0548 54876641E 28/12/2013 5541-1
 MIL2042 54878113E 30/01/2014 7340-0
 MIZ8398 54877072E 06/01/2014 6858-0

MJT0955 54877042E 30/01/2014 5525-0
 MKC6516 54877001E 30/12/2013 5223-1
 NFN4705 54283397E 25/12/2013 5452-1

Infr./Desd.	Enquadramento
5185-1	167
6599-2	230 * V
5010-0	162 * I
5185-2	167
5525-0	181 * XV
6912-0	232
5452-2	181 * VIII
5452-1	181 * VIII
7340-0	252 * IV
6564-0	230 * II
5410-0	181 * IV
5541-1	181 * XVII
6556-4	230 * I
5118-0	164 c/c 162 * I
6653-1	230 * XI
6602-0	230 * VI
5380-0	181 * I
5061-0	163 c/c 162 * I
6920-0	233
6858-0	231 * VII
5223-1	171

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU,

QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 904/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000904/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

AOD9314 54283653E 26/04/2013 6920-0 R\$ 127,69
APU6565 54283058E 29/03/2013 5410-0 R\$ 85,12
ARK7369 54283603E 10/05/2013 6556-1 R\$ 191,53
ASB7384 54282660E 11/03/2013 5460-0 R\$ 85,12
DBJ8144 54280485E 28/03/2013 5452-1 R\$ 127,69
DOJ0997 54281712E 17/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
DOJ0997 54281713E 17/04/2013 5045-0 R\$ 191,53
DSY2846 54282764E 11/05/2013 5185-1 R\$ 127,69
HBU2060 54281282E 01/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
IFG7591 54283040E 06/04/2013 7056-1 R\$ 191,53
IFG7591 54283041E 06/04/2013 7030-2 R\$ 191,53
IFG7591 54283042E 06/04/2013 5835-0 R\$ 127,69
IFG7591 54283043E 06/04/2013 7340-0 R\$ 85,12
IFG7591 54283044E 06/04/2013 5819-1 R\$ 574,61
IIG0004 54283359E 24/04/2013 5525-0 R\$ 85,12
IKS9512 54282867E 12/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
ILH4366 54283271E 12/05/2013 5452-1 R\$ 127,69
KPA2174 54283075E 20/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
LNQ7135 54283311E 21/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
LWX4315 54282705E 03/04/2013 5010-0 R\$ 574,61
LWX4315 54282706E 03/04/2013 6637-2 R\$ 127,69
LWX4315 54283009E 28/03/2013 5835-0 R\$ 127,69
LWX4315 54283010E 28/03/2013 7340-0 R\$ 85,12
LWX4315 54283201E 03/04/2013 5258-3 R\$ 957,69
LXI6189 54283375E 04/05/2013 5010-0 R\$ 574,61
LXI6189 54283376E 04/05/2013 6599-2 R\$ 191,53
LXZ1825 54281717E 07/05/2013 5185-1 R\$ 127,69
LYQ1839 54283659E 29/04/2013 6920-0 R\$ 127,69
LYU5657 54283667E 09/05/2013 6920-0 R\$ 127,69
LYV4461 54282613E 22/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
LZN2280 54282342E 06/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
LZS6414 54283033E 03/04/2013 6580-0 R\$ 191,53
LZS6414 54283034E 03/04/2013 5835-0 R\$ 127,69
LZS6414 54283035E 03/04/2013 6637-2 R\$ 127,69
LZY2544 54282710E 01/05/2013 5045-0 R\$ 191,53
MAQ7727 54282381E 21/03/2013 6920-0 R\$ 127,69
MAQ8725 54283854E 18/05/2013 5274-1 R\$ 191,53
MAX0820 54282709E 19/04/2013 5010-0 R\$ 574,61
MBD2938 54283358E 24/04/2013 5010-0 R\$ 574,61
MBD8685 54283219E 17/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
MBH7495 54282469E 11/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
MBI2991 54283125E 07/05/2013 6599-2 R\$ 191,53
MBI2991 54283126E 07/05/2013 5010-0 R\$ 574,61

MBN9164 54280749E 26/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
MBQ1757 54282869E 18/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
MCG2428 54283334E 28/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
MCG2428 54283335E 28/04/2013 6912-0 R\$ 53,20
MCH9688 54280493E 18/04/2013 6912-0 R\$ 53,20
MCW6123 54283279E 15/05/2013 5045-0 R\$ 191,53
MCW6123 54283280E 15/05/2013 7056-2 R\$ 85,12
MDA5408 54282862E 03/04/2013 5010-0 R\$ 574,61

MDD1685 54282612E 22/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
MDN8813 54280663E 12/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
MDR2381 54282388E 02/04/2013 6920-0 R\$ 127,69
MDS5318 54282361E 06/03/2013 6920-0 R\$ 127,69
MDT2170 54282484E 05/04/2013 6912-0 R\$ 53,20
MDZ4933 54282486E 08/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
MEH7771 54282223E 22/02/2013 6602-0 R\$ 191,53
MEH7771 54283024E 31/03/2013 6602-0 R\$ 191,53
MEJ1383 54280270E 03/01/2013 7340-0 R\$ 85,12
MEK1527 54280859E 09/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
MEL7167 54282466E 09/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
MEM3653 54283253E 26/04/2013 5452-2 R\$ 127,69
MEQ0273 54876011E 18/11/2013 6920-0 R\$ 127,69
MER1582 54283337E 30/04/2013 5010-0 R\$ 574,61
MER1582 54283338E 30/04/2013 5118-0 R\$ 574,61
MFA0798 54281373E 25/01/2013 5045-0 R\$ 191,53
MFA0798 54281374E 25/01/2013 6556-5 R\$ 191,53
MFA1686 54283255E 26/04/2013 7366-2 R\$ 85,12
MFJ4757 54282720E 10/05/2013 6599-2 R\$ 191,53
MFP6055 54280490E 12/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
MFP6055 54280490E 12/04/2013 5185-2 R\$ 127,69
MFP6055 54282754E 23/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
MFP9284 54282492E 10/05/2013 5010-0 R\$ 574,61
MFP9284 54282493E 10/05/2013 6599-2 R\$ 191,53
MFR1016 54282597E 19/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
MGD2805 54282438E 10/03/2013 6653-1 R\$ 127,69
MGI4149 54283276E 12/05/2013 5010-0 R\$ 574,61
MGK4002 54283347E 19/05/2013 5835-0 R\$ 127,69
MGK4002 54283348E 19/05/2013 7030-2 R\$ 191,53
MGK4002 54283349E 19/05/2013 7340-0 R\$ 85,12
MGK4002 54283350E 19/05/2013 6637-1 R\$ 127,69
MGW8837 54283224E 29/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
MGW8837 55619347D 21/01/2013 5525-0 R\$ 85,12
MGX6659 54282480E 05/04/2013 5118-0 R\$ 574,61
MGX6659 54283066E 05/04/2013 5010-0 R\$ 574,61
MGZ6879 54282598E 19/04/2013 5967-0 R\$ 191,53
MHB8182 54280743E 02/04/2013 5525-0 R\$ 85,12
MHF2816 54283378E 04/05/2013 5010-0 R\$ 574,61
MHK9492 54282520E 06/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
MHL2464 54283606E 10/05/2013 6599-2 R\$ 191,53
MHQ6661 54282394E 15/04/2013 6920-0 R\$ 127,69
MHX2191 54283169E 10/04/2013 5045-0 R\$ 191,53
MHX2191 54283171E 10/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
MIC4912 54280291E 08/01/2013 7340-0 R\$ 85,12
MII4604 54283363E 25/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
MIO9823 54282827E 16/03/2013 5835-0 R\$ 127,69
MIO9823 54282828E 16/03/2013 7030-1 R\$ 191,53
MIO9823 54282829E 16/03/2013 5274-1 R\$ 191,53
MIO9823 54282830E 16/03/2013 7056-1 R\$ 191,53
MIO9823 54282831E 16/03/2013 7340-0 R\$ 85,12
MIP1044 54280672E 20/01/2013 5010-0 R\$ 574,61
MIT5893 54283605E 10/05/2013 5010-0 R\$ 574,61
MJA6429 54282818E 10/03/2013 6602-0 R\$ 191,53
MJF7471 54282483E 05/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
MKI1430 54280494E 21/04/2013 5045-0 R\$ 191,53
MLC3541 54283361E 25/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
MLN2020 54280416E 24/12/2012 5185-1 R\$ 127,69

Infr./Desd.
6920-0

Enquadramento
233

5410-0 181 * IV
 6556-1 230 * I
 5460-0 181 * IX
 5452-1 181 * VIII
 6599-2 230 * V
 5045-0 162 * V
 5185-1 167
 7056-1 244 * III
 7030-2 244 * I
 5835-0 195
 7340-0 252 * IV
 5819-1 193
 5525-0 181 * XV
 5010-0 162 * I
 6637-2 230 * IX
 5258-3 174
 6580-0 230 * IV
 5274-1 175
 6912-0 232
 7056-2 244 * III c/c §1º
 6602-0 230 * VI
 5452-2 181 * VIII
 5118-0 164 c/c 162 * I
 6556-5 230 * I
 7366-2 252 * VI
 5185-2 167
 6653-1 230 * XI
 6637-1 230 * IX
 5967-0 203 * V
 7030-1 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 905/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000905/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
 DBE7855 54876912E 03/01/2014 5452-2
 HGR2260 54878126E 02/02/2014 7340-0
 IGE5248 54877154E 06/01/2014 5185-2
 IGP6498 54876047E 03/01/2014 6920-0
 IOH2856 54876658E 25/12/2013 6556-1
 IRL4936 54878095E 03/02/2014 5185-1

IRU5446 54877448E 10/01/2014 5185-1
 ISJ5456 54878031E 01/02/2014 5452-1
 ISO7084 54877557E 26/01/2014 6599-2
 ISR4025 54877718E 22/01/2014 5185-1
 ITS4971 54876711E 28/12/2013 6564-0
 JUK6297 54877289E 06/01/2014 5185-1
 KKY3711 54876901E 31/12/2013 5541-1
 LUP0803 54877565E 01/02/2014 5380-0
 LYF6720 54878169E 04/02/2014 6920-0
 MAP2005 54878221E 07/02/2014 5738-0
 MBE9094 54876050E 08/01/2014 6920-0
 MDX2031 54877066E 04/01/2014 5452-1
 MEC0132 54877372E 09/01/2014 7030-2
 MEC0132 54877373E 09/01/2014 7340-0
 MFB6286 54876736E 01/01/2014 6556-4
 MFP6355 54877514E 02/02/2014 5452-1
 MFY6034 54876978E 05/01/2014 5185-1
 MFZ1728 54877354E 07/01/2014 5010-0
 MFZ1728 54877355E 07/01/2014 5118-0
 MFZ1728 54877356E 07/01/2014 6599-2
 MFZ1728 54877357E 07/01/2014 6637-1
 MFZ8087 54876080E 24/01/2014 6408-0
 MGG7483 54876395E 28/12/2013 5738-0
 MHF0574 54878029E 01/02/2014 5525-0
 MHM8777 54876758E 31/12/2013 5380-0
 MHX7666 54877378E 10/01/2014 5487-0
 MJM1247 54877201E 02/01/2014 5525-0
 MJY7658 54284341E 30/12/2013 7030-1
 MJY7658 54284342E 30/12/2013 5835-0
 MKE0660 54877286E 06/01/2014 5185-1
 MKR7045 54876809E 27/12/2013 6700-0
 MRK1717 54877202E 02/01/2014 5525-0

Infr./Desd. Enquadramento

5452-2 181 * VIII
 7340-0 252 * IV
 5185-2 167
 6920-0 233
 6556-1 230 * I
 5185-1 167
 5452-1 181 * VIII
 6599-2 230 * V
 6564-0 230 * II
 5541-1 181 * XVII
 5380-0 181 * I
 5738-0 186 * II
 7030-2 244 * I
 6556-4 230 * I
 5010-0 162 * I
 5118-0 164 c/c 162 * I
 6637-1 230 * IX
 6408-0 221
 5525-0 181 * XV
 5487-0 181 * XI
 7030-1 244 * I
 5835-0 195
 6700-0 230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

RREO 3º Bimestre 2014 - Anexo 1

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	39.260.442,00	39.260.442,00	6.864.462,13	17,48	26.232.795,65	66,82
RECEITA TRIBUTÁRIA	38.693.142,00	38.693.142,00	6.864.462,13	17,74	25.289.277,05	65,36
IMPOSTOS	9.271.000,00	9.271.000,00	1.156.618,00	12,48	8.130.202,06	87,69
TAXAS	7.535.000,00	7.535.000,00	1.018.402,00	13,52	6.420.790,02	85,21
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.735.000,00	1.735.000,00	138.216,00	7,97	1.709.412,04	98,53
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.450.000,00	1.450.000,00	250.519,19	17,28	759.317,57	52,37
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	550.000,00	550.000,00	96.777,82	17,60	287.838,38	52,33
RECEITA PATRIMONIAL	900.000,00	900.000,00	153.741,37	17,08	471.479,19	52,39
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	1.203.600,00	1.203.600,00	441.821,03	36,71	978.316,69	81,28
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	10.000,00	1.040,00	10,40	1.040,00	10,40
Receita da Cessão de Direitos	1.193.600,00	1.193.600,00	440.781,03	36,93	973.276,69	81,54
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	70,00	7,00	138,63	13,86
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.374.920,00	25.374.920,00	4.577.143,29	18,04	13.932.370,85	54,91
Transf. de Instituições Privadas	25.075.100,00	25.075.100,00	4.575.806,29	18,25	13.916.318,85	55,50
Transf. de Pessoas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	4.203,00	42,03
Transf. de Conv.	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	5.080,00	25,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	269.820,00	269.820,00	1.337,00	0,50	6.769,00	2,51
Multas e Juros de Mora	1.392.622,00	1.392.622,00	438.290,62	31,47	1.488.931,25	106,92
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	234.422,00	234.422,00	91.853,14	39,18	283.296,59	120,85
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	200,00	200,00	163.540,17	770,09	432.063,65	031,83
RECEITAS DIVERSAS	1.133.000,00	1.133.000,00	180.583,36	15,94	741.035,73	65,40
RECEITAS DE CAPITAL	567.300,00	567.300,00	2.313,95	9,26	32.535,28	130,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	943.518,60	166,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	129.700,00	418,39
ALIEAÇÃO DE BENS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	129.700,00	418,39
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	44.000,00	146,67
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	44.000,00	146,67
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	506.300,00	506.300,00	0,00	0,00	769.818,60	152,05
	506.300,00	506.300,00	0,00	0,00	769.818,60	152,05
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.280.000,00	1.280.000,00	227.488,62	17,77	676.085,81	52,82
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.280.000,00	1.280.000,00	227.488,62	17,77	676.085,81	52,82
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.100.000,00	1.100.000,00	193.505,88	17,59	575.591,24	52,33
	1.100.000,00	1.100.000,00	193.505,88	17,59	575.591,24	52,33

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.280.000,00	1.280.000,00	227.488,62	17,77	676.085,81	52,82
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	180.000,00	180.000,00	33.982,74	18,88	100.494,57	55,83
Rec. Dec. Aportes Periódicos Amort. Def. Atualiz	180.000,00	180.000,00	33.982,74	18,88	100.494,57	55,83
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	40.540.442,00	40.540.442,00	7.091.950,75	17,49	26.908.881,46	66,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	40.540.442,00	40.540.442,00	7.091.950,75	17,49	26.908.881,46	66,38
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	40.540.442,00	40.540.442,00	7.091.950,75	17,49	26.908.881,46	66,38
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.310.441,66	—	—	752.431,50	—
Superávit Financeiro	—	1.310.441,66	—	—	752.431,50	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.275.642,00	7.608.807,63	46.884.449,63	8.919.979,72	28.086.727,41	7.226.132,10	21.799.792,15	46,50	46,50	25.084.657,48
DESPESAS CORRENTES	34.315.913,00	1.834.976,00	36.150.889,00	6.169.178,00	22.309.594,47	6.550.071,18	19.597.337,90	54,21	54,21	16.553.551,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.753.429,00	234.462,17	21.987.891,17	3.789.025,72	12.218.295,26	3.778.078,91	12.200.503,45	55,49	55,49	9.787.387,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	380.100,00	-100.000,00	280.100,00	0,00	110.000,00	17.270,00	60.102,80	21,46	21,46	219.997,20
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.182.384,00	1.700.513,83	13.882.897,83	2.380.152,28	9.981.299,21	2.754.722,27	7.336.731,65	52,85	52,85	6.546.166,18
DESPESAS DE CAPITAL	2.681.729,00	5.773.831,63	8.455.560,63	2.750.801,72	5.777.132,94	676.060,92	2.202.454,25	26,05	26,05	6.253.106,38
INVESTIMENTOS	2.117.620,00	5.673.831,63	7.791.451,63	2.650.801,72	5.118.249,34	515.338,32	1.720.304,48	22,08	22,08	6.071.147,15

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

[illegible]

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.687.388,29

FONTE:

GAROPABA, 04/07/2014

Paulo Sérgio de Araújo	Ronye Paes	Ronaldo Gabriel Teixeira	Edinei José Vieira
Prefeito Municipal	Secretário de Orc. e Contabilidade	Diretor Controle Interno	Tec. Cont. - CRC 192888

Ronye Paes	Ronaldo Gabriel Teixeira
Secretário de Orc. e Contabilidade	Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Téc. Cont. - CRC

RREO 3º BIMESTRE 2014 - ANEXO 2

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)					R\$ 1,00			
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	39.275.642,00	46.884.449,63	8.919.979,72	28.086.727,41	7.226.132,10	21.799.792,15	96,89	25.084.657,48
Ação Legislativa	1.778.000,00	1.778.000,00	234.854,67	940.253,25	270.113,93	869.735,18	3,87	908.264,82
Judiciária	1.778.000,00	1.778.000,00	234.854,67	940.253,25	270.113,93	869.735,18	3,87	908.264,82
Ação Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Ação Judiciária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Administração	3.396.582,00	3.547.841,25	449.932,59	2.284.837,07	600.293,34	1.924.879,86	8,56	1.622.961,39
Administração Geral	2.611.482,00	2.762.741,25	371.359,59	1.725.488,01	471.144,97	1.448.151,91	6,44	1.314.589,34
Administração Financeira	785.100,00	785.100,00	78.573,00	559.349,06	129.148,37	476.727,95	2,12	308.372,05
Segurança Pública	81.000,00	168.000,00	22.338,42	70.500,34	27.817,38	56.678,14	0,25	111.321,86
Defesa Civil	81.000,00	168.000,00	22.338,42	70.500,34	27.817,38	56.678,14	0,25	111.321,86
Assistência Social	958.800,00	1.185.619,20	177.523,71	521.110,53	163.322,45	428.978,31	1,91	36,18
Assistência à Criança e ao Adolescente	135.100,00	175.100,00	33.210,14	86.600,03	19.108,10	63.958,53	0,28	36,53
Assistência Comunitária	823.700,00	1.010.519,20	144.313,57	434.510,50	144.214,35	365.019,78	1,62	645.499,42
Saúde	8.864.987,00	10.109.849,09	1.496.171,16	6.546.935,95	1.873.843,36	6.086.651,67	27,05	4.023.197,42
Atenção Básica	8.864.987,00	10.109.849,09	1.496.171,16	6.546.935,95	1.873.843,36	6.086.651,67	27,05	4.023.197,42
Educação	10.623.400,00	11.929.511,83	2.012.456,56	6.192.127,86	2.046.043,65	5.353.493,20	23,79	6.576.018,63
Alimentação e Nutrição	210.300,00	210.300,00	49.581,18	84.191,77	42.226,45	76.837,04	0,34	133.462,96
Ensino Fundamental	9.433.450,00	9.999.853,82	1.670.108,34	4.752.074,66	1.671.084,58	4.331.729,22	19,25	5.668.124,60
Ensino Superior	247.000,00	247.000,00	17.139,47	118.952,74	36.433,12	82.219,76	0,37	164.780,24
Educação Infantil	673.250,00	1.397.958,01	259.361,32	1.201.633,62	280.033,25	827.432,11	3,68	570.525,90
Educação Especial	59.400,00	74.400,00	16.266,25	35.275,07	16.266,25	35.275,07	0,16	39.124,93
Cultura	102.000,00	310.000,00	50.332,58	235.127,58	50.332,58	235.127,58	1,05	74.872,42
Diffusão Cultural	102.000,00	310.000,00	50.332,58	235.127,58	50.332,58	235.127,58	1,05	74.872,42
Urbanismo	5.769.464,00	6.553.464,00	1.045.209,61	4.628.488,75	1.146.322,02	3.344.237,63	14,86	3.209.226,37
Infra-Estrutura Urbana	3.069.864,00	3.643.864,00	598.395,40	2.213.007,41	540.803,50	1.508.604,57	6,71	2.135.259,43
Serviços Urbanos	2.699.600,00	2.909.600,00	446.814,21	2.415.481,34	605.518,52	1.835.633,06	8,16	1.073.966,94
Habituação	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00
Habituação Urbana	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00
Saneamento	292.900,00	603.900,00	0,00	300.035,89	23.298,96	252.602,95	1,12	351.297,05
Saneamento Básico Urbano	292.900,00	603.900,00	0,00	300.035,89	23.298,96	252.602,95	1,12	351.297,05

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	39.275.642,00	46.884.449,63	8.919.979,72	28.086.727,41	7.226.132,10	21.799.792,15	96,89	46,50
Extensão Rural	890.700,00	1.031.265,04	120.817,06	619.015,07	173.017,79	495.992,31	2,20	48,10
Comércio e Serviços	890.700,00	1.031.265,04	120.817,06	619.015,07	173.017,79	495.992,31	2,20	48,10
Turismo	1.436.000,00	1.512.752,72	485.327,80	1.098.240,35	324.005,91	894.984,22	3,98	59,16
	1.436.000,00	1.512.752,72	485.327,80	1.098.240,35	324.005,91	894.984,22	3,98	59,16
Transporte	428.300,00	3.524.737,50	2.479.983,85	3.037.819,91	103.734,05	530.897,41	2,36	15,06
Transportes Coletivos Urbanos	26.100,00	35.100,00	0,00	9.385,00	0,00	9.385,00	0,04	26,74
Transporte Rodoviário	402.200,00	3.489.637,50	2.479.983,85	3.028.434,91	103.734,05	521.512,41	2,32	14,94
Desporto e Lazer	257.200,00	233.200,00	30.519,31	131.922,08	37.780,80	117.977,74	0,52	50,59
Desporto Comunitário	257.200,00	233.200,00	30.519,31	131.922,08	37.780,80	117.977,74	0,52	50,59
Encargos Especiais	4.329.009,00	4.329.009,00	314.512,40	1.480.312,78	386.205,88	1.207.565,95	5,37	27,89
Previdência do Regime Estatutário	2.830.000,00	2.830.000,00	92.255,04	306.507,04	100.034,94	294.059,55	1,31	10,39
Serviço da Dívida Interna	944.009,00	944.009,00	100.000,00	768.883,60	177.992,60	542.252,57	2,41	57,44
Outras Transferências	555.000,00	555.000,00	122.257,36	404.922,14	108.178,34	371.243,83	1,65	66,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	1.264.800,00	1.296.800,00	227.013,71	698.896,74	227.013,71	698.896,74	3,11	53,89
Ação Legislativa	24.000,00	24.000,00	2.240,54	8.525,34	2.240,54	8.525,34	0,04	35,52
Administração	24.000,00	24.000,00	2.240,54	8.525,34	2.240,54	8.525,34	0,04	35,52
Administração Geral	171.600,00	171.600,00	30.123,95	87.722,31	30.123,95	87.722,31	0,39	51,12
Administração Financeira	117.600,00	117.600,00	24.740,70	69.883,30	24.740,70	69.883,30	0,31	59,42
Assistência Social	54.000,00	54.000,00	5.383,25	17.839,01	5.383,25	17.839,01	0,08	33,04
Assistência Comunitária	28.100,00	48.100,00	3.833,98	11.459,80	3.833,98	11.459,80	0,05	23,82
Saúde	28.100,00	48.100,00	3.833,98	11.459,80	3.833,98	11.459,80	0,05	23,82
Atenção Básica	200.100,00	200.100,00	43.096,86	130.637,66	43.096,86	130.637,66	0,58	65,29
Educação	200.100,00	200.100,00	43.096,86	130.637,66	43.096,86	130.637,66	0,58	65,29
Ensino Fundamental	549.500,00	561.500,00	94.017,47	300.273,99	94.017,47	300.273,99	1,33	53,48
Ensino Superior	484.400,00	484.400,00	73.011,63	234.926,19	73.011,63	234.926,19	1,04	48,50
Educação Infantil	6.000,00	6.000,00	1.059,92	3.313,97	1.059,92	3.313,97	0,01	55,23
Educação Especial	55.100,00	67.100,00	18.770,04	58.312,58	18.770,04	58.312,58	0,26	86,90
	4.000,00	4.000,00	1.175,88	3.721,25	1.175,88	3.721,25	0,02	93,03

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.264.800,00	1.296.800,00	227.013,71	698.898,74	227.013,71	698.898,74	3,11	53,89
Cultura	4.500,00	4.500,00	893,56	2.820,84	893,56	2.820,84	0,01	62,69
Difusão Cultural	4.500,00	4.500,00	893,56	2.820,84	893,56	2.820,84	0,01	62,69
Urbanismo	86.100,00	86.100,00	13.944,40	41.482,48	13.944,40	41.482,48	0,18	48,18
Infra-Estrutura Urbana	70.100,00	70.100,00	12.047,73	36.003,38	12.047,73	36.003,38	0,16	51,36
Serviços Urbanos	16.000,00	16.000,00	1.896,67	5.479,10	1.896,67	5.479,10	0,02	34,24
Saneamento	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	24.100,00	24.100,00	4.153,77	13.239,03	4.153,77	13.239,03	0,06	54,93
Extensão Rural	24.100,00	24.100,00	4.153,77	13.239,03	4.153,77	13.239,03	0,06	54,93
Comércio e Serviços	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	3.100,00	3.100,00	726,44	2.242,72	726,44	2.242,72	0,01	72,35
Desporto Comunitário	3.100,00	3.100,00	726,44	2.242,72	726,44	2.242,72	0,01	72,35
Encargos Especiais	170.000,00	170.000,00	33.982,74	100.494,57	33.982,74	100.494,57	0,45	59,11
Serviço da Dívida Interna	170.000,00	170.000,00	33.982,74	100.494,57	33.982,74	100.494,57	0,45	59,11
TOTAL (III) = (I + II)	40.540.442,00	48.181.249,63	9.146.993,43	28.785.626,15	7.453.145,81	22.498.690,89	100,00	46,70

FONTE:

GAROPABA , 04/07/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 3º BIMESTRE 2014 - ANEXO 3

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO 2013 A JUNHO 2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	RS 1,00	
		Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014			TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)																
RECEITA TRIBUTÁRIA																
IPI/LI																
IRPJ																
ISS																
LT&L																
Outras Receitas Tributárias																
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES																
RECEITA PATRIMONIAL																
RECEITA AGROPECUÁRIA																
RECEITA INDUSTRIAL																
RECEITA DE SERVIÇOS																
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES																
Cota-Parte do FPM																
Cota-Parte do L.C.M.S.																
Cota-Parte do IPVA																
Cota-Parte do ITR																
Outras Transferências Correntes																
Transferências da LC 61/1989																
Transferências da LC 87/1996																
Transferências do FUNDEB																
OUTRAS RECEITAS CORRENTES																
DEDUÇÕES (II)																
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários																
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor																
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB																
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)																
PONTE:																

FONTE:

GAROPABA, 04/07/2014

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Ronyne Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Ednaí José Vieira
Téc. Cont. - CRC 19288

RREO 3º BIMESTRE 2014 - ANEXO 4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RECEITAS						PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
								No Semestre	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						1.550.000,00	1.550.000,00	1.011.302,48	1.011.302,48	-282.483,48
RECEITAS CORRENTES						1.550.000,00	1.550.000,00	1.204.930,59	1.204.930,59	486.718,69
Recarga de Contribuições dos Segurados						550.000,00	550.000,00	295.258,54	295.258,54	250.790,78
Pessoal Civil						550.000,00	550.000,00	295.258,54	295.258,54	250.790,78
Ativo						550.000,00	550.000,00	295.258,54	295.258,54	250.790,78
Inativo						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial						1.000.000,00	1.000.000,00	901.434,77	901.434,77	228.131,67
Recargas Imobiliárias						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários						1.000.000,00	1.000.000,00	901.434,77	901.434,77	228.131,67
Outras Receitas Patrimoniais						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes						0,00	0,00	8.237,28	8.237,28	7.796,24
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS						0,00	0,00	8.237,28	8.237,28	7.796,24
Demais Receitas Correntes						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA						0,00	0,00	-193.628,11	-193.628,11	-769.202,17
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						1.280.000,00	1.280.000,00	676.085,81	676.085,81	618.426,60
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)						2.830.000,00	2.830.000,00	1.687.388,29	1.687.388,29	335.943,12
DESPESAS						DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
								No Semestre	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)						582.000,00	582.000,00	294.059,55	294.059,55	242.380,92
ADMINISTRAÇÃO						582.000,00	582.000,00	47.488,07	47.488,07	44.453,50
Despesas Correntes						577.000,00	577.000,00	47.488,07	47.488,07	42.859,33
Despesas de Capital						5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	1.594,17
PREVIDÊNCIA SOCIAL						0,00	0,00	246.571,48	246.571,48	197.927,42

Continua 1/4

Município de GAROPABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	246.571,48	246.571,48
Aposentadorias	0,00	0,00	212.651,98	212.651,98
Pensões	0,00	0,00	33.919,50	33.919,50
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	582.000,00	582.000,00	294.059,55	294.059,55
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	2.248.000,00	2.248.000,00	1.393.328,74	1.393.328,74

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor			2.248.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
Bancos Conta Movimento	23.968,95	25.268,52	23.818,71
Investimentos	14.969.321,58	15.207.484,58	13.048.824,22

Continua 2/4

Município de GAROPABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.280.000,00	1.280.000,00	676.085,81	676.085,81
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.280.000,00	1.280.000,00	691.050,61	691.050,61
Recarga de Contribuições Patronais	1.100.000,00	1.100.000,00	590.556,04	590.556,04
Pessoal Civil	1.100.000,00	1.100.000,00	590.556,04	590.556,04
Ativo	1.100.000,00	1.100.000,00	590.556,04	590.556,04
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	180.000,00	180.000,00	100.494,57	100.494,57
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	-14.964,80	-14.964,80
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	1.280.000,00	1.280.000,00	676.085,81	676.085,81
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

GAROPABA, 07/07/2014

Paulo Sérgio de Araújo Prefeito Municipal	Ronye Paes Secretário de Orc. e Contabilidade	Ronaldo Gabriel Teixeira Diretor Controle Interno	Edinei José Vieira Tec. Cont. - CRC 19288
--	--	--	--

RREO 3º BIMESTRE 2014 - ANEXO 5

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.652.713,92	1.652.713,92	1.300.264,15
DEDUÇÕES (II)	5.039.511,46	5.039.511,46	6.038.448,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.303.419,78	5.303.419,78	6.533.790,12
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	2.462,92
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	263.908,32	263.908,32	497.804,24
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.386.797,54	-3.386.797,54	-4.738.184,65
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	164.161,04	164.161,04	143.984,78
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.550.958,58	-3.550.958,58	-4.882.169,43

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-1.331.210,85	-1.331.210,85

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-242.850,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	11.504.020,03	11.504.020,03	11.504.020,03
Passivo Atuarial	11.504.020,03	11.504.020,03	11.504.020,03
DEDUÇÕES (VIII)	13.838.536,29	13.838.536,29	15.232.753,10
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.657,14	9.657,14	25.268,52
Investimentos	13.828.879,15	13.828.879,15	15.207.484,58
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-2.334.516,26	-2.334.516,26	-3.728.733,07
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-2.334.516,26	-2.334.516,26	-3.728.733,07

FONTE:

GAROPABA , 04/07/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RREO 3º BIMESTRE 2014 - ANEXO 6

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2014	Até o Semestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	38.779.542,00	24.992.086,17	24.992.086,17	21.658.086,53
Receita Tributária	9.271.000,00	8.130.202,06	8.130.202,06	6.829.374,22
I.P.T.U.	4.000.000,00	3.895.668,64	3.895.668,64	3.176.872,31
I.S.S.	1.400.000,00	1.219.471,19	1.219.471,19	867.309,84
I.T.B.I.	1.600.000,00	965.405,26	965.405,26	985.253,47
I.R.R.F.	535.000,00	340.244,93	340.244,93	262.195,63
Outras Receitas Tributárias	1.736.000,00	1.709.412,04	1.709.412,04	1.537.742,97
Receita de Contribuição	2.550.000,00	1.334.908,81	1.334.908,81	1.219.149,40
Receitas Previdenciárias	1.650.000,00	863.429,62	863.429,62	773.836,37
Outras Contribuições	900.000,00	471.479,19	471.479,19	445.313,03
Receita Patrimonial Líquida	10.000,00	5.040,00	5.040,00	0,00
Receita Patrimonial	1.203.600,00	978.316,69	978.316,69	-421.261,86
(-) Aplicações Financeiras	1.193.600,00	973.276,69	973.276,69	-421.261,86
Transferências Correntes	25.374.920,00	13.932.370,85	13.932.370,85	12.673.860,15
F.P.M.	8.800.000,00	4.861.495,00	4.861.495,00	4.513.350,11
I.C.M.S.	4.160.000,00	2.200.586,14	2.200.586,14	1.961.911,62
Convênios	269.820,00	6.769,00	6.769,00	101.033,20
Outras Transferências Correntes	12.145.100,00	6.863.520,71	6.863.520,71	6.097.565,22
Demais Receitas Correntes	1.573.622,00	1.589.564,45	1.589.564,45	935.702,76
Dívida Ativa	1.133.000,00	741.035,73	741.035,73	619.399,37
Diversas Receitas Correntes	440.622,00	848.528,72	848.528,72	316.303,39
RECEITAS DE CAPITAL (II)	567.300,00	943.518,60	943.518,60	1.137.653,01
Operações de Crédito (III)	31.000,00	129.700,00	129.700,00	315.649,20
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	30.000,00	44.000,00	44.000,00	0,00
Transferências de Capital	506.300,00	769.818,60	769.818,60	822.003,81
Convênios	506.300,00	769.818,60	769.818,60	822.003,81
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	506.300,00	769.818,60	769.818,60	822.003,81
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	39.285.842,00	25.761.904,77	25.761.904,77	22.480.090,34

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2014	Até o Semestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	37.447.589,00	20.296.236,64	20.296.236,64	17.820.320,58
Pessoal e Encargos Sociais	23.113.791,17	12.798.907,62	12.798.907,62	10.937.422,77
Juros e Encargos da Dívida (IX)	280.200,00	60.102,80	60.102,80	105.089,38
Outras Despesas Correntes	14.053.597,83	7.437.226,22	7.437.226,22	6.777.808,43
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	37.167.389,00	20.236.133,84	20.236.133,84	17.715.231,20
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.455.660,63	2.202.454,25	2.202.454,25	1.104.879,67
Investimentos	7.791.451,63	1.720.304,48	1.720.304,48	704.085,84
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	664.209,00	482.149,77	482.149,77	400.793,83
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.791.451,63	1.720.304,48	1.720.304,48	704.085,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	2.278.000,00	-	-	-

Município de GAROPABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2014	Até o Semestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	2.278.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	47.236.840,63	21.956.438,32	21.956.438,32	18.419.317,04
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.950.998,63	3.805.466,45	3.805.466,45	4.060.773,30
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	752.431,50	0,00
Superávit Financeiro	-	-	752.431,50	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				1.126.997,00

FONTE:

GAROPABA, 04/07/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - 06/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE

MÊS DE JUNHO DE 2014

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	3.895.668,64
1.2 - ITBI	965.405,26
1.3 - ISS	1.219.471,19
1.4 - FPM	6.079.465,87
1.5 - IRRF	340.244,93
1.6 - ICMS	2.750.731,98
1.7 - IPI	41.186,95
1.8 - IPVA	929.096,91
1.9 - ITR	1.640,26
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	9.916,75
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	669.762,02
1.12 - Multas e Juros de Mora	97.020,79
TOTAL	16.999.611,55

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	2.549.941,73
2.2 - Rendimento de Aplicação	43.211,35
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	2.820.223,63
TOTAL	5.413.376,71

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	2.549.941,73	4.509.464,82	1.959.523,09
3.2 - Convênios e Transferências	2.863.434,98	1.669.217,96	-1.194.217,02
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	5.413.376,71	6.178.682,78	765.306,07

% aplicado = 26,53%

Aplicado a maior = 1.959.523,09

Garopaba, 04 de julho de 2014.

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 06/2014

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.990.379,32	2.664,32
Pessoal Ativo	22.448.883,02	2.664,32
Pessoal Inativo e Pensionista	516.446,30	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	25.050,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.185.021,65	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	681.194,59	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	503.827,06	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	21.805.357,67	2.664,32
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	21.808.021,99	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	44.683.790,04	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	48,81	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	24.129.246,62	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	22.922.784,29	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	21.716.321,96	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 04/07/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO - 06/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**MÊS DE JUNHO DE 2014**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	3.895.668,64
1.2 - ITBI	965.405,26
1.3 - ISS	1.219.471,19
1.4 - FPM	6.079.465,87
1.5 - IRRF	340.244,93
1.6 - ICMS	2.750.731,98
1.7 - IPI	41.186,95
1.8 - IPVA	929.096,91
1.9 - ITR	1.640,26
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	9.916,75
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	669.762,02
1.12 - Multas e Juros de Mora	97.020,79
TOTAL	16.999.611,55

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	4.249.902,89
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	3.175.589,79
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	10.349,01
2.3 - Convênios	1.110.604,90
TOTAL	8.546.446,59

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	1.962.407,74	1.964.484,32	2.076,58
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	1.911.563,28	3.187.662,29	1.276.099,01
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	1.274.375,52	0,00	-1.274.375,52
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	2.287.495,14	1.837.125,18	-450.369,96
3.5 - Convênios e Transferências	1.110.604,90	420.082,43	-690.522,47
TOTAL	8.546.446,59	7.409.354,22	-1.137.092,37

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Garopaba, 04 de julho de 2014.

% APLICADO : 22,36%

Aplicado a menor : -448.293,39

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

RGF ANEXO 1 - 1º SEMESTRE 2014

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.990.379,32	2.664,32
Pessoal Ativo	22.448.883,02	2.664,32
Pessoal Inativo e Pensionista	516.446,30	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	25.050,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.185.021,65	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	681.194,59	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	503.827,06	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	21.805.357,67	2.664,32
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	21.808.021,99	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	44.683.790,04	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	48,81	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	24.129.246,62	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	22.922.784,29	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	21.716.321,96	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 04/07/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RGF ANEXO 2 - 1º SEMESTRE 2014

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.652.713,92	1.300.264,15	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.652.713,92	1.300.264,15	0,00
Interna	1.652.713,92	1.300.264,15	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	5.039.511,46	6.038.448,80	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.303.419,78	6.533.790,12	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	2.462,92	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	263.908,32	497.804,24	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.386.797,54	-4.738.184,65	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	40.050.399,70	44.683.790,04	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,13%	2,91%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-8,46%	-10,60%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	48.060.479,64	53.620.548,05	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	43.254.431,68	48.258.493,24	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.652.713,92	1.300.264,15	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	174.576,32	151.352,27	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	164.161,04	143.984,78	0,00
Previdenciárias	164.161,04	143.984,78	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	10.415,28	7.367,49	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.478.137,60	1.148.911,88	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	98.885,79	289.259,55	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.506.595,35	7.536.821,47	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	11.504.020,03	11.504.020,03	0,00
Passivo Atuarial	11.504.020,03	11.504.020,03	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	13.838.536,29	15.232.753,10	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.657,14	25.268,52	0,00
Investimentos	13.828.879,15	15.207.484,58	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	14.422,38	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-2.334.516,26	-3.728.733,07	0,00

GAROPABA, 04/07/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

FONTE:

RGF ANEXO 3 - 1º SEMESTRE 2014

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	40.050.399,70	44.683.790,04	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	8.811.087,93	9.830.433,81	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	7.929.979,14	8.847.390,43	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

GAROPABA , 04/07/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RGF ANEXO 4 - 1º SEMESTRE 2014

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	129.700,00	129.700,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	129.700,00	129.700,00
Interna	129.700,00	129.700,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	129.700,00	129.700,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	44.683.790,04	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	129.700,00	0,29
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	7.149.406,41	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	6.434.465,77	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.127.865,30	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	129.700,00	0,29

FONTE:

GAROPABA, 04/07/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

RGF ANEXO 7 - 1º SEMESTRE 2014

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	21.808.021,99	48,81
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	24.129.246,62	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	22.922.784,29	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.738.184,65	-10,60
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	53.620.548,05	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.830.433,81	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	129.700,00	0,29
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.149.406,41	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.127.865,30	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	4.275.418,81	0,00

FONTE:

GAROPABA , 04/07/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO - 05/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**MÊS DE MAIO DE 2014**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	3.740.535,62
1.2 - ITBI	802.193,00
1.3 - ISS	1.028.466,01
1.4 - FPM	5.219.905,90
1.5 - IRRF	251.321,36
1.6 - ICMS	2.295.018,19
1.7 - IPI	34.183,15
1.8 - IPVA	746.043,51
1.9 - ITR	1.612,59
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	7.933,40
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	555.744,12
1.12 - Multas e Juros de Mora	85.461,88
TOTAL	14.768.418,73

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	3.692.104,68
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	2.653.846,40
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	9.205,71
2.3 - Convênios	894.301,46
TOTAL	7.249.458,25

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	1.660.939,35	1.660.938,31	-1,04
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	1.597.831,27	2.687.693,35	1.089.862,08
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	1.065.220,84	0,00	-1.065.220,84
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	2.031.165,33	1.522.818,95	-508.346,38
3.5 - Convênios e Transferências	894.301,46	157.681,89	-736.619,57
TOTAL	7.249.458,25	6.029.132,50	-1.220.325,75

OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.

2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes e Bases.

Garopaba, 05 de junho de 2014.

% APLICADO : 21,56%

Aplicado a menor : -508.347,42

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 05/2014

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JUNHO/2013 A MAIO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.741.185,19	2.664,32
Pessoal Ativo	22.208.670,94	2.664,32
Pessoal Inativo e Pensionista	507.464,25	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	25.050,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.160.022,67	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	665.578,56	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	494.444,11	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	21.581.162,52	2.664,32
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	21.583.826,84	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	43.766.067,90	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,32	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	23.633.676,67	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	22.451.992,83	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	21.270.309,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

GAROPABA, 05/06/2014

Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Ronye Paes
Secretário de Orc. e Contabilidade

Ronaldo Gabriel Teixeira
Diretor Controle Interno

Edinei José Vieira
Tec. Cont. - CRC 19288

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE - 05/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**MÊS DE MAIO DE 2014**

1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	3.740.535,62
1.2 - ITBI	802.193,00
1.3 - ISS	1.028.466,01
1.4 - FPM	5.219.905,90
1.5 - IRRF	251.321,36
1.6 - ICMS	2.295.018,19
1.7 - IPI	34.183,15
1.8 - IPVA	746.043,51
1.9 - ITR	1.612,59
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	7.933,40
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	555.744,12
1.12 - Multas e Juros de Mora	85.461,88
TOTAL	14.768.418,73

2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	2.215.262,81
2.2 - Rendimento de Aplicação	35.632,19
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	2.582.984,51
TOTAL	4.833.879,51

3 - APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	2.215.262,81	3.814.303,97	1.599.041,16
3.2 - Convênios e Transferências	2.618.616,70	1.336.603,10	-1.282.013,60
			0,00
			0,00
			0,00
TOTAL	4.833.879,51	5.150.907,07	317.027,56

% aplicado = 25,83%

Aplicado a maior = 1.599.041,16

Garopaba, 05 de junho de 2014.

PREFEITO MUNICIPAL

TEC. CONTABILIDADE

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

Edital de Multa 906/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000906/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CRV8778 54282870E 21/04/2013 5380-0 R\$ 85,12
 DET3781 54282378E 21/03/2013 6920-0 R\$ 127,69
 DSV0866 54283130E 20/05/2013 6599-2 R\$ 191,53
 IGG5178 54283656E 26/04/2013 6920-0 R\$ 127,69
 LOI8004 54281150E 04/02/2013 5185-1 R\$ 127,69
 LZL1728 54283332E 27/04/2013 6637-2 R\$ 127,69
 MAB5624 54283114E 17/04/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MAR2344 54280796E 26/04/2013 5835-0 R\$ 127,69
 MBT6273 54283082E 10/05/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MBT6273 54283083E 10/05/2013 5061-0 R\$ 574,61
 MBT6273 54283085E 10/05/2013 6556-4 R\$ 191,53
 MBT6273 54283604E 10/05/2013 6394-4 R\$ 191,53
 MBT6273 54283607E 10/05/2013 6068-1 R\$ 127,69
 MCN0127 54280747E 17/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MDH6081 54282757E 26/04/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MDH6081 54283122E 26/04/2013 5045-0 R\$ 191,53
 MDP2152 54283054E 23/03/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MDZ0475 54282614E 04/05/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MFG1087 54283112E 11/04/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MFP2475 54282395E 15/04/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MFOV958 54282846E 22/03/2013 6408-0 R\$ 85,12
 MFW1804 54282393E 11/04/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MGM1069 54282866E 09/04/2013 5010-0 R\$ 574,61
 MHJ4819 54282391E 08/04/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MHR7147 54283360E 25/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MIB2770 54282392E 09/04/2013 6920-0 R\$ 127,69
 MJA4434 54282194E 15/03/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MJM1676 54282098E 18/03/2013 5541-1 R\$ 53,20
 MJU7928 54283128E 08/05/2013 6610-2 R\$ 127,69
 MLA7048 54280816E 19/01/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MUW6881 54283071E 08/04/2013 6912-0 R\$ 53,20

Infr./Desd.	Enquadramento
5380-0	181 * I
6920-0	233
6599-2	230 * V
5185-1	167
6637-2	230 * IX
6912-0	232
5835-0	195
5010-0	162 * I
5061-0	163 c/c 162 * I
6556-4	230 * I
6394-4	220 * XIV
6068-1	209
5045-0	162 * V
6408-0	221
5541-1	181 * XVII
6610-2	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E

SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA**Edital de Multa 907/14**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000907/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CEB3358 54877655E 29/01/2014 7366-2
 DSQ2363 54877867E 10/02/2014 5487-0
 ILK7136 54877402E 07/01/2014 5185-1
 IOT0148 54876464E 07/01/2014 5185-1
 IPT1635 54878074E 31/01/2014 5185-1
 IQJ4168 54878404E 06/02/2014 5185-1
 IRS0410 54878209E 05/02/2014 6122-0
 JBR0508 54878352E 07/02/2014 5525-0
 LCO2322 54876760E 31/12/2013 6122-0
 LCO2322 54877207E 03/01/2014 6912-0
 LXS4999 54877162E 12/01/2014 5185-1
 LXU0747 54877374E 09/01/2014 5010-0
 LXU0747 54877376E 09/01/2014 6637-1
 LXU0747 54877377E 09/01/2014 6653-1
 LYP3163 54877509E 29/01/2014 5525-0
 LYU4829 54877621E 19/01/2014 5380-0
 LZS9404 54877968E 28/01/2014 6599-2
 MCO1464 54876440E 18/01/2014 5835-0
 MCO1464 54876441E 18/01/2014 6270-0
 MCO1464 54876442E 18/01/2014 7030-2
 MDQ9950 54876500E 03/02/2014 6599-2
 MDQ9950 54877970E 03/02/2014 6076-0
 MDQ9950 54877971E 03/02/2014 6912-0
 MDQ9950 54877972E 03/02/2014 5215-1
 MDT6499 54877008E 10/01/2014 7048-1
 MDT6499 54877009E 10/01/2014 6912-0
 MEC1404 54876825E 12/01/2014 5541-1
 MFD6337 54876408E 11/01/2014 5010-0
 MFD6337 54876409E 11/01/2014 5061-0
 MFD6337 54876410E 11/01/2014 5169-1
 MFK3247 54877406E 07/01/2014 5185-1
 MGD2805 54876443E 18/01/2014 5835-0
 MGD2805 54876444E 18/01/2014 6270-0
 MGD2805 54876445E 18/01/2014 7030-2
 MGX6978 54282964E 25/12/2013 5380-0
 MKI7548 54876437E 18/01/2014 5835-0
 MKI7548 54876438E 18/01/2014 7030-2
 MKI7548 54876439E 18/01/2014 6270-0
 MKQ5677 54876969E 03/01/2014 5541-1

Infr./Desd.	Enquadramento
7366-2	252 * VI
5487-0	181 * XI
5185-1	167
6122-0	214 * I
5525-0	181 * XV
6912-0	232
5010-0	162 * I
6637-1	230 * IX
6653-1	230 * XI
5380-0	181 * I
6599-2	230 * V
5835-0	195
6270-0	220 * II
7030-2	244 * I
6076-0	210
5215-1	170
7048-1	244 * II
5541-1	181 * XVII
5061-0	163 c/c 162 * I
5169-1	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital de Multa 908/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000908/2014 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

DNJ0969 54876186E 02/12/2013 6408-0 R\$ 85,12

MHG4273 54876183E 02/12/2013 7366-2 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

6408-0 2217366-2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 18 DE JUNHO DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Decreto N.º 092

DECRETO N.º 092, DE 09 DE JULHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 93.354,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 93.354,00 (noventa e três mil trezentos e cinquenta e quatro reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA	50.754,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	39.254,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	19.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.0.1.22.001050 - Aplicações Diretas	254,00
12367282.025 - Manutenção da Educação Especial	11.500,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.500,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	10.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	10.000,00
3.3.90.0.1.64.000017 - Aplicações Diretas	10.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	32.600,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	32.600,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.1.90.0.2.14.000062 - Aplicações Diretas	1.600,00
3.1.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.0.2.14.000062 - Aplicações Diretas	1.000,00
3.3.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 93.354,00 (noventa e três mil trezentos e cinquenta e quatro reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de julho de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva**PREFEITURA****Aviso de Chamada Pública Nº 003/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SECRETARIA DE ESTRATÉGIAS RURAIS
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

CHAMADA PÚBLICA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Objeto: Credenciamento para cessão de autorização de uso a título precário e oneroso de espaço para exploração comercial (Praça de Alimentação, Comércio em geral, Artesanato e Lazer) na XXI FESTA DO COLONO DE GARUVA - SC - Ano 2014, aos interessados do ramo pertinente, durante todo o período do evento, ou seja, de 25/07/2014 a 27/07/2014.

PERÍODO DE INSCRIÇÃO: 14/07/2014, ENTRE 14:00 E 15:00H na Sala de Licitações da PMG

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 08 de julho de 2014.
LUIS CARLOS BEHLAU WEBER
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Portaria Nº 374/2014

PORTARIA Nº 374, de 08 de julho de 2014.
"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº 372/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

CONSIDERANDO erro material na Portaria nº 372/2014, que dispõe sobre a Instauração de Inquérito Administrativo Disciplinar para apuração de fatos da servidora Viviane da Silva Boeing Thomsem.

RESOLVE:

ART. 1º. Retificar a redação do Art. 1º da Portaria nº 372/2014, de 04/07/2014, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 1º - Determinar à Comissão Permanente de Processo Administrativo a abertura de INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apurar fatos, conforme denúncia, envolvendo a servidora pública municipal VIVIANE DA SILVA BOEING THOMSEN, ocupante do cargo de Professora, matrícula 6619.2-12, lotada na Creche Municipal João de Deus."

ART. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar de 08 de julho de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Termo de Prorrogação Nº 07**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	TERMO DE PRORROGAÇÃO
--	----------------------

Dados da Prorrogação	Referente Processo:	Número do Termo
	129/2013	07

Contribuinte: SACOPLÁS LTDA

Endereço: Rua Vidal Flávio Dias, 3901 Fone: (47)

Bairro: Belchior Baixo Município: Gaspar UF: SC

Inscrição Municipal: 10535-0 CNPJ: 82.652.405/0001-79

Notificamos o Contribuinte em epígrafe da prorrogação do prazo de duração da Fiscalização Homologatória, constante no Termo de Início de Fiscalização Nº 129/2013, recebido no dia 16/05/2013.

Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a contar do encerramento do prazo fixado no Termo de Início de Fiscalização acima citado.

Vale salientar, que o Termo de Prorrogação Nº 006 de 12/05/2014 foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC em 13/05/2014 (terça-feira) - Edição Nº 1484.

Gaspar/SC, 08 de julho de 2014.

AUTORIDADE FISCAL

Josiane Tonoli Ferrari
Fiscal de Tributos
Matr. 4150

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO

Nome:

Cargo: CPF:

Declaro que recebi 2ª via do presente termo.

Data:	Assinatura:
-------	-------------

Dispensa de Licitação Nº 133/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Dispensa de Licitação Nº 133/2014

OBJETO: Aquisição emergencial de materiais de higiene e limpeza, para uso em todas as sedes da Rede de Ensino Municipal. CONTRATADO: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA. (12.667.876/0001-75). Valor Total Julgado: R\$ 10.473,65 (dez mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta e cinco centavos). BASE LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/9.

Gaspar(SC), 7 de julho de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Dispensa de Licitação Nº 134/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 134/2014

OBJETO: Aquisição emergencial de materiais de higiene e limpeza, para uso em todas as sedes dea Rede de Ensino Municipal. CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME (80.413.479/0001-27). Valor Total Julgado: R\$ 7.100,27 (sete mil e cem reais e vinte e sete centavos). BASE LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 7 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Dispensa de Licitação Nº 135/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 135/2014

OBJETO: Aquisição emergencial de materiais de higiene e limpeza, para uso em todas as sedes dea Rede de Ensino Municipal. CONTRATADO: COPAPEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PAPEL LTDA. (83.240.028/0002-04). Valor Total Julgado: R\$ 11.055,36 (onze mil, cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos). BASE LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 7 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Dispensa de Licitação Nº 136/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 136/2014

OBJETO: Aquisição emergencial de materiais de higiene e limpeza, para uso em todas as sedes dea Rede de Ensino Municipal. CONTRATADO: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. (03.033.589/0001-12). Valor Total Julgado: R\$ 702,72 (setecentos e dois reais e setenta e dois centavos). BASE LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 7 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Dispensa de Licitação Nº 137/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 137/2014

OBJETO: Aquisição emergencial de materiais de higiene e limpeza, para uso em todas as sedes dea Rede de Ensino Municipal. CONTRATADO: NAIR SEIDLER GORGES EPP (03.708.410/0001-80). Valor Total Julgado: R\$ 9.528,06 (nove mil, quinhentos e vinte e oito reais e seis centavos). BASE LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 4 de julho de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Chamada Pública P/ Credenciamento Nº FMAS-03/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE GASPAR/SC

CHAMADA PÚBLICA P/ CREDENCIAMENTO Nº 03/2014

OBJETO: Credenciamento de estabelecimentos institucionais que visam o acolhimento temporário de idosos e/ou pessoas com deficiência, com idade acima de 18 anos. A ENTREGA do envelope de Habilitação ocorrerá a partir do dia 16/07/2014, das 8h às 12h e das 13h às 17h, no Depto. de Compras, sito a Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC - (47) 3331-6309. A íntegra do EDITAL disponível no Depto. de Compras ou pelo site: www.gaspar.sc.gov.br. BASE LEGAL: art. 25, caput da lei nº 8.666/93 e prejulgado 1.788 do TCE/SC.

Gaspar, 07 de julho de 2014.

MARISTELA CIZESKI

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Grão Pará

PREFEITURA

Termo de Cessão de Uso

TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL FIRMADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE GRÃO-PARÁ - AAGP E O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE GRÃO-PARÁ - AAGP, com sede na Rua Aderbal Ramos da Silva, n. 62, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, inscrita no CNPJ n. 03.178.275/0001-08, neste ato representada por seu Presidente, Senhor JOSÉ SCHMITT BUSSOLO, portador do CPF n. 656.515.109-15, doravante denominada CEDENTE, e o Município de Grão-Pará, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, inscrito no CNPJ n. 82.558.149/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CESSIONÁRIO, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO, na forma das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto a Cessão de Uso do "Bem Móvel de Caráter Permanente", abaixo especificado, para a exclusiva finalidade de ser, pelo CESSIONÁRIO, utilizado para atendimento aos serviços desempenhados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Grão-Pará.

Veículo Tipo Automóvel: Marca - VW; Modelo: GOL 1000; Cor Predominante: Bege; Ano de Fabricação/Modelo: 1994/1995; Combustível: Gasolina; Certificado de Registro de Veículo: 5903349834; Código RENAVAN: 627759564; Chassi: 9BWZZZ30ZRT150230; Placas: ICL 5706.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

2.1 Zelar pelo bom uso e conservação do veículo efetuando, nas datas devidas, as revisões previstas pelo fabricante, de acordo com o manual, sendo que os reparos e substituições de peças, necessários para manter em boas condições o referido bem, serão realizados sem ônus para a CEDENTE.

2.2 Manter, sob suas expensas, o veículo abastecido de gasolina e óleo, bem como promover a manutenção preventiva e corretiva, quando necessário, visando manter o bem, sempre em perfeitas condições de uso.

2.3 Restituir o veículo à CEDENTE em semelhantes condições em que foi cedido, assumindo inteira responsabilidade pelos eventuais danos que porventura venham ocorrer.

2.4 O CESSIONÁRIO não poderá fazer quaisquer alterações ou adaptações no veículo, salvo prévia e expressa autorização da CEDENTE, tendo desta orientação técnica.

Parágrafo Único. As alterações ou adaptações efetuadas pelo CESSIONÁRIO serão partes integrantes do veículo, não podendo o CESSIONÁRIO invocar quaisquer direitos à indenização.

2.5 Não ceder ou transferir, no todo ou em parte, o veículo objeto do presente Termo de Cessão de Uso.

2.6 Responsabilizar-se por todas as despesas ou ônus que incidam ou venham a incidir sobre o veículo, tais como: seguro obrigatório, IPVA, impostos, taxas, infrações de trânsito, contribuições fiscais e outros.

2.7 Responsabilizar-se pela guarda do bem constante na Cláusula Primeira deste Instrumento, sob penas de Lei, não podendo efetuar qualquer movimentação (alteração, baixa, troca) de patrimônio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

3.1 Ceder o veículo, objeto do presente Termo de Cessão de Uso, ao CESSIONÁRIO, para a finalidade a que se destina, durante o prazo estabelecido na Cláusula Quarta.

3.2 Entregar ao CESSIONÁRIO, o veículo devidamente licenciado para o ano de 2014.

3.3 Determinar auditoria e inspeção no equipamento, quando julgar necessárias.

3.4 Compromete-se a CEDENTE a entregar o veículo com o respectivo Seguro Obrigatório quitado para o ano de 2014.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo deste Termo de Cessão de Uso estende-se até 31 de dezembro de 2014, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação em Jornal de Circulação Regional. O referido veículo deverá ser entregue à CEDENTE findo o prazo do Termo de Cessão de Uso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial, salvo se ocorrer renovação.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Fica reservada à CEDENTE o direito de dar por rescindido o presente Termo de Cessão de Uso, a qualquer tempo de sua vigência, desde que por qualquer motivo o CESSIONÁRIO venha a utilizar o veículo para fins distintos do previsto na Cláusula Primeira ou deixe de cumprir com as obrigações previstas na Cláusula Segunda, ou quando não mais lhe interessar a Cessão de Uso aqui estabelecida, obrigando-se, porém, a comunicar a rescisão com 30 (trinta) dias de antecedência ao CESSIONÁRIO, sem que para o CEDENTE advenha quaisquer ônus ou obrigações.

Parágrafo Único. Na hipótese de ocorrer a rescisão prevista nesta Cláusula, compromete-se o CESSIONÁRIO a restituir o veículo à CEDENTE, em semelhante estado em que recebeu, ressalvado o normal desgaste de uso.

CLÁUSULA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pelos princípios legais atinentes à espécie.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo identificadas, para que produza os devidos e efeitos legais.

Grão-Pará/ SC, 02 de janeiro de 2014.

JOSÉ SCHMITT BUSSOLO

Presidente da Associação dos Agricultores de Grão-Pará

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal de Grão-Pará

TESTEMUNHAS

Nome

Nome:

CPF:

CPF:

Guaramirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 292/2014

PORTARIA Nº. 292/2014

NOMEIA membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Licitações, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Marcelo Vieira Garcia - presidente
Emily Sasse Jordan - membro
Erick Willian Bandeira Thibes- membro
Karolin Guesser - suplente
Keila Patrícia dos Santos - suplente

Art. 2º. Ficam revogadas as Portarias nº. 029/2014, de 10 de fevereiro de 2014 e a Portaria nº. 09/2014, de 03 de março de 2014 do Hospital Municipal Santo Antônio.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

Portaria Nº. 293/2014

PORTARIA Nº. 293/2014

NOMEIA Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, o servidor Marcelo Vieira Garcia.

Art. 2º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Emily Sasse Jordan - membro
Erick Willian Bandeira Thibes- membro
Karolin Guesser - suplente
Keila Patrícia dos Santos - suplente

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº. 030/2014, de 10 de fevereiro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

Portaria Nº. 296/2014

PORTARIA Nº 296/2014

CONTRATA Vanessa Alves através do Concurso Público 002/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Vanessa Alves, através do Concurso Público 002/2011, na função de Auxiliar de Creche, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 03 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de julho de 2014.

Guaramirim/SC, 08 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

Portaria Nº. 297/2014

PORTARIA Nº 297/2014

CONTRATA Tanisse Amorim Ferrari Chaves através do Processo Seletivo 006/2011 para emprego público.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Tanisse Amorim Ferrari Chaves, através do Processo Seletivo 006/2011 para emprego público, na função de Enfermeiro PSF, vinculado a Secretaria de Saúde, a partir de 01 de julho de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de julho de 2014.

Guaramirim/SC, 08 de julho de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica

Ilhota

PREFEITURA

Decreto 23/2014

DECRETO Nº 23 DE 04 DE JULHO DE 2014.

DELEGA COMPETÊNCIA À SERVIDORES PARA FIRMAR CARTA DE ANUENCIA EM PROTESTOS ORIUNDOS DE EXECUÇÕES FISCAIS DO MUNICÍPIO.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe confere o art.12 inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica delegada aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Finanças, designados para esse fim através da Portaria nº463/2014, a competência para firmar carta de anuência, visando a baixa de protestos oriundos de execuções fiscais do Município de Ilhota - SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IHOTA, em 04 de julho de 2014.

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

Pt 463/2014

PORTARIA Nº 463/2014

DESIGNA SERVIDORES PARA ASSINAREM CARTA DE ANUENCIA VISANDO A BAIXA DE PROTESTOS ORIUNDOS DE EXECUÇÕES FICASIS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA - SC.

DANIEL CHRISTAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais RESOLVE:

Art. Designar os servidores lotados na Secretaria Municipal de Finanças, abaixo indicados, para assinarem carta de anuência visando à baixa de protestos oriundos de execuções fiscais do Município de Ilhota - SC, isolada ou conjuntamente:

GILBERTO DE SOUZA - Secretário Municipal de Finanças;
ALYNE C. DEBRASSI SILVA - Agente Administrativo
CARLOS EDUARDO SCHMITT - Fiscal de Tributos
MARCELA CORREIA - Técnico Administrativo Financeiro

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota, 02 de junho de 2014.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Errata Prg 012/2014 FMS

ERRATA PRG 012/2014 FMS

A comissão de Licitação da prefeitura Municipal de Ilhota torna Publica ERRATA do PRG 012/2014 FMS, compreendendo o anexo I do edital conforme abaixo relacionado, ficando também prorrogado o prazo de abertura para 22/07/2014 às 09:00 horas.

Onde se lê:

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2014 - FMS

1 - DO OBJETO - Aquisição de 01(um) veículo tipo mini van, com capacidade mínima de 06 lugares mais o lugar do motorista, para transporte de pacientes da Secretaria de Saúde.

Item	Especificações	Unidade	Quantidade	Valor Total
1	Veículo automotivo (tipo mini van), 0 km, cor clara, preferencialmente branca, com capacidade de 6 lugares mais o motorista, dimensões/especificações consideradas mínimas: • Ano fabricação 2014, ano modelo 2014; • Com motor 1.8 bicombustível; • 04 Portas; • Ar condicionado com controle de temperatura; • Direção hidráulica; • Freios ABS • Cintos de segurança para os passageiros, e cintos dianteiros de 3 pontos com regulagem de altura; • Limpador de vidros traseiro e dianteiro; • Travas elétricas das portas e porta-malas; • Bancos traseiros rebatíveis; • Vidros elétricos; • Faróis de Nebolina; • Com película inclusa; • Roda de liga leve; • Air-Bag Duplo (motorista e passageiro) • Incluso Emplacamento, licenciamento e seguro DPVAT Com no mínimo 01 (um) ano de garantia	UND	1	68.000,00
TOTAL				68.000,00

OBS: Os veículos deverão conter película nos vidros exceto no para-brisa, conforme legislação vigente.

Leia-se:

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2014 - FMS

1 - DO OBJETO - Aquisição de 01(um) veículo tipo mini van, com capacidade mínima de 06 lugares mais o lugar do motorista, para transporte de pacientes da Secretaria de Saúde.

Item	Especificações	Unidade	Quantidade	Valor Total
1	<p>Veículo automotivo (tipo mini van), 0 km, cor clara, preferencialmente branca, com capacidade de 6 lugares mais o motorista, dimensões/especificações consideradas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ano fabricação 2014, ano modelo 2014; • Com motor 1.8 bicomustível; • 04 Portas; • Ar condicionado com controle de temperatura; • Direção hidráulica; • Freios ABS • Cintos de segurança para os passageiros, e cintos dianteiros de 3 pontos preferencialmente com regulagem de altura; • Limpador de vidros traseiro e dianteiro; • Travas elétricas das portas e porta-malas; • Bancos traseiros rebatíveis; • Vidros elétricos; • Faróis de Neblina; • Com película inclusa; • Roda de liga leve; • Air-Bag Duplo (motorista e passageiro) • Incluso Emplacamento, licenciamento e seguro DPVAT Com no mínimo 01 (um) ano de garantia 	UND	1	68.000,00
TOTAL				68.000,00

OBS: Os veículos deverão conter película nos vidros exceto no para-brisa, conforme legislação vigente.

Ilhota/SC 09 de julho de 2014
 Alex Miranda
 Pregoeiro

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato de Tornando Sem Efeito O Pregão Presencial Nº 06/2014 (Seash)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que torna-se sem efeito a publicação do Pregão presencial nº 06/2014 (SEASH) com o objeto contratação de empresa para locação de transporte coletivo (micro-ônibus) rodoviário com 26 lugares para atender alunos e professores do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), publicado no Diário Oficial do Município, edição do dia 16/03/2013.

Imbituba, 06 de julho de 2013.
 Milene Ribeiro da Silva
 Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Cancela do Pregão Presencial Nº 16/2014 (DEMUTRAN)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
 DEMUTRAN

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 18/2013, na modalidade de Pregão Presencial nº 16/2013, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 10 de julho de 2014.
 Milene Ribeiro da Silva
 Pregoeira Oficial

Portaria PMI/DGP Nº 297/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 297, de 09 de julho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ADRIANA DE SOUZA MIGUEL HERCÍLIO, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 888.426.659-91, admitida em 16 de março de 1994, contrato nº 11, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2009 a 2014	01.10.2014 a 29.11.2014	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de julho de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 298/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 298, de 09 de julho de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora KÁTIA DA SILVA, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 764.572.579-68, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 257, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.07.2014 a 28.09.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de julho de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 299/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 299, de 09 de julho de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora TEREZINHA DAMÁZIO, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 454.763.229-49, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 542, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.09.2014 a 29.11.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de julho de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 300/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 300, de 09 de julho de 2014.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora KELLY CRISTINA DE SOUZA AMORIM, Servente Merendeira - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 214.142.608-14, admitida em 21 de fevereiro de 2008, contrato nº 4054, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.08.2014 a 29.10.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de julho de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI Nº 053.2014

DECRETO PMI Nº 053, de 19 de março de 2014.

Delega competência aos Secretários Municipais, para os fins que especifica.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 94 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Fica delegada a competência, na esfera da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, aos titulares dos cargos de Secretários Municipais, no âmbito de suas Secretarias, para:

I - em relação aos procedimentos licitatórios:

- a) homologar os atos praticados pela Comissão de Licitação e adjudicar o objeto da licitação ao licitante vencedor;
- b) anular ou revogar a licitação;
- c) dispensar ou declarar a situação de inexigibilidade de licitação;
- d) ratificar o ato declaratório de dispensa do procedimento licitatório.

II - em relação aos contratos administrativos:

- a) assinar contratos administrativos para compras, obras, serviços, concessões de uso e locações;
- b) assinar notas de empenho;
- c) autorizar alteração de contrato, via termo aditivo;
- d) autorizar a rescisão administrativa ou amigável de contrato;
- e) aplicar as penalidades de advertência, multa e suspensão temporária para licitar e contratar com a municipalidade a fornecedores faltosos.

III - em relação aos convênios, acordos, cooperações técnicas:

- a) assinar os atos respectivos;
- b) autorizar os procedimentos para execução do objeto;
- c) fiscalizar a execução;
- d) autorizar a rescisão dos atos.

Art. 2º Ficam os titulares dos cargos de Secretário Municipal responsáveis pelos atos praticados em razão de delegação prevista no presente Decreto.

Art. 3º Fica revogado o Decreto PMI nº 016.2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de março de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/DGP Nº 301/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 301, de 09 de julho de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora ELIETE SILVANA NASCIMENTO DOS PASSOS, Servente Merendeira - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 051.254.429-84, admitida em 06 de março de 2009, contrato nº 4774, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.10.2014 a 29.12.2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de julho de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

CÂMARA MUNICIPAL**Ato da Presidência Nº 031/14**

Ato da Presidência nº 031/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 23ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 10 de julho de 2014 (quinta-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Men-sagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
109	PLC nº 317/2014	09/07/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera a redação do Artigo 1º e o Anexo I da Lei Complementar nº 3.330, de 30 de abril de 2008.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
107	PL nº 4.587/2014	09/07/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Cria o PROGRAMA VEM SER - Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
108	PL nº 4.588/2014	09/07/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar Termo de Cooperação Técnica e Parceria com o Instituto Votorantim e dá outras providências.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 09 de julho de 2014

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	Rogberto de Farias Pires Segundo-Secretário

Iomerê**PREFEITURA****Dispensa de Licitação Nº 0004/2014**

Município de Iomerê

Dispensa de Licitação Nº 0004/2014

O Município de Iomerê torna público a dispensa de licitação para serviços de segurança em evento do Município - Aniversário Político-administrativo.

Contratado: Segville Vigilância Patrimonial Eireli - EPP.

Valor: 7.830,00 (sete mil oitocentos e trinta reais)

Iomerê, 09 de julho de 2014.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****Portaria Nº.259/2014 de 08 de Julho de 2.014.**

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

NOMEIA

Art. 1º - Ficam Nomeados os seguintes membros para comporem a Comissão de Reavaliação de Bens Móveis pertencentes ao Município de Ipumirim - SC, os senhores, Gilberto Biffi, Eloir Lecardelli e Valmor Locatelli, sob a presidência do primeiro e secretariado pelo segundo, para realizarem avaliação de Bens móveis, conforme relação abaixo:

LOTE 01: 01 CAMINHÃO BASCULANTE FORD/F 12000 160, ano 1999, modelo 2000, Placas MBH 9712, RENAVAL 735072930, cor branca, Diesel, chassi 9BFXK82F1YDO22155. LANCE INICIAL R\$ 10.000,00.

LOTE 02: 01 Automóvel RENAULT/SANDERO AUT 1.0 16V, ano/modelo 2009, Placas MGK5803, RENAVAL 127578544, cor branca, Álcool/ Gasolina, chassi 93YBSR6GH9J229657. LANCE INICIAL R\$ 8.500,00.

LOTE 03: 01 Automóvel GM/PRISMA JOY, ano 2007, modelo 2008, Placas MDN 7105, RENAVAL 926489119, cor branca, Álcool/Gasolina, chassi 9BGRJ69808G134471. LANCE INICIAL R\$ 7.600,00.

LOTE 04: 01 Automóvel GM/CELTA 4P LIFE, ano 2007, modelo 2008, Placas MDN 6775, RENAVAL 926488473, cor branca, Álcool/Gasolina, chassi 9BGRZ48908G138694. LANCE INICIAL R\$ 7.200,00.

LOTE 05: 01 MICROONIBUS I/KIA BESTA GS GRAND, ano/modelo 2004, Placas MEQ 4502, RENAVAL 826824420, cor prata, Diesel, 16 Lugares. LANCE INICIAL R\$ 11.200,00.

LOTE 06: 01 TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D65, ano 1982, com escarificador, RENAVAL 541158805, chassi D65A6BB1567. LANCE INICIAL R\$ 35.000,00.

LOTE 07: 01 TRATOR DE ESTEIRAS CATERPILLAR D-5 B, ano 1990, com escarificador. LANCE INICIAL R\$ 55.000,00.

LOTE 08: 01 MOTONIVELADORA HUBER WARCO 165 S, ano 1981. LANCE INICIAL R\$ 35.000,00.

LOTE 09: 01 RETROESCAVADEIRA MASSEY FERGUSON MF 86 HS, ano 2004. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00.

LOTE 10: 01 CAÇAMBA BASCULANTE RIEL HT, ano 2012, capacidade 17m³. LANCE INICIAL R\$ 17.000,00.

LOTE 11: 01 POLI GUINCHO ROLLON ROLLOFF TRIEL-HT ano 2012. LANCE INICIAL R\$ 8.000,00.

LOTE 12: 01 CHASSI DE CARRETINHA REBOCÁVEL. LANCE INICIAL R\$ 100,00.

LOTE 13: 01 LOTE DE PEÇAS DIVERSAS DE ENSILADEIRA da linha

PECUS 9004. LANCE INICIAL R\$ 30,00.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 08 de Julho de 2014.

Ipumirim - SC, 08 de Julho de 2.014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Decreto Nº 2.078 de 08 de Julho de 2.014

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA POR CONTA DA UTILIZAÇÃO PARCIAL DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA NO VALOR DE R\$ 3.800,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da alínea "a", do Item I, do Grupo II do Anexo V e do § 1º do artigo 26, ambos da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e do artigo 5º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA e considerando o custo hospitalares para a realização de cirurgia ortopédica em face a liminar concedida nos autos 242.14.000793-8,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Código reduzido 24, Projeto 2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 3.800,00.

TOTAL GERAL R\$3.800,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da utilização parcial da reserva de contingência:

Código reduzido 24, Projeto 9.999 - Reserva de Contingência, elemento 99990000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 3.800,00.

TOTAL GERAL R\$ 3.800,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 08 de julho de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 08 de julho de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Decreto Nº 2.079 de 08 de Julho de 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 3.250,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 130, Projeto 1.049 - Estruturação e Modernização do Ensino Infantil, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.3.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 3.250,00.

TOTAL GERAL R\$3.250,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0001, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 3.250,00

TOTAL GERAL R\$ 3.250,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 08 de julho de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 08 de julho de 2.014

Valdir zanella

Prefeito de Ipumirim

Processo de Licitação Nº 33/2014, Tomada de Preços Nº 4/2014/Anulação Processo/PM

DATA "\\server\c\documentos\ dados minuta.csv" MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PR IF = "PE" "PREGÃO ELETRÔNICO" "" IF PR = "TP" "TOMADA DE PREÇOS" "" IF PR = "CC" "CONCORRÊNCIA PÚBLICA" "" IF PR = "LE" "LEILÃO" "" IF PR = "CA" "CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO" "" Nº 4/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2014

VALDIR ZANELLA - Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e com sustentáculo no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, torna público para conhecimento dos interessados a anulação efetuada no edital sobredito, a saber: em razão de vício formal, decorrente a ausência de publicação junto ao Jornal Diário Oficial da União, resta anulado o Processo de licitação nº 33/2014, Tomada de Preços nº 4/2014.

Ipumirim - SC, 08 de julho de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 59/2014/Distrato ao Contrato Nº 50/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 59/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2014, Processo de Licitação nº 33/2014, homologado em 13 de junho de 2014.

Objeto: DISTRATO AO TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 50/2014, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA BALBINOT-TERRAPLENAGEM. PAV. E OBRAS LTDA EPP.

Assinatura: 08/07/2014 Vigência: 08/07/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: BALBINOT-TERRAPLENAGEM. PAV. E OBRAS LTDA EPP, situada na RUA ERVINO BECHTEL, Nº 120, Bairro SUNITI, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.548.596/0001-08.

Extrato de Contrato Nº 57/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 57/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2014, Processo de Licitação nº 3/2014, homologado em 03 de março de 2014.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 13/2014, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA LORENZATTO E PELLIZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor: R\$ 8.475,38 (Oito Mil Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais e Trinta e Oito Centavos)

Assinatura: 23/06/2014 Vigência: 30/06/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: LORENZATTO E PELLIZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, situada na RUA ASSIS BRASIL Nº 112, Bairro: CENTRO, cidade de Lindóia do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.403.521/0001-55.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	TOMADA DE PREÇO Nr.: 4/2014 - TP
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 33/2014 Data do Processo: 29/04/2014

Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) de parte da Rua João Pedro Haas (prolongamento indicado em projeto), conforme Projeto, Planilha e Memorial Descritivo, anexo ao Edital. Obra vinculada através do contrato de repasse nº 782495/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA - PROCESSO 1003747-39/2013.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2014

Motivo: VALDIR ZANELLA - Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e com sustentáculo no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, torna público para conhecimento dos interessados a anulação efetuada no edital sobredito, a saber: em razão de vício formal, decorrente a ausência de publicação junto ao Jornal Diário Oficial da União, resta anulado o Processo de licitação nº 33/2014, Tomada de Preços nº 4/2014.

Ipumirim, 8 de Julho de 2014

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DO PL 25,TP 2-2014/PM

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2014 - TP</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 25/2014 Data do Processo: 27/03/2014</p>
	<p>Folha: 1/2</p>

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para execução de obras de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) a ser executado com recursos oriundos do FUNDAN, proposta nº 11.542, conforme especificações anexas ao edital.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 15/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 16 de Abril de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 25/2014, Licitação nº. 2/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

SETEP CONSTRUÇÕES S.A neste ato representado pelo Sr. VOLNEI JORVANI FABRICIO, BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA neste ato representado pelo Sr. VALMIR PATZLAFF, TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA neste ato representado pelo Sr. ANDERSON COLOMBO, CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA neste ato representado pelo Sr. DANILO CONTE e DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA neste ato representado pelo Sr. ITAMAR DALLAGNOL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora previsto, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 010/2014, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentaram-se para participar desse embate licitatório as empresas: SETEP CONSTRUÇÕES S.A neste ato representado pelo Sr. VOLNEI JORVANI FABRICIO, BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA neste ato representado pelo Sr. VALMIR PATZLAFF, TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA neste ato representado pelo Sr. ANDERSON COLOMBO, CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA neste ato representado pelo Sr. DANILO CONTE e DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA neste ato representado pelo Sr. ITAMAR DALLAGNOL. Indagados pelo Presidente da Comissão sobre a opção de Microempresa nem uma das empresas presente são optantes de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte. Abertos os trabalhos, o presidente cumprimenta a todos os presentes e dá início ao certame licitatório. Ato continuo a Presidente apresenta os envelopes da documentação e da proposta, devidamente lacrados, que foram rubricados pela comissão de licitação e por todos os membros presentes. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes da documentação, os quais foram abertos e conferidos pela Comissão e os representantes presentes. Após a análise criteriosa da documentação, constatou-se que as empresas acima transcritas apresentaram a documentação conforme os requisitos mínimos fixados no presente Edital, estando, portanto habilitadas para prosseguir nas fases subsequentes do presente embate licitatório. Após vistas e análise da documentação de habilitação apresentada e do processo licitatório as empresas manifestaram desinteresse em interpor recurso, renunciando expressamente ao direito de recorrer da fase de habilitação. Ato continuo, manifestaram interesse na abertura e julgamento das propostas. Assim, tendo em vista que todas as empresas restaram habilitadas e encontram-se com os respectivos representantes presentes, bem como, em face do interesse da Administração Pública em dar sequência a conclusão do certame e em face de possibilitar e garantir o repasse da verba do Estado para custear a obra, passa-se a fase de julgamento das propostas. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representantes das empresas presente.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2014 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 25/2014 Data do Processo: 27/03/2014
Folha: 2/2	

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 16 de Abril de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO	- - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - MEMBRO
ROSELI SALETE ZANATTA	- - MEMBRO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI	- - MEMBRO

ATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS DO PL 25, TP 2-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2014 - TP
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 25/2014 Data do Processo: 27/03/2014
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para execução de obras de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) a ser executado com recursos oriundos do FUNDAN, proposta nº 11.542, conforme especificações anexas ao edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 15/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 16 de Abril de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 25/2014, Licitação nº 2/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Dando prosseguimento ao presente embate licitatório, a Comissão de Licitação da início a abertura dos envelopes das Propostas Comerciais, onde as mesmas foram rubricadas e conferidas pela Comissão de Licitação e os representantes das empresas presentes. Após análise criteriosa das propostas constatou-se que todas as empresas estavam em conformidade com o presente Edital. Declara-se vencedora a empresa DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, com o valor de R\$ 839.673,07 (oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e três reais e sete centavos), os preços de todos os licitantes encontram-se descritos no quadro comparativo de preços, anexo ao processo licitatório. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representantes das empresas presentes.

Participante: 6688 - DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Pavimentação asfáltica (mão de obra + material) partes da Ruas B" C" D" E" F" G" Faqpinus- casagrande- José Léo Hoffman- Euclides Rovani e Selvino L. Cerutti	SER	1,00		0,0000	839.673,07	839.673,07
Total do Participante ----->							839.673,07
Total Geral ----->							839.673,07

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 16 de Abril de 2014

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO - - Presidente da Comissão de Licitação

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO

ROSELI SALETE ZANATTA - - MEMBRO

CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI - - MEMBRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 25, TP 2-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2014 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 25/2014 Data do Processo: 27/03/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 25/2014
b) Licitação Nr.: 2/2014-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 09/07/2014
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução de obras de pavimentação asfáltica (mão de obra + material) a ser executado com recursos oriundos do FUNDAN, proposta nº 11.542, conforme especificações anexas ao edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA (6688)

1 Pavimentação asfáltica (mão de obra + material) partes da Ruas B" C" D" E" F" G" Faqpinus- casagrande- José Léo Hoffman- Euclides Rovani e Selvino L. Cerutti	SER	1,00	0,0000	839.673,07	839.673,07
--	-----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 839.673,07

Total Geral: 839.673,07

Ipumirim, 9 de Julho de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 2618/2014

Decreto nº 2618/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme artigo 13. DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 288.300,00 (Duzentos e oitenta e oito mil e trezentos reais) conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO

02.03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

2.002 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.90.00.00.00.00.0100 (7)

Aplicações Diretas

R\$ 70.000,00

T O T A L R\$ 70.000,00

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.0100 (37)

Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

T O T A L R\$ 25.000,00

02 - PODER EXECUTIVO

02.09 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

2.016 - Manutenção de Ações de Serviços Urbanos

3.3.90.00.00.00.00.0100 (104)

Aplicações Diretas

R\$ 70.000,00

T O T A L R\$ 70.000,00

02 - PODER EXECUTIVO

02.09 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário

3.3.90.00.00.00.00.0100 (115)

Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

T O T A L R\$ 100.000,00

02 - PODER EXECUTIVO

02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social

3.3.50.00.00.00.00.0100 (129)

Aplicações Diretas

R\$ 23.300,00

T O T A L R\$ 23.300,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recurso 100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 08 de julho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Portaria N º 325/2014

PORTARIA N º. 325/2014.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA DO QUADRO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade, no período de 03/07/2014 a 30/10/2014, à servidora JOSIANE ALVES MASSANEIRO ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, do Quadro de Pessoal Estatutário da Administração Direta do Município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/07/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,

07 de Julho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itaiópolis**PREFEITURA****Aditamento A Decisão - PR Nº 36/2014**

Processo Licitatório nº 46/2014 - Pregão Presencial nº 36/2014

- Objeto: aquisição de uma retroescavadeira nova, ano e modelo 2013. Recurso MAPA/CEF - Contrato de Repasse nº 784.174-83/2013. O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais adita a decisão que revogou a licitação pelos motivos e elementos que influem a legalidade, oportunidade, conveniência e finalidade do ato. A íntegra do Aditamento a decisão está publicado no Site www.itaioplis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 04 de julho de 2014.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal

Itapiranga**PREFEITURA****Licitação Nº 109/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 109/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 109/2014, cujo objeto é a aquisição de forma parcelada, de cartuchos de toner originais, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 24 de julho de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 09 de julho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Licitação Nº 110/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 110/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 110/2014, cujo objeto é a aquisição de forma parcelada, de peças destinadas para a manutenção das maquinas retroescavadeiras JCB 4 CX, JCB 3C, JCB 3C PLUS, JCB 214E, de propriedade desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 23 de julho de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 09 de julho de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 2231/2014 - Concede Gratificação Especial A Profissional de Saúde do Programa Saúde da Família.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2231/2014

Data: 08 de julho de 2014.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as Leis Municipais nº 116/2002, de 11 de outubro de 2002, 235/2004, de 03 de março de 2004, e considerando CI nº 187/2014, de 08 de julho de 2014, do Departamento de Recursos Humanos,

DECRETA

Fica concedida gratificação especial, por vínculo ao Programa Saúde da Família - PSF, no percentual de 60,00% (sessenta por cento), ao servidor Raphael Luiz Gioppo Toledo Mira, por atuação como médico, na UBS - Pontal do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 479/2007.

Itapoá (SC), 08 de julho de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Convite Nº 16/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 17/07/2014 às 09h30min a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h00min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epígrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 16/2014 - PROCESSO Nº 92/2014, para a Aquisição de 895 (oitocentos e noventa e cinco) camisetas manga curta tipo uniforme para alunos do Projeto de Ampliação da Jornada Escolar da Rede Municipal de Ensino, conforme Termo referencia Anexo I do edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado extrato pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), no qual estão disponíveis nos horários das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 07 de julho de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

PREFEITO MUNICIPAL

Ituporanga

PREFEITURA

Pregão 6/2014 FMS Material Odonto

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº. 6/2014

Processo: 16/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTO PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE E SUAS UNIDADES E O CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA(CEO) DE ITUPORANGA - SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. Recebimento dos envelopes da documentação e propostas: até às 9:00 hrs do dia 22/07/2014. O credenciamento dos licitantes interessados em participar do certame e abertura dos envelopes das propostas será dia 16/07/2014 às 09:00 hrs, na Rua Vereador Joaquim Boeing, nº 40, Centro, na sala de Reuniões. Etapa de lances verbais: será às 09:30 hrs do mesmo dia, no mesmo endereço acima citado. O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, sito a Rua Joaquim Boeing, nº 40, Centro - Ituporanga - SC, no horário das 8:00 às 12:00 hrs e das 14:00 às 17:00 hrs, ou no site www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 10 de julho de 2014.

Antônio Salésio Costa

Secretária Municipal de Saúde

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8566 000871

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO

PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO

N.8566 000871/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

AEC2121 8566021289 74550 11/05/2014

AEC2121 8566021309 74550 11/05/2014

AHZ8992 8566020969 74550 26/04/2014

AIY0468 8566021361 74550 14/05/2014

ALW9807 8566021312 74550 12/05/2014

AUU4995 8566020942 74550 26/04/2014
 BUY9293 8566020878 74550 20/04/2014
 CAO0950 8566021334 60503 11/05/2014
 CIG2689 8566020966 74550 21/04/2014
 CJC9488 8566020887 57200 15/04/2014
 DRH0516 8566021316 60503 13/05/2014
 DST4025 8566021326 74550 16/05/2014
 DUG3148 8566021190 74550 09/05/2014
 DXE5507 8566021267 57200 10/05/2014
 FGP3373 8566020737 74550 07/04/2014
 GKX8755 8566021385 57200 15/05/2014
 IMY6875 8566021331 60503 15/05/2014
 JMK5673 8566021185 74550 08/05/2014
 JPR9702 8566020827 74550 15/04/2014
 KMZ2920 8566021362 74550 16/05/2014
 KXZ8719 8566021302 74550 11/05/2014
 LXE6369 8566020916 74550 19/04/2014
 LXJ9547 8566020684 74550 06/04/2014
 LXU1975 8566020853 74630 20/04/2014
 LYS6850 8566021186 60503 08/05/2014
 LZX2812 8566020800 74550 14/04/2014
 MAA9445 8566021000 57200 22/04/2014
 MAL8782 8566020950 60503 24/04/2014
 MAM6627 8566021209 60503 09/05/2014
 MBF1674 8566020541 60503 01/04/2014
 MBM9211 8566021233 74550 10/05/2014
 MBS1174 8566020729 74550 08/04/2014
 MCH1350 8566021357 74550 11/05/2014
 MCV6198 8566020819 60503 19/04/2014
 MCX3211 8566020909 74550 16/04/2014
 MCX4037 8566020960 74550 23/04/2014
 MCX5494 8566020896 57200 20/04/2014
 MCX6494 8566021002 57200 24/04/2014
 MCZ2917 8566021020 74550 25/04/2014
 MDC0260 8566020866 74550 20/04/2014
 MDM9764 8566020837 74550 18/04/2014
 MDQ8557 8566020980 74550 23/04/2014
 MDY7534 8566020690 60503 08/04/2014
 MEA4205 8566020847 74550 19/04/2014
 MEP8553 8566020848 74550 15/04/2014
 MET9657 8566021258 57200 07/05/2014
 MEU9713 8566020857 74550 20/04/2014
 MEX5503 8566020944 60503 26/04/2014
 MEZ9351 8566021349 74630 11/05/2014
 MEZ9351 8566021350 74550 11/05/2014
 MFJ7046 8566021394 74630 11/05/2014
 MFK0776 8566021218 74630 04/05/2014
 MFZ9401 8566020894 57200 19/04/2014
 MGA2841 8566020868 74550 14/04/2014
 MGA3358 8566021340 60503 15/05/2014
 MGD9534 8566020814 60503 18/04/2014
 MGH7732 8566020918 74550 19/04/2014
 MGQ9788 8566021391 74550 17/05/2014
 MGR1267 8566020968 74550 25/04/2014
 MGW2877 8566020988 74550 23/04/2014
 MHQ6964 8566020764 74550 10/04/2014
 MIA7418 8566020805 74630 15/04/2014
 MIH5833 8566021215 74550 08/05/2014
 MIN4434 8566020689 60503 07/04/2014
 MIO9208 8566020932 74550 24/04/2014
 MIQ3479 8566020856 74550 19/04/2014
 MIZ8946 8566020929 60503 23/04/2014
 MJN1752 8566021171 74630 10/05/2014
 MJO4930 8566021310 74630 12/05/2014
 MKB5980 8566020945 74550 26/04/2014
 MKD7387 8566021363 74550 17/05/2014
 MKM4901 8566021019 74550 25/04/2014
 MKO5216 8566020967 74550 24/04/2014
 MKO5216 8566020971 74550 24/04/2014

MKO5216 8566020973 74550 24/04/2014
 MKO5216 8566020982 74550 24/04/2014
 MKO5216 8566021015 74550 24/04/2014
 MKO8139 8566021367 74550 12/05/2014
 MKQ4514 8566020989 74550 24/04/2014
 MKX5849 8566020808 74550 15/04/2014
 MLD8607 8566021254 57200 05/05/2014
 MLD8607 8566021255 57200 07/05/2014
 MLD8607 8566021256 57200 07/05/2014
 MLD8607 8566021259 57200 08/05/2014
 MLD8607 8566021262 57200 08/05/2014
 MLD8607 8566021263 57200 09/05/2014
 MLD8607 8566021265 57200 09/05/2014
 MLD8607 8566021378 57200 12/05/2014
 MLD8607 8566021379 57200 13/05/2014
 MLD8607 8566021388 57200 17/05/2014
 MLD8607 8566021390 57200 17/05/2014
 MLG8761 8566021010 74550 22/04/2014
 MLK5002 8566021223 74550 04/05/2014
 MLM6783 8566020977 74550 21/04/2014
 MLX2075 8566020991 74550 26/04/2014
 MMH2291 8566020863 74550 19/04/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
 TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
 DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
 REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
 DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
 MOACIR CORDEIRO
 DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO
 COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.
 8566 000872**

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8566 000872/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
 RA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR
 RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.
 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

LZK6082 8566018215 60503 12/11/2013 191.53
 MCT1734 8566017971 74550 01/11/2013 85.12
 MDB1210 8566020491 74550 26/03/2014 85.12
 MDB1210 8566020510 74550 25/03/2014 85.12
 MDB1210 8566020524 74550 24/03/2014 85.12
 MDB1210 8566020527 74550 25/03/2014 85.12
 MDB1210 8566020528 74550 27/03/2014 85.12
 MDB1210 8566020533 74550 28/03/2014 85.12
 MEU1812 8566020074 74550 24/02/2014 85.12
 MFG2363 8566020133 74550 05/03/2014 85.12
 MFJ7216 8566018166 74550 09/11/2013 85.12
 MFO4777 8566020045 60503 02/03/2014 191.53
 MHQ8467 8566020161 74630 07/03/2014 127.69
 MIF0981 8566019914 74550 19/02/2014 85.12
 MIL2474 8566017105 60503 11/09/2013 191.53
 MJS9099 8566020071 74550 24/02/2014 85.12
 MJY5933 8566020384 74550 19/03/2014 85.12
 MMO7580 8566018175 60503 12/11/2013 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
 SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
 MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
 CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
 MOACIR CORDEIRO
 DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO
 COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.
 8566 000873**

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8566 000873/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
 RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
 SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
 DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO
 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
 ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR
 IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

AAK5836 8566020922 74550 24/04/2014
AHD0204 8566020992 74550 22/04/2014
AIQ7130 8566020804 74550 15/04/2014
ATE4838 8566020772 57200 07/04/2014
BET7550 8566021418 60503 18/05/2014
DIO6334 8566021301 74550 16/05/2014
DPM5897 8566021481 74550 23/05/2014
DXE5507 8566021372 57200 11/05/2014
IOP8508 8566021473 74550 20/05/2014
LXM1385 8566021415 60503 24/05/2014
LZI2720 8566021431 74550 22/05/2014
LZI2720 8566021438 74550 24/05/2014
MAA9445 8566021119 57200 27/04/2014
MAL8395 8566020822 74550 14/04/2014
MBM9898 8566021490 74550 24/05/2014
MCY7777 8566021416 74550 24/05/2014
MDT3964 8566021426 74550 20/05/2014
MEO5020 8566021011 74550 22/04/2014
MFA3514 8566020688 74550 07/04/2014
MGL7788 8566021017 74550 25/04/2014
MGQ6910 8566021446 60503 18/05/2014
MGT7448 8566021405 74550 21/05/2014
MGU0059 8566021518 74550 22/05/2014
MHF3190 8566021497 57200 18/05/2014
MJB0009 8566021468 74550 22/05/2014
MJD3277 8566021450 60503 20/05/2014
MJG1618 8566021408 74550 22/05/2014
MJY6703 8566020833 74550 16/04/2014
MKN1440 8566020813 74550 18/04/2014
MLP2622 8566020948 74630 24/04/2014
MLT6034 8566021421 74550 19/05/2014
MLV0279 8566021008 74550 21/04/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
6050 3 208
7455 0 218 * I
7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.
8566 000874**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE

PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000874/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR
RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.
285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

AGH4591 8566018250 74550 13/11/2013 85.12
APH4717 8566018188 60503 17/11/2013 191.53
CBI9899 8566020658 57200 04/04/2014 127.69
CLB4653 8566018560 57200 30/11/2013 127.69
DFQ6630 8566018431 57200 24/11/2013 127.69
IJJ4132 8566018223 60503 11/11/2013 191.53
IKL1550 8566020118 74630 05/03/2014 127.69
ILM2443 8566017873 57200 23/10/2013 127.69
LWT2809 8566018280 57200 14/11/2013 127.69
LWT2809 8566018552 57200 27/11/2013 127.69
LXH3400 8566018575 74630 25/11/2013 127.69
LXM1347 8566018414 74550 24/11/2013 85.12
LXT1192 8566018504 60503 29/11/2013 191.53
LYP1774 8566018509 74550 26/11/2013 85.12
LZM0681 8566018404 74550 24/11/2013 85.12
LZO3461 8566018478 74550 29/11/2013 85.12
MBY8853 8566020277 74550 12/03/2014 85.12
MCJ3813 8566018226 74550 14/11/2013 85.12
MCJ4428 8566018230 60503 17/11/2013 191.53
MCQ7748 8566017854 74550 24/10/2013 85.12
MDQ3301 8566018110 74550 09/11/2013 85.12
MDV2779 8566020255 60503 14/03/2014 191.53
MDY2598 8566018546 57200 25/11/2013 127.69
MDZ9153 8566018399 74550 23/11/2013 85.12
MEI7166 8566018312 74550 23/11/2013 85.12
MEK1065 8566020287 74710 13/03/2014 574.61
MFY4866 8566018126 74550 04/11/2013 85.12
MGG7282 8566018187 60503 17/11/2013 191.53
MGW0111 8566018524 74550 29/11/2013 85.12
MGX9276 8566018515 74550 27/11/2013 85.12
MHE5870 8566018383 74550 23/11/2013 85.12
MIA8919 8566018248 74550 13/11/2013 85.12
MIR8993 8566018258 74550 17/11/2013 85.12
MIY7610 8566020573 74550 31/03/2014 85.12
MJJ2954 8566017846 74550 22/10/2013 85.12
MKA9093 8566017862 74550 27/10/2013 85.12
MKD3461 8566018297 74550 11/11/2013 85.12

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
6050 3 208
7455 0 218 * I
7463 0 218 * II
7471 0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-

MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.
8566 000875**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000875/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

CIG2689 8566021211 74550 05/05/2014
CLW6893 8566021093 74550 28/04/2014
CTX8979 8566021033 60503 27/04/2014
DPR1907 8566021249 74550 09/05/2014
ICS4123 8566021056 74630 03/05/2014
LWS1680 8566021499 57200 18/05/2014
LXP1399 8566021345 74550 14/05/2014
LYG8830 8566021099 74550 30/04/2014
LZV9162 8566021467 74550 19/05/2014
LZW2879 8566021051 60503 01/05/2014
LZY6677 8566021116 74630 03/05/2014
LZY6677 8566021154 74550 03/05/2014
MAL8395 8566021072 74550 30/04/2014
MBF1674 8566021035 60503 28/04/2014
MBI1345 8566021037 60503 28/04/2014
MBJ8254 8566021111 74550 02/05/2014
MBQ6620 8566021153 74550 03/05/2014
MBX5005 8566021102 74550 27/04/2014
MCB5846 8566021117 57200 27/04/2014
MCE6106 8566021152 74550 03/05/2014
MCK8765 8566021150 74550 02/05/2014
MCX1758 8566021036 74550 28/04/2014
MDB1210 8566021104 74550 28/04/2014
MDB1210 8566021105 74550 01/05/2014
MDB1210 8566021107 74550 02/05/2014
MDB1210 8566021137 74550 28/04/2014
MEJ0753 8566021096 74550 03/05/2014
MFH0881 8566021149 74550 02/05/2014
MFP7434 8566021156 74550 04/05/2014
MFR3075 8566021133 74550 27/04/2014
MGB2655 8566021121 57200 01/05/2014

MHI8293 8566021074 74550 30/04/2014
MHO6819 8566021094 74550 29/04/2014
MID3106 8566021206 60503 07/05/2014
MIM9099 8566021227 74550 05/05/2014
MJT1415 8566021167 74550 08/05/2014
MJV5642 8566021110 74550 30/04/2014
MKE5205 8566021141 74550 28/04/2014
MKK6432 8566021092 74550 28/04/2014
MKK9687 8566021413 74630 24/05/2014
MLC3213 8566021242 74550 10/05/2014
MLD8607 8566021476 74550 21/05/2014
MLD8607 8566021500 57200 18/05/2014
MLD8607 8566021503 57200 18/05/2014
MLD8607 8566021505 57200 19/05/2014
MLK3163 8566021204 60503 05/05/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
6050 3 208
7455 0 218 * I
7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.
8566 000876**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000876/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

AFO1216 8566020739 74550 09/04/2014 85.12
AHZ4620 8566018402 74550 24/11/2013 85.12
AHZ4620 8566018446 74550 24/11/2013 85.12
BGF6460 8566017900 74550 27/10/2013 85.12

CAU8316 8566018252 74550 14/11/2013 85.12
 CRC3964 8566018466 60503 30/11/2013 191.53
 DFQ6630 8566018555 57200 28/11/2013 127.69
 LXI5168 8566018777 74550 09/12/2013 85.12
 LXM1385 8566020768 74550 12/04/2014 85.12
 LXZ2452 8566018518 74550 30/11/2013 85.12
 LYE9772 8566018549 57200 26/11/2013 127.69
 LYE9772 8566018554 57200 28/11/2013 127.69
 LYG7355 8566020325 74550 23/03/2014 85.12
 LYG8582 8566017933 74550 31/10/2013 85.12
 LYH2884 8566018367 60503 22/11/2013 191.53
 LYQ3420 8566018108 74550 10/11/2013 85.12
 LYS6440 8566020716 60503 10/04/2014 191.53
 LYW2611 8566017986 57200 30/10/2013 127.69
 LZW2766 8566018540 74550 29/11/2013 85.12
 MBI6045 8566020540 60503 31/03/2014 191.53
 MDB1210 8566020318 74550 10/03/2014 85.12
 MDB1210 8566020319 74550 11/03/2014 85.12
 MDO0039 8566018510 74550 27/11/2013 85.12
 MDO0039 8566018543 74550 25/11/2013 85.12
 MDO0039 8566018544 74550 26/11/2013 85.12
 MDV8364 8566018450 74550 30/11/2013 85.12
 MEH9851 8566018347 74550 22/11/2013 85.12
 MEW9451 8566018245 74550 11/11/2013 85.12
 MFD8009 8566018251 74550 13/11/2013 85.12
 MFM1294 8566018497 60503 28/11/2013 191.53
 MGE0151 8566018299 74550 12/11/2013 85.12
 MGF3575 8566018335 74550 24/11/2013 85.12
 MIE2781 8566018508 74550 25/11/2013 85.12
 MIO2966 8566018303 74630 13/11/2013 127.69
 MIP9625 8566018167 74630 10/11/2013 127.69
 MJR4934 8566018372 74550 23/11/2013 85.12
 MJT2072 8566018455 60503 27/11/2013 191.53
 MKO5549 8566018235 74550 13/11/2013 85.12
 MLQ7484 8566018476 60503 29/11/2013 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
 MOACIR CORDEIRO
 DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000877

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO

N.8566 000877/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração

ABB2834 8566021531 74550 25/05/2014
 AEL0378 8566021221 74630 09/05/2014
 AIF4585 8566021291 60503 12/05/2014
 AIZ4838 8566021577 74550 30/05/2014
 ANC6544 8566021582 60503 26/05/2014
 ANU2669 8566021723 74550 07/06/2014
 CIG2689 8566021359 74550 13/05/2014
 CST3143 8566021762 74630 02/06/2014
 CXI2452 8566021238 74550 04/05/2014
 EBA9259 8566021356 74550 16/05/2014
 FGP3373 8566021161 60503 06/05/2014
 GOI8506 8566021142 74550 29/04/2014
 GZP5199 8566021337 60503 12/05/2014
 IBK0025 8566021520 74550 23/05/2014
 IEY5825 8566021294 60503 12/05/2014
 IHF3648 8566021358 74550 11/05/2014
 LWR9910 8566021436 60503 24/05/2014
 LXA3124 8566021548 60503 29/05/2014
 LXJ4433 8566021090 60503 03/05/2014
 LXM1385 8566021089 60503 01/05/2014
 LXN8940 8566021277 74550 07/05/2014
 LYJ7646 8566021028 74550 27/04/2014
 LYU7987 8566021252 57200 04/05/2014
 LZF4160 8566021617 57200 28/05/2014
 LZY1432 8566021103 74550 27/04/2014
 MAA9445 8566021373 57200 11/05/2014
 MAG9879 8566021085 60503 27/04/2014
 MAJ6473 8566021286 60503 11/05/2014
 MAL2492 8566021198 74550 04/05/2014
 MAV9976 8566021535 60503 26/05/2014
 MBM0174 8566021112 74550 03/05/2014
 MBM7714 8566021673 74550 07/06/2014
 MBP3922 8566021250 74550 09/05/2014
 MCQ4264 8566021109 74550 30/04/2014
 MCT4928 8566021594 74550 27/05/2014
 MCT4928 8566021744 57200 05/06/2014
 MCT4928 8566021771 74550 04/06/2014
 MCY7777 8566021639 74550 01/06/2014
 MDP6201 8566021050 74550 01/05/2014
 MDQ4181 8566021393 74550 11/05/2014
 MDY7534 8566021159 60503 05/05/2014
 MEC7805 8566020984 74550 25/04/2014
 MED6037 8566021556 74550 25/05/2014
 MEI2677 8566021601 74550 27/05/2014
 MEP4420 8566021621 57200 30/05/2014
 MES0231 8566021284 74630 17/05/2014
 MFC7112 8566021160 60503 06/05/2014
 MFN6022 8566021046 74550 01/05/2014
 MFO0794 8566021192 74630 09/05/2014
 MFP4369 8566021593 74550 31/05/2014

MFV6799 8566021545 74550 28/05/2014
 MFV6799 8566021562 74550 26/05/2014
 MFV6799 8566021565 74550 27/05/2014
 MFZ1988 8566021139 74550 28/04/2014
 MGE6465 8566021371 57200 11/05/2014
 MGH7732 8566021701 74550 01/06/2014
 MHG9058 8566021336 60503 11/05/2014
 MHH4133 8566021353 74550 16/05/2014
 MHH9098 8566021660 74550 04/06/2014
 MHT0288 8566021282 74630 09/05/2014
 MIE5352 8566021281 74630 09/05/2014
 MIE5927 8566021581 60503 25/05/2014
 MIL0057 8566021530 74630 25/05/2014
 MJQ6489 8566021716 74550 07/06/2014
 MJQ6489 8566021722 74550 07/06/2014
 MJS4700 8566021604 74710 28/05/2014
 MJS4700 8566021611 74710 29/05/2014
 MJS4700 8566021631 74710 28/05/2014
 MKP5992 8566021322 74550 15/05/2014
 MKR5784 8566021347 60503 17/05/2014
 MKT6432 8566021213 74550 07/05/2014
 MKW8210 8566021212 74550 06/05/2014
 MLC6261 8566021335 60503 11/05/2014
 MLE3185 8566021128 57200 03/05/2014
 MLH8638 8566021293 60503 12/05/2014
 MLK0785 8566021392 74550 17/05/2014
 MLK7062 8566021081 60503 03/05/2014
 MLM7033 8566021368 74550 15/05/2014
 MLT6034 8566021602 74550 27/05/2014
 MML7750 8566021629 74550 28/05/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II
 7471 0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
 MOACIR CORDEIRO
 DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000878

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 000878/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO

UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

ALV7080 8566020871 74550 16/04/2014 85.12
 BFN8173 8566020480 74630 26/03/2014 127.69
 CAO8640 8566017866 74550 26/10/2013 85.12
 CVR3681 8566020720 74630 13/04/2014 127.69
 DKQ9111 8566020826 74550 15/04/2014 85.12
 FUI5551 8566020386 74550 20/03/2014 85.12
 HCQ1781 8566020874 74550 17/04/2014 85.12
 LWU3777 8566020612 60503 02/04/2014 191.53
 LWV0520 8566020687 60503 07/04/2014 191.53
 LXJ2265 8566018624 74550 06/12/2013 85.12
 LYA9490 8566020938 74550 25/04/2014 85.12
 MCG5556 8566020798 74550 15/04/2014 85.12
 MDS2827 8566018212 74550 17/11/2013 85.12
 MDS3564 8566020495 74550 27/03/2014 85.12
 MEI2677 8566018632 74550 08/12/2013 85.12
 MFT2566 8566017892 74550 22/10/2013 85.12
 MIE5334 8566020242 60503 13/03/2014 191.53
 MMJ4301 8566018306 74550 14/11/2013 85.12

Infr. Desd. Enquadramento:

6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
 MOACIR CORDEIRO
 DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001333

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 001333/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-

CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

DYZ1332 55166265E 69200 23/04/2014
LON4491 55166271E 69200 29/04/2014
MAL2842 55166432E 65992 28/04/2014
MCX4324 55166270E 69200 25/04/2014
MCY5277 54438439E 51691 11/05/2014
MCY5277 54438440E 50450 11/05/2014
MDJ0267 55166260E 69200 23/04/2014
MGT7940 54438137E 65992 16/05/2014
MGT7940 54438138E 53200 16/05/2014
MIT3215 55166621E 69200 23/05/2014
MKB5309 55166038E 50100 19/04/2014
MKB5309 55166039E 51180 19/04/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5045 0 162 * V
5118 0 164 c/c 162 * I
5169 1 165
5320 0 176 * V
6599 2 230 * V
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001334

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 001334/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-

CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

MBT0008 55166139E 69200 14/03/2014 127.69
MGR5595 55165934E 65992 05/03/2014 191.53
MHX4877 55166011E 65992 01/03/2014 191.53
MHX4877 55166012E 65561 01/03/2014 191.53
MHX4877 55166014E 52741 01/03/2014 191.53
MIC1991 55166071E 69200 06/03/2014 127.69
MIL7044 55165943E 69120 08/03/2014 53.20

Infr. Desd. Enquadramento:

5274 1 175
6556 1 230 * I
6599 2 230 * V
6912 0 232
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001336

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 001336/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

CQC3602 55166578E 69200 27/05/2014
MDN3842 55166579E 69200 27/05/2014

Infr. Desd. Enquadramento:
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.
8092 001335**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001335/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR
RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.
285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

MHX4877 55166013E 57380 01/03/2014 191.53
MHX4877 55166015E 58350 01/03/2014 127.69
MHX4877 55166016E 57380 01/03/2014 191.53
MHX4877 55166017E 60501 01/03/2014 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:
5738 0 186 * II
5835 0 195
6050 1 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
CACAO DESTE EDITAL.

CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.
8092 001337**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001337/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR
RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.
285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

IDV4574 54438068E 66102 30/11/2013 127.69
LXT7081 54438184E 69200 19/11/2013 127.69
MCF0844 54437343E 69200 29/11/2013 127.69
MDD2578 54438164E 65992 30/11/2013 191.53
MEH3638 54437692E 50100 16/11/2013 574.61
MFF4525 55166228E 69200 25/03/2014 127.69
MIE2378 54438253E 69200 12/12/2013 127.69

Infr. Desd. Enquadramento:
5010 0 162 * I
6599 2 230 * V
6610 2 230 * VII
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001338

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001338/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

IDV4574 54438067E 51851 30/11/2013 127.69

Infr. Desd. Enquadramento:
5185 1 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001339

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001339/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-

ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

ABB8715 54438136E 65992 05/05/2014
ABB8715 55166548E 69200 05/05/2014
AGF4485 55166526E 69200 09/05/2014
BVU6237 55166539E 69200 29/04/2014
JEK9269 55166538E 69200 29/04/2014
LWV5932 55166596E 69200 04/06/2014
LYF8679 55166588E 69200 02/06/2014
LYI5404 55166549E 69200 05/05/2014
LYJ9143 55166560E 69200 13/05/2014
MBE0373 55166557E 69200 12/05/2014
MBW0879 55166413E 65992 01/05/2014
MCJ0378 54438144E 65992 04/06/2014
MCK5563 55166530E 69200 08/05/2014
MCL8026 55166417E 69120 10/05/2014
MDS2866 55166545E 69200 05/05/2014
MFG2757 55166543E 69200 05/05/2014
MFY8761 55166515E 65992 16/04/2014
MGI1921 55166439E 65992 07/05/2014
MGN3519 55166527E 69200 09/05/2014
MGN3519 55166553E 69200 08/05/2014
MIS5716 55166598E 69200 06/06/2014
MIZ4321 55166528E 69200 09/05/2014
MLB6170 55166529E 69200 08/05/2014

Infr. Desd. Enquadramento:
6599 2 230 * V
6912 0 232
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001340

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001340/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA

O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração

ABB8715 54438135E 54600 05/05/2014
IEY5825 55166420E 51851 10/05/2014
IEY5825 55166421E 60330 10/05/2014
LZE2797 54438146E 55250 07/06/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5185 1 167
5460 0 181 * IX
5525 0 181 * XV
6033 0 206 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001341

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8092 001341/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

AFF4469 54438219E 69200 08/11/2013 127.69

BQD6058 55165966E 51691 17/04/2014 1915.38
COQ1979 54438205E 69200 06/11/2013 127.69
LWV9115 55166216E 64080 01/04/2014 85.12
LZG5019 54438417E 69200 05/03/2014 127.69
LZJ1862 55166059E 69200 05/03/2014 127.69
MDD2578 54438163E 50100 30/11/2013 574.61
MDK7391 55166061E 69200 05/03/2014 127.69
MEH3638 54437691E 65992 16/11/2013 191.53
MEO9789 54438224E 69200 13/11/2013 127.69
MES1539 55166312E 73400 16/04/2014 85.12
MEU6194 54438187E 69200 26/11/2013 127.69
MFN2075 54438178E 69200 13/11/2013 127.69
MJD1312 54438159E 50100 28/11/2013 574.61

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5169 1 165
6408 0 221
6599 2 230 * V
6920 0 233
7340 0 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001342

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8092 001342/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

MJO4536 55166351E 60501 15/04/2014 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

6050 1 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001343

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO
PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO
N.8092 001343/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração

AHK6983 55166570E 69200 19/05/2014
DOS6480 55166555E 69200 12/05/2014
GNN4923 55166605E 69200 19/05/2014
GZW0586 55166357E 50100 09/05/2014
GZW0586 55166358E 51180 09/05/2014
LCQ5625 55166601E 69200 19/05/2014
LXR3295 55166564E 69200 14/05/2014
LYR0673 55166444E 65992 13/06/2014
LZD7875 55166451E 64080 19/05/2014
LZM7852 55166454E 65992 19/05/2014
LZM7852 55166456E 50100 19/05/2014
LZM7852 55166457E 51180 19/05/2014
MBB3893 55166607E 69200 19/05/2014
MBG3966 55166602E 69200 19/05/2014
MBX5070 55166542E 69200 29/04/2014
MBZ4803 55166574E 69200 19/05/2014
MCI1397 55166608E 69200 19/05/2014
MCV8987 55166683E 69200 10/06/2014
MFA3063 55166044E 65561 13/05/2014
MFA3063 55166045E 69120 13/05/2014
MFZ6401 55166422E 65992 13/05/2014
MHE3893 55166569E 69200 15/05/2014
MIL5440 55166424E 65992 17/05/2014
MIL5440 55166425E 65561 17/05/2014

MIL5440 55166441E 50100 17/05/2014
MIL5440 55166442E 51180 17/05/2014
MIL7744 55166571E 69200 19/05/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5118 0 164 c/c 162 * I
6408 0 221
6556 1 230 * I
6599 2 230 * V
6912 0 232
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001344

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO
PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO
N.8092 001344/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração

MES1539 55166443E 60501 12/06/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

6050 1 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA

IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.

MOACIR CORDEIRO

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001345

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 001345/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

MES9916 54438183E 69200 19/11/2013 127.69

MLX1391 55166428E 69120 25/04/2014 53.20

Infr. Desd. Enquadramento:

6912 0 232

6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES

DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001346

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 001346/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

MLX1391 55166427E 70481 25/04/2014 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

7048 1 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE JULHO DE 2014.

MOACIR CORDEIRO

DIRETOR DE TRANSITO

Jacinto Machado

PREFEITURA

Edital de Notificação 009

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Estaduais conforme abaixo especificado:

Extrato de Convênio: Termo de Convênio nº 2277/2014. Convenientes: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - Araranguá e o Município de Jacinto Machado - SC.

Objeto do Convênio: Aquisição e Instalação de 03 (três) Academias ao ar livre no Município de Jacinto Machado - SC.

Origem dos Recursos: Fundo Social.

Data do Repasse da 1ª Parcela: 04/07/2014.

Valor da Parcela: R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais).

Jacinto Machado/SC, 09 de Julho de 2014.

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 015/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, Setor de Licitações, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Antonio João de Fáveri, Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 22/07/2014 às 08h30min, com entrega dos envelopes até às 08h15min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, NACIONAIS E DE CONSTRUÇÃO RADIAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DA SEC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE JACINTO MACHADO/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133 ou fac-símile: (48) 3535-1288.

Jacinto Machado - SC, 09 de Julho de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 016/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, Setor de Licitações, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Antonio João de Fáveri, Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 22/07/2014 às 14h15min, com entrega dos envelopes até às 14h00min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS, CRECHES E PRÉ-ESCOLARES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133 ou fac-símile: (48) 3535-1288.

Jacinto Machado - SC, 09 de Julho de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 017/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, Setor de Licitações, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Antonio João de Fáveri, Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 24/07/2014 às 08h30min, com entrega dos envelopes até às 08h15min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133 ou fac-símile: (48) 3535-1288.

Jacinto Machado - SC, 09 de Julho de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Decreto Nº. 082 de 01 de Julho de 2014.

DECRETO Nº. 082 DE 01 DE JULHO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposição orçamentária, no valor total de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), como segue:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: (47) - 4.4.90.00.00.00.0695 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: (46) - 3.3.90.00.00.00.0695 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 01 de julho de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Decreto Nº. 083 de 01 de Julho de 2014.

DECRETO Nº. 083 DE 01 DE JULHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, inciso Iº, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), como segue:

ORGÃO: 07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJETO: 1.049 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Frota Mecanizada

Modalidade de Aplicação: (84) - 4.4.90.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

TOTAL R\$ 35.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos oriundos de Alienações de Bens da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditado na conta corrente 30.375-5, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 01 de julho de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Decreto Nº. 084 de 01 de Julho de 2014.

DECRETO Nº. 084 DE 01 DE JULHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, inciso Iº, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), como segue:

ORGÃO: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO: 1.022 - Construção, Ampliação Unidade, Aquisição de Veículos e Equipamentos

Modalidade de Aplicação: (02) - 4.4.90.00.00.00.0092 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos oriundos de Alienações de Bens da Prefeitura Municipal de

Jacinto Machado, creditado na conta corrente 30.375-5, Agência 2.192-X do Banco do Brasil, que serão transferidos (depositados) na conta corrente 82.561-1, Agência 2.192-X do Banco do Brasil em nome do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 01 de julho de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Edital de Notificação 010

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado- SC, que recebeu Recursos Federais conforme abaixo especificado:

TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 8932/2012; Processo nº 23400005367201254 - FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO.

Objeto do Convênio: Aquisição de Mobiliário (Modelo Proinfância)
Origem dos Recursos: Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Data do Repasse da 1ª Parcela: 07/05/2013.

Valor da 1ª Parcela: R\$ 37.403,10 (Trinta e Sete Mil Quatrocentos e Três Reais e Dez Centavos).

Data do Repasse da 2ª Parcela: 07/05/2013.

Valor da 2ª Parcela: R\$ 54.552,44 (Cinquenta e Quatro Mil Quinhentos e Cinquenta e Dois Reais e Quarenta e Quatro Centavos).

Jacinto Machado/SC, 09 de Julho de 2014.

Joaçaba

PREFEITURA

Ordem de Serviço Nº242/2014 - Recebida Em 24/06/2014

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 242/2014

Autorizo por meio desta, a empresa SOLO ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF nº 08.743.714/0001-00 a construção do Centro de Inovação, com fornecimento de matéria, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiro e Planilha de Quantitativos/Orçamentários, copiados em CD, que passam a fazer parte integrante do Edital neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 35/2014/PMJ - Edital Concorrência nº 2/2014/PMJ, homologado em 10/06/2014. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 5.113.470,36 (Cinco milhões, cento e treze mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e seis centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 179/2014/PMJ de 18 de junho de 2014. O prazo de execução é de até 18 (dezoito) meses contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 23 de junho de 2014.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____

RAFAEL LASKE
Prefeito

Contratada: SOLO ENGENHARIA LTDA

Representante: PAULO ROBERTO OLIVEIRA

Assinatura e carimbo _____

CPF: 548.669.609-49

RECEBI EM ____/____/____

OBS: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

Homologação PL 52/2014 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2014/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 52/2014/PMJ,
- Modalidade: PP 36/2014/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa especializada, para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2014, que será realizado no período de 29 de outubro a 02 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt, no

Município de Joaçaba, SC.
EMPRESAS VENCEDORAS:
ON EVENTOS S/A LTDA
VALOR R\$ 42.000,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 07 de julho de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

Contrato 183/2014 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2014/PMJ
PL 52/2014/PMJ - PP 36/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: O.N. EVENTOS S/A LTDA

OBJETO: a execução pela CONTRATADA de serviços técnicos profissionais especializados para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2014, que será realizado no período de 29 de outubro a 02 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt, no Município de Joaçaba, SC.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 42.000,00(quarenta e dois reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.023 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE EVENTOS

21 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 15/11/2014

DATA DE ASSINATURA: 07/07/2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Portaria N.º 2826

PORTARIA Nº 2.826 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LILIAN CRISTINE MOREIRA, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 2827

PORTARIA Nº 2.827 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LUCIANA MARIA ALBUQUERQUE CAVANUS, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 2828

PORTARIA Nº 2.828 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LUCIANE CARPEGIANI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 2829

PORTARIA Nº 2.830 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MACKSUEL OSMAR DA SILVA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 003/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2830

PORTARIA Nº 2.830 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MACKSUEL OSMAR DA SILVA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 003/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2831

PORTARIA Nº 2.831 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MADELEINE MARIA LUVIZON, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2832

PORTARIA Nº 2.832 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MAIELI DA SILVA AMORA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2833

PORTARIA Nº 2.833 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARCIANA APARECIDA ROSA, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2834

PORTARIA Nº 2.834 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARIA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2835

PORTARIA Nº 2.835 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARIA ELIZABETE ALVES, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2836

PORTARIA Nº 2.836 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARIA REGINA FALCHETTI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2837

PORTARIA Nº 2.837 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARIA SALETE PIGATTO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2838

PORTARIA Nº 2.838 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARISETE DE CORDOVA PASSOS DAHMER, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2839

PORTARIA Nº 2.839 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARISTELA DA SILVA MATOS, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2840

PORTARIA Nº 2.840 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARIZA APARECIDA PASSOS DE MATOS, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2841

PORTARIA Nº 2.841 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARTA RECALCATTI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2842

PORTARIA Nº 2.842 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) NAISSARA DANIELA FONCECA TROMBETTA, Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2843

PORTARIA Nº 2.843 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) NALIGIA MATTIUZ, Professor Temporário, com carga horária 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2844

PORTARIA Nº 2.844 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) NATHANA BRUNA LOURENÇO DE ALMEIDA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2845

PORTARIA Nº 2.845 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) NEIDE MARIA DAVID DE AZEVEDO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2846

PORTARIA Nº 2.846 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) NOELI LOURDES BALESTRIN DEPELEGRIN, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2847

PORTARIA Nº 2.847 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ODERLAN LIMA CAVALCANTI, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2848

PORTARIA Nº 2.848 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) PATRICIA BOTTEGA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2849

PORTARIA Nº 2.849 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) PATRICIA CONCEIÇÃO MATANA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2850

PORTARIA Nº 2.850 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) PATRICIA DEMARCHE DAHMER, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 003/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2851

PORTARIA Nº 2.851 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ROSANGELA MARIA DALLA COSTA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2852

PORTARIA Nº 2.852 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ROSILENE SALETE DA SILVA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2853

PORTARIA Nº 2.853 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SABRINA APARECIDA DADALT, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2854

PORTARIA Nº 2.854 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2855

PORTARIA Nº 2.855 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SIMONE DA SILVA RIBEIRO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2856

PORTARIA Nº 2.856 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SINNARA PASQUALOTTO PARISENTI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2857

PORTARIA Nº 2.857 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SONIA MAIA MORAES ZENATTI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2858

PORTARIA Nº 2.858 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SONIA MARIA LOPES DA SILVA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2859

PORTARIA Nº 2.859 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SONIA STOFFEL DE SOUZA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2860

PORTARIA Nº 2.860 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) TATIANE LURDES BRUNETTO TESSARI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2861

PORTARIA Nº 2.861 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) THAIS LIANA BELLO COLUSSO, Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 003/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2862

PORTARIA Nº 2.862 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) VANESSA ELIZA MAZIERO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2863

PORTARIA Nº 2.863 DE 08 DE JULHO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) VILMA CAROLINA BROETO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de julho de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Extrato do Termo de Adesão Nº 030/2014

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 030/2014

CONCEDENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE - FMCE

BENEFICIÁRIO: ADILSON PAULO MATTEVI FILHO

ENTIDADE CREDENCIADA: ASSOCIAÇÃO JOAÇABA DE ESPORTE E CULTURA - AJEC

MODALIDADE: FUTSAL

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA

VALOR: R\$ 4.200,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 11 3.3.90.00.00.00.00.00
00.01.0000.000000 Aplicações Diretas

Joaçaba - SC, 09 de Julho de 2014

RONY EDSON LENZ

Superintendente da FMCE

ADILSON PAULO MATTEVI FILHO

Atleta

Extrato Homologação PL 44/2014/PMJ - TP 03/2014/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 44/2014/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 3/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 44/2014/PMJ,

- Modalidade: TP 3/2014/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a

execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, de 03 (três) ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba, SC.
-Empresa Vencedora: JND - Construções e Tecnologia Ltda.
-Valor total contratado: R\$ 974.598,15 (novecentos e setenta e quatro mil quinhentos e noventa e oito reais e quinze centavos), sendo:

- R\$ 686.245,52 (seiscentos e oitenta e seis mil duzentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), referentes aos materiais utilizados;
- R\$ 288.352,63 (duzentos e oitenta e oito mil trezentos e cinquenta e dois reais e sessenta e três centavos), referentes aos serviços.

E AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 09 de julho de 2014.
Rafael Laske
Prefeito

Extrato Contrato 184/2014/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/2014/PMJ
PL 44/2014/PMJ - TP 3/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: JND - CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA.
OBJETO: Execução pela CONTRATADA dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, de 03 (três) ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba, SC.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 974.598,15 (novecentos e setenta e quatro mil quinhentos e noventa e oito reais e quinze centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
1.025 - PAVIMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS
230 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 - Aplicações Diretas
184 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas
VIGÊNCIA: 120 dias da entrega da ordem de serviço
DATA DE ASSINATURA: 10/07/2014.

RAFAEL LASKE
Prefeito

Portaria N.º 2864

PORTARIA Nº 2.864 DE 09 DE JULHO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ALESSANDRO SLONGO, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 28 de janeiro de 2013 a 27 de janeiro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 07 de julho de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 07 de julho de 2014, obedecido ao

disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de julho de 2014.
Rafael Laske
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2865

PORTARIA Nº 2.865 DE 09 DE JULHO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JOAO RIBEIRO DA COSTA, Eletricista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de julho de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de julho de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de julho de 2014.
Rafael Laske
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2866

PORTARIA Nº 2.866 DE 09 DE JULHO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JULIANA KUSNIER, Assistente Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 134.762 de 04 de julho de 2014, referente ao período de 01 de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de julho de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 14 de julho de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de julho de 2014.
Rafael Laske
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2867

PORTARIA Nº 2.867 DE 09 DE JULHO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) IRENE MOREIRA DA SILVA, Monitor Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de julho de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de julho de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de julho de 2014.
Rafael Laske
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2868

PORTARIA Nº 2.868 DE 10 DE JULHO DE 2014
"DESIGNAR OS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, resolve:

Art. 1º - NOMEAR a servidora GABRIELA ZUCATTI BUTTNER para compor a Comissão Municipal de Licitações A, para promoção dos trabalhos gerais de Licitação de Município de Joaçaba, em substituição a servidora Ines Maria Picoli.

Art. 2º As Comissões designadas ficam compostas da seguinte forma:

COMISSÃO A	COMISSÃO B
Presidente: Altevir Da Cas	Presidente: Altevir Da Cas
Membros: Fernando Auler de Oliveira	Membros: Ariela Augustin
Franciani Alice Rizzi Schmiedke	Eliane Klotz
Guilherme Baptista	Guilherme A Trentin da Silva
Gabriela Zucatti Buttner	Lucia Santini Sartori Mantovani
Johnny George Oliveira de Carvalho	Luciano de Mattos
Leandro Sartori	Priscila Contini
Loiva Otto Grisner	Samantha Reinelli Bernardini Peixoto
Luci Terezinha Heberle	Sulany de Fatima B. Welter

Maiara Mena Barreto Lenzi	
Mariana Beloto Moreira	
Rafael Martini Veiga	
Tatiana Beal Dariva Comin	

Parágrafo Único - A Comissão de Licitações de que trata o "caput" deste artigo fica designada para funcionar como equipe de apoio para atuar nos Processos Licitatórios - modalidade Pregão, do Município de Joaçaba.

Art. 3º A Comissão designada é caracterizada por "múnus publico".

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 10 de julho de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE

Ata Registro de Preços 0004/2014 - Cimento/Cal E Areia

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0004/2014

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0013/2014, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/04/2014, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Cimento, Cal e Areia para utilização na confecção de pré-moldados (lajes de transição para poços de visita e caixas de proteção de válvulas) para área de esgoto, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0013/2014.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - CIMENTO CP II, SACOS COM 50 KG, Quantidade - 600 Unidade de medida - SACO.

1º. Colocado - Empresa: Herval Materiais de Construções Ltda, no valor de R\$ 25,40 (Vinte e cinco reais e quarenta centavos);

Item 02 - AREIA MÉDIA, Quantidade - 60 Unidade de medida - METROS CUBICOS.

1º. Colocado - Empresa: Planalto Portas e Esquadrias de Madeiras Ltda, no valor de R\$ 117,90 (Cento e dezessete reais e noventa centavos);
dezenove reais).

Item 03 - CAL HIDRATADA SACOS COM 20 KG, Quantidade - 100 Unidade de medida - SACO.

1º. Colocado - Empresa: Planalto Portas e Esquadrias de Madeiras Ltda, no valor de R\$ 7,95 (Sete reais e noventa e cinco centavos);

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Cimento, Cal e Areia, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0013/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O Cimento, Cal e Areia deverá ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Solicitação de Entrega - SE.

4.2 Após o recebimento da SE-Solicitação de Entrega, por parte do fornecedor, o material deverá ser entregue no prazo máximo de 04 (quatro) horas após o recebimento da solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na SE.

4.2.1 Serão solicitadas entregas nos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna.

4.3 No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que o Material será recebido:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade do cimento, cal e areia com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do Material com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5. O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema,

não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado mensalmente, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 1052

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) Efetuar a entrega do Material (Cimento, Cal ou Areia) após solicitação em até 04 (quatro) horas, em horário comercial;
- b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios,

defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa:
 - 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
 - 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
- c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 08 de abril de 2014 .

Eliane Aparecida Ceron Vier
Pregoeiro

Equipe de Apoio
Graciela Prato Bordin da Rosa
Monica Saraiva Romani

Claudiomar Saretta
HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Sergio Francisco Bucco
PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA

Lages

PREFEITURA

Extrato Contrato 133/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0133/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CLIMA SERVICE REFRIGERAÇÃO LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 73.211.393/0001-56, com sede a Avenida Presidente Vargas, 1186 - Bairro Coral, CEP 8823.090 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializa para Serviços de Instalação de Coberturas para Unidades de Saúde da Secretaria municipal da Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, 90 (noventa) dias a contar da data da assinatura do contrato;

2.3 De Entrega, em até 15 (quinze) dias da Solicitação da SMS.

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 29.205,00 (vinte e nove mil, duzentos e cinco reais)

Lages 18 de Junho de 2014.

Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 132/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0132/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: EXTERMITEC LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.985.951/0001-18, com sede a Rua Dom Joaquim do Arco Verde, 471 - Bairro Centenário, Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa especializada para serviços de Desinsetização, Desratização e limpeza de Águas das unidades e setores da Secretaria Municipal da Saúde de Lages no Ano de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, de acordo com a Solicitação da SMS, mediante ordem de serviço;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 27.349,78 (vinte e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos)

Lages 28 de Abril de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 131/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0131/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: NAZARENO TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 01.040.283/0001-68, com sede a Rua Germano Magaldi, 284 - Bairro Universitário CEP 88509-020 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Serviços Técnicos na Rede Telefônica da Secretaria da Saúde, Unidades de Saúde e demais setores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S) E LOCAL:

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

3.3 De Entrega: De acordo com a solicitação da secretaria Municipal da Saúde;

2.4 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) mensais.

Lages 04 de Julho de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 130/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0130/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 10.567.214/0001-06, com sede a Rua Sebastião Furtado 101 - Sala - Centro CEP 88501-140 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos Para Unidades de Saúde e Pronto Atendimento Odontológico da Secretaria Municipal da Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 14.925,00 (quatorze mil, novecentos e vinte e cinco reais)

Lages 28 de Abril de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 128/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0128/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: GNATUS EQUIPAMENTOS MÉDICO ODONTOLÓGICO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 48.015.119/0001-64, com sede a Rodovia Abrão Assed, Km 53 + 450 metros - Bairro Anhanguera CEP 14097-500 - Ribeirão Preto/SP

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos Para Unidades de Saúde e Pronto Atendimento Odontológico da Secretaria Municipal da Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 56.350,00 (cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta reais)

Lages 28 de Abril de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 127/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0127/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: DEISE FABIANE LOPES PEREIRA ME, inscrita no CNPJ n.º 14.720.688/0001-99, com sede a Avenida Panamericana 160 - Parque da Matriz, CEP 94950-330 - Cachoeirinha/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos Para Unidades de Saúde e Pronto Atendimento Odontológico da Secretaria Municipal da Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 33.050,00 (trinta e três mil e cinquenta reais)

Lages 28 de Abril de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 126/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0126/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 02.477.571/0001-47, com sede a Rua Anne Frank 5223 - Boqueirão CEP 81730-010 - Curitiba/PR

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos Para Unidades de Saúde e Pronto Atendimento Odontológico da Secretaria Municipal da Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 31.960,00 (trinta e um mil, novecentos e sessenta reais)

Lages 28 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 125/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0125/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 05.919.156/0001-94, com sede a Rua Rodrigues Alves, 825 D, Bairro Bela Vista, CEP: 89804-084, Chapecó/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, no exercício de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 130.260,00 (cento e trinta mil, duzentos e sessenta reais)

Lages 19 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 129/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0129/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA, inscrita no CNPJ n.º 09.200.303/0001-22, com sede a Avenida Mauricio Cardoso, 706 - Centro, CEP: 99700-000 - Erechim/RS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos Para Unidades de Saúde e Pronto Atendimento Odontológico da Secretaria Municipal da Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 693,00 (seiscentos e noventa e três reais)

Lages 28 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 124/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0124/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: MÁXIMA PAPELARIA EIRELI, inscrito no CNPJ sob n.º 85.260.164/0001-00, com sede a Rua Adolfo Konder, 279 - Bairro Ceramarte, CEP 89295-000 - Rio Negrinho/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para a Secretaria Municipal de Saúde, no exercício de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado à Rua Cruz e Souza, 368 - Bairro Brusque. Observando quantidade e data de entrega.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 496.000,00 (quatrocentos e noventa e seis mil reais)

Lages 19 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 123/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0123/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: M. MOBILE EIRELI, inscrito no CNPJ sob n.º 15.764.033/0001-85, com sede a Rua Eduardo Neidert 1803 - Bairro Barro Preto - CEP 89295-000 - Rio Negrinho/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Para a Confecção e Instalação de Móveis Fixos Sob Medida para a Central de Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, até 10 (dez) dias da conclusão dos Serviços, mediante termo circunstanciado, endereçado a Secretaria de Obras, aos cuidados do responsável Técnico pelo acompanhamento;

2.4 Da Instalação, constante no memorial descritivo;

2.5 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais)

Lages 08 de Abril de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 122/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0122/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: DICOR DISTRIBUIDORA LTDA ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.710.893/0001-61, com sede a Rua Agostinho de Oliveira Córdova, 26 - Bairro Araucária CEP 88512-635 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Insumos para Fabricação de Pães para os Funcionários do Pronto Atendimento Municipal e outros Setores da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 12.597,00 (doze mil, quinhentos e noventa e sete reais)

Lages 05 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 121/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0121/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS MILÊNIO LTDA, inscrita no CNPJ n.º 07.773.491/0001-52, com sede a Avenida Caldas Junior, 550 - sala 01 - Bairro Santa Helena, na cidade de Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Insumos para Fabricação de Pães para os Funcionários do Pronto Atendimento Municipal e outros Setores da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 16.865,00 (dezesseis mil oitocentos e oitenta e cinco reais)

Lages 05 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 120/2014 FMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0120/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 05.919.156/0001-94, com sede a Rua Rodrigues Alves, 825 D, Bairro Bela Vista, CEP: 89804-084, Chapecó/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios e Insumos para Fabricação de Pães para os Funcionários do Pronto Atendimento Municipal e outros Setores da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2014. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 19.560,00 (dezenove mil, quinhentos e sessenta reais)

Lages 05 de Fevereiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 178/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0178/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Senior, nº 86, Bairro: Centro, CEP 88.502-005 - Lages - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção para Manutenção e Reparo nas Unidades Escolares do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), da Secretaria Municipal de Educação, à Avenida Papa João XIII, 1115, Bairro Petrópolis, nesta cidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 71.814,59(setenta e um mil, oitocentos e quatorze reais e cinquenta e nove centavos)

Lages, 07 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 177/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0177/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELÓI DARTORA DE SOUZA JÚNIOR - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 07.025.399/000-04, com sede a Rua: Valdomiro Koech, nº 50, Bairro: Gethal, CEP 88-520-450 - Lages - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção para Manutenção e Reparo nas Unidades Escolares do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), da Secretaria Municipal de Educação, à Avenida Papa João XIII, 1115, Bairro Petrópolis, nesta cidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 37.424,00(trinta e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais)

Lages, 07 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 175/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0175/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.093.667/0001-98, com sede a Av. Duque de Caxias, nº 1174, Bairro: Sagrado Coração, CEP 88.508-001 - Lages - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção para Manutenção e Reparo nas Unidades Escolares do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), da Secretaria Municipal de Educação, à Avenida Papa João XIII, 1115, Bairro Petrópolis, nesta cidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 89.999,99 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Lages, 07 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Extrato Contrato 170/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0170/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MAX RICARDO MARIN & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 82.977.125/0001-30, com sede a Av. Luiz de Camões, nº 1062, Bairro Coral, CEP 88-523-000 - Lages - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Conservação, Manutenção da Sinalização Horizontal e Vertical em diversas Ruas e Avenidas do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s): a entrega dos materiais será feita conforme necessidade e solicitação, em até 07 dias, a contar da(s) data(s) da solicitação (ões) emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos;

2.3 De Execução, da data do recebimento da(s) Autorização (ões) de Fornecimento até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 22.280,00(vinte e dois mil e duzentos e oitenta reais)

Lages, 10 de Abril de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 171/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0171/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELÓI DARTORA DE SOUZA JÚNIOR - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 07.025.399/000-04, com sede a Rua: Valdomiro Koech, nº 50, Bairro: Gethal, CEP 88-520-450 - Lages - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Conservação, Manutenção da Sinalização Horizontal e Vertical em diversas Ruas e Avenidas do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s): a entrega dos materiais será feita conforme necessidade e solicitação, em até 07 dias, a contar da(s) data(s) da solicitação (ões) emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos;

2.3 De Execução, da data do recebimento da(s) Autorização (ões) de Fornecimento até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 50.300,00 (cinquenta mil e trezentos reais)

Lages, 10 de Abril de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 172/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0172/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro Lages, SC.

CONTRATADA: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 02.898.145/0001-87, com sede a Rua: Leoberto Leal, nº 176, Bairro: São Vicente, CEP 89610-000 - Herval D'oeste - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Conservação, Manutenção da Sinalização Horizontal e Vertical em diversas Ruas e Avenidas do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s): a entrega dos materiais será feita conforme necessidade e solicitação, em até 07 dias, a contar da(s) data(s) da solicitação (ões) emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos;

2.3 De Execução, da data do recebimento da(s) Autorização (ões) de Fornecimento até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

Lages, 10 de Abril de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 173/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0173/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Senior, nº 86, Bairro: Centro, CEP 88.502-005 - Lages - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Conservação, Manutenção da Sinalização Horizontal e Vertical em diversas Ruas e Avenidas do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s): a entrega dos materiais será feita conforme necessidade e solicitação, em até 07 dias, a contar da(s) data(s) da solicitação (ões) emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos;

2.3 De Execução, da data do recebimento da(s) Autorização (ões) de Fornecimento até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 38.940,00 (trinta e oito mil novecentos e quarenta reais)

Lages, 10 de Abril de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 174/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0174/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.093.667/0001-98, com sede a Av. Duque de Caxias, nº 1174, Bairro: Sagrado Coração, CEP 88.508-001 - Lages - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Conservação, Manutenção da Sinalização Horizontal e Vertical em diversas Ruas e Avenidas do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s): a entrega dos materiais será feita conforme necessidade e solicitação, em até 07 dias, a contar da(s) data(s) da solicitação (ões) emitida(s) pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos;

2.3 De Execução, da data do recebimento da(s) Autorização (ões) de Fornecimento até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 1.115,00 (um mil, cento e quinze reais)

Lages, 10 de Abril de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 176/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 0176/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MAX RICARDO MARIN & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 82.977.125/0001-30, com sede a Av. Luiz de Camões, nº 1062, Bairro: Coral - CEP 88.523-000 - Lages - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Construção para Manutenção e Reparo nas Unidades Escolares do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

2.3 De Entrega(s): em até 10 (dez) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação (ões), da Secretaria Municipal de Educação, à Avenida Papa João XIII, 1115, Bairro Petrópolis, nesta cidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 89.999,99 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Lages, 07 de Julho de 2014

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Emenda Supressiva Nº 045/2014**

PROPOSTA DE EMENDA SUPRESSIVA Nº. 003/2014

À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LAGES/SC

De 03 de junho de 2014.

Suprime a letra "d" do § 4º do artigo 200 da Lei Orgânica do Município de Lages

Os Vereadores abaixo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresentam a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA SUPRESSIVA:

Art. 1º. Suprime a letra "d" do § 4º do artigo 200 da Lei Orgânica do Município de Lages.

Art. 2º. Esta emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de junho de 2014.

ADILSON ROZA/PTB

ADILSON APPOLINÁRIO/PROS

AIDA HOFFER/PSD

ANILTON FREITAS/PTB

DAVID MORO/PMDB

ELÓI BASSIN/PROS

ENIO QUINTINO RIBEIRO /PSD

FELÍCIO MARTINS/PROS

GERSON DOS SANTOS/PMDB

JOAO MARIA CHAGAS/PSC

JULIANO POLESE/PP

LUIZ MARIN/PP

MARIÃO/PSB

MARCIUS MACHADO/PR

PROFESSOR DOMINGOS/PT

PASTOR MENDES/PROS

RODRIGO SILVA/DEM

THIAGO OLIVEIRA/PMDB

VONE SCHEUERMANN/PSC

Lauro Muller**PREFEITURA****Edital de Pregao Nº94/34/32/2014 - Pmlm/Hmhl/FMS**

EDITAL DE PREGAO Nº94/34/32/2014 - PMLM/HMHL/FMS

PROCESSO Nº90/34/32/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 22 de julho de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação, através de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de óleo S10 e óleo comum, para fornecimento para as secretarias municipais. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 09 de julho de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

Tomada de Preço Nº95/2014 - Pmlm

TOMADA DE PREÇO Nº95/2014 - PMLM

PROCESSO Nº95/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 31 de julho de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação de empresas do ramo pertinente, prestação de serviços de informática e suprimentos para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Lauro Muller/SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 09 de julho de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

Lebon Regis**PREFEITURA****Licitações 2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE L. RÉGIS

Pregão Nº PR4/2014

Processo Administrativo: 06/2014

OBJETO: A presente licitação visa contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública e de saúde, com acesso simultâneo para usuários da administração municipal e da saúde, direta e indireta, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I do Edital.

Data de Homologação: 01/07/2014

Licitantes Homologados: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA - Valor Total de R\$ 36.000,00; PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA - Valor Total de R\$ 5.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.... 09/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis

Contratado: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Valor: R\$ 5.000,00

Vigência: 12 meses

Modalidade: Pregão

Nº licitação: PR4/2014

Recursos: 1/2014 00091.00010.00010.00301.00028.1.000040.3.4.4.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Objeto: A presente licitação visa contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública e de saúde, com acesso simultâneo para usuários da administração municipal e da saúde, direta e indireta, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I do Edital.

Data: 09 de julho de 2014

Francisco Jucelino Ribeiro-Gestor

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE L. RÉGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.... 10/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis

Contratado: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA

Valor: R\$ 36.000,00

Vigência: 12 meses

Modalidade: Pregão

Nº licitação: PR4/2014

Recursos: 6/2014 00091.00010.00010.00301.00028.2.000041.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Objeto: A presente licitação visa contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública e de saúde, com acesso simultâneo para usuários da administração municipal e da saúde, direta e indireta, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I do Edital.

Data: 09 de julho de 2014

Francisco Jucelino Ribeiro-Gestor

Leoberto Leal**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 010/2014 - FMS**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014

TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de materiais laboratoriais e equipamentos, destinados ao laboratório de análises clínicas, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 010/2014. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 23 de julho de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 09/07/2014.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal da Saúde.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Pregão 45/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, seleção da proposta mais vantajosa, para contratação de pessoa jurídica para ministrar aulas em oficinas práticas de artesanato e pintura, no dia 24 de julho de 2014, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 09 de julho de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Portaria 102/14

PORTARIA Nº 102/14 de 08 de julho de 2014.

"PRORROGA LICENÇA GESTAÇÃO CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERMSANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art.1º- - PRORROGAR, nos termos do art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora JUCIANI PEDROSO DE OLIVEIRA, Auxiliar de Odontologia no Programa Estratégia Saúde da Família/ PSF - Saúde Bucal, 40 horas semanais, a partir de 08 de julho de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de julho de 2014.

Luzerna(SC), 08 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Portaria 103/14

PORTARIA Nº 103/14 de 08 de julho de 2014.

"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR LUIZ FERNANDO ZAGO, para o cargo de provimento em comissão de GESTOR DA INCUBADORA TECNOLÓGICA, Nível CC-3, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provisão em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 08 de julho de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de julho de 2014.

Luzerna(SC), 08 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Portaria 104/14

PORTARIA Nº 104/14 de 08 de julho de 2014.

"NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR INGART MARLONE GRAHL EBERT, para o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Nível CC-5, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 08 de julho de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de julho de 2014.

Luzerna(SC), 08 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Receitas Federais do Dia 07.07.2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 07/07/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.698,46
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.698,46
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.698,46
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.019,08
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	679,38

Luzerna, 09/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 08/07/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 08/07/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.106,26
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	687,50
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	687,50
4.1.7.2.1.34.03.00.00	IGD-M Programa Bolsa Família	687,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.418,76
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.418,76
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	851,26
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	567,50

Luzerna, 09/07/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETARIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira

PREFEITURA

Publicação Resumida _ Termo Aditivo Nº 10/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO
Processo Licitatório nº 0002/2013.
Pregão Presencial nº 0001/2013
2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0007/2013.
ADITIVO Nº 10/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME.
Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 0007/2013 até 31 de dezembro de 2014, podendo ainda ser prorrogado, conforme previsto no art. 57, II da Lei 8.666/93, havendo interesse de ambas as partes, ou ainda podendo ser rescindido, caso haja o não cumprimento do Contrato. Valor total: R\$ 40.825,00 (quarenta mil oitocentos e vinte e cinco reais), de acordo com a Lei nº 8.666/93 e as observações do Anexo I do Edital.
Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0007/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de junho de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Publicação Resumida_ Termo Aditivo N/ 11/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO
Processo Licitatório nº 0002/2013.
Pregão Presencial nº 0001/2013
2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0009/2013.
ADITIVO Nº 11/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: MACIOESTE LTDA ME.
Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 0007/2013 até 31 de dezembro de 2014, podendo ainda ser prorrogado, conforme previsto no art. 57, II da Lei 8.666/93, havendo interesse de ambas as partes, ou ainda podendo ser rescindido, caso haja o não cumprimento do Contrato. Valor total: R\$ 34.684,00 (trinta e quatro mil seiscentos e oitenta e quatro reais), de acordo com a Lei nº 8.666/93 e as observações do Anexo I do Edital.
Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0009/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de junho de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Publicação Resumida_ Termo Aditivo Nº 12/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO
Processo Licitatório nº 0002/2013.
Pregão Presencial nº 0001/2013.
3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0008/2013.
ADITIVO Nº 12/2014.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: INOVA TRANSPORTES ESCOLARES LTDA ME.
Vigência do Contrato: Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 0008/2013 até 31 de dezembro de 2014, podendo ainda ser prorrogado, conforme previsto no art. 57, II da Lei 8.666/93, havendo interesse de ambas as partes, ou ainda podendo ser rescindido, caso haja o não cumprimento do Contrato. Valor total: R\$ 70.702,00 (setenta mil setecentos e dois reais), de acordo com a Lei nº 8.666/93 e as observações do Anexo I do Edital.
Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0008/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 30 de junho de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Aviso de Dispensa_ Processo Licitatório Nº 0001/2014 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE DISPENSA Nº 0001/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2014

O Município de Macieira/SC, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna pública a Dispensa de Licitação nº 0001/2014 para aquisição de 82 (oitenta e dois) conjuntos de uniforme para uso dos alunos do CRAS, compreendendo camiseta em poliviscose com estampa do CRAS de Macieira, calça e jaqueta em malha colegial (poliéster e algodão), através da empresa COMERCIAL DIRLEI LTDA EPP, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 0001/2014.

Prazo de entrega: Em até 20 (vinte) dias após emissão de Autorização de Fornecimento.

Vigência do Contrato: 120 dias, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8666/93.

Valor Total do Contrato: R\$ 7.872,00 (sete mil oitocentos e setenta e dois reais), sendo o valor de R\$ 96,00 (noventa e seis reais) para cada conjunto.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 04 de julho de 2014.
CASSIANE FARINON
Secretária Municipal de Assistência Social

Mafra

PREFEITURA

Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial Nº 073/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2014
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de materiais de construção, persiana, vidros e grades de ferro, destinado a reforma do correio localizado no Avenal do Meio, através da secretaria de Administração, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 24/07/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 09 de julho de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Jéssica Schmitz
Pregoeira Municipal

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 117/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de peças, baterias e Mão de Obra Mecânica e Elétrica, destinados a frota do corpo de Bombeiros Militar de Mafrá, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 01/08/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 09 de julho de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 086/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição e instalação de grades de ferro destinadas, a Secretaria Municipal de Ação Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme termos constantes do anexo I do edital. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 04/08/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 09 de julho de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Jéssica Schmitz
Pregoeira Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 112/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de fio de nylon, carretel e passadores destinados as roçadeiras, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 04/08/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 09 de julho de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 085/2014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição e instalação de grades ferro destinadas as janelas do CAPS, através do Fundo Municipal da Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 05/08/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal

nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 09 de julho de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 113/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais e suprimentos de informática destinado a Polícia Militar de Mafrá através do FUMM-POM, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14:00hr do dia 05/08/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 09 de julho de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Cronologia de Pagamentos

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 04.025.139/0001-40

ARTE REAL HOTELARIA E AGÊNCIA DE TURISMO LTDA

Nota Fiscal nº. 917 R\$ 3.214,98

Nota Fiscal nº. 915 R\$ 6.457,47

Nota Fiscal nº. 919 R\$ 2.314,08

Nota Fiscal nº. 926 R\$ 1.429,27

Nota Fiscal nº. 918 R\$ 2.404,61

Nota Fiscal nº. 916 R\$ 1.714,33

Nota Fiscal nº. 927 R\$ 1.421,89

Valor: R\$ 18.956,63

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos serviços de reserva, emissão e venda de passagens aéreas para viagens realizadas com o propósito de atender interesses do Município, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafrá (SC), 10 de julho de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 09.391.371/0001-16

GEOMAS GEOTECNOLOGIA LTDA

Nota Fiscal nº. 169 R\$ 30.842,50

Valor: R\$ 30.842,50

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo aerolevante cadastral, implantação de sistema de informações geográficas, elaboração da planta de valores genéricos, visando a modernização da administração tributária e otimização do atendimento ao cidadão, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafrá (SC), 10 de julho de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CRONOGRAMA 8ª CHAMADA PÚBLICA DE ACT

Cronograma para 8ª Chamada Pública
Processo Seletivo ACT - Ano Letivo 2014
Edital nº003/2013/SME

Data	Horário	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	VAGAS	Local
10/07/2014	14:00	Professor - (Habilitado)	MATEMÁTICA	10h - M/V	EMEF. "SÃO LOURENÇO"
			CIÊNCIAS	20h - M	CEM. "BEIJA FLOR"
		Professor - (Não Habilitado)	MATEMÁTICA	10h - M/V	EMEF. "SÃO LOURENÇO"
			CIÊNCIAS	20h - M	CEM. "BEIJA FLOR"
		Professor - (Habilitado)	JARDIM II	20h - V	EMEB. AVENCAL SÃO SEBASTIÃO
		Professor - (Não Habilitado)	JARDIM II	20h - V	EMEB. AVENCAL SÃO SEBASTIÃO

Observação: Este quadro poderá sofrer alteração até o momento da escolha, devido Licença para Tratamento de Saúde, Licença Prêmio...

Conferir quadro na Secretaria da Educação.

8ª Chamada - Quadro de Vagas -Ensino Fundamental - Matutino E Vespertino-10-07

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO
Av. Cel. José Severiano Maia, n.º 441 - Centro - CEP: 89300-000
Telefone/ Fax: (47) 3642-4367/ 3642-7238/ 3642-7239 - E-mail: seceducacao@mafra.sc.gov.br

QUADRO DE VAGAS ENSINO FUNDAMENTAL -
PROCESSO SELETIVO PROFESSOR ACT - ANO LETIVO - 2014 -
EDITAL Nº 003/2013/SME

8ª Chamada

Data: 10/07/2014 Início: 14:00

UNIDADE ESCOLAR	DISCIPLINA	CH	TURNO
EMEF. São Lourenço	Matemática	10h	Matutino/Vespertino
CEM. Beija Flor	Ciências	20h	Matutino
EMEB. São Sebastião	Jardim II	20h	Vespertino

OBSERVAÇÃO:-

EMEF. São Sebastião - Matemática - Redução da carga horária de professor da área - vaga até 19/12/2014

CEM. Beija Flor - Ciências - Licença para Tratamento de Saúde de Professor efetivo - vaga por 04(quatro) meses

EMEB. Avencal São Sebastião - pedido de exoneração de professor ACT - vaga até 19/12/2014

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução N 14/2014**

RESOLUÇÃO Nº 14/2014

7 de julho de 2014

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO DIA DE JOGO DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO DE 2014

O Vereador Hebert Gilso Werka, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

Resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de expediente da Câmara Municipal de Mafra, no dia de jogo da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2014, como segue:

- 8 de julho (terça-feira) - das 8h00 às 12h00

ART. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 2014.

VER. HEBERT GILSO WERKA

Presidente

Lei Municipal N 4030/2014

LEI MUNICIPAL Nº 4030, de 8 de julho de 2014.

ALTERA A LEI N. 3536, DE 02 DE JUNHO DE 2010, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLANTAR O PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO NO MUNICÍPIO DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Hebert Gilso Werka, faz saber a todos os habitantes deste Município, que promulga a presente Lei Municipal, na conformidade do artigo 32, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Mafra:

Art. 1º Acrescenta o Art. 6º-A à Lei n. 3536, de 02 de junho de 2010, com a seguinte redação:

Art. 6º-A - As estradas e entradas secundárias utilizadas para acesso de duas ou mais propriedades rurais, não são consideradas propriedades particulares para fins desta lei, ficando o Município de Mafra, por meio da Secretaria Municipal de Obras obrigado a manter os acessos em condição de uso.

Parágrafo único os acessos das estradas e entradas secundárias utilizados diretamente para se ter acesso às residências particulares serão objeto da prestação dos auxílios referidos no art. 2º desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 8 de julho de 2014.

VER. HEBERT GILSO WERKA

Presidente da Câmara Municipal

Lei Municipal N 4031/2014

LEI MUNICIPAL Nº 4031, de 8 de julho de 2014.

DETERMINA A IMPLANTAÇÃO DE "CASA LAR" PARA IDOSOS NO MUNICÍPIO DE MAFRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Hebert Gilso Werka, faz saber a todos os habitantes deste Município, que promulga a presente Lei Municipal, na conformidade do artigo 32, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Mafra:

Art. 1º Fica o Município de Mafra obrigado a implantar "Casa Lar" para os idosos regularmente credenciados, em local a ser definido no Decreto Regulamentador, que permita com que os idosos possam permanecer durante o dia.

Parágrafo único O horário de funcionamento deverá atender o período das 7h30 às 18h30, ininterruptamente.

Art. 2º Deverá o Município de Mafra dispor de transporte gratuito para os idosos que necessitarem se deslocar para a "Casa Lar" e desta para retornar às suas residências.

Parágrafo primeiro A "Casa Lar" deverá disponibilizar atendimento médico por meio de clínico geral e fisioterapêuticos, ainda que em regime de sobreaviso.

Parágrafo segundo Fica o Município autorizado a firmar convênio com entidades médicas e instituições de ensino para oferecer auxílios e entretenimento aos idosos que fizerem uso da "Casa Lar".

Art. 3º O Município deverá construir e equipar a "Casa Lar" com a acessibilidade determinada pelas normas técnicas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 4º O Município deverá disponibilizar espaço físico específico para acolher os idosos, propiciando a eles lazer próprio para a idade.

Art. 5º O Município está autorizado a, por meio de norma regulamentadora, instituir a cobrança de valores dos internos que tenham condições financeiras de arcar com o pagamento do transporte, sendo proibida a cobrança aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Art. 6º O Município deverá equipar a "Casa Lar" com salas de recreação própria para os idosos, oferecendo-lhes condições que garantam sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Art. 7º O Município será obrigado a manter identificação externa visível da "Casa Lar", sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.

Art. 8º O Município deverá manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades dos idosos, bem como provê-los com higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor 1 (um) ano após sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra/SC, 8 de julho de 2014.
VER. HEBERT GILSO WERKA
Presidente da Câmara Municipal

Maravilha**PREFEITURA****Extrato de Contrato N. 036/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Contrato Administrativo n. 036/2014.

Contratada: Construtora e Incorporadora KR Ltda EPP.

Valor do contrato: R\$ 1.751.793,49 (um milhão, setecentos e cinquenta e um mil, setecentos e noventa e três reais com quarenta e nove centavos).

Vigência: 180 dias.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou Contrato Administrativo para contratação de empresa para execução de estrutura metálica para cobertura parcial da Avenida Euclides da Cunha, de acordo com o Processo Licitatório n. 1.664/2014, na Modalidade de Concorrência Pública n. 002/2014. Qualquer informação poderá ser obtida no Setor de Compras do Município de Maravilha, no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 26 de junho de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Extr. Proc. 3.394/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 3.394/2014 - Modalidade de Tomada de Preços n. 009/2014.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 009/2014, para contratação de empresa especializada para execução de reformas e execução de cobertura de saguão, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 18 horas do dia 25 de julho de 2014. A abertura e julgamento dos documentos de habilitação e propostas será realizada no dia 28/07/2014, com início às 09 horas.

Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 09 de julho de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2934 de 04 de Julho de 2014

DECRETO Nº 2934 DE 04 DE JULHO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013 DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602.010.301.0190.2101 - Manutenção dos Serviços de Atendimento a População
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos-Saúde R\$100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602.010.301.0190.2101 - Manutenção dos Serviços de Atendimento a População
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos-Saúde R\$100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 04 DE JULHO DE 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2936 de 08 de Julho de 2014

DECRETO Nº. 2936 DE 08 DE JULHO DE 2014

Abre de Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1599 de 08 de Julho de 2014

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.451.0050.1020- Pavimentação de Vias
0401 - 44900000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 200.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 - GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.017.512.0195.1106 - Ampliação da Rede de Água Potável
0601 - 44900000 - Aplicações Diretas
0601 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 08 DE JULHO DE 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Lei Nº. 1599 de 08 de Julho de 2014

LEI Nº. 1599 DE 08 DE JULHO DE 2014

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.451.0050.1020- Pavimentação de Vias
0401 - 44900000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 200.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 - GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.017.512.0195.1106 - Ampliação da Rede de Água Potável
0601 - 44900000 - Aplicações Diretas
0601 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 200.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 08 DE JULHO DE 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

Termo de Homologação PR Nº 058/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PRESENCIAL Nº 058/2014.

O Prefeito Municipal de Meleiro, o Senhor JONNEI ZANETTE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações homologa a presente licitação:

Processo nº. 058/2014

Modalidade: Pregão Presencial

Data da homologação: 27/06/2014

Objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE 01 (um) CAMINHÃO NOVO 0 km CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Empresa Vencedora: INGÁ VEÍCULOS LTDA

Valor do Objeto: R\$ 316.500,00 (trezentos e dezesseis mil e quinhentos reais).

Meleiro/SC, 27 de junho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Portaria Nº 274/2014

PORTARIA n.º 274/2014

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações e Lei nº 1409/2009, de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora CRISTIANE ALBANO MEISTER, ocupante da Função de Diretora de Escola, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 08/07/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 265/2014.

Meleiro, 09 de Julho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 275/2014

PORTARIA n.º 275/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita TALITA ROCHA, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do retorno da servidora Franciele Bendo Nazário das Férias concedidas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 09/07/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 105/2014.

Meleiro, 09 de Julho de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

Contrato 28/2014 - Werbran

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO HOSPITALAR - nº 28/2014

Contrato Público de Prestação de Serviços de Dedetização, que fazem entre si, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, com sede à Rodovia SC 452 Km 25, Nº 1551, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito, MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, denominado CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, com sede na cidade de Francisco Beltrão - PR, situada na Rodovia Perimetral Norte, 591 - Padre Ulrico - CEP 85.601/971, devidamente inscrita no CNPJ sob o número 04.372.020.0001.44, neste ato representada por seu sócio-administrador, NANCY TEREZINHA WERLANG, brasileiro, CPF nº 787.101.469.20 mediante as seguintes cláusulas:

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Fornecimento de Medicamento Hospitalar, considerando os expedientes constantes do processo nº 54/2014, no qual se justifica a dispensa de procedimento licitatório, com base no que dispõe o inciso IV, do art. 24 da Lei nº 8666/93, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

DO OBJETO

Cláusula 1ª. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de medicamento hospitalar, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MEDICAMENTOS	UND	QTD	RS/UND	R\$/TOTAL
1	Cetopofeno 50mg/ml		400	1,72	688,00
2	Benzilpenicilina Benzatina 6.000.000 u i		400	5,80	2.320,00
3	Benzilpenicilina Benzatina pó para sol inj 1.200.000		400	6,50	2.600,00
4	Metronidazol 0,5% E.V		400	10,80	4.320,00
5	Ciprofloxacino 2 mg/ml		400	5,20	2.080,00
6	Furosemida 10 mg/ml		400	0,90	360,00
TOTAL GERAL DO PROCESSO - R\$					12.368,00

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cláusula 2ª. A CONTRATANTE deverá:

- Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços executados, em conformidade com a Cláusula 11 e seguintes;
- Remeter advertência à CONTRATADA, por escrito, quando os produtos não estiverem sendo fornecidos de forma satisfatória;
- Indicar o servidor que será responsável pelo contato com a CONTRATADA.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula 3ª. A CONTRATADA é responsável por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços.

Cláusula 4ª. A CONTRATADA obriga-se a atender ao disposto no inciso V, do art. 27 da Lei 8.666/93, ou seja: proibindo de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de

aprendiz, a partir de quatorze anos.

Cláusula 5ª. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, nos casos estabelecidos no art. 65 da Lei 8.666/93.

DO PREÇO

Cláusula 6ª. Preço para o presente ajuste é de R\$ 12.368,00 (doze mil, trezentos e sessenta e oito reais), vencíveis no quinto dia útil do mês subsequente ao do fornecimento

DO PAGAMENTO

Cláusula 7ª. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal, referente ao período vencido, tendo a CONTRATANTE o prazo de até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente para efetuar o pagamento.

Parágrafo único. No caso de irregularidade na emissão da nota fiscal por parte da CONTRATADA, o prazo de pagamento será contado a partir de sua apresentação, desde que devidamente regularizados.

DA EXECUÇÃO, ALTERAÇÃO, INEXECUÇÃO OU RESCISÃO

Cláusula 8ª. O presente contrato regular-se-á no que concerne à sua execução, inexecução ou rescisão pelas disposições da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, observadas suas posteriores alterações, por suas cláusulas e pelos preceitos e princípios do direito público.

DO PRAZO

Cláusula 9ª. O prazo de vigência do contrato será de até 60 (sessenta) dias ou até a homologação de nova contratação por processo licitatório.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 10ª. O pessoal empregado na prestação dos serviços não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos decorrentes das relações de trabalho.

Cláusula 11ª. A CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste contrato, podendo rescindi-los, nos termos do art.78, da Lei Federal nº 8.666/93.

Cláusula 12ª. É vedado aos servidores e pessoas relacionadas à CONTRATANTE distribuir, publicar e veicular as informações disponibilizadas pela CONTRATADA sem autorização expressa da mesma.

DAS PENALIDADES

Cláusula 13ª. Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas na proposta ou no contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis.

Cláusula 14ª. O atraso injustificado na entrega dos serviços a CONTRATANTE acarretará à CONTRATADA multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor global do contrato, para cada dia de atraso.

Parágrafo único. A multa de que trata o item anterior não impedirá a rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE, na forma dos artigos 77 e seguintes da Lei 8.666/93.

Cláusula 15ª. A multa prevista na Cláusula 20 será recolhida no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar da intimação da decisão administrativa que as tenha aplicado.

Parágrafo único. Os valores das multas serão fixados em real e convertidos pelo IGP-M na data de sua liquidação.

Cláusula 16ª. As penalidades previstas neste contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da CONTRATANTE, se entender as justificativas apresentadas pela CONTRATADA como relevantes.

DAS COMUNICAÇÕES

Cláusula 17ª. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente

Contrato, serão sempre feitas por escrito e, preferencialmente, enviadas por meio de correio eletrônico (e-mail), nos endereços abaixo subscritos: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Cláusula 18ª. A despesa referente aos serviços objeto do presente contrato será empenhada na dotação orçamentária específica para o exercício de 2014.

DO FORO

Cláusula 19ª Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do Contrato, as partes elegem o foro da comarca de Fraiburgo-SC. Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Monte Carlo - SC, 09 de Julho de 2014
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

WERBRAN DISTRIB MEDIC LTDA

Testemunhas:

1ª - LEANDRO LUIS SANTINI: _____

2ª) - DELCIR BARZOTTO: _____

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto Nº 062/2014

DECRETO Nº 062/2014, em 09 de Julho de 2014.

“NOMEIA OS COORDENADORES DO PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA (PMAQ - AB) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o Município de Morro da Fumaça aderiu ao Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB);

CONSIDERANDO a necessidade de nomear a equipe que coordenará o programa junto aos servidores da atenção básica integrantes de Estratégias de Saúde da Família (ESF), Equipes de Saúde Bucal (SB) e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF),

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a equipe que coordenará o Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), composta pelos seguintes membros:

Cristina Pereira Maccari
Mabel Magagnin Possamai
Renata Dagostin
Janete de Fátima dos Santos Bordin

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Julho de 2014.
Agnaldo David Maccari
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Michel Antônio Maccari
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1654/2014

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

Paço Municipal Prefeito AuzilioFrasson, Rua 20 de Maio, 100

88.830-000 - Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA

LEI Nº 1654/2014

“PROÍBE O CONSUMO DE CIGARROS, CIGARRILHAS, CHARUTOS, CACHIMBOS OU DE QUALQUER OUTRO PRODUTO FUMÍGENO, DERIVADO OU NÃO DO TABACO, NO INTERIOR DE VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DE MORRO DA FUMAÇA NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara

Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica proibido o consumo de cigarros, cigarilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, no interior de veículos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta de Morro da Fumaça, inclusive nos veículos terceirizados que prestem serviços de qualquer natureza ao Município.

Parágrafo único - São agentes ativos da presente vedação, o condutor do veículo, bem como todos os passageiros que encontrem-se no interior do mesmo.

Artigo 2º - Qualquer pessoa poderá relatar ao órgão municipal responsável pela defesa do consumidor, fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta lei.

§ 1º - O relato de que trata o "caput" deste artigo conterà:

a) - a exposição do fato e suas circunstâncias;
b) - a declaração, sob as penas da lei, de que o relato corresponde à verdade;

c) - a identificação do autor, com nome, prenome, número da cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

§ 2º - A critério do interessado, o relato poderá ser apresentado por meio eletrônico, no sítio de rede mundial de computadores - "internet" dos órgãos referidos no "caput" deste artigo, devendo ser ratificado pela autoridade competente municipal, para atendimento de todos os requisitos previstos nesta lei.

§ 3º - O relato feito nos termos deste artigo constitui prova idônea para o procedimento sancionatório.

Art. 3º - O início da aplicação das penalidades será precedido de ampla campanha educativa, realizada pelo Município nos meios de comunicação, como jornais, revistas, rádio e televisão, especialmente através de memorando atinente, a ser encaminhado a todos os setores administrativos do Município, especialmente aos motoristas, para esclarecimento sobre os deveres, proibições e sanções impostos por esta lei, além da nocividade do fumo à saúde.

Parágrafo Único - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei através de Decreto, no prazo máximo de 90 dias a partir de sua publicação.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Morro da Fumaça, 04 de Julho de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 043/2014

DECRETO Nº 043/2014, em 07 de Maio de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 DA SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO, USANDO COMO RECURSOS ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.572/2013, de 28 de Novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 646.000,00 (seiscentos e quarenta e seis mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria de Obras, Planej. e Desenv. Econômico
07.01 - Secretaria de Obras, Planej. e Desenv. Econômico
07.01.26.782.0010.1.016-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas Valor de R\$ 147.000,00
07.01.15.452.0009.1.067-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas Valor de R\$ 24.000,00
07.01.15.452.0009.1.017-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas Valor de R\$ 460.000,00
11 - Encargos Gerais do Município
11.01 - Encargos Gerais do Município
11.01.28.846.0000.2.046-4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas Valor de R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

02 - Gabinete do Prefeito
02.01 - Gabinete do Prefeito
02.01.04.122.0002.2.089-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 10.000,00
02.01.04.122.0002.2.018-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 10.000,00
02.01.04.122.0002.1.064-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 19.000,00
02.01.04.122.0002.1.059-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 49.000,00
04 - Secretaria de Administração e Finanças
04.01 - Secretaria de Administração e Finanças
04.01.04.123.0003.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 150.000,00
06 - Secretaria de Agricultura
06.01 - Secretaria de Agricultura
06.01.20.606.0006.2.020-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 150.000,00
06.01.20.606.0006.2.020-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 10.000,00
07 - Secretaria de Obras, Planej. e Desenv. Econômico
07.01 - Secretaria de Obras, Planej. e Desenv. Econômico
07.01.04.122.0010.2.035-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 150.000,00
07.01.26.782.0010.1.066-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 20.000,00
07.01.15.452.0009.1.063-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 14.000,00
07.01.04.122.0010.1.060-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 14.000,00
07.01.15.452.0009.1.025-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 25.000,00
07.01.04.122.0010.2.035-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas Valor de R\$ 10.000,00
11 - Encargos Gerais do Município
11.01 - Encargos Gerais do Município
11.01.28.846.0000.2.036-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas Valor de R\$ 15.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 1.571/2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 1.572/2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 07 de Abril de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Errata do Edital de Registro de Preço 034/2014

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Edital de REGISTRO DE PREÇO 034/2014. Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA CAPS, conforme anexo. Data: 15/07/2014 às 09:00. Retira-se do edital o item 25. Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari

Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

Edital de Chamamento Público Nº 03/2014 Supermercado Koch

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

CONSELHO MUNICIPAL DAS CIDADES

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2014

CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA PARA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO DA EMPRESA KOCH EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - SUPERMERCADO KOCH

Cassiano Ricardo Weiss, Presidente do Conselho Municipal das Cidades de Navegantes, no uso de suas atribuições estabelecidas pelo Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes, TORNA PÚBLICO:

Art. 1º - A convocação para AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA PARA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO DA EMPRESA KOCH EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - SUPERMERCADO KOCH, a ser realizada no dia 24 de julho de 2014, às 19 horas, na Escola Municipal Profa. Elsir Bernadete Gaya Muller, situada na Vicente Honorato Coelho nº 500, bairro Centro, em Navegantes - SC.

Art. 2º - A publicação desse edital no Mural da Prefeitura Municipal de Navegantes e no Diário Oficial do Município de Navegantes, para que surtam seus efeitos legais.

Navegantes, 04 de julho de 2014

Cassiano Ricardo Weiss

Presidente

Conselho Municipal das Cidades de Navegantes

Rua João Emílio, nº 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP 88.375-000 - Tel: (47) 3342-9500

Contrato Nº 189/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 189/2014

Contratante.: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: Artefatos de Cimento Gaspar Ltda ME

Objeto: Credenciamento 29/2014 - O presente contrato tem por objeto o credenciamento de pessoa jurídica para pavimentação de vias públicas com credenciamento de empresas especializadas em pavimentação de paver, asfalto, lajotas sextavadas e retangulares interessadas em participar do programa de pavimentação participativa - ppp no âmbito do município de navegantes/sc, em regime de mutirão.

Navegantes, 09 de julho de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

Contrato Nº 152/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 152/2014

Contratante.: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: Associação Beneficente Ebenezer

Objeto: Credenciamento 21/2014 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços na realização de exames laboratoriais de complexidade em centro médico móvel para pacientes da secretaria municipal de saúde.

Navegantes, 09 de julho de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

Aviso de Licitação Pregão Presencial 161/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº161/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER EXTINTORES DE INCÊNDIO NOVOS, ACESSÓRIOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO (COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E RECARGA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 22/07/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 22/07/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 09 de julho de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Lei 2880 - Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2880 DE 11 DE JUNHO DE 2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES A FIRMAR CONVÊNIO COM A AMFRI - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a firmar Convênio com a AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - tendo por objeto a Cooperação Técnica e Financeira para o Desenvolvimento de Estudos de Concepção, Projetos Básicos e Executivos para implantação de instalações elétricas, instalações de dados e equipamentos preventivos de incêndio para o Hospital Municipal de Navegantes, conforme Anexo I, desta lei.

Art. 2 º Para a execução do objeto deste Convênio, a AMFRI receberá do município de Navegantes a importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), que deverão ser pagos em 4 (quatro) parcelas

mensais conforme Cronograma de Desembolso, Anexo III desta lei.

Art. 3 º A AMFRI disponibilizará, a título de contrapartida, as instalações físicas necessárias à elaboração dos trabalhos e restituirá ao município de Navegantes os recursos que porventura não forem utilizados para a consecução do objeto do Convênio através de prestação de contas.

Art. 4 º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

21 - Fundação Hospitalar de Navegantes

01 - Diretoria Administrativa - FHMN

2.073 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa - FHMN

6 - 3.3.50.00.00.00.00.00-0127 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 5 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88375-000 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Anexo I - Descrição dos Planos e Estudos a Serem Executados

Item	Serviço	Quantidade	Unidade
1	Projeto Elétrico - Distribuição	01	un
	- Estudo de Concepção		
	- Projeto Executivo		
	- Entrada de Energia em Baixa Tensão (380/220V);		
	- Disposição da entrada de energia e alimentação da edificação;		
	- Alimentação e distribuição dos pontos de iluminação, tomadas, ar condicionado;		
	- Alimentação de aparelhos específicos conforme orientação dos fabricantes e manuais técnicos;		
	- Distribuição da rede independente de emergência a ser alimentada por Grupo Gerador; e		
	- Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro).		
2	Projeto Elétrico - Subestação	01	un

	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de concepção - Projeto Básico - Verificação e alteração de da subestação de energia pré-moldada ou em alvenaria; - Disposição e dimensionamento do transformador, quadro de medição e QGBT (Quadro Geral de Baixa Tensão) junto à subestação; - Entrada de energia, com derivação da rede Celesc até a subestação a projetar / implantar; - Detalhamento arquitetônico e elétrico da subestação com apresentação de cortes e fachadas dos desenhos; e - Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro). 		
3	Projeto Comunicação e Dados - Cabeamento Estruturado	01	un
	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de Concepção - Projeto Básico - Disposição da entrada da telefonia e dados; - Distribuição da comunicação com disposição dos pontos de telefone e dados com descrição e nomenclatura dos pontos; - Disposição da sala técnica com dimensionamento dos racks e demais equipamentos necessários para o bom funcionamento do sistema; e - Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro). 		
4	Projeto de Infraestrutura de Segurança / CFTV	01	un
	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de concepção - Projeto Básico - Disposição dos pontos de controle de acesso; - Disposição dos pontos de CFTV; - Dimensionamento da área técnica / segurança com especificação de equipamentos necessários; e - Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro). 		
5	Projeto Elétrico Preventivo	01	un
	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de concepção - Projeto Básico - Sistema de proteção contra descargas atmosféricas, com disposição das malhas captora e subterrânea; - Alarme de incêndio, com disposição dos pontos de acionamento; - Iluminação de emergência, com disposição dos pontos de iluminação do tipo bloco; e - Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro). 		

6	Projeto Hidráulico Preventivo	01	un
	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de concepção - Projeto Básico - Dimensionamento e disposição de hidrantes, revisão cálculo de RTI e sistema de implantação; - Dimensionamento e disposição de extintores; - Dimensionamento de rota de fuga e balizamento de saída; - Apresentação de desenhos com detalhamento do sistema ao bom entendimento do projeto; - Documentação Técnica (Especificações Técnicas, Orçamento Estimativo e Cronograma Físico-Financeiro). 		

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

Anexo II - Cronograma de Execução

Item	Serviço	Mês			
		1	2	3	4
1	Projeto Elétrico - Distribuição	X	X	X	X
2	Projeto Elétrico - Subestação	X	X		
3	Projeto Comunicação e Dados - Cabeamento Estruturado		X		
4	Projeto de Infraestrutura de Segurança / CFTV		X	X	
5	Projeto Elétrico Preventivo		X	X	
6	Projeto Hidráulico Preventivo		X	X	X

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

Anexo III - Cronograma de Desembolso

Para execução dos serviços inerentes ao objeto deste convênio a AMFRI receberá do MUNICÍPIO a importância de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) que deverão ser pagos em 04 (quatro) parcelas mensais conforme cronograma de desembolso:

- I. 1ª parcela de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) até a data de 15 de junho de 2014;
- II. 2ª parcela de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) até a data de 15 de julho de 2014;
- III. 3ª parcela de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais) até a data de 15 de agosto de 2014; e
- IV. 4ª parcela de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) até a data de 15 de setembro de 2014.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2888 Repasse Escola Eni Erna Gaya Desfile Cívico

LEI N º 2888 DE 8 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP - DA ESCOLA MUNICIPAL PROF ª ENI ERNA GAYA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Professores - APP da Escola Municipal Eni Erna Gaya para a efetivação de repasse financeiro no valor de R\$ 1.935,00, tendo como objetivo o custeio de despesas com a realização do desfile cívico em homenagem ao aniversário de emancipação política de Navegantes.

§ 1º O repasse financeiro mencionado no caput deste artigo será efetuado em parcela única e abrangerá o custeio de despesas com a realização do desfile das seguintes unidades escolares:

- I - Escola Municipal Eni Erna Gaya;
- II - Pré Escola Profª Nazir Rodrigues Rebello;
- III - Centro Municipal de Educação Profª Bernardete Maria Sedrez da Silva;
- IV - Centro Municipal de Educação Profª Maria Regina Gazaniga.

§ 2º A aplicação dos recursos deverá ser realizada em conformidade com o plano de aplicação, para o custeio das seguintes despesas:

Descrição	Valor (R\$)
TECIDO MICRO FIBRA	R\$ 345,00
SAPATILHAS	R\$ 240,00
MÃO DE OBRA (COSTUREIRAS)	R\$ 1.200,00
MEIA CALÇA	R\$ 150,00
TOTAL	R\$ 1.935,00

Art. 2º O conveniente beneficiado deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de Convênio e na Instrução Normativa nº 003/2011.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2887 Repasse Cmei Dydimea Lazzaris Oliveira

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2887 DE 8 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP - DO C.M.E.I. DIDYMEA LAZZARIS DE OLIVEIRA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Professores - APP do C.M.E.I. Didymeia Lazzaris de Oliveira para a efetivação de repasse financeiro no valor de R\$ 2.849,95, tendo como objetivo o custeio de despesas com a realização do desfile cívico em homenagem ao aniversário de emancipação política de Navegantes.

§ 1º O repasse financeiro mencionado no caput deste artigo será efetuado em parcela única e abrangerá o custeio de despesas com a realização do desfile das seguintes unidades escolares:

- I - C.M.E.I. Didymeia Lazzaris de Oliveira;
- II - Centro de Educação Municipal Profª Giovana Soares da Cunha;
- III - Escola Profª Maria Ivone Muller dos Santos;
- IV - C.M.E.I. Marlene de Souza Couto;
- V - C.M.E.I. Bruce Cranston Kay.

§ 2º A aplicação dos recursos deverá ser realizada em conformidade com o plano de aplicação, para o custeio das seguintes despesas:

Descrição	Valor (R\$)
TECIDOS	R\$ 716,15
AVIAMENTOS	R\$ 148,80
MÃO DE OBRA (COSTUREIRAS)	R\$ 1.985,00
TOTAL	R\$ 2.849,95

Art. 2º O conveniente beneficiado deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de Convênio e na Instrução Normativa nº 003/2011.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de julho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2886 Repasse Apae

LEI Nº 2886 DE 8 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes para a efetivação de repasse financeiro no valor de R\$ 4.765,20, tendo como objetivo o custeio de despesas com a realização do desfile cívico em homenagem ao aniversário de emancipação política de Navegantes.

§ 1º O repasse financeiro mencionado no caput deste artigo será efetuado em parcela única.

§ 2º A aplicação dos recursos deverá ser realizada em conformidade com o plano de aplicação, para o custeio das seguintes despesas:

Descrição	Valor (R\$)
TECIDOS	R\$ 103,20
SAPATILHAS	R\$ 360,00
MÃO DE OBRA (COSTUREIRAS) COM MATERIAL	3.725,00
CAMISSETAS MEIA MALHA ESTAMPADAS	R\$ 278,00
PERUCAS	299,00
TOTAL	R\$ 4.765,20

Art. 2º O conveniente beneficiado deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de Convênio e na Instrução Normativa nº 003/2011.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de julho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2889 Repasse Ce Maria de Lourdes Couto Cabral Caic

LEI Nº 2889 DE 8 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP - DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Professores - APP do Centro Municipal de Educação Profª Maria de Lourdes Couto Cabral para a efetivação de repasse financeiro no valor de R\$ 5.759,00, tendo como objetivo o custeio de despesas com a realização do desfile cívico em homenagem ao aniversário de emancipação política de Navegantes.

§ 1º O repasse financeiro mencionado no caput deste artigo será efetuado em parcela única e abrangerá o custeio de despesas com a realização do desfile das seguintes unidades:

I - Centro Municipal de Educação Profª Maria de Lourdes Couto Cabral;

II - Projeto Circo Escola.

§ 2º A aplicação dos recursos deverá ser realizada em conformidade com o plano de aplicação, para o custeio das seguintes despesas:

Descrição	Valor (R\$)
CONFECÇÃO DE FANTASIAS	4.000,00
SAPATILHAS MEIA PONTA	360,00
MAQUIAGEM	450,00
MÃO DE OBRA (COSTUREIRAS)	600,00
TECIDOS	104,00
AVIAMENTOS	245,00
TOTAL	R\$ 5.759,00

Art. 2º O conveniente beneficiado deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de Convênio e na Instrução Normativa nº 003/2011.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de julho de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2890 Repasse Escola Clarinda Maria Gaya

LEI N º 2890 DE 8 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP - DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª CLARINDA MARIA GAYA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Professores - APP da Escola Municipal Clarinda Maria Gaya para a efetivação de repasse financeiro no valor de R\$ 5.669,40, tendo como objetivo o custeio de despesas com a realização do desfile cívico em homenagem ao aniversário de emancipação política de Navegantes.

§ 1º O repasse financeiro mencionado no caput deste artigo será efetuado em parcela única.

§ 2º A aplicação dos recursos deverá ser realizada em conformidade com o plano de aplicação, para o custeio das seguintes despesas:

Descrição	Valor (R\$)
AVIAMENTOS	R\$ 194,40
MALHAS	R\$ 2.175,00
MÃO DE OBRA (COSTUREIRAS)	R\$ 1.300,00
CONFECÇÃO DE TRAJES TÍPICOS COMPLETOS	R\$ 2.000,00
TOTAL	R\$ 5.669,40

Art. 2º O conveniente beneficiado deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de Convênio e na Instrução Normativa nº 003/2011.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2891 Repasse Escola Idília Machadoferreira

LEI N º 2891 DE 8 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP - DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª IDILIA MACHADO FERREIRA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Professores - APP da Escola

Municipal Profª Idília Machado Ferreira para a efetivação de repasse financeiro no valor de R\$ 1.500,00, tendo como objetivo o custeio de despesas com a realização do desfile cívico em homenagem ao aniversário de emancipação política de Navegantes.
§ 1º O repasse financeiro mencionado no caput deste artigo será efetuado em parcela única e abrangerá o custeio de despesas com a realização do desfile das seguintes unidades:

I - Escola Municipal Profª Idília Machado Ferreira;
II - Escola Municipal Profª Badia de Faria;
III - Escola Municipal Profª Adelaide Souza Pereira;
IV - C.M.E.I Isabel Flores Pagani.

§ 2º A aplicação dos recursos deverá ser realizada em conformidade com o plano de aplicação, para o custeio das seguintes despesas:

Descrição	Valor (R\$)
CONFECÇÃO DE CAMISETAS	540,00
CONFECÇÃO DE CALÇAS	960,00
TOTAL	R\$ 1.500,00

Art. 2º O conveniente beneficiado deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de Convênio e na Instrução Normativa nº 003/2011.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2892 Repasse Escola Ilka Müller de Mello

LEI N º 2892 DE 8 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP - DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª ILKA MULLER DE MELLO E

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Professores - APP da Escola Municipal Profª Ilka Muller de Mello para a efetivação de repasse financeiro no valor de R\$ 7.990,00, tendo como objetivo o custeio de despesas com a realização do desfile cívico em homenagem ao aniversário de emancipação política de Navegantes.

§ 1º O repasse financeiro mencionado no caput deste artigo será efetuado em parcela única e abrangerá o custeio de despesas com a realização do desfile das seguintes unidades:

I - Escola Municipal Profª Ilka Muller de Mello;
II - C.M.E.I Profª Rosana de Fátima Gaya Barreto;

III - C.M.E.I Profª Regina Marly da Costa;
IV - Centro de Educação Municipal Profª Leonora Schimitz.
§ 2º A aplicação dos recursos deverá ser realizada em conformidade com o plano de aplicação, para o custeio das seguintes despesas:

Descrição	Valor (R\$)
CONFECÇÃO DE TRAJES TÍPICOS COMPLETOS	6.190,00
CONFECÇÃO DE TRAJES COMPLEMENTARES	1.800,00
TOTAL	R\$ 7.990,00

Art. 2º O conveniente beneficiado deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de Convênio e na Instrução Normativa nº 003/2011.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2893 Repasse Escola Maria Hostim da Costa

LEI N º 2893 DE 8 DE JULHO DE 2014
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP - DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª MARIA HOSTIM DA COSTA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Professores - APP da Escola Municipal Profª Maria Hostim da Costa para a efetivação de repasse financeiro no valor de R\$ 1.548,85, tendo como objetivo o custeio de despesas com a realização do desfile cívico em homenagem ao aniversário de emancipação política de Navegantes.

§ 1º O repasse financeiro mencionado no caput deste artigo será efetuado em parcela única e abrangerá o custeio de despesas com a realização do desfile das seguintes unidades escolares:

I - Escola Municipal Maria Profª Hostim da Costa;
II - Escola Municipal Maria Profª Vilna Corrêa Pretti;
III - C.M.E.I. Portal do Saber;
IV - C.M.E.I. Profª Nerozilda Pinheiro Ferreira;
V - C.M.E.I. Profª Maria das Neves Emílio.

§ 2º A aplicação dos recursos deverá ser realizada em conformidade com o plano de aplicação, para o custeio das seguintes despesas:

Descrição	Valor (R\$)
TECIDOS	1.335,00
AVIAMENTOS	213,85

TOTAL	R\$ 1.548,85
-------	--------------

Art. 2º O conveniente beneficiado deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de Convênio e na Instrução Normativa nº 003/2011.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2894 Repasse Escola Izilda Reiser Mafra

LEI N º 2894 DE 8 DE JULHO DE 2014
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP - DA ESCOLA MUNICIPAL IZILDA REISER MAFRA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Professores - APP da Escola Municipal Izilda Reiser Mafra para a efetivação de repasse financeiro no valor de R\$ 7.604,00, tendo como objetivo o custeio de despesas com a realização do desfile cívico em homenagem ao aniversário de emancipação política de Navegantes.

§ 1º O repasse financeiro mencionado no caput deste artigo será efetuado em parcela única e abrangerá o custeio de despesas com a realização do desfile das seguintes unidades:

I - Escola Municipal Izilda Reiser Mafra;
II - C.M.E.I. Profª Natalina Sabel do Amaral;
III - C.M.E.I. Profª Solange Pasquali;
IV - C.M.E.I. Profª Maria dos Navegantes Ramos;
V - Centro de Cidadania Ester Sedrez Régis.

§ 2º A aplicação dos recursos deverá ser realizada em conformidade com o plano de aplicação, para o custeio das seguintes despesas:

Descrição	Valor (R\$)
VESTIDOS	3.150,00
SAPATILHAS	854,00
MÃO DE OBRA (COSTUREIRAS)	2.800,00
FAIXAS	200,00
TECIDOS	500,00
AVIAMENTOS	100,00
TOTAL	R\$ 7.604,00

Art. 2º O conveniente beneficiado deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de Convênio e na Instrução Normativa nº 003/2011.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2895 Repasse Escola Rosa Maria Xavier Araújo

LEI N º 2895 DE 3 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP - DA ESCOLA MUNICIPAL ROSA MARIA XAVIER DE ARAÚJO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Pais e Professores - APP da Escola Municipal Rosa Maria Xavier de Araújo para a efetivação de repasse financeiro no valor de R\$ 7.088,00, tendo como objetivo o custeio de despesas com a realização do desfile cívico em homenagem ao aniversário de emancipação política de Navegantes.

§ 1º O repasse financeiro mencionado no caput deste artigo será efetuado em parcela única e abrangerá o custeio de despesas com a realização do desfile das seguintes unidades escolares:

I - Escola Municipal Rosa Maria Xavier de Araújo;
II - C.M.E.I Silvette Couto de Miranda e Extensão;
III - C.M.E.I Maria Carlota Vieira.

§ 2º A aplicação dos recursos deverá ser realizada em conformidade com o plano de aplicação, para o custeio das seguintes despesas:

Descrição	Valor (R\$)
CONFECÇÃO DE BERMUDAS	200,00
CONFECÇÃO DE BOMBACHAS	800,00
CONFECÇÃO DE SAIAS	900,00
CONFECÇÃO DE COLLANT	1.200,00
CONFECÇÃO DE CAMISAS	250,00
CONFECÇÃO DE BONÉS	875,00
CONFECÇÃO DE CAMISETAS	903,00
CONFECÇÃO DE CALÇAS	1.960,00
TOTAL	R\$ 7.088,00

Art. 2º O conveniente beneficiado deverá apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo e nas condições

estabelecidas no instrumento de Convênio e na Instrução Normativa nº 003/2011.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2896 Altera Lei 1019 Conselho Tutelar

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2896 DE 8 DE JULHO DE 2014.
ALTERA O ARTIGO 13, §2º, INCISO I DA LEI Nº 1019 DE 02 DE SETEMBRO DE 1993, ALTERADA PELA LEI Nº 2590, DE 04 DE ABRIL DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º O artigo 13, §2º, I da Lei nº 1019 de 2 de setembro de 1993, alterada pela Lei n.º 2590 de 04 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 O Conselho Tutelar é composto de 5 (cinco) membros escolhidos pela comunidade local. Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do 6º (sexto) mais votado, serão considerados suplentes

(...)

§ 2º Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de:

I - licenças temporárias a que fazem jus os titulares.

(...)"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE JULHO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de julho de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Resultado de Análise de Amostras Nº 8/2014 FMAS
RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL
Nº 8/2014 REGISTRO DE PREÇOS FMAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2014

O PREGOEIRO OFICIAL ENCARGADO DE ATUAR NA LICITAÇÃO EM EPÍGRAFE TORNA PÚBLICO QUE FORAM CONSIDERADAS INABILITADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL AS LICITANTES A SEGUIR RELACIONADAS PELO CUMPRIMENTO DO ITEM 4.10, DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO QUE TRATA DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS, BEM COMO DO PRAZO ESTABELECIDO EM ATA 8/2014- DO CERTAME, QUE ESTABELECE EM ATÉ 03(TRÊS) DIAS ÚTEIS PARA QUE AS LICITANTES APRESENTEM AMOSTRAS DOS PRODUTOS QUE SE SAGRAVAM VENCEDORAS:

LICITANTES INABILITADAS:

AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA, CNPJ Nº 04.835.184/0001-60- NÃO APRESENTOU AMOSTRA DOS ITENS: 9; 10; 11; 22; 23 E 27;
COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, CNPJ Nº 10.712.308/0001-13- NÃO APRESENTOU AMOSTRA DOS ITENS: 1; 8; 15; 24 e 29;
PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP, CNPJ Nº 01.098.455/0001-54- NÃO APRESENTOU AMOSTRA DOS ITENS: 2; 3; 14; 18; 21 e 30;
CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME-, CNPJ Nº 04.195.853/0001-87- NÃO APRESENTOU AMOSTRA DOS ITENS: 7; 16; 17; 19; 25; 26; 28; 31 E 32;

MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP-, CNPJ Nº 85.260.164/0001-00- NÃO APRESENTOU AMOSTRA DOS ITENS: 33;

JJ COMERCIO LTDA - ME, CNPJ Nº 06.935.540/0001-43- AMOSTRA REPROVADAS DOS ITENS: 4 /PROLIPOPILENO E TAMANHO DIFERENTE DA LICITADA - 5 / SEM REGISTRO -6 / SEM SER AZUL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MARIA JOSÉ FLOR

AVALIADAS POR PROFISSIONAL COMPETENTE NA ÁREA.

4.10 DAS AMOSTRAS

4.10.1 A PROPONENTE DECLARADA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AS AMOSTRAS DE TODOS OS ITENS. O PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR O MATERIAL EM 01 (UM) UNIDADE CONFORME SOLICITADO NA RELAÇÃO DE ITENS DO EDITAL (EX: 01 (UM) DETERGENTE LIQUIDO, 01 (UMA) ESPONJA PARA BANHO...).

4.10.2 AS AMOSTRAS DO PROPONENTE TERÃO QUE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS CONSTANTES DO EDITAL E ATENDER A 100% (CEM POR CENTO) DO ITEM COTADO, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

4.10.3 A EMPRESA LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR AS AMOSTRAS (CONFORME ITEM 4.10.1) INDEPENDENTE DE INTIMAÇÃO EM ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DA FINALIZAÇÃO DO PREGÃO.

4.10.3.1 AS AMOSTRAS DEVEM SER APRESENTADAS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, LOCALIZADO NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC.

4.10.4 A EMPRESA LICITANTE QUE FICAR EM 2º (SEGUNDO) LUGAR PODERÁ SER CONVOCADA A APRESENTAR AS AMOSTRAS, EM CASO DE PENALIZAÇÃO DA VENCEDORA E DEVERÁ ATENDER

A TODAS AS EXIGÊNCIAS DO PRESENTE EDITAL.

4.10.5 A EMPRESA LICITANTE VENCEDORA QUE SE RECUSAR A APRESENTAR/ENTREGAR AS AMOSTRAS NO PRAZO ESTIPULADO NO EDITAL, PODERÃO SER ENQUADRADAS NA PREVISÃO DO ART. 7º DA LEI 10520/02, CARACTERIZANDO MÁ FÉ, FRAUDE OU MESMO INTENÇÃO DE PREJUDICAR O ENTE PÚBLICO NA AQUISIÇÃO DO OBJETO:

"QUEM, CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DA SUA PROPOSTA, NÃO CELEBRAR O CONTRATO, DEIXAR DE ENTREGAR OU APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME, ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DE SEU OBJETO, NÃO MANTIVER A PROPOSTA, FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE FISCAL, FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS E, SERÁ DESCREDCENCIADO NO SICAF, OU NOS SISTEMAS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES A QUE SE REFERE O INCISO XIV DO ART. 4º DESTA LEI, PELO PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) ANOS, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS EM EDITAL E NO CONTRATO E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS". (ART. 7º, LEI 10520/02).

4.11 A SOLICITAÇÃO DAS AMOSTRAS VISA ASSEGURAR A QUALIDADE DOS MATERIAIS COTADOS E A PRONTA VERIFICAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DO ITEM COTADO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NO EDITAL, PERMANECENDO EM PODER DO MUNICÍPIO PARA CONFERÊNCIA COM OS PEDIDOS REALIZADOS.

OBS.: AS AMOSTRAS NÃO APROVADAS PODEM SER RETIRADAS NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PELOS RESPONSÁVEIS/REPRESENTANTES DAS EMPRESAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

AVISO DE CONVOCAÇÃO

DIANTE DO EXPOSTO, O PREGOEIRO CONVOCA AS DEMAIS LICITANTES CLASSIFICADAS EM QUARTO E QUINTO LUGAR JÁ HABILITADAS DEVERÁ APRESENTAR AS AMOSTRAS EM ATÉ (TRES) DIAS ÚTEIS APÓS ESTA INTIMAÇÃO.

SÃO ELAS:

ITEM 10- 11 JJ COMERCIO LTDA - ME; ITEM 23- SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA ITEM 26- AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA E ITEM 33- CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI - ME.

OBS.: AS AMOSTRAS NÃO APROVADAS PODEM SER RETIRADAS NO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PELOS RESPONSÁVEIS/REPRESENTANTES DAS EMPRESAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS.

OBS. CONFORME COMUNICADO EM SESSÃO, A FALTA DE APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PODERÁ ACARRETER EM ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

PREGOEIRO(S) DOUGLAS LEMOS/ MARIA BENEDITA CORRÊA
EQUIPE DE APOIO - JOSEZITE DOS SANTOS
FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO
CARLA CLAUDINO

NAVEGANTES, 09 DE JULHO 2014.

Aviso de Cancelamento da Licitação Pregão Presencial 31/2014 FMS

Pregão Presencial nº 31/2014 FMS - ATA II

ABERTO O CERTAME EM SESSÃO PÚBLICA AS 09:00 DO DIA 09/07/2014, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS COM A PRESENÇA DA EQUIPE DE APOIO, PREGOEIRO, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DAS EMPRESAS: PRODUVALE, COMERCIAL BELLA

VISTA, OLIMED, COINTER, DIMASCI, ALTERMED, STARMED, APÓS ASSINATURA NA LISTA DE PRESENÇA FOI COMUNICADO AOS PRESENTES QUE EM VIRTUDE:

- DA APRESENTAÇÃO DE DENÚNCIA ENCAMINHADA POR EMPRESA VIA EMAIL DATADA EM 06/07/2014 A QUAL MENCIONA QUE ESTAVA PRESENTE NA PRIMEIRA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 31/2014 E QUE PRESENCIOU VÁRIAS EMPRESAS ACERTANDO VALORES;

- DA SUPOSTA CONVIVÊNCIA DA "SAÚDE" (a equipe de apoio e o pregoeiro citam que estavam presentes os representantes da secretaria de saúde os srs: Manoel Gaya e Josiane Bonetti) JUNTO A EMPRESA COINTER REFERENTE O ITEM "FITA" (a equipe de apoio e o pregoeiro citam que o item correspondente a fita é o de número 160 conforme relação de itens do pregão 31/2014 FMS);

- DA SOLICITAÇÃO ENCAMINHADA PELA SECRETARIA DA SAÚDE, DE APRESENTAÇÃO DE BULA QUANTO AO ITEM 160 JÁ NA PROPOSTA NÃO HAVENDO JUSTIFICATIVA CONSISTENTE UMA VEZ QUE OS OUTROS 187 ITENS NÃO FORAM SOLICITADOS E A VERIFICAÇÃO SERIA ATRAVÉS DE AMOSTRAS.

- DA DESCLASSIFICAÇÃO/DESISTÊNCIA NO ITEM 160 DAS EMPRESAS: EFETIVE PRODUTOS POIS NÃO COLOCOU A BULA NA PROPOSTA E SEGUNDO O SR LUIZ CARLOS DA COINTER O ITEM NÃO ERA EMBALADO INDIVIDUAL (obs; quando questionado pelo pregoeiro o representante da efetive confirmou o alegado pela cointer), EMPRESA ESPECIALISTA SEGUNDO O REPRESENTANTE DA COINTER O ITEM NÃO ERA CONDIZENTE COM O EDITAL (nesse caso a empresa especialista não estava presente, entretanto antes de encerrar a sessão às 17:02h do dia 03/07/2014 a mesma encaminhou um email solicitando o cancelamento de sua proposta quanto ao item 160) EMPRESA DIMACI O REPRESENTANTE DA COINTER EXPLICOU QUE O SISTEMA DO ITEM APRESENTADO ERA FOTOMÉTRICO DIFERENTE DO SOLICITADO DO EDITAL (quando perguntado ao representante da empresa dimaci o mesmo não confirmou nem negou apenas informou que seu superior pediu para ele avisar que iria ser entregue amostra), A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE NAVEGANTES EM CONJUNTO COM A CONTROLADORIA E A PROCURADORIA DECIDEM CANCELAR A LICITAÇÃO 31/2014, UMA VEZ QUE HOUVE INDÍCIOS DE CRIME CONTRA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, FAZENDO NECESSÁRIO ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO O ESCLARECIMENTO DO OCORRIDO E SE FOR O CASO APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NO EDITAL E NA LEI 8666/93 ARTIGO 81 E SEGUINTE SEM PREJUÍZO DAS RESPONSABILIDADES CÍVIS E CRIMINAIS QUE O ATO ENSEJOU. MOMENTO QUE ENCERRA A SESSÃO E REQUER A ASSINATURA NA ATA DE TODOS OS LICITANTES PRESENTES, E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

Douglas Lemos
Pregoeiro

Maria Benedita
Pregoeira Substituta

Equipe de apoio
Carla Claudino
Josezite Santos
Fernanda Hassmann

Benilde Perão
Secretaria de Administração

Errata Portaria Licença Premio 36-1373-2023/2014

PORTARIA Nº. 36 DE 08 DE JANEIRO DE 2014

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr. EUCLIDES MENDES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias desta licença, pelo período de 02/01/2014 a 31/01/2014, referente ao serviço público prestado entre 1989/2002.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de janeiro de 2014 a 31 de janeiro de 2014. Restando 60 (sessenta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE JANEIRO DE 2014.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de janeiro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 08 de janeiro de 2014.

PORTARIA Nº. 1373 DE 06 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr. EUCLIDES MENDES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias desta licença, pelo período de 05/03/2014 a 03/04/2014, referente ao serviço público prestado entre 1989/2002.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 05 de março de 2014 a 03 de abril de 2014. Restando 30 (trinta) dias para gozo posterior.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.
Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 2023 DE 05 DE MAIO DE 2014
O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr. EUCLIDES MENDES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias restantes desta licença, pelo período de 02/05/2014 a 31/05/2014, referente ao serviço público prestado entre 1989/2002.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 02 de maio de 2014 a 31 de maio de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE MAIO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de maio de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 05 de maio de 2014.

Ata de Julgamento de Recurso E Contrarrazão Referente A Concorrência Nº 113/2014 PMN

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO E CONTRARRAZÃO REFERENTE A

Concorrência Nº 113/2014 PMN

Aos 09 dias de julho de 2014, às 13:30 horas, reuniram-se o Presidente e a Comissão de Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso e contrarrazão ao Edital de concorrência 113/2014, cujo OBJETO: CONCORRENCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OPERACIONAIS E MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO DA REDE DE AGUA TRATADA, SERVIÇOS DE CORTES, RELIGAÇÃO, LIGAÇÃO DE AGUA, INSTALAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E AFERIÇÃO DE HIDROMETROS, GEOFONAMENTO, RECUPERAÇÃO DE VIAS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HIDRANTES E MANUTENÇÃO ELETROMECANICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a comissão de licitação receberam os recurso e

contrarrazão devidamente protocolados.

RECURSO Protocolado em 01/07/2014 pela empresa CONASA COMP. NAC. DE SANEAMENTO - CNPJ: 08837556/0001-41.

Do Recurso contra SAN&COM pedindo sua inabilitação:

Em síntese, manifesta-se a empresa arguindo que sua concorrente apresentou balanço patrimonial correspondente ao exercício encerrado em 31/12/2012.

---CONTRARRAZÃO - não apresentou

---Decisão - em uma segunda análise pelo contador Sidnei Milani foi constatado que o balanço patrimonial apresentado realmente não atendeu o edital item 4.3.2 - empresa San&com INABILITADA

Do Recurso contra SERRANA pedindo sua inabilitação:

Em síntese, manifesta-se a empresa arguindo que sua concorrente não incluiu em sua declaração conforme o item 4.5.1 do edital a relação dos membros da equipe técnica, nomes e respectivas funções.

--CONTRARRAZÃO - a empresa alegou que apresentou a declaração sendo assinada pelos seus diretores sendo os mesmos responsáveis técnicos.

---Decisão--- em uma segunda análise pela comissão de licitação foi verificado que a declaração apresentada está incompleta, não consta o nome do responsável técnico, apenas diz que disponibilizará de engenheiro, encanador etc mas não menciona nomes. Empresa serrana INABILITADA.

Do Recurso contra SIM pedindo sua inabilitação:

Em síntese, manifesta-se a empresa arguindo que sua concorrente não comprovou aptidão para desempenho da atividade com apresentação de atestado fornecido em nome da empresa mas sim em nome da pessoa física (engenheiro), não cumpriu o item 4.5.1 declarar o nome e função da equipe técnica responsável,

--CONTRARRAZÃO - quanto a apresentação de atestado já foi objeto de decisão judicial anterior sendo favorável a empresa SIM, e quanto a declaração dos responsáveis defende-se informando que apresentou tal declaração mencionando o engenheiro juliano montibeller.

----Decisão --- a comissão informa que existe tal declaração mencionando o responsável conforme folha102 acostada ao processo. Empresa SIM - HABILITADA.

RECURSO Protocolado em 01/07/2014 pela empresa SIM - CNPJ: 08160936/0001-91.

Do Recurso contra SAN&COM pedindo sua inabilitação:

Em síntese, manifesta-se a empresa arguindo que sua concorrente a san&com apresentou balanço patrimonial com data de validade expirada desde 30/04/2014 em desconformidade ao item 4.3.2 do edital.

---CONTRARRAZÃO - não apresentou

--Decisão - empresa San&Com - INABILITADA-

RECURSO Protocolado em 01/07/2014 pela empresa SERRANA ENGENHARIA- CNPJ:83073536/0001-64.

Do Recurso contra CONASA pedindo sua inabilitação:

Em síntese, manifesta-se a empresa arguindo que sua concorrente ao apresentar atestado de capacidade técnica não atendeu o item 4.4.3 e 4.4.4, que o acervo técnico não é da empresa e sim do profissional.

---CONTRARRAZÃO - A empresa Conasa se defende alegando que os serviços de operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água engloba os serviços o qual o edital exige a compatibilidade.

--Decisão - corroborando habilitação anterior os serviços apresentados pela empresa Conasa são compatíveis com o solicitado no edital, e quanto o acervo técnico não ser da empresa, em nenhum momento o edital faz esta requisição, sendo que o acervo técnico

exigido é em nome do profissional item 4.4.4 qualificação técnica - empresa Conasa HABILITADA.

Do Recurso contra SIM pedindo sua inabilitação:

Em síntese, manifesta-se a empresa arguindo que sua concorrente ao apresentar atestado de capacidade técnica não atendeu o item 4.4.3 e 4.4.4, e que não apresentou qualificação técnica, não podendo ser aceito o acervo em nome de seu profissional.

-----CONTRARRAZÃO - A empresa Sim se defende demonstrando decisão judicial a qual menciona sua capacidade, capacidade esta confirmada em decisão do Des. Artur Jenichen Filho o qual entende que a capacidade técnica do profissional é condizente com a da empresa caso este faça parte da mesma.

--Decisão - a Comissão confirma decisão judicial e mantém HABILITAÇÃO da empresa SIM.

Do Recurso contra San&Com pedindo sua inabilitação:

Questiona a falta de apresentação de capacidade técnica da licitante.

-----CONTRARRAZÃO - não apresentou

--Decisão- a empresa apresentou atestado compatível com o solicitado pelo edital, entretanto a mesma já foi INABILITADA pois o balanço patrimonial não atendeu o solicitado no edital.

EMPRESAS HABILITADAS PARA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS = CONASA, SIM

EMPRESAS INABILITADAS = SAN&COM, SERRANA, SANECON E RBI (ESTAS DUAS ULTIMAS JÁ INABILITADAS ANTERIORMENTE)

Fica corroborado que a abertura dos envelopes de Propostas das empresas habilitadas acontecerá dia 11/07/2014 as 14 horas conforme comunicado anteriormente.

Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 09 de julho de 2014.

DOUGLAS LEMOS

Presidente

Comissão:

MARIA BENEDITA CORRÊA

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

ADRIANA CORREA

Ratificando:

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Progressão Vertical 2014

EDITAL nº 006/2014/SME

Fixa data e estabelece normas para o processo de Progressão Vertical - Promoção por Titulação (Alteração de Nível), aos ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal.

A Secretaria Municipal de Educação comunica que estarão abertas as inscrições para a Progressão Vertical-Promoção por Titulação (Alteração de Nível), para os ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal, previsto nos artigos 22, 23 e 24 da Lei Complementar nº 072 de 08 de 01 de 2010 que trata do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Navegantes.

1. Das Inscrições

1.1. Poderão participar do processo de Progressão Vertical - Promoção por Titulação (Alteração de Nível) os ocupantes de cargo efetivo de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais.

1.2. O período de inscrição será de 04 a 07 de agosto de 2014, nas respectivas Unidades Escolares pertencentes à rede Pública Municipal de Ensino.

1.3. A ficha de inscrição deverá ser preenchida nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Navegantes, de acordo com a documentação do servidor, descrita no item 1.4, deste Edital.

1.4. O servidor deverá anexar à ficha de inscrição para Progressão Vertical - Promoção por Titulação (Alteração de Nível).

a) Cópia do Diploma de Graduação em nível de Licenciatura para promoção do Nível MAG 01 - Magistério para o Nível MAG 02 - Licenciatura.

b) Cópia dos Diplomas de Graduação em nível de Licenciatura e de Pós-Graduação na área de efetivação/atuação para promoção:

- Do Nível MAG 02 - Licenciatura para o Nível MAG 03 - Especialização,

- Do Nível MAG 02 - Licenciatura ou Nível MAG 03 - Especialização para o Nível MAG 04 - Mestrado,

- Do Nível MAG 04 - Mestrado para o Nível MAG 05 - Doutorado.

1.5. Efetuada a inscrição, o servidor deverá verificar a exatidão das informações e assinar a ficha de inscrição.

2 Do Processo de Progressão Vertical - Promoção por Titulação (Alteração de Nível)

2.1. Somente poderá participar da Progressão Vertical - Promoção por Titulação (alteração de nível):

- Servidores efetivos que já cumpriram o estágio probatório.

- Servidores que atendam aos incisos I, II e III do artigo 25 da Lei Complementar nº 072 de 08 de janeiro de 2010, que trata do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério de Navegantes.

2.2. Será divulgada a relação das inscrições indeferidas, bem como os motivos do indeferimento, na unidade escolar, onde foi realizada a inscrição, até o dia 14/08/2014, as 17:30horas.

2.3. A contar da data de publicação do indeferimento das inscrições, o servidor terá 3 (três) dias úteis para interpor recurso administrativo dirigido à Secretaria Municipal de Educação de Navegantes - Departamento Administrativo, bem como, solicitar anulação da sua inscrição.

2.4. A solicitação do recurso administrativo e/ou da solicitação da anulação da inscrição, deverá ser através de requerimento e entregue no Departamento Administrativo da Secretaria de Educação, até o último dia e horário previstos no item 2.1.

2.5. A portaria de Progressão Vertical - Promoção por Titulação (Alteração de Nível), os resultados dos recursos administrativos e as anulações das inscrições serão expedidas pela Secretaria Municipal de Educação, através do Departamento Administrativo.

2.6. O enquadramento dos servidores que tiveram seus processos de progressão vertical - promoção por titulação, deferidos, atenderá ao disposto no artigo 23 - parágrafo 2º da lei Complementar nº 072/2010 [...] A progressão nos níveis da carreira não altera a posição obtida por promoção nas classes.

2.7. O resultado final da Progressão Vertical - Promoção por Titulação (Alteração de Nível), será divulgado no dia 20 de agosto de 2014, nas respectivas unidades escolares e na Secretaria da Educação.

2.8. Será efetuada a Progressão Vertical - Promoção por Titulação (Alteração de Nível), a partir de agosto de 2014, para fins de assentamento funcional e inclusão na folha de pagamento.

3. Das Disposições Finais

3.1 A Secretária Municipal de Educação de Navegantes, professora Nerozlida Pinheiro Ferreira, instaurará comissão específica para análise dos processos de Progressão Vertical - Promoção por Titulação (Alteração de Nível), cujo decreto será lançado no dia 10 de

julho com a composição de técnicos da Secretaria de Educação e profissionais efetivos que já tenham cumprido o estágio probatório nos cargos de Professor e Especialista em Assuntos Educacionais.

3.2 A Progressão Vertical - Promoção por Titulação (Alteração de Nível), de que trata o presente Edital, terá validade restrita ao período de sua realização.

3.3 O pedido de alteração de nível, através deste processo de Progressão Vertical - Promoção por Titulação, importará no conhecimento do servidor do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas desta progressão.

3.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Educação.

Navegantes - SC, 10 de julho de 2014.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Benilde Perão
Secretária da Administração e Logística

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretária de Educação

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO

ANEXO I

Inscrição para processo de progressão funcional vertical -
Promoção por cursos

Requerente:

CPF: RG: Data de Expedição:

Órgão Expedidor:

Cargo:

Nível/referencia: MAG:

Carga Horária:

Data da Posse no Cargo:

Área/disciplina:

Unidade Escolar de Lotação:

Unidade Escolar em Exercício em 2013:

Endereço:

Telefone: () Celular: ()

e-mail:

Vem solicitar de progressão funcional vertical - PROMOÇÃO POR
CURSOS conforme disposto no Edital nº006/2014/SME de 10 de
julho de 2014.

Assinatura do Requerente
Navegantes - SC, ____/____/2014.

Assinatura do responsável pelo recebimento
Data do recebimento: ____/____/2014.

NAVEGANTESPREV

Extrato de Homologação E Retificação

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/14

HOMOLOGAÇÃO: 03/07/14

CONTRATADO: VIVENCI.COM PUBLICIDADE E MARKETING LTDA
- ME

CONTRATANTE: INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC.
NAVEGANTES

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO REFERENTE CONTRATAÇÃO
DE SERVIÇOS DE DIAGRAMAÇÃO (ARTE FINAL) E DESIGN
GRÁFICO PARA CRIAÇÃO, EDIÇÃO E PUBLICAÇÃO PARA
MATERIAL GRAFICO E PUBLICAÇÕES COMPREENDENDO
CARTILHA PREVIDENCIARIA, CARTOES, FOLDERS, PASTAS E
AFINS DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO
DE NAVEGANTES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.550,00 (sete mil quinhentos e cinquenta
reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 09/07/14 - JAN ULLRICH - Diretor Presidente

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/14

HOMOLOGAÇÃO: 03/07/14

CONTRATADO: TIPOTIL GRAFICA E EDITORA LTDA

CONTRATANTE: INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC.
NAVEGANTES

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO REFERENTE CONTRATAÇÃO
DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO (PRE IMPRESSÃO E FINAL) PARA
A CARTILHA PREVIDENCIARIA, CARTOES, FOLDERS, PASTAS E
AFINS DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO
DE NAVEGANTES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.825,00 (sete mil oitocentos e vinte e
cinco reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 09/07/14 - JAN ULLRICH - Diretor Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/14

HOMOLOGAÇÃO: 09/07/14

CONTRATADO: SIM COMERCIO E SERVICOS LTDA

CONTRATANTE: INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC.
NAVEGANTES

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE

SERVIÇOS DE LIMPEZA , CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NAS
DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS DO NAVEGANTESPREV
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
VALOR DA DESPESA: R\$ 22.560,00 (vinte e dois mil quinhentos e
sessenta reais)

DATA: 09/07/14

JAN ULLRICH

Diretor Presidente.

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 058/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 058/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: VISOLI CONSTRUTORA LTDA-EPP

Valor: 493.596,75 (quatrocentos e noventa e três mil quinhentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos)

Vigência: Início: 09/07/2014 Término: 30/01/2015

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº: 4/2014

Recursos: Dotação: 1.001.4.4.90.00.00.00.00.00 (22),
1.001.4.4.90.00.00.00.00.00 (132)

Objeto: O objeto do presente contrato constitui a contratação de empresa Especializada à EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA DE 01 (UMA) QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS - PADRÃO FNDE, MEDINDO 25,80x38 METROS, ÁREA TOTAL DE 980,40 m², A SER EDIFICADO JUNTO AO CENTRO EDUCACIONAL DE NOVO HORIZONTE-CENHO, SITUADO A RODOVIA SC 157, CENTRO, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, com recursos advindos do Convênio com o Ministério da Educação/FNDE/PAC 2 -Termo de Compromisso PAC 2 04534/2013, em regime de execução indireta de empreitada por preço unitário, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma físico-financeiro PADRÃO FNDE, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos parte integrante do Processo Licitatório Nº 045/2014.

Novo Horizonte/SC, 9 de Julho de 2014

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 045/2014 TP Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 004/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 09/07/2014

CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA-EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA À EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA DE 01 (UMA) QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS, PADRÃO FNDE, MEDINDO 25,80x38 METROS, ÁREA TOTAL DE 980,40 m², A SER EDIFICADO JUNTO AO CENTRO EDUCACIONAL DE NOVO HORIZONTE-CENHO, SITUADO A RODOVIA SC 157, CENTRO, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 493.596,75 (quatrocentos e noventa e três mil quinhentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos)

DATA: 09/07/14

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

96/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Edital de Dispensa de Licitação 096/2014. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2014,. Data: 18/07/2014 às 14:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. Eduardo Bertoncini - Secretário de Administração.

97/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Edital de Tomada de Preço 097/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS NA RUA ALFREDO DANDOLINI NO BAIRRO COHAB. Data: 24/07/2014 às 14:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini
Secretário de Administração.

98/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Edital de Tomada de Preço 098/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE PONTE PRETA, conforme anexo. Data: 25/07/2014 às 14:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini
Secretário de Administração.

030/2014

Município de Orleans. Edital de Pregão Presencial 030/2014. Objeto: Aquisição de Material Gráfico. Data: 28/07/2014 às 14:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. Eduardo Bertoncini - Secretário de Administração.

Município de Orleans. Edital de Dispensa de Licitação 096/2014. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2014,. Data: 18/07/2014 às 14:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. Eduardo Bertoncini - Secretário de Administração.

Município de Orleans. Edital de Tomada de Preço 097/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS NA RUA ALFREDO DANDOLINI NO BAIRRO COHAB. Data: 24/07/2014 às 14:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município. Eduardo Bertoncini - Secretário de Administração.

Município de Orleans. Edital de Tomada de Preço 098/2014. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE PONTE PRETA, conforme anexo. Data: 25/07/2014 às 14:00. Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini
Secretário de Administração.

Ouro Verde

PREFEITURA

Extrato Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0058/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: DEMARCHI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Objeto: Aquisição de 03 (três) Distribuidor de fertilizantes, capacidade mínima de 600 litros em polietileno, Aquisição de materiais para reforma da cobertura sobre as mangueiras do Parque de exposição de animais e para diversas melhorias no do Parque (pisos, pintura, cobertura) do Parque Municipal Mansueto Guilherme Faccio.O valor certo e ajustado de R\$:30.098,20 (trinta mil e noventa e oito reais e vinte centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Ouro Verde,04 de julho de 2014.

Nilson Santin

Prefeito Municipal em exercício.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0059/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: PONTES & PONTES LTDA - ME

Objeto: A contratação de empresa especializada para execução de serviço de drenagem pluvial e pavimentação com pedras irregulares na rua José Santin, conforme projetos técnicos e arquitetônicos com fornecimento de materiais necessários e mão de obra na cidade de ouro verde/sc.O valor certo e ajustado de R\$:59.175,32 (cinquenta e nove mil e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos) Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 04 de julho de 2014.

Nilson Santin

Prefeito Municipal em exercício.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0060/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: METAL VIDROS METALURGICA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME

Objeto: contratação de empreiteira para execução dos serviços de construção de escola com 06 salas de aulas, com área aproximada de 854,00 m², localizada na rua natal binda, conforme projeto do fundo de desenvolvimento da educação - FNDE.O valor certo e ajustado de R\$:965.200,00 (novecentos e sessenta e cinco mil e duzentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 04 de julho de 2014.

Nilson Santin

Prefeito Municipal em exercício.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0061/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: JESSICA ADRIANA MASCARELO

Objeto:Contratação de empresa visando a apresentação do músico JOÃO CHAGAS LEITE.O valor certo e ajustado de R\$:9.700,00 (nove mil e setecentos reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 04 de julho de 2014.
Nilson Santin
Prefeito Municipal em exercício.

Extrato Contrato

MUNICIPIO DE OURO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0055/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP,
Objeto: Locação de um concentrador de ar 110v devilbiss 525 Plus 5LPM para a Secretaria Municipal de Saúde de Ouro Verde/SC..Valor certo e ajustado de R\$:2.730,00 (dois mil e setecentos e trinta reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 11 de junho de 2014.
Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Resultado Pregão 132-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
132/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços, que tem como objeto a aquisição de água mineral para a Prefeitura, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA foi vencedora do item 1 totalizando R\$ 23.250,00 (vinte e três mil e duzentos e cinquenta reais).

Palhoça, 09 de julho de 2014

Lei Nº 4.056, de 27 de Junho de 2014.

LEI Nº 4.056, de 27 de JUNHO de 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Seemann.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Seemann, com início na Rua Vereador Rogério da Silva, via pública localizado no bairro Alto Auriú, com extensão total de aproximadamente 441,24 metros, e 7,00 metros de largura, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação..

Palhoça, 27 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014
Secretaria de Governo

LEI Nº 4.057, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

LEI Nº 4.057, de 27 de JUNHO de 2014.

"DENOMINA PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA. Servidão Gomes".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada junto a Servidão Gomes, o prolongamento desta via pública, com extensão aproximadamente de 150,00 (cento e cinquenta) metros, com 4 (quatro) metros de largura, via pública situada no Bairro Guarda do Cubatão, neste Município.

Parágrafo único. A via pública de que trata o caput foi denominada através da Lei Municipal nº 2.407, de 11 de julho de 2006.

Art. 2º A localização da via pública, de que trata o artigo anterior, obedece a croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palhoça, 27 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014
Secretaria de Governo

LEI Nº 4.058, DE 27 DE JUNHO DE 2014.

LEI Nº 4.058, de 27 de JUNHO de 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Filomena Maria de Souza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Servidão Filomena Maria de Souza, com extensão de 65 m e largura de 5 m, via pública localizada no Bairro Jaqueira, com início na Rua Aureliano Medeiros.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de junho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014
Secretaria de Governo

LEI Nº 4.063, DE 02 DE JULHO DE 2014.

LEI Nº 4.063, de 02 de JULHO de 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Wilson Braulino Campos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a Rua Wilson Braulino Campos com extensão de 142 m (cento e quarenta e dois metros) e 6 m (seis) de largura, no Bairro Praia de Fora.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 02 de julho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014
Secretaria de Governo

LEI Nº 4.064, DE 02 DE JULHO DE 2014.

LEI Nº 4.064, de 02 de JULHO de 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Moretti.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Moretti, via pública localizada no Bairro Passa Vinte, com extensão total de aproximadamente 45,00 metros, e 3,00 metros de largura, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 02 de julho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Em ____/____/2014
Edição nº ____/2014
Secretaria de Governo

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº138/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC

Fone: (48) 3279-1831/3279-1734/3279-1763 - Fax: (48) 3279-1752 - CNPJ: 82.892.316/0001-08

cep: 88 132-271 - Visite nosso site: www.palhoca.sc.gov.br

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 138/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA (SAMAE).

CONTRATADA: PEDRA BRANCA LTDA.

OBJETO: Locação de uma sala comercial em alvenaria, com área 293,66m² de área útil, contendo: dois banheiros e um lavabo completo, ar condicionado Split, piso de carpete, instalação elétrica, fachada em vidro temperado, iluminação, bancada para recepção, salas de reunião, mesas, cadeiras, divisórias, duas vagas de garagem. Imóvel localizado na Quadra NU 10, Avenida das Águias nº 231 - sl nº 01 - edifício INATEC - bairro Cidade Pedra Branca - Palhoça/SC.

VALOR: R\$12.378,10 (doze mil, trezentos e setenta e oito reais e dez centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁ

RIA: "72"-2.084.1.142.3.3.90.00.00.00.00.00.0./3.3.90.39.10.

FUNDAMENTO: Dispensa de licitação Nº 138/2014, Art. 24, X, Lei nº 8.666/93.

DATA: 07/07/2014.

ALBERTO PRIM

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Extrato do Contrato Nº 154/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC

Fone: (48) 3279-1831/3279-1734/3279-1763 - Fax: (48) 3279-1752

CNPJ: 82.892.316/0001-08

cep: 88 132-271 - Visite nosso site: www.palhoca.sc.gov.br

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 154/2014.

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e PEDRA BRANCA LTDA.

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na locação de uma sala comercial em alvenaria, com área 293,66m² de área útil, contendo: dois banheiros e um lavabo completo, ar condicionado Split, piso de carpete, instalação elétrica, fachada em vidro temperado, iluminação, bancada para recepção, salas de reunião, mesas, cadeiras, divisórias, duas vagas de garagem. Imóvel localizado na Quadra NU 10, Avenida das Águias nº 231 - sl nº 01 - edifício INATEC - bairro Cidade Pedra Branca - Palhoça/SC.

VALOR: R\$ R\$ 12.378,10 (doze mil, trezentos e setenta e oito reais e dez centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁ

RIA: "72"-2.084.1.142.3.3.90.00.00.00.00.00.0./3.3.90.39.10.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 08/07/2014 a 30/06/2017.

DATA: 07/07/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração.

ALBERTO PRIM

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

CÂMARA MUNICIPAL

Publicação da Justificativa de Notas Dadas Pela Subcomissão Técnica Para Tomada de Preço Nº 001/2014.

JUSTIFICATIVA DE NOTAS DADAS PELA SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA TOMADA DE PREÇO Nº. 001/2014.

Após serem abertos os envelopes, deu-se início a análise das propostas apresentadas pelas empresas DBS Multicomunicação e GR Centrosul Propaganda.

Referente a empresa GR Centrosul Propaganda, a baixo listamos as justificativas para as referidas pontuações.

2.2.1.1 - Raciocínio Básico - Pontuação Alcançada: 7,5

Justificativa: A empresa explica que " O poder legislativo de um município é exercido pela Câmara Municipal de Vereadores, que tem a função de fiscalizar o Poder Executivo, esse exercido pelo Prefeito eleito." É importante ressaltar o esquecimento de uma das principais funções do poder legislativo, que é a criação e elaboração de leis municipais. Outra função importante é levar ao poder executivo as necessidades de melhorias no município, como por exemplo obras e reformas através dos requerimentos dos vereadores. É importante ressaltar que não foi feito uma comparação do texto apresentado pelas duas empresas, mais sim uma análise única para cada texto.

2.2.1.2 - Estratégia de Mídia - Pontuação Alcançada: 6,5

Justificativa: A empresa não apresentou uma estratégia de mídia, mais sim um resumo dos meios de comunicação existentes no mercado. É imprescindível apresentar uma visão do que a empresa deseja usar como base para promoção da câmara, como a quantidade aproximada de inserções. Também é importante a empresa realizar um estudo dos veículos de comunicação mais significativos no município para que a câmara possa analisar o conhecimento da empresa quanto ao mercado interno da cidade.

2.2.1.3 - Ideia Criativa - Pontuação Alcançada: 5

Justificativa: Esse foi o principal critério analisado pela subcomissão, devido a sua importância para a campanha. A análise dos 3 membros da subcomissão foi a mesma. As mídias apresentadas pela empresa GR não satisfazem as expectativas mínimas esperadas pela Câmara de Vereadores de Palhoça. Tanto as imagens quanto os textos não representam a câmara de vereadores de Palhoça e seriam melhores utilizadas em anúncios de residências ou loteamentos. A baixo mostramos algumas imagens utilizadas para campanhas de residenciais e loteamentos, pode-se notar a semelhança entre o material apresentado pela GR e o material usado nas campanhas desses empreendimentos.

Conforme o item 3.3 C - da tomada de preço 01/2014 "Serão desclassificadas as propostas: Letra C) As Agências concorrentes

que atingirem Pontuação total inferior a 20 (vinte) pontos”, sendo assim a empresa GR CentroSul Propaganda esta desclassificada.

Maycon Demétrio Paulo Medeiros José Valdenir Bulin
Diretor de Comunicação Jornalista - SC JP 02249

Sabriny J. Flores
Designer

OBS: O ato na integra com imagens encontra-se no site câmara municipal de Palhoça www.cmp.sc.gov.br

Projeto de Lei Nº. 224/2013.

PROJETO DE LEI Nº. 224/2013.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Joel Gomes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a RUA JOEL GOMES, com extensão de 400 (quatrocentos metros) e 7 (sete metros) largura, com início na Rua Geral Morro dos Quadros no Bairro Guarda do Cubatão.

Parágrafo único. A localização das vias públicas, de que trata este artigo, obedece ao croqui em anexo, a certidão de óbito, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 26 de junho de 2014.
Nirido Artur Luz
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº. 274/2014.

PROJETO DE LEI Nº. 274/2014.

CONVÊNIO. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC - Administração Regional em Santa Catarina, com sede na Rua Felipe Schmidt, 785, 6º e 7º andares, Município de Florianópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 03.603.739/0001-86, mantenedora da Instituição de Ensino Centro de Educação Profissional SENAC Palhoça, com CNPJ/MF sob o nº 03.603.739/0026-34 com sede na Rua João Pereira dos Santos, nº 303, bairro Ponte de Imaruim, cidade de Palhoça - SC, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar a promoção da integração ao mercado de trabalho, e a formação para o trabalho, de acordo com a Lei nº 11.788/2008 e com a Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por meu do estágio curricular obrigatório o qual é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvimento no ambiente de trabalho e que como objetivo a preparação

para o trabalho produtivo.

Art. 2º As despesas desta Lei correrão por conta da dotação prevista no orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 26 de junho de 2014.
Nirido Artur Luz
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº. 288/2014.

PROJETO DE LEI Nº. 288/2014.

PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA. Altera a Lei nº 833, de 03 de março de 1998.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 833, de 03 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada a RUA ELPÍDIO SANTOS com acréscimo de extensão de 162,75 m (cento e sessenta e dois metros e setenta e cinco centímetros) e 7 m (sete metros) de largura, no Bairro Guarda do Cubatão.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das sessões, 26 de junho de 2014.
Nirido Artur Luz
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Substitutivo Global ao Projeto de Lei Nº. 326/2014.

SUBSTITUTIVO GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº. 326/2014.

PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA. Altera a Lei nº 538, de 20 de dezembro de 1983.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 538, de 20 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada RUA JOSÉ FERREIRA MACEDO SOBRI-NHO com extensão de 350 metros de comprimento e largura de 5,0 metros, com acréscimo de extensão de 500 metros totalizando 850 metros de comprimento com início na BR 282, via pública localizada no Bairro Aririu Palhoça.”

Parágrafo único. A localização da referida via pública, de que trata

o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 26 de junho de 2014.

Nirido Artur Luz

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº. 331/2014.

PROJETO DE LEI Nº. 331/2014.

UTILIDADE PÚBLICA. Clube Recreativo Praiasol.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública CLUBE RECREATIVO PRAIASOL, inscrita sobre o CNPJ nº 79.886.222/0001-03, localizada na Rua: Arcanjo Cândido da Silva, CEP 88138300, Bairro Praia de Fora, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das sessões, 26 de junho de 2014.

Nirido Artur Luz

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº. 337/2014

PROJETO DE LEI Nº. 337/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Felisberto Francisco Cardoso.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Felisberto Francisco Cardoso, com extensão de 190 metros e 12 metros de largura, tendo início na Av. Aleixo Alves de Souza, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município.

Parágrafo único. A localização das vias públicas, de que trata este artigo, obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 12 de junho de 2014.

Nirido Artur Luz

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº. 340/2014.

PROJETO DE LEI Nº. 340/2014.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (COMDIM) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, deliberado, consultivo e fiscalizador de composição paritária entre o governo e a sociedade civil. Tem como finalidade formular diretrizes e promover, em âmbito municipal, políticas que contemplem a equidade de gênero e visem eliminar o preconceito e a discriminação, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), compete:

I - Propor, formular, implantar e fiscalizar políticas que assegurem a equidade de gênero;

II - Promover a realização de estudos, debates, campanhas e pesquisas sobre a realidade da situação das mulheres do Município de Palhoça, com vistas a contribuir na elaboração de projetos e propostas de políticas públicas que visem à eliminação de todas as formas de preconceito, discriminação e violência, inclusive em âmbito doméstico, familiar, comunitário e a praticada ou permitida por meio de seus agentes;

III - receber e examinar denúncias relativas à discriminação de gênero e violação dos direitos das Mulheres e encaminhá-las aos órgãos de garantia e defesa dos direitos da Mulher de Palhoça;

IV - promover e participar da organização das conferências das conferências municipais de políticas públicas para as mulheres e monitor suas deliberações;

V - propor programas e projetos de capacitação continua nas diferentes áreas de estudos de gênero e direitos humanos no âmbito da administração pública;

VI - articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, não representados no COMDIM, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sobre a promoção dos direitos da mulher;

VII - articular-se com os movimentos de mulheres e outros conselhos de direitos e/ ou setoriais para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e fortalecimento do processo de controle social;

VIII - apresentar ao Poder Executivo plano de ação anual a ser incluído no sistema de Planejamento e Orçamento (PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, LOA - Lei de orçamento Anual) que assegure dotação orçamentária própria,

recursos humanos, materiais e financeiros para seu efetivo funcionamento;

IX - manifestar-se sobre iniciativas legislativas que tenham implicações sobre os direitos das mulheres tanto quando solicitados como por prerrogativa deste Conselho;

X - propor estratégias de monitoramento, avaliação e fiscalização, bem como a participação no processo de diretrizes das políticas de equidade, desenvolvidas em âmbito municipal;

XI - acompanhar, analisar e apresentar resoluções em relação ao desenvolvimento de programas e ações governamentais e a execução de recursos públicos para eles autorizados com vistas à implementação do plano Municipal de Políticas para Mulheres (PMPM).

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) será composto por vinte integrantes e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - dez mulheres representantes de entidades governamentais do Município e dez suplentes, da seguinte forma:

- Três da Secretaria Municipal de Assistência Social sendo uma da proteção social básica, uma da proteção social de média complexidade e uma da proteção de alta complexidade;
- Uma do centro de referência Especializado de assistência Social;
- Uma da Secretaria Municipal de Saúde;
- Uma da Secretaria Municipal de educação;
- Uma da Secretaria Municipal de habitação;
- Uma da Secretaria de Finanças;
- Uma da Secretaria de Planejamento;
- Uma da Secretaria de administração.

II - dez mulheres integrantes efetivas e dez suplentes, representantes da sociedade civil organizada, quais sejam:

- Três representantes de grupo de mães;
- Uma da associação de pessoas com deficiência;
- Cinco de movimentos sociais;
- Uma de núcleos de estudo de gênero das universidades.

§ 1º As entidades da Sociedade civil devem estar legalmente organizadas em instituições, ONGs, associações legalmente constituídas, sediadas em Palhoça e que desenvolvam trabalho e atuem na defesa dos direitos e interesses da mulher.

§ 2º Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo, dois anos através de:

- Um instrumento de comunicação e informação de circulação local;
- Relatório de atividades ou de reuniões do movimento; e
- Documento de órgãos públicos que atestem sua existência.

§ 3º A designação das conselheiras de que trata o inciso I deste artigo será feita pelo Secretário da pasta e a nomeação pelo Prefeito Municipal de Palhoça.

§ 4º A designação das conselheiras de que trata o inciso II deste artigo deverá considerar nomes de mulheres de comprovada

atuação na defesa dos direitos da mulher que, uma vez indicadas pela entidade ou associação inscrita e eleitas na forma da convocação editalícia, através de fórum próprio, serão nomeadas pelo Prefeito Municipal de Palhoça.

§ 5º A convocação do fórum para a escolha das representantes da sociedade civil, conforme enumerado no inciso II do presente artigo será efetuada pela Presidente do COMDIM, através de chamamento público, a ser realizado em órgão oficial do município ou em diário de grande circulação municipal.

§ 6º A presidenta deverá submeter ao chefe do Poder Executivo os nomes das integrantes do Conselho para nomeação em forma de decreto.

§ 7º Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMDIM, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, cidadãos, bem como técnicas (os) se da pauta constar temas de sua área de atuação ou interesse, assim como outros Conselhos.

§ 8º As funções dos membros do COMDIM não serão remuneradas, mas consideradas como de serviço público relevante, excetuando-se o cargo de Secretária Executiva e seu exercício prioritário, sendo justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou participação em diligências.

Art. 5º As conselheiras e respectivas suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 6º Os membros referidos no inciso II e respectivos itens, do art. 4º desta Lei perderão o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do Conselho ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com o da função de Conselheira, por decisão da maioria dos membros do COMDIM; e

V - por requerimento da entidade da sociedade civil representada.

Parágrafo Único. No caso de perda do mandato será designada nova Conselheira para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 4º, I e II, da presente Lei.

SEÇÃO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7º O conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) compor-se á dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II - Mesa Diretora; e

III - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembleia Geral é a instância máxima do COMDIM e é soberana em suas decisões.

§ 2º A Mesa Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), eleita pela maioria dos votos da assembléia geral

para mandato de um ano, permitida uma recondução, é composta pelos seguintes cargos:

I - Presidenta, a quem cabe a representação do COMDIM;

II - Vice-presidenta;

III - 1ª Secretária; e

IV - 2ª Secretária.

§ 3º O COMDIM poderá instituir comissões temáticas e grupos de trabalho de caráter temporário e/ou permanente destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destas comissões ou destes grupos, representantes de órgãos ou entidades públicas e privados e de outros poderes.

§ 4º A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico-administrativo do COMDIM, composta de, no mínimo, uma técnica e uma assistente administrativa dentre as servidoras públicas do município, especialmente convocados para o assessoramento permanente ou temporário do COMDIM, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º As servidoras do município designadas para a secretaria executiva do COMDIM deverão ter afinidade pela temática dos estudos feministas e de gênero e ou pelas políticas da mulher, assim como seus nomes poderão ser submetidos ao pleno do COMDIM para efetivo aceite.

Art. 8º A estruturação, a competência e o funcionamento do COMDIM serão fixados em regimento interno, homologado por decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Os recursos advindos para a implantação de políticas em favor de projetos, programas, campanhas e ações referentes às questões de gênero e equidade, deverão ser vinculados ao órgão da administração pública municipal responsável pela política municipal em que o COMDIM esteja vinculado, e deverão estar disponíveis para uso do COMDIM quando requeridos.

Art. 10. O ressarcimento de despesas, adiantamentos ou pagamentos de diárias as integrantes do COMDIM e das servidoras (ES) a seu serviço processam-se nas condições e valores estabelecidos pelas normas usadas pelo município em atos idênticos ou semelhantes.

Parágrafo Único. As despesas, adiantamentos ou diárias das representantes governamentais serão efetuadas pelas suas respectivas Secretarias Municipais e das representantes não governamentais serão efetuadas pelo órgão da administração pública municipal responsável pela política Municipal em que o COMDIM esteja vinculado.

Art. 11 A participação nas atividades do COMDIM, das comissões temáticas e dos grupos de trabalho será considerada função relevante e não será remunerada.

Parágrafo Único. Será expedido pelo COMDIM aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas atividades a que se refere o caput do presente artigo.

Art. 12. O regimento interno do COMDIM deverá ser submetido à decisão da Assembléia que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o após à aprovação do chefe do Poder Executivo.

Art. 13. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do COMDIM, dos grupos temáticos e das comissões serão prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

Art. 14. O regimento interno do COMDIM complementarà a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do colegiado, devendo ser homologado por decreto do poder Executivo.

Art. 15. O poder Executivo providenciará a instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) no prazo de até sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 26 de junho de 2014.

Nirido Artur Luz
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Decreto Legislativo Nº 325/2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 325/2014.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC MANTENEDORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SENAC PALHOÇA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA SC PARA FINS QUE ESPECIFICAM.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC Mantenedora do Centro de Educação Profissional SENAC Palhoça e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Palhoça SC, para fins que especificam, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2014.

Nirido Artur Luz
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 091/2014.

Publicação do Edital Pregão Presencial Nº13/2014- Aquisição de Material de Limpeza

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

UNIDADE EXECUTORA: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

OBJETO: CONFORME ANEXO I (AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA).

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÕES E ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ:

DIA: 23/07/2014 HORA:09:00

SESSÃO PÚBLICA PARA EFETUAÇÃO DOS LANCES VERBAIS E ABERTURA DAS DOCUMENTAÇÕES:

DIA:23/07/2014 HORA: 09:00

LOCAL: A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, com sede na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC - CEP 88.132-282 - sala de licitações e contratos.

A Câmara Municipal de Palhoça, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, regulamentada pela Resolução n. 007/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, Lei Complementar nº 123/2006, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus Anexos, cujos termos igualmente, o integram.

Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil — de expediente normal na Câmara Municipal de Palhoça— subsequente aos ora fixados.

O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta de recursos da Câmara Municipal de Palhoça, pelo elemento 3.3.90.30.22.00 - Material de limpeza e produção de higienização

1. Da Retirada do Edital.

1.1. A retirada do Edital poderá ser feita na Coordenadoria de Licitações e Contratos da CMP, localizada na Rua: Joci José Martins nº 101, 1º piso - Residencial Pagani-Palhoça/SC, telefones (48) 3242-1501 e 3242-0025, fac-símile (48) 3242- 1492, no horário de expediente compreendido entre 8h00min as 18h00min e no sítio eletrônico da CMP (www.cmp.sc.gov.br).

1.2. Os esclarecimentos e informações sobre o Edital serão prestados pela Coordenadoria de Licitações e Contratos, na sede da CMP.

2 - Do Objeto.

2.1. A licitação tem como objeto aquisição de materiais de limpeza e higienização, para utilização na Câmara Municipal de Palhoça, através do Pregão Presencial conforme discriminado no anexo I deste edital.

2.2. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

3 - Integram este processo os seguintes anexos:

Anexo I	Descrição do Objeto (Especificações Técnicas);
Anexo II	Modelo de Proposta Comercial;
Anexo III	Declaração que cumpre todos os requisitos de habilitação para este certame;
Anexo IV	Modelo de Declaração (inexistência de fato impeditivo de habilitação);
Anexo V	Modelo de D Declaração que atenda o inciso V, art. 27 da Lei nº 8.666/93;
Anexo VI	Modelo de Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte;
Anexo VII	Minuta do Contrato.

3.1. Poderão participar deste pregão presencial as empresas que estiverem cadastradas ou não no ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

3.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pela Câmara Municipal de Palhoça.

3.3 Empresas que incorrerem em outros impedimentos previstos em lei;

3.4. Que estejam elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

3.5. A participação neste Pregão importa para a licitante a aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto aos recursos.

4. Credenciamento dos Representantes

4.1. Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto a pregoeira por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

4.2. O credenciamento far-se-á através de contrato social e instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos, e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devidamente reconhecida em cartório, conforme modelo Anexo III (art. 4º, inciso4º, inciso VI da Lei nº 10.520/02).

4.3 - Em se tratando de Micro Empresa ou de Empresa de Pequeno Porte, deverá ser apresentada uma declaração de que a empresa preenche os requisitos contidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 para os efeitos de aplicação das regras contidas nos artigos 42 a 46 de referida lei, juntamente com a Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, com validade não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

4.4. - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, conforme modelo no Anexo IV.

5. Da Proposta (Envelope nº 1)

5.1. A proposta comercial contida no Envelope nº 1, devidamente fechado, deverá ser emitida em uma via e ser apresentada na forma e requisitos indicados a seguir:

5.1.1. Ser redigida em língua portuguesa e de preferência emitida por computador ou datilografada, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável junto à empresa;

5.1.2. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota Fiscal;

5.1.3. Descrição detalhada do objeto a ser fornecido de acordo com as especificações constantes do presente Edital, com indicação do respectivo serviço e valor de cada item, em moeda corrente nacional, em algarismos - duas casas decimais após a vírgula e também por extenso;

5.1.4. Indicar o nome do banco, nome da empresa e o número da conta bancária através da qual deverá ser processado o pagamento.

5.2. Em caso de divergência entre os preços em algarismos e por extenso serão levados em consideração os últimos.

5.3. O preço ofertado será sempre o preço final, nele devendo estar computadas todas as despesas, incluindo mão de obra, valor

dos produtos, garantia, seguros, os equipamentos necessários à realização dos serviços (software e hardware) e os impostos que incidirem sobre o contrato, as quais ficarão a cargo da licitante contratada.

5.4. Pequenas falhas ou defeitos na apresentação das propostas, desde que não comprometam a legalidade do certame, serão resolvidos pelo pregoeiro.

5.5. Cada licitante apresentará apenas uma proposta.

5.6. Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do pregoeiro, sugere-se às licitantes que apresentem suas propostas nos moldes do Anexo II.

5.7. Apresentar alvará sanitário ou autorização de funcionamento equivalente do licitante, expedido pelo órgão federal ou estadual ou municipal, responsável pelo controle sanitário do comércio, da sede do licitante, de conformidade com o objeto do contrato social e compatível com o objeto deste processo licitatório.

5.8. Os itens devem ter registro no Ministério da Saúde, exceto aqueles que são dispensado do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;

5.9. Os Registros que se refere o item 5.8, poderão ser apresentados em forma de documentos ou impressos nas embalagens dos produtos.

5.10. O prazo de entrega dos materiais quando requisitado, não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis. 5.11. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

5.12. Os licitantes deverão apresentar 01 (uma) amostra para os itens: 01,04, 05, 06, 07, para realização de testes, devidamente identificadas com o nome do licitante e o número do item;

5.13. As amostras deverão ser encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação do Setor de Compras e Licitação, no endereço referido no preâmbulo deste edital, quando classificada como vencedora do certame, antes da assinatura do contrato, conforme data que será marcada pela pregoeira, se a empresa não apresentar as amostras como pedido no edital será desclassificada, sendo chamada a segunda colocada.

5.14. As amostras serão analisadas pela Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Palhoça, que emitirá laudo.

5.15. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a pregoeira do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.

5.16. Solicita-se também que as empresas participantes informem se são optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES. A falta desta informação implicará em resposta negativa, o que não implica na desclassificação dos licitantes.

5.17. Serão desclassificadas aquelas propostas que:

5.17.1. Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.

5.17.2. Não atendam às exigências deste edital.

5.18. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

6. Critério de Aceitabilidade dos Preços

6.1. Os preços deverão ser cotados em reais.

6.2. Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

7. Sessão Pública para Recebimento das Propostas e dos

Documentos de Habilitação.

7.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação do proponente melhor classificado, será pública, dirigida por uma pregoeira e realizada de acordo com Regulamento da Licitação na Modalidade Pregão aprovado pela Resolução 007/2013, e em conformidade com este edital e seus anexos, na data, local e horário indicados na capa deste edital.

7.2. Na mesma data, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, através de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do Regulamento acima referido, e para a prática dos demais atos do certame, conforme anteriormente disposto neste edital.

7.3. Declarada a abertura da sessão pela pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, passando-se imediatamente ao recebimento dos envelopes contendo, em separado, as propostas de preço e os documentos de habilitação, em envelopes opacos, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

Câmara Municipal de Palhoça

Razão Social da Empresa

Número do CNPJ

Número Da Licitação

Data e Hora

Envelope Nº 01 - Proposta De Preço

Câmara Municipal de Palhoça

Razão Social Da Empresa

Número do CNPJ

Número da Licitação

Data e Hora

Envelope Nº 02 - Documentação

7.4. Não será admitida a entrega de apenas um envelope, procedendo-se, em seguida, à abertura dos envelopes contendo as propostas de preço, que serão conferidas e rubricadas.

7.5. Caso o envelope com a indicação externa "PROPOSTA DE PREÇO" não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará o licitante automaticamente excluído, independentemente do conteúdo do outro envelope.

7.6. As impugnações dos licitantes contra dos seus concorrentes somente poderão ser formuladas no final da reunião, marcada para efetuação dos lances.

7.7. A impugnação de interessados contra as ofertas e os documentos apresentados por concorrentes deverá ser feita nessa reunião, exclusivamente pelas pessoas credenciadas para representar as empresas em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

8. Julgamento das Propostas

8.1 - A sessão pública para realização dos lances verbais será realizada na data, horário e local indicados neste edital, onde a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, adotará os seguintes procedimentos:

8.1.1 - Conferirá o credenciamento dos representantes legais, mediante confronto do instrumento de credenciamento com seu documento de identificação;

8.1.2 - Divulgará aos presentes o resultado da análise referente as propostas;

8.1.3 - Classificará a proposta de menor preço, dentre as devidamente regularizadas, por item, e aquelas também regularizadas que contenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas comerciais escritas nas condições definidas nesta alínea, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, quaisquer que sejam os

preços oferecidos nas propostas escritas;

8.1.4 - Solicitará que os representantes presentes efetuem lances verbais, que serão formulados individualmente e sequencialmente, por item, a partir do autor da proposta classificada de maior preço. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes. No caso de empate no preço das propostas escritas, será efetuado sorteio para definição da ordem de formulação dos lances verbais;

8.1.5 - Ordenará as propostas em ordem crescente de preços e verificará a conformidade da proposta de menor preço, por item, com as demais exigências constantes deste Edital após, encerrada a etapa competitiva;

8.1.6. Se for o caso, serão aplicadas as disposições da LC 123/2006.

8.1.7 - Acessará o programa de Cadastro do Município de Palhoça e procederá a abertura do envelope de habilitação do licitante, cuja proposta foi classificada com menor preço por item, para confirmação de suas condições habilitatórias;

8.1.8 - Declarará o vencedor da licitação, por item, se constatadas as condições exigidas neste edital. Se a proposta de menor preço não atender as condições fixadas neste edital, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências deste edital;

8.2 - Caso não se realize lances verbais ou a empresa não credencie representante para participar da sessão, serão considerados os preços constantes das propostas escritas;

8.3 - No caso de empate no preço das propostas escritas, será considerada vencedora a proposta ordenada como menor preço para formulação dos lances verbais;

8.4 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente, às penalidades constantes neste Edital;

8.5 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

8.6 - Da preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

8.6.1 - Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.6.1.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superior ao melhor preço.

8.6.1.1.1 - Ocorrendo empate será adotado o seguinte:

1º - Encerrado a etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

2º - A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

a) não ocorrendo a contratação da ME ou EPP na forma acima, serão convocados os remanescentes cujas propostas de preços, se enquadrem no intervalo de 5% em relação a melhor proposta, na ordem classificatório, para o exercício do mesmo direito.

b) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas, ME ou EPP, cujas propostas de preços se enquadrem no intervalo de 5% em razão a melhor proposta, terá direito ao lance a empresa que apresentar a melhor oferta;

c) No caso de propostas com valores iguais apresentados pelas, ME ou EPP será realizado sorteio entre as mesmas para que se identifique aquela que 1º (primeiro) poderá apresentar melhor oferta.

d) No caso da não contratação nos termos acima previstos, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.7 - O disposto no item acima somente se aplicará quando a

melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

8.8 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a pregoeira poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos ou de outras propostas, escoimadas as causas referidas no ato inabilitatório ou desclassificatório.

8.9 - A pregoeira manterá em seu poder os envelopes n. 2 - Habilitação apresentados pelas demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após inutilizá-los-á.

8.10 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pela a pregoeira e por todos os licitantes presentes.

9. Habilitação dos Licitantes

9.1. Para habilitar-se na presente licitação, o interessado deverá apresentar toda a documentação comprobatória da:

a) Habilitação jurídica;

b) Regularidade fiscal e trabalhista;

c) Qualificação econômica e financeira;

d) Qualificação técnica;

e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.2. A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

9.2.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

9.2.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;

9.2.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País; e

9.2.5. Em caso a habilitação jurídica for apresentada no credenciamento, não necessita a apresentação na habilitação.

9.3. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão conjunta quanto a débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 1.º do Decreto Federal 6.106/2007;

9.3.3 Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, mediante certidões expedidas pelos órgãos competentes, quando for o caso, e que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

9.3.3.1. Certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal; e

9.3.3.2. Certidão negativa expedida pela Fazenda Municipal.

9.3.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

9.3.5. Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida no § 3.º do art. 195 da Constituição Federal, com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.

9.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº .452, de 1º de maio de 1943 Alterada pela LEI Nº 12.440, de 7 de julho de 2011 - DOU de 08/07/2011.

9.4. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.5 - Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos") em observância à Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8.666/93

9.6. Disposições gerais sobre habilitação:

9.6.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município de Palhoça, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios.

9.6.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL, desde que apresente o Certificado de Registro Cadastral "CRC" em situação regular no Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Município de Palhoça. Exceto o documento solicitado no subitem 9.3.6 (Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 452, de 1º de maio de 1943 Alterada pela LEI Nº 12.440, de 7 de julho de 2011 - DOU de 08/07/2011).

9.6.2.1. A regulamentação a que se refere o subitem 9.6.2, poderá ser feita junto as Comissões de Licitação.

9.6.3. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.6.4. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá o pregoeiro considerar o proponente inabilitado.

9.6.5. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.

9.6.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.6.7. Os documentos apresentados com a validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.

9.7 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte conforme estabelecida no artigo 43 caput e parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 6.204/07, para efeito de comprovação de regularidade fiscal, poderão apresentar os documentos com restrição.

9.7.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.7.2 A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10. Da Homologação e do Fornecimento

10.1 - Concluído o julgamento, com a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor, o processo será remetido à autoridade superior para a homologação do resultado;

10.2 - O fornecimento será a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Câmara Municipal de Palhoça;

10.3 - O fornecimento do objeto licitado será efetuado junto a Câmara Municipal de Palhoça, localizada na Rua Joci José Martins, n. 101, Pagani - Palhoça - SC, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.

10.4 - Nenhum material poderá ser entregue com mais de 20 % (vinte por cento) do seu prazo de validade transcorrido;

10.5 - A remessa dos materiais deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal, onde deverá constar nome do medicamento, marca, quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, material a material, de modo a viabilizar a conferência;

11. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

11.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:

11.1.1. provisoriamente, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações.

11.1.2. definitivamente, em até 05 (cinco) dias úteis.

11.2. Após a entrega da Autorização de Fornecimento, será designado, conforme o caso, um servidor ou uma comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores, denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

11.3. Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a substituí-los no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de entrega.

12- Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos.

12.1- Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

12.1.1- A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão, devendo ser entregue diretamente a Pregoeira, na Câmara Municipal de Palhoça, no horário das 13h e 30min as 18h;

12.1.2- Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12.2 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

12.3 - Dos atos da Pregoeira neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões, devendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

12.4 - O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 - O recurso contra decisão da Pregoeira será submetido à apreciação da autoridade superior (Presidente da Câmara Municipal de Palhoça), que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

12.7- Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão dar entrada no setor de Licitação e Contratos da Câmara Municipal de Palhoça.

12.8 - Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior.

13. Condições de Pagamento

13.1. Os pagamentos serão efetuados, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo servidor que recebeu os materiais, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor.

13.2. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante

apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte -SIMPLES.

13.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Municipal, ao INSS e ao FTGS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

14. Obrigações da Contratada

14.1. Entregar os objetos licitados em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feito dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

14.2. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referidas aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Palhoça;

14.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a Câmara Municipal de Palhoça ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

14.4. A CONTRATADA não será responsável:

14.4.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

14.4.2. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste edital e no Contrato a ser assinado com a Câmara Municipal de Palhoça.

14.5 A Câmara Municipal de Palhoça não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

14.6. A Licitante vencedora deverá fornecer as papeleiras (suporte para papel higiênico e papel toalha, interfolha) e saboneteiras (suporte para sabonete líquido) dos banheiros e copa da Câmara Municipal de Palhoça.

15. Obrigações da Câmara Municipal de Palhoça:

15.1. A Câmara Municipal de Palhoça, após, encaminhada a Autorização de Fornecimento, compromete-se a:

15.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

15.1.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

15.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

16. Sanções para o Caso de Inadimplemento

16.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Câmara Municipal de Palhoça, as Sanções Administrativas aplicadas ao contratado serão:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa;

16.1.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Palhoça;

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.2. O atraso injustificado no prazo de entrega implicará na aplicação de multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da Autorização de Fornecimento correspondente, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.

16.2.1. Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos subitens 18.1.3 e

18.1.4, desse edital, como também a inexecução total do contrato.

16.3. As multas a que se referem os itens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Câmara Municipal de Palhoça ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

16.4. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

16.5. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.

16.6. Sempre que não houver prejuízo para a Câmara Municipal de Palhoça, as penalidades impostas poderão ser transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo da Câmara Municipal de Palhoça.

16.7. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.8. A licitante vencedora que se recusar, injustificadamente, a assinar a ata de Registro de Preços ou Contrato/receber a Autorização de Fornecimento, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe será encaminhada, caracterizando o descumprimento da obrigação assumida, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato/Nota de Empenho, podendo a Administração convidar as demais licitantes, na sua ordem de classificação final, mantendo-se o prazo e as mesmas condições da vencedora.

17 - Generalidades

17.1 - O CNPJ da Câmara Municipal de Palhoça é 75.813.675/0001-59.

17.2 - Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

17.3- Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na lei 8.666/93.

17.4 - As amostras porventura apresentadas, deverão ser retiradas pelos interessados em até 10 (dez) dias úteis após a conclusão do procedimento licitatório (homologação, revogação ou anulação). Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se a Câmara Municipal de Palhoça o direito de utilizá-las, doá-las ou simplesmente descartá-las.

17.5 - Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

17.6 - Não será permitido o uso do telefone celular durante a sessão de lances.

17.7 - Os documentos exigidos no presente Edital poderão ser apresentados em original ou em cópia - desde que autenticada por tabelião de notas ou pela Pregoeira e equipe de apoio da Câmara Municipal de Palhoça, ou por publicação na imprensa oficial, com exceção dos documentos retirados por meio eletrônico, que serão validados mediante a verificação on line, quando da abertura dos invólucros.

17.8 - O valor total previsto para este processo será de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

17.9 - Não será aceita e nem recebida pela Câmara Municipal de Palhoça em hipótese alguma, proposta após a data e hora aprazada para a abertura desta licitação, devendo os envelopes ser

entregues somente no Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Palhoça;
17.10 - Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos junto a pregoeira, pessoalmente ou através do telefone (48) 3242-1501/, entre 08:30h e 18:30h.

Palhoça/SC, 10/07/2014.
Nirido Artur Luz
Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014

AQUISIÇÃO MATERIAL DE LIMPEZA

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL
01	20	Unidades	Flanela em algodão branca, medida 28x38 cm.	R\$ 2,00	R\$ 40,00
02	30	Unidades	Saco alvejado para chão, reforçado, medida 80x60cm.	R\$ 7,00	R\$ 210,00
03	15	Caixas	Copo para água de 180 ml, reforçado, conformidade ABNT. Embalagem: caixa com 25 centos de 100 unidades cada	R\$ 70,00	R\$ 1.050,00
04	15	Caixas	Copo para café de 50 ml, reforçado, conformidade ABNT. Embalagem: caixa com 50 centos de 100 unidades cada	R\$ 71,00	R\$ 1.065,00
05	30	Fardos	Papel toalha interfolhado em 100% de fibras naturais, branco, resistente e macio. Embalagem: fardo de 06 pacotes com 400 folhas cada, medida 22x23cm. 100% celulose virgem, 3 dobras, corte limpo das folhas, tecnologia folha por folha Possui laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados atualizados pelo Inst. Adolfo Lutz.	R\$ 46,00	R\$ 1.380,00
06	05	Fardos	Papel higiênico em rolos de 500 mts, 100% de fibras naturais, branco, resistente, anti-álérgico. Embalagem: fardo de 08 rolos de 500 mts cada Tecnologia Personal Possui laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados / atualizados pelo Instituto Adolfo Lutz..	R\$ 52,00	R\$ 260,00

07	05	Bombona	Limpador multiuso, com perfume, bombonas com 5 litros, indicado para limpeza instantânea de pisos, paredes, banheiros em geral, produto exclusivo para uso profissional. Diluição 2% a 4%. Bombona.	R\$ 70,00	R\$ 350,00
08	04	Unidades	Lixeiras de inox para recepção.	R\$ 195,00	R\$ 780,00
09	20	Unidades	Toalha de cozinha, branca, em algodão, medida 65x38, unidade.	R\$ 8,00	R\$ 160,00
10	10	Bombonas	Detergente multiuso com agradável perfume, indicado para limpeza pesada com amoníaco, para pisos e paredes em geral, Bombona de 5 litros, produto exclusivamente de uso profissional.	R\$ 73,00	R\$ 730,00
11	04	Unidades	Pá de lixo plástica com cabo longo (80cm), modelo camponesa.	R\$ 8,00	R\$ 32,00

VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO: R\$ 6.057,00 (seis mil e cinquenta e sete).

-VALIDADE DA PROPOSTA: 30 DIAS.

-ENTREGA: ATÉ 10 DIAS ÚTEIS.

-OS PREÇOS PROPOSTOS COMPREENDEM TODAS AS DESPESAS COM TRANSPORTE, SEGURO, IMPOSTOS, TAXAS E OUTROS ENCARGOS QUE INCIDAM SOBRE O OBJETO LICITADO.

-FORMA DE PAGAMENTO: PARCELA ÚNICA CONFORME ENTREGA DOS MATERIAIS E APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL.

Palhoça/2014.
Setor de Compras e Licitação.

ANEXO II

PREGÃO Nº ____/2014

(MODELO DE PROPOSTA)

PROPOSTA

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CIDADE:
CEP: ESTADO:
FONE/FAX DA EMPRESA:
FONE/FAX DO REPRESENTANTE:
CNPJ Nº:
BANCO: AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE:
E-MAIL:

A presente proposta tem como objeto o fornecimento dos itens abaixo discriminado, de acordo com as especificações constantes no Anexo I do Edital de Pregão Presencial Nº 00/2014.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL
01	20	Unidades	Flanela em algodão branca, medida 28x38 cm.	R\$	R\$
02	30	Unidades	Saco alvejado para chão, reforçado, medida 80x60cm.	R\$	R\$
03	15	Caixas	Copo para água de 180 ml, reforçado, conformidade ABNT. Embalagem: caixa com 25 centos de 100 unidades cada	R\$	R\$
04	15	Caixas	Copo para café de 50 ml, reforçado, conformidade ABNT. Embalagem: caixa com 50 centos de 100 unidades cada	R\$	R\$
05	30	Fardos	Papel toalha interfolhado em 100% de fibras naturais, branco, resistente e macio. Embalagem: fardo de 06 pacotes com 400 folhas cada, medida 22x23cm. 100% celulose virgem, 3 dobras, corte limpo das folhas, tecnologia folha por folha Possui laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados atualizados pelo Inst. Adolfo Lutz.	R\$	R\$
06	05	Fardos	Papel higiênico em rolos de 500 mts, 100% de fibras naturais, branco, resistente, antialérgico. Embalagem: fardo de 08 rolos de 500 mts cada Tecnologia Personal Possui laudo microbiológico e teste de irritabilidade dérmica aprovados /atualizados pelo Instituto Adolfo Lutz..	R\$	R\$
07	05	Bombonas	Limpador multiuso, com perfume, bombonas com 5 litros, indicado para limpeza instantânea de pisos, paredes, banheiros em geral, produto exclusivo para uso profissional. Diluição 2% a 4%. Bombona.	R\$	R\$
08	02	unidades	Lixeiras inox para recepção.	R\$	R\$
09	20	Unidades	Toalha de cozinha, branca, em algodão, medida 65x38, unidade.	R\$	R\$
10	10	Bombonas	Detergente multiuso com agradável perfume, indicado para limpeza pesada com amoníaco, para pisos e paredes em geral, Bombona de 5 litros, produto exclusivamente de uso profissional.	R\$	R\$

TOTAL DO ORÇAMENTO: R\$
(.....).

-VALIDADE DA PROPOSTA: 30 DIAS.

-ENTREGA: ATÉ 10 DIAS ÚTEIS.

-OS PREÇOS PROPOSTOS COMPREENDEM TODAS AS DESPESAS COM TRANSPORTE, SEGURO, IMPOSTOS, TAXAS E OUTROS ENCARGOS QUE INCIDAM SOBRE O OBJETO LICITADO.

-FORMA DE PAGAMENTO: PARCELA UNICA CONFORME ENTREGA DOS MATERIAIS E APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL.

Palhoça/2014.

Setor de Compras e Licitação.

ANEXO III

DECLARAÇÃO NOME DA EMPRESA: _____

CNPJ/MF: _____

INSC. ESTADUAL.: _____

ENDEREÇO: _____

FONE: _____

E-MAIL: _____

Na qualidade de representante legal da empresa acima descrita, declaro sob as

penas da lei e para os fins de Licitação, que a Empresa por mim representada, declara que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação para a Licitação - Pregão Presencial , estando em conformidade com o Edital em questão.

Local,dede 2014

Nome completo e assinatura do(a) representante legal da empresa.

ANEXO IV

D E C L A R A Ç Ã O

(Nome do licitante), CNPJ-MF ou CIC nº, sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

....., de de

Assinatura

Nome:

Identidade nº :

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

....., inscrito no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____

....., portador(a) da Carteira de Identidade nº _____

....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local, ____ de _____ de 2014.

Assinatura

Nome:

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2014

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

..... (nome/razão social), inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____

_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para todos os fins e efeitos legais, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

_____ (UF), _____ de _____ de 2014.
(Local e data)

Diretor ou Representante Legal
(Assinatura e carimbo da empresa)

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO N.º 00/2014 - REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO.

Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua: Joci José Martins, 10180 - Parque Residencial Pagani - Palhoça, inscrita no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Senhor Nirdo Artur Luz, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa. _____, com sede na Rua _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por sua representante legal senhora _____, Representante Legal, RG. _____ SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação nº 00/2014, Pregão Presencial nº 00/2014, homologado em 00/00/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas pelas Leis N.ºs 8.88.883/94, 9.032/95, 9.648/98, 9.854/99 e 10.520/02, ao edital antes citado, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Este contrato tem como objeto contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de material de limpeza e higienização, conforme especificações contidas no edital, no termo de referência e anexo I, partes integrantes deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por meio de ordem bancária, em moeda corrente nacional, em até 15 (quinze) dias após o aceite na nota fiscal, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo Responsável do departamento de Informática, sendo que no primeiro mês o pagamento será proporcional a data da assinatura do contrato, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

2.2. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

2.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Municipal, ao INSS e ao FTGS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

2.4. Caso a documentação esteja disponível na internet, poderá ser baixada e carregada aos autos, sem necessidade de comunicar à contratada;

2.5. As notas fiscais serão emitidas à razão de uma para cada Autorização de Fornecimento;

2.6 - A fatura/nota fiscal deverá ser emitida no início de cada mês,

em nome da Câmara Municipal de Palhoça, inscrito no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

3.1 - O preço inicialmente contratado poderá ser reajustado, mediante negociação prévia entre as partes, observados os preços praticados no mercado e a periodicidade mínima de 06 (seis) meses, considerando-se como índice inicial o da data da apresentação da proposta.

3.2 - Incumbirá a Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reajustamento a ser aprovado pela Contratante, juntando-se memorial de cálculo do reajustamento.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - Este contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, perdurando sua vigência até 31/12/2014, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 06 (seis) meses, mediante a emissão de termo aditivo, conforme estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

4.2 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente;

4.3 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL.

5.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:

5.2. Após a entrega da Autorização de Fornecimento, será designado, conforme o caso, um servidor ou uma comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores, denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

5.3. O material entregue em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório seus anexos e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a refazer-los no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, sob pena de ser considerado em atraso quanto ao prazo de execução.

5.4. O material será entregue em única parcela.

CLÁUSULA SEXTA - CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

6.1 - O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta de recursos da Câmara Municipal de Palhoça, pelos elementos:

3.3.90.30.22.00.00.00.00 - Material de Limpeza e Produção de Higienização.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Iniciar, após o recebimento de autorização de fornecimento da Contratante, a entrega dos materiais, no tempo previsto, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o prazo conforme o estabelecido;

7.2 - Assumir inteira responsabilidade pela entrega do material contratados e efetuar-los de acordo com as especificações e prazos estabelecidos, constantes da proposta e instruções do instrumento convocatório e seus anexos;

7.3 - Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço. A inadimplência do Contratado para com estes encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

7.4 - Responder pelos danos causados, guardará conformidade com o preço de mercado, não sendo considerado o valor histórico do bem;

7.5 - Indicar preposto e instruí-lo quanto à necessidade de acatar as orientações da Fiscalização do Contrato;

7.6 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
7.7 - Manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade da Contratante, a menos que expressamente autorizada pela mesma por escrito;
7.8 - Não proceder à veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração;
7.9 - Fornecer número telefônico fixo e móvel, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados;
7.10- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Indicar o fiscal para acompanhamento da execução contratual;
8.2 - Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8666/93;
8.3 - Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao preposto da Contratada para que as falhas possam ser corrigidas a tempo;
8.4 - Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
8.5 - Prestar à Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar as áreas onde os serviços serão executados;
8.6 - Efetuar os pagamentos devidos;
8.7 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo;
8.8- Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
8.9 - determinar o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;

CLÁUSULA NONA - DO VALOR DO CONTRATO

9.1 - O valor total deste contrato é de R\$ 00.000,00 (.....) para o ano de 2014, havendo prorrogação contratual, no termo aditivo deve constar os valores referentes ao ano correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - A rescisão contratual poderá ocorrer nos seguintes casos:
a) Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização de qualquer natureza, exceto para pagamento de serviços comprovadamente prestados;
c) Judicialmente, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único - Da rescisão contratual decorrerá o direito do CONTRATANTE, incondicionalmente, reter os créditos decorrentes do contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avançado, além das demais sanções estabelecidas neste contrato e em lei, para a plena indenização do Erário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 - Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e após aprovação prévia pela Comissão Permanente de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 - Ocorrendo à inexecução parcial das cláusulas contidas no presente edital, por parte da CONTRATADA, ficará este sujeita as seguintes penalidades:

a) Multa de 0,5% (zero ponto cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega do objeto;
b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vincendas.
c) Advertência por escrito;
d) Suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02 (dois) anos;
e) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E PROPOSTA

13.1 - Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº00/2014, termo de referência e proposta da contratada, bem como as demais disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações. Os casos omissos serão resolvidos por ato da atual Comissão de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Palhoça, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

14.2 - E por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares, pertinentes firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor.

Palhoça, de de 2014.

Nirido Artur Luz

Presidente da Câmara Municipal de Palhoça

Contratante

.....

Diretora Administrativa Financeira

..... Ltda.

Contratada

TESTEMUNHAS: 01 - _____

02 - _____

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 017/14 de 10 de Julho de 2014

Portaria Nº 017/14 de 10 de julho de 2014

“CONCEDE FÉRIAS, BEM COMO ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 134, A SENHORA NOELI CRISTINA DA SILVA REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 17 DE SETEMBRO DE 2012 À 16 DE SETEMBRO DE 2013.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º. - Fica concedido o gozo de férias para a servidora com matrícula sob nº. 134, a senhora Noeli Cristina da Silva, portadora do CPF nº. 842.758.809-78, no período de 11 de julho de 2014 à 30 de julho de 2014, referente período aquisitivo de 17 de setembro de 2012 à 16 de setembro de 2013, bem como autorizado a conversão de 1/3 das férias em abono pecuniário dentro do mês de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 10 de julho de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Portaria Nº 018/14 de 10 de Julho de 2014

Portaria Nº 018/14 de 10 de julho de 2014

“CONCEDE FÉRIAS, BEM COMO ABONO PECUNIÁRIO A SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 120, A SENHORA ROSINHA SAVITSKI REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE MAIO DE 2013 À 21 DE MAIO DE 2014.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a servidora com matrícula sob nº. 120, a senhora Rosinha Savitski, portadora do CPF nº. 420.312.229-53, no período de 11 de julho à 30 de julho de 2014, referente período aquisitivo de 22 de maio de 2013 à 21 de maio de 2014, bem como autorizado a conversão de 10 dias

de férias em abono pecuniário dentro no mês de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 10 de julho de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei Nº 1619/2014

LEI Nº1619/2014

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal de 2014, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 211.500,00 (duzentos e onze mil e quinhentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 5.000,00

04.122.0002.2.004 - Manutenção do Gabinete R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 50.000,00

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração

R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 45.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 50.000,00

12.361.0004.2.017 - Manutenção do Ensino Fundamental

R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

12.361.0004.2.019 - Manutenção da Merenda Escolar do Ensino

Fundamental R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

12.365.0004.2.018 - Manutenção da Merenda Escolar do Ensino

Infantil R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 18.000,00

27.812.0005.1.023 - Construção e Reforma de Equipamentos Es-

portivos R\$ 18.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 18.000,00

0801 - SECRET. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

R\$ 43.500,00

17.511.0009.1.042 - Melhoramento do Saneamento Básico

R\$ 29.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 29.500,00

26.782.0008.1.038 - Construção de Pontes R\$ 14.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 14.000,00

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

R\$ 25.000,00

20.606.0011.2.046 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, In-

dústria e Comércio R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 20.000,00

10.301.0013.2.058 - Manutenção do Programa Agentes Comunitá-

rios de Saúde R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.14.002002 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 211.500,00 (duzentos e onze mil e quinhentos reais):

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 30.000,00

12.361.0004.2.017 - Manutenção do Ensino Fundamental

R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 22.000,00

27.812.0005.2.024 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 22.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 22.000,00

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇO URBANOS

R\$ 52.000,00

15.452.0008.2.031 - Manutenção e Melhoria da iluminação Pública

R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

26.782.0008.2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras

R\$ 22.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 22.000,00

1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE

R\$ 20.000,00

13.391.0012.1.050 - Criação da Fanfarra Municipal R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 87.500,00

10.301.0013.2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

R\$ 67.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 67.500,00

10.301.0013.2.058 - Manutenção do Programa Agentes Comunitá-

rios de Saúde R\$ 20.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.14.002002 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 10 de julho de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 1620/2014

LEI Nº1620/2014

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal de 2014, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 60.000,00

16.482.0010.1.044 - Construção de Casas Populares R\$ 60.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação da dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 60.000,00

16.482.0010.1.044 - Construção de Casas Populares R\$ 60.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 10 de julho de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

DECRETO Nº 24/2014

DECRETO Nº 24/2014

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal de 2014, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 211.500,00 (duzentos e onze mil e quinhentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 5.000,00

04.122.0002.2.004 - Manutenção do Gabinete R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 50.000,00

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 50.000,00

12.361.0004.2.017 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

12.361.0004.2.019 - Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Fundamental R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.365.0004.2.018 - Manutenção da Merenda Escolar do Ensino Infantil R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 18.000,00

27.812.0005.1.023 - Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos R\$ 18.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

0801 - SECRET. DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 43.500,00

17.511.0009.1.042 - Melhoramento do Saneamento Básico R\$ 29.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 29.500,00

26.782.0008.1.038 - Construção de Pontes R\$ 14.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 25.000,00

20.606.0011.2.046 - Manutenção da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 20.000,00

10.301.0013.2.058 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.14.002002 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 211.500,00 (duzentos e onze mil e quinhentos reais):

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 30.000,00

12.361.0004.2.017 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 22.000,00

27.812.0005.2.024 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 22.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

0801 - SEC. DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇO URBANOS R\$ 52.000,00

15.452.0008.2.031 - Manutenção e Melhoria da iluminação Pública R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

26.782.0008.2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 22.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

1101 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE
R\$ 20.000,00
13.391.0012.1.050 - Criação da Fanfarra Municipal R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 87.500,00
10.301.0013.2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
R\$ 67.500,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas
R\$ 67.500,00
10.301.0013.2.058 - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde R\$ 20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.2.14.002002 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 10 de julho de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

DECRETO Nº 25/2014

DECRETO Nº 25/2014

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal de 2014, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 60.000,00
16.482.0010.1.044 - Construção de Casas Populares R\$ 60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação da dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais):

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 60.000,00
16.482.0010.1.044 - Construção de Casas Populares R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 10 de julho de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

Termo de Rescisão de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 374/2014 - PMP, firmado entre a Sra. RAQUEL DAMASIO e esta PREFEITURA, em 12 de junho de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 09 de Junho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 385/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO ADITIVO Nº 385/2014 AO CONTRATO Nº310/2014 PMP
Contratado (A) GABRIELA BRAZ LINHARES, fica prorrogado até 19/12/2014 a contar de 07/07/2014.

Penha/SC, 07 de julho de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.779, de 08 de Julho de 2014.

LEI Nº 1.779, DE 08 DE JULHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária, no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais) para atender a seguinte programação:

02 - Poder Executivo

02.02 - Secretaria de Administração e Finanças

02.02. 27 - Desporto e Lazer

02.02.27.812 - Desporto Comunitário

02.02.27.812.2701 - Esporte e Vida

02.02.27.812.2701.1017 - Ampliação da Rede Física

4490.0000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, no valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02 - Poder Executivo

02.04 - Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social

02.04.08 - Assistência Social

02.04.08.244 - Assistência Comunitária

02.04.08.244.0801 - Assistência Social Geral

02.04.08.244.0801.2025 - Manutenção Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social

3190.0000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE JULHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.778, de 08 de Julho de 2014.

LEI Nº 1.778, DE 08 DE JULHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária, no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais) para atender a seguinte programação:

02 - Poder Executivo

02.06 - Secretaria de Transportes e Obras

02.06. 26 - Transporte

02.06.26.782 - Transporte Rodoviário

02.06.26.782.2601 - Estradas Vicinais

02.06.26.782.2601.2042 - Manutenção Secretaria Transportes e Obras

3390.0000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02 - Poder Executivo

02.06 - Secretaria de Transportes e Obras

02.06. 15 - Urbanismo

02.06.15.451 - Infra-Estrutura Urbana

02.06.15.451.1501 - Urbanização de Vias

02.06.15.451.1010 - Pavimentação de Ruas e Passeios

4490.0000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE JULHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 251, de 08 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 251, DE 08 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA NEUZA MARIA LUPATO BONADIMAN, OCUPANTE DO CARGO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe o Artigo nº 151, lei Complementar nº 016/92 e,

CONSIDERANDO o atestado médico emitido em 18 de junho de 2014, pelo prazo de 180 dias, compreendido entre os dias 18 de junho à 14 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora NEUZA MARIA LUPATO BONADIMAN, ocupante do cargo de Servente, licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de Junho de 2014.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 08 de Julho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Edital de Licitação Nº 029/2014**AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 029/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 23/07/2014, licitação modalidade Pregão Presencial n. 029/2014, visando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PINHEIRO PRETO.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 23/07/2014, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site WWW.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 08 DE JULHO DE 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 204, de 08 de Julho de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 08 DE JULHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF, MODALIDADE NASF-3, CRIA EMPREGOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizada a criação e implantação, no âmbito municipal, do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, modalidade NASF-3, composto pelos seguintes profissionais de nível superior:

- I - Fisioterapeuta;
- II - Nutricionista;
- III - Educação Física;
- IV - Psicólogo.

Art. 2º Para atender os objetivos desta lei, ficam criados no Quadro de Pessoal da Administração Direta, os empregos públicos de provimento efetivo relacionados no Anexo I desta Lei, Regime Jurídico Celetista, com a remuneração prevista no Anexo II.

Parágrafo único. O regime jurídico para os cargos de que trata o art. 1º desta lei é o Celetista, regulamentado pela Lei Complementar nº 141, de 22 de agosto de 2007.

Art. 3º As atribuições dos empregos de que trata esta lei são às constantes do Anexo III.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 08 de julho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

ANEXO I

LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 08 DE JULHO DE 2014.

QUADRO DE EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO
PROGRAMA "NASF"

CARGOS EFETIVOS	FORMAÇÃO ESCOLAR	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Fisioterapeuta	Nível Superior	01	20
Nutricionista	Nível Superior	01	20
Professor de Educação Física	Nível Superior	01	20
Psicólogo	Nível Superior	01	20

ANEXO II

LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 08 DE JULHO DE 2014.

TABELA DE SALÁRIOS - EMPREGOS PÚBLICOS

CARGOS EFETIVOS	SALÁRIO MENSAL EM R\$
Fisioterapeuta	2.183,28
Nutricionista	2.183,28
Professor de Educação Física	1.182,02
Psicólogo	2.183,28

ANEXO III

LEI COMPLEMENTAR Nº 204 DE 08 DE JULHO DE 2014.

PROGRAMA NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

EMPREGO PÚBLICO: FISIOTERAPEUTA

- participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adstrita;
- planejar ações e desenvolver educação permanente;
- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- realizar visitas domiciliares necessárias;
- desenvolver ações Inter setoriais;
- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos;
- promover programas coletivos de ações terapêuticas preventivas à instalações de processos que levam à incapacidade funcional, à patologias músculo esqueléticas, minimizando aquelas já instaladas e desenvolvendo a consciência corporal;
- realizar abordagem familiar e institucional (escolas e creches) no que diz respeito a ergonomia e postura de crianças e adolescentes;
- desenvolver atividades voltadas para adultos e idosos, através de grupos já constituídos (hipertensão, gestantes, obesos), visando a prevenção e reabilitação de complicações decorrentes de patologias, a independência na execução das atividades diárias, assistência e inclusão social de portadores de deficiências transitórias ou permanentes;
- realizar atendimentos ambulatoriais e domiciliares em pacientes

portadores de enfermidades crônicas ou degenerativas, acamados ou impossibilitados, encaminhando a serviços de maior complexidade, quando necessário.

EMPREGO PÚBLICO: NUTRICIONISTA

- participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adstrita;
- planejar ações e desenvolver educação permanente;
- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- realizar visitas domiciliares necessárias;
- desenvolver ações Inter setoriais;
- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos;
- desenvolver ações coletivas de educação nutricional, visando a prevenção de doenças e promoção, manutenção e recuperação da saúde;
- planejar, executar, coordenar e supervisionar serviços ou programas de alimentação e nutrição de acordo com o diagnóstico nutricional identificado na comunidade;
- desenvolver ações educativas em grupos programáticos;
- priorizar ações envolvendo as principais demandas assistenciais, especialmente as doenças e agravos não transmissíveis e nutrição materno infantil;
- prestar atendimento nutricional, elaborando diagnóstico, com base nos dados clínicos, bioquímicos, antropométricos e dietéticos, bem como prescrição de dieta e evolução do paciente;
- promover articulação Inter setorial para viabilizar cultivo de hortas e pomares comunitários, priorizando alimentos saudáveis regionais;
- integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré-estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados;
- realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF dependendo das necessidades.

EMPREGO PÚBLICO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

- participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adstrita;
- planejar ações e desenvolver educação permanente;
- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- realizar visitas domiciliares necessárias;
- desenvolver ações Inter setoriais;
- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré-estabelecidos;
- formar grupos de atividade física com crianças com sobrepeso e obesidade utilizando os espaços públicos já existentes;
- formar grupos de ginástica, caminhada, Tai Chi Chuan e Yoga para adultos e idosos utilizando os espaços públicos já existentes;
- acompanhar usuários da ATI;
- formar grupos de dança, luta e capoeira com adolescentes utilizando os espaços públicos já existentes;
- avaliar e acompanhar os casos encaminhados pelas ESF;
- oferecer orientações que promovam o autocuidado e a prevenção de riscos em todas as suas ações;
- mobilizar a comunidade para participar da comemoração do dia mundial da atividade física;
- integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré-estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados.

EMPREGO PÚBLICO: PSICOLOGO

- participar de reuniões com profissionais das ESF, para levantamento das reais necessidades da população adstrita;
- planejar ações e desenvolver educação permanente;
- acolher os usuários e humanizar a atenção;
- trabalhar de forma integrada com as ESF;
- realizar visitas domiciliares necessárias;
- desenvolver ações Inter setoriais;
- participar dos Conselhos Locais de Saúde;
- realizar avaliação em conjunto com as ESF e Conselho Local de Saúde do impacto das ações implementadas através de indicadores pré estabelecidos;
- desenvolver grupos de portadores de transtorno mental, envolvendo pacientes e familiares, com objetivo de reinserção social, utilizando-se dos recursos da comunidade;
- auxiliar no processo de trabalho dos profissionais das ESF no que diz respeito à reinserção social do portador de transtorno mental;
- realizar ações coletivas abordando o uso de tabaco, álcool e drogas, traçando estratégias de prevenção utilizando os recursos da comunidade;
- realizar ações de difusão da prática de atenção não manicomial, diminuindo o preconceito e a estigmatização com relação ao transtorno mental;
- acolher de forma especial o egresso de internação psiquiátrica e orientar sua família, visando a reinserção social e a compreensão da doença;
- mobilizar os recursos da comunidade para constituir espaços de aceitação e reinserção social do portador de transtorno mental;
- manter contato próximo com a rede de serviços de saúde mental oferecidos pelo município, de modo a poder acompanhar os usuários de sua área de abrangência, que assim o necessitarem;
- realizar consultas para diagnóstico e avaliação de casos encaminhados pela ESF para definir projeto terapêutico a ser executado por toda a equipe;
- integrar-se na rede de serviços oferecidos, realizando referência e contra referência, seguindo fluxo pré-estabelecido, mantendo vínculo com os pacientes encaminhados;
- realizar visitas domiciliares em conjunto com as ESF dependendo das necessidades.

Decreto Nº 4.036, de 07 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4.036, DE 07 DE JULHO DE 2014.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02	Poder Executivo
0203	Secretaria de Educação e Cultura
0203.12	Educação
0203.12.361	Ensino Fundamental
0203.12.361.1201	Desenvolvimento Educacional
0203.12.361.1201.2032	Manutenção das atividades do ensino fundamental
3190-0000	Aplicações Diretas
.....	R\$ 25.000,00
Fonte de Recursos 0118	

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 Poder Executivo
0203 Secretaria de Educação e Cultura
0203.12 Educação
0203.12.361 Ensino Fundamental
0203.12.361.1201 Desenvolvimento Educacional
0203.12.361.1201.2032 Manutenção das atividades do ensino fundamental
3191-0000 Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0119

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 07 DE JULHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 252, de 08 de Julho de 2014.

PORTARIA Nº 252, DE 08 DE JULHO DE 2014.
REVOGA LICITAÇÃO Nº 008/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o certame restou frustrado, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º Determina a repetição de licitação 008/2014, modalidade tomada de preços, em razão do certame ter sido declarado fracassado.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE JULHO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N.º 226/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 226/2014

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados farmacêutico, junto à unidade sanitária central de Pinheiro Preto,

LICITAÇÃO: modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 027/2014

EMPRESA CONTRATADA: DAYANE FRANÇA

VALOR DO CONTRATO A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço MENSAL de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais),

DATA DO CONTRATO: 03 de julho de 2014

PREFEITO

Euzebio Vieceli

Pomerode

PREFEITURA

Lei Ordinária Nº 2.642, de 02 de Julho de 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.642, DE 02 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO MUSICAL PROFESSOR ALÍRIO DAHLKE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de Subvenção Social, no exercício financeiro de 2014, à Associação Musical Professor Alírio Dahlke, inscrita no CNPJ sob nº 04.764.136/0001-29, com sede em Pomerode/SC, no valor de até R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades culturais da entidade.

Art. 2º A Associação Musical Professor Alírio Dahlke, para recebimento dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor, devendo apresentar à Administração Municipal e ao Poder Legislativo a respectiva prestação de contas detalhada, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o encerramento do ano em que recebeu os recursos.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 02 de julho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 497/2014

DECRETO Nº 497, de 03 de julho de 2014.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Agricultores da Comunidade do Maratá - AGRIMAR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário, e pelo período de 1º de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2014, à Associação dos Agricultores da Comunidade do Maratá - AGRIMAR, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 00.646.102/0001-89, com sede na localidade do Maratá - Porto União - SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- um (um) trator agrícola NH TT4030, 4X4, MODELO 2013, NEW HOLLAND, série T75CR406012.

Art. 2º O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2014.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 03 de julho de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Agricultores da Comunidade do Maratá - AGRIMAR, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 00.646.102/0001-89, com sede na localidade do Maratá - Porto União - SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 03 de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2014, o bem móvel municipal abaixo especificado:

- um (um) trator agrícola NH TT4030, 4X4, MODELO 2013, NEW HOLLAND, série T75CR406012.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência deverá ser utilizado pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2014.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 03 de julho de 2014.

PERMITENTE: ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: GABRIEL RUDA

RG nº 1.102.136-5

CPF nº 383.547.729/34

Inexigibilidade de Licitações 001/2014 - Amaspu

IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União

AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União

PORTO UNIÃO - SANTA CATARINA

Processo Licitatório 001/2014

Inexigibilidade de Licitação 001/2014

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União, através de seu Vice - Presidente em exercício, nos termos do art. 25 caput, da Lei nº 8.666/93, conforme consta do Processo Licitatório 001/2014 - Inexigibilidade

de Licitação n.º 001/2014, que declarou a INEXIGIBILIDADE de licitação para a contratação da empresa BETHA SISTEMAS LTDA para implantação, treinamento e locação mensal dos sistemas COMPRAS E PATRIMÔNIO.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pelo Vice - Presidente, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado.

Porto União, SC, 25 de junho de 2014.

SIMÃO ILCZYSZYN

Vice - Presidente em exercício

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 001/2014

Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2014

Caracterização da Situação: A Autarquia necessita de total controle e agilidade na aquisição de produtos e serviços (sistema de Compras), bem como facilitar o controle dos bens através de seus cadastros (sistema de Patrimônio).

Descrição do Objeto: O objeto é a implantação, treinamento e locação mensal dos sistemas COMPRAS E PATRIMÔNIO.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67 como resultado da necessidade de padronização para o funcionamento dos sistemas, uma vez que os mesmos deverão ser interligados ao sistema de contabilidade já implantado nesta autarquia, através de processo licitatório anterior.

Do Preço: O valor estimado a ser pago pela implantação e treinamento será de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo:

- Sistema Compras - implantação R\$ 1.774,73 (um mil, setecentos e setenta e quatro reais e setenta e três centavos) e treinamento R\$ 925,27 (novecentos e vinte e cinco reais e vinte e sete centavos);
- Sistema Patrimônio - implantação R\$ 561,80 (quinhentos e sessenta e um reais e oitenta centavos) e treinamento R\$ 238,20 (duzentos e trinta e oito reais e vinte centavos).

O valor estimado a ser pago pela locação mensal de cada sistema será de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), totalizando o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) a serem pagos mensalmente.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o: 03.01.2.043.3.3.9 0.39.11.00.00.00

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, SC, 25 de junho de 2014.

SIMÃO ILCZYSZYN

Vice - Presidente em exercício

Avenida Getúlio Vargas, 228 - Centro - Porto União/SC

Telefone: (42)3523 2632

e-mail: impressprev@gmail.com

Inexigibilidade de Licitações 001/2014 - Impress

IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União

AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União

PORTO UNIÃO - SANTA CATARINA

Processo Licitatório 001/2014

Inexigibilidade de Licitação 001/2014

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União, através de seu Vice - Presidente em exercício, nos termos do art. 25 caput, da Lei n.º 8.666/93, conforme consta do Processo Licitatório 001/2014 - Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2014, que declarou a INEXIGIBILIDADE de licitação para a contratação da empresa BETHA SISTEMAS LTDA para implantação, treinamento e locação mensal do sistema PATRIMÔNIO.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pelo Vice - Presidente, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado.

Porto União, SC, 25 de junho de 2014.

SIMÃO ILCZYSZYN

Vice - Presidente em exercício

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 001/2014

Inexigibilidade de Licitação n.º 001/2014

Caracterização da Situação: O Instituto necessita facilitar o controle dos bens através de seus cadastros, com a finalidade de armazenar informações relevantes como valor atual, localização, responsável, oferecendo uma visão completa e atualizada sobre a situação físico-financeira do patrimônio.

Descrição do Objeto: O objeto é a implantação, treinamento e locação mensal do sistema PATRIMÔNIO.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67 como resultado da necessidade de padronização para o funcionamento do sistema, uma vez que o mesmo deverá ser interligado ao sistema de contabilidade já implantado nesta autarquia, através de processo licitatório anterior.

Do Preço: O valor estimado a ser pago pela implantação e treinamento será de R\$ 800,00 (oitocentos reais), sendo:

- Sistema Patrimônio - implantação R\$ 561,80 (quinhentos e sessenta e um reais e oitenta centavos) e treinamento R\$ 238,20 (duzentos e trinta e oito reais e vinte centavos).

O valor estimado a ser pago pela locação mensal do sistema será de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), a serem pagos mensalmente.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o: 10.01.2.046.3.3.9 0.39.11.00.00.00

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, SC, 25 de junho de 2014.

SIMÃO ILCZYSZYN

Vice - Presidente em exercício

Avenida Getúlio Vargas, 228 - Centro - Porto União/SC

Telefone: (42)3523 2632

e-mail: impressprev@gmail.com

Extrato de Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços 040/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 071/2014 - Registro de Preços

Extrato de Edital de Pregão Presencial 040/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a Aquisição de Pedras Diversas. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 23 de julho de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 09 de julho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Edital de Processo Licitatório Nº 49/2014

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2014

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:45 (nove horas e quarenta e cinco minutos), do dia 11 (onze) de agosto de 2014, no Setor de Licitações, as propostas para TOMADA DE PREÇOS, cujo objeto é a contratação de serviços de consultoria jurídica em gestão municipal para o Município de Presidente Castello Branco/SC, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "I", Termo de Referência. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 09 DE JULHO DE 2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 106/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 106/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	JULINHO BIANCHI
OBJETO:	Contratação de profissional especializada na área de corretagem de imóveis, destinado a avaliação técnica de imóveis rurais situados em Linha São Luiz, interior do Município de Presidente Castello Branco (SC), passíveis de declaração de utilidade pública e desapropriação, objeto das seguintes matrículas: - Matrícula nº 10.101, L. nº 2 - "AQ", de propriedade da Sra. Anadir Ana Decol Andrioni e outros; - Matrícula nº 18.053, L. nº 2 - "CA", de propriedade da Sra. Izaura Petkov.
VALOR:	R\$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA:	04/07/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 107/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 107/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de Recauchutagem de Pneus.
VALOR:	R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA:	07/07/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 108/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 108/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	RECAUCHUTADORA RODA LTDA EPP
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de Recauchutagem de Pneus.
VALOR:	R\$ 43.570,00 (quarenta e três mil, quinhentos e setenta reais).
VIGÊNCIA:	07/07/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº. 0775/RH

PORTARIA Nº. 0775/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 261, § 1º, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, nos termos do Protocolo nº 143830/2013, conceder a integralização da remuneração do servidor VICENTE GRANZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, matrícula nº 2771501, entre 12/06/2013 e 21/11/2013, em virtude da sua absolvição nos Autos nº 0005234-98.2013.8.24.0054 e trânsito em julgado em 26/11/2013.

Art. 2º Considerar os valores percebidos de Auxílio Reclusão entre 10/09/2013 e 21/11/2013 pela família do servidor, concedido e cessado pelas Portarias nº 1.215/RH de 08 de outubro de 2013 e nº 1.416/RH e 28 de novembro de 2013, respectivamente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, percebendo o valor devido na competência 07/2014 para os descontos legais.

Rio do Sul, 07 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Jhc

Portaria Nº 0683/RH

PORTARIA Nº 0683/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, aos servidores:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo
MARIA DAS GRACAS ALEXANDRE	Auxiliar de Serviços Gerais	16/05/2009 a 14/05/2014
MARGARETE BALDO	Professor	30/03/2009 a 28/03/2014
GRACIELA SAN MARTIN RODRIGUES BAGATOLI	Enfermeiro	02/05/2009 a 30/04/2014
VOLNI ROGERIO SILVA	Motorista de Caminhão	12/05/2009 a 10/05/2014
DANIELA CRISTINA FERRARI	Psicólogo	13/10/2008 a 11/10/2013
LUANA VIEIRA	Auxiliar Administrativo I	07/03/2009 a 05/03/2014

DARCY VICARI	Técnico em Agropecuária	07/05/2009 a 05/02/2014
NAIR MARIA SCHLEMPER DE ANDRADE	Professor	29/03/2009 a 27/03/2014
JANARA DE LIZ FILA-GRANA	Professor	31/05/2009 a 29/05/2014
MARLICE STUPP SALVADOR	Professor	02/05/2009 a 30/04/2014
JONATHAS FIAMONCINI	Técnico em Informática	14/07/2008 a 12/07/2013
EDOLAR PAVANELLO	Professor	04/05/2009 a 02/05/2014
PATRICIA SOARES	Agente Administrativo	02/05/2009 a 30/04/2014
VALMIR CEOLA	Motorista de Veículo Leve	03/04/2009 a 01/04/2014
EDGAR CUNHA	Agente Administrativo	21/04/2009 a 19/04/2014
RONALDO DA ROCHA	Agente Administrativo	07/02/2009 a 05/02/2014
AFONSO CARLO NEVES	Professor	09/05/2009 a 07/05/2014
MARGARETE FRANZ	Professor	16/05/2009 a 14/05/2014
ROSELI MULLER PETERSEN	Professor	02/05/2009 a 30/04/2014

ROSANGELA BELTRAMINI NOGAS	Professor	02/05/2009 a 30/04/2014
EDSON LUIS FRONZA	Engenheiro Agrônomo	20/08/2004 a 18/08/2009
ANA CLAUDIA DEMARCH FRANCESCHI	Professor	02/05/2009 a 30/04/2014
MARGRIT FELDMANN MIRAMBEL PUIGDEFABREGAS	Técnico em Enfermagem	01/06/2009 a 30/05/2014
VALDIR STEDILE	Operador de Equipamentos	15/05/2009 a 13/05/2014
SILVIA CRISTINA ROSA NOGUEIRA	Professor	16/05/2009 a 14/05/2014
GERTRUDES WHRMEISTER	Auxiliar de Serviços Gerais	15/05/2009 a 13/05/2014
SANTA ELISABETE DE JESUS	Auxiliar de Serviços Gerais	15/05/2009 a 13/05/2014
ISOLDE SCHOENINGER	Auxiliar de Serviços Gerais	16/05/2009 a 14/05/2013
ROBSON FERREIRA FERNANDES	Guarda Municipal	06/02/2008 a 03/02/2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAS

Portaria Nº 0687/RH
 PORTARIA Nº 0687/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, aos servidores:

Servidor	Cargo
DARCY VICARI	Técnico em Agropecuária
NAIR MARIA SCHLEMPER DE ANDRADE	Professor
NADIA APARECIDA ERKMANN AGOSTINI	Professor

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0712/RH
 PORTARIA Nº 0712/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, aos servidores:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo
NILSON GABRIEL FELIPPE	Operador de Equipamentos	26/06/2009 a 24/06/2014
DEISE MONTIBELER	Professor	01/06/2009 a 30/05/2014
ANTONIA FRANCISCA DE ARAUJO	Professor	01/06/2009 a 30/05/2014
MARIA APARECIDA PHILIPPI	Auxiliar de Serviços Gerais	01/04/2009 a 30/03/2014
GILBERTO ALVES DO ROSARIO	Auxiliar de Serviços Gerais	29/05/2009 a 27/05/2014
MARISA KLAUMANN DE ALMEIDA	Professor	31/05/2009 a 29/05/2014
RUBIA MARIA KNUPFER	Professor	31/05/2009 a 29/05/2014
MICHEL LUIS STREY	Cirurgião Dentista	31/05/2009 a 29/05/2014
ANGELITA BATISTA CORREA	Professor	31/05/2009 a 29/05/2014
DIORGES ROBERTO XAVIER DE LIZ	Professor	31/05/2009 a 29/05/2014
SONIA MARIA REAL AMORIM CARDOSO	Cirurgião Dentista	08/03/2009 a 06/03/2014
PATRICIA REGINA MENDES	Professor	03/06/2009 a 01/06/2014

ROSELI STREY	Professor	23/06/2009 a 21/06/2014
NADIA CRISTINA MARTINS GONCALVES	Professor	02/06/2009 a 31/05/2014
EDI CAROLINA RIBEIRO	Auxiliar de Serviços Gerais	10/06/2009 a 08/06/2014
LUZIA ZONTA ERTMANN	Professor	03/06/2009 a 01/06/2014
LAIR BECKER	Pedagogo	22/09/2003 a 19/09/2008
LAIR BECKER	Pedagogo	20/09/2008 a 18/09/2013
ROBSON DA SILVA	Auxiliar Administrativo I	18/05/2005 a 16/05/2010
GENIR CEOLA	Pedagogo	08/06/2009 a 06/06/2014
CARMELA SUZANA DA VEIGA FERREIRA	Agente Administrativo	11/02/2009 a 09/02/2014
SILVANIA DELLA JUSTINA DE GODOI	Auxiliar Administrativo I	09/03/2009 a 07/03/2014
LAURECI CLAUDINO PERINI	Professor	13/09/2008 a 11/09/2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de junho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
TAS

Portaria Nº 0738/RH
 PORTARIA Nº 0738/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº.0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 1º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio metade em gozo e metade em pecúnia, no período de 11/06/2014 a 25/07/2014, referente ao quinquênio 31/03/2009 a 29/03/2014, a servidora municipal NADIA APARECIDA ERKMANN AGOSTINI ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de Junho de 2014

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0739/RH
 PORTARIA Nº 0739/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº.0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 1º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em gozo, no período de 05/06/2014 a 02/09/2014, referente ao quinquênio 31/03/2009 a 29/03/2014, a servidora municipal ANA PAULA ROSA GRACIOLI ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de Junho de 2014
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0759/RH

PORTARIA Nº 0759/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, ao servidor:

Servidor	Cargo
NILSON GABRIEL FELIPPE	Operador de Equipamentos

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Julho de 2014.
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0762/RH

PORTARIA Nº 0762/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 25/06/2014 a 22/09/2014 concedida por meio da Portaria n. 0552/RH de 12/05/2014 ao servidor municipal LUIZ GONZAGA MACANEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Julho de 2014
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0763/RH

PORTARIA Nº 0763/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 11/06/2014 a 25/07/2014 a servidora municipal MARIA SALETE DA SILVA FIGUEIREDO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Julho de 2014

CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0764/RH

PORTARIA Nº 0764/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 02/06/2014 a 30/08/2014 a servidora municipal LEILA PATRICIA CONTI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Julho de 2014

CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0765/RH

PORTARIA Nº 0765/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 05/06/2014 a 18/08/2014 a servidora municipal BEATRIZ FRONZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Julho de 2014
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0766/RH

PORTARIA Nº 0766/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 10/06/2014 a 08/08/2014 a servidora municipal IVONE BERNARDINO, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Julho de 2014
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0767/RH

PORTARIA Nº 0767/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Corrigir e convalidar as Portarias n. 0451, n. 0589, n. 0598, n. 0588, n. 0638, n. 0554, n. 0639 e n. 0641 com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde dos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Período Errado	Período Corrigido
CELIA MARIA DE OLIVEIRA DREHER	23/05/2014 a 21/07/2014	08/05/2014 a 21/07/2014
IRENE DE FATIMA KOWALSKI DA CRUZ	28/05/2014 a 11/06/2014	13/05/2014 a 11/06/2014
MARIA APARECIDA DE LINO DAY	01/05/2014 a 29/07/2014	16/04/2014 a 29/07/2014
AUGUSTINHO IGNACIO	08/05/2014 a 05/08/2014	23/04/2014 a 05/08/2014
CIRINEU BLEMER DIAS	24/04/2014 a 06/07/2014	23/04/2014 a 06/07/2014
TIAGO DA CONCEIÇÃO CARDOSO	22/05/2014 a 17/06/2014	19/05/2014 a 17/06/2014
ZULEIDA WIGGERS AVI	07/05/2014 a 05/06/2014	22/04/2014 a 05/06/2014
MARGARETE DUBIELA	24/04/2014 a 23/05/2014	09/04/2014 a 23/05/2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Julho de 2014
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0776/RH

PORTARIA Nº 0776/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 16/06/2014 a 23/09/2014 a servidora municipal ADRIANA MAISA NIKEL WETZSTEIN, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Julho de 2014
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0777/RH

PORTARIA Nº 0777/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 17/06/2014 a 16/07/2014 a servidora municipal MARIA GORETE DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Julho de 2014
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0778/RH

PORTARIA Nº 0778/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao

249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 24/06/2014 a 22/08/2014 a servidora municipal MARGARETE ALCARA, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Julho de 2014
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0779/RH

PORTARIA Nº 0779/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 23/06/2014 a 21/08/2014 a servidora municipal LEOCADIA BET, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Julho de 2014
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0781/RH

PORTARIA Nº 0781/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 11/06/2014 a 09/08/2014 a servidora municipal EDELISE LIPPEL, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Julho de 2014
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0782/RH

PORTARIA Nº 0782/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 29/06/2014 a 27/08/2014, concedida por meio da Portaria n. 0550/RH de 12/05/2014 a servidora municipal NILVA WESSNER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Julho de 2014
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Portaria Nº 0780/RH

PORTARIA Nº 0780/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 29/06/2014 a 26/09/2014, concedida por meio da Portaria n. 0599/RH de 23/05/2014 a servidora municipal ROSEMARI MENSEN, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Julho de 2014
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
TAS

Edital de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo 008/14

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Janete de Souza	xxx.272.439-xx	143765
Ivo Renato Merizi	xxx.956.779-xx	133760
Mario Sergio Stramosk	xxx.237.780-xx	146842
Hercilio Paulino Ledra	xxx.893.909-xx	143753
CEPAN - Consultoria Energética e Projetos Ambientais	xx.540.445/0001-xx	144987
Andreia Cristina Ladewig	xxx.662.599-xx	147770
Assoc Protetora dos Animais Desamparados-APAD	xx.356.234/0001-xx	147735
Gilberto Wagner	xxx.851.139-xx	147234

Rio do Sul, 09 de Julho de 2014.
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN
Secretário Municipal da Fazenda

Portaria Nº 0789/2014
PORTARIA Nº. 0789/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Portaria n. 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art..1º Conceder a partir de 23/06/2014, ao servidor LUIZ OSVALDO MEIRELLES PAHL, ocupante do cargo de provimento efetivo FISCAL DE OBRAS, letra "G", gratificação mensal equivalente à 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do piso mínimo dos servidores públicos municipais, com fundamento no Art. 105 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, alterado pelo Art. 16 da Lei Complementar n.º 217 de 14/12/2010, em razão de estar designado para realizar a atividade de Oficial de Justiça Ad-hoc, conforme Portaria nº 01/14 da 3ª Vara Cível da Comarca de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de julho de 2014.
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino
Vf

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Edital de Pregão Presencial Registro de Preço Nº 34/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2014 FMS

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de papelaria e suprimentos de informática para atender necessidade de diversos setores desta secretaria.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, sala de reuniões, dia 18 de julho de 2014 às 09:00 horas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolar na Divisão de Suprimentos até às 08:00 do dia 17 de julho de 2014, no endereço acima.

EDITAL COMPLETO: Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 13:30 de 2º à 6ª feira, no setor de Licitações da Saúde, através do e-mail:luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou no site www.riodosul.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul, 08 de julho de 2014.
LUIS CARLOS ZANIS
Secretario Municipal de Saúde

Salto Veloso

PREFEITURA

Portaria Nº. 213/2014

PORTARIA Nº. 213/2014

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 07 de Julho de 2014 a 04 de Outubro de 2014, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, a servidora GENTIL SARTOREL, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Carpinteiro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de Julho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 214/2014

PORTARIA Nº. 214/2014

"NOMEIA DIRETOR DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº16/2010 de 23/12/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

Resolve,

Artigo 1º. Fica nomeado para o cargo de Diretor Saúde e Assistência Social, cargo em comissão, nível CC-3, com 40 horas semanais, a partir de 01/07/2014 o Sr. JOÃO ANTONIO DA SILVA RIBEIRO.

Artigo 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Vigente.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2014, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 07 de Julho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 215/2014

PORTARIA Nº. 215/2014

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais.

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. SEBASTIÃO DE OLIVERIA, pelo período de 01/07/2014 a 31/10/2014, conforme atestado médico e pericia da Previdência Social, partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 07 de Julho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 216/2014

PORTARIA Nº. 216/2014

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. DARCI ANTONIO SERIGHELLI, pelo período de 07/07/2014 a 15/01/2015 conforme atestado médico e pericia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 07 de Julho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 217/2014

PORTARIA Nº. 217/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 14 dias de Férias, no período compreendido de 09 de Julho de 2014 a 22 de Julho de 2014, totalizando 14 dias de férias a Servidora MARCIMONE ADRIANA DEVALIERI VETURIN do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/08/2008 a 31/07/2009.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 09 de Julho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 218/2014

PORTARIA Nº. 218/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 10 de julho de 2014 a 08 de agosto de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora SALETE GETASSI BORGHA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2013 a 31/01/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 10 de Julho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 032/2014

DECRETO nº 032/2014, de 09 DE JULHO de 2014.

Fixa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC como índice oficial para correção monetária dos créditos trabalhistas pagos administrativamente na forma que especifica.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base nos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC como índice oficial para a correção monetária dos créditos de origem trabalhista, pagos através de processo administrativo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 09 de julho de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

josé carlos oneda

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****Decreto Nº 038, de 07 de Julho de 2014.**

Decreto nº 038, de 07 de julho de 2014.

Dispõe sobre o horário de expediente dos Órgãos Públicos no dia de realização do jogo da Seleção Brasileira na fase SEMIFINAIS da Copa do Mundo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 703, de 09/04/2007 Decreta:

Art. 1º O expediente dos órgãos públicos da Prefeitura Municipal no dia de realização do jogo da Seleção Brasileira na Fase SEMIFINAIS da Copa do Mundo, obedecerá ao seguinte horário:

- Dia 08/07/2014 (terça-feira), das 07h00 as 13h00.

Parágrafo único. Os serviços essenciais funcionarão normalmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de julho de 2014.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

Errata Edital 68/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

ERRATA

Edital nº 68/2014-CV

Publicação na Edição nº 1522 de 08/07/2014

Aviso de Alteração abertura de Edital

Onde lê-se:

"Edital de Licitação nº 68/2014 - Pregão Presencial"

Leia-se:

"Edital de Licitação nº 68/2014 - Carta Convite"

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 06/2014**

PORTARIA PL Nº 06, DE 02/06/2014.
REAJUSTA VALORES DE DIÁRIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao que determina o artigo 3º da Resolução PL nº 036/2001, alterada pela Resolução PL nº 67, de 13/04/2010,

RESOLVE:

Art.1º Reajustar os valores das diárias dos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo do Município de Santa Rosa do Sul, com base na variação do IGPM acumulado dos meses de maio de 2012 a abril de 2013, passando a vigorar com os seguintes valores:

- a) Sem pernoite: R\$ 67,05 (sessenta e sete reais e cinco centavos)
- b) Com pernoite: R\$ 172,28 (cento e setenta e dois reais e vinte e oito centavos)
- c) Distrito Federal R\$ 397,75 (trezentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Santa Rosa do Sul, em 02 de Junho de 2014.

VER. JOSÉ LUIZ LOPES DE BORBA
Presidente

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado nesta Secretaria e no diário oficial do município de Santa Rosa do Sul <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> na data supra.

VER. ISRAEL DABOITT
1º Secretário

Santa Terezinha do Progresso**PREFEITURA****Extrato Edital FMS 188/2014**

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso - SC, localizado na Rua Ernesto Francisco Cardoso, 56, CNPJ: 11.360.515/0001-19, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial n. 12/2014, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório para AQUISICAO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até o dia 23/07/14, até às 08:00 horas, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 08:30 horas, no mesmo dia e endereço já mencionado. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 09/07/14.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Edital Nº 004/2014

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA
EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 004/2014

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público a lista de candidatos deferidos e indeferidos do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 004/2014.

Informa ainda que conforme dispõe o Edital, o prazo para recursos será de 02 (dois) dias úteis a partir da data de publicação.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	043	Leni Lires Drevek Dal Bó	8,00
2	016	Maricleia Ciriaco	5,50
3	069	Silvete Ferreira da Cruz Hacke	5,50
4	091	Juliana Costa Muniz Nunes	5,50
5	121	Ivan Neppl	5,50
6	099	Jessica Nossol	5,50
7	017	India Nara Siqueira	4,50
8	001	Dinoci Gomes	3,50
9	042	Ivani Alves de Carvalho Oliveira	3,50
10	062	Luzia Aparecida Moreira Matos	3,00
11	094	Crislaine Leite Pereira Wolff	3,00
12	034	Katia Leda Schwalbe	3,00
13	089	Ines Storocz Massaneiro	3,00
14	081	Silvana Aparecida Krauss Granza	3,00
15	012	Rosinete Lima de Assunção	3,00
16	015	Roseli Liebl Behnke	3,00
17	098	Greici Nossol	3,00
18	067	Tiago Lourenço	3,00
19	108	Elaine Aparecida Demeterko	3,00
20	021	Sandra da Luz	2,50
21	077	Leliane Stefen	2,00
22	054	Adelita Juliane Nunes de Souza	2,00
23	090	Leonilde de Fatima Motta	2,00
24	100	Daiani Nascimento dos Santos	2,00
25	104	Roseli Hortmann Ptaszec	2,00
26	087	Cristiane Aparecida Batistela	2,00
27	117	Celia Regina Oliveira da Silva	2,00
28	019	Ana de Jesus Dums	2,00
29	037	Maria Luzia Martins de Oliveira Carvalho	2,00
30	070	Josiane Becker	2,00

31	120	Cleonice Maria de Couto Drozczak	2,00
32	116	Juci Pires Fernandes	2,00
33	022	Lauro Krockmalny	2,00
34	084	Vilma do Rocio Martins Pinto	2,00
35	086	Elisabete do Rocio Candido Benz	2,00
36	065	Maria Celeste Lima Laurentino	2,00
37	073	Adilea da Silva	2,00
38	031	Sonia Ferreira Migueloni Salvador	2,00
39	008	Cintia Fatima dos Santos	2,00
40	041	Vanessa Taschek	2,00
41	088	Viviane Gianine Kuscham	2,00
42	046	Michele Alves	2,00
43	066	Deisi Fabiola de Oliveira	2,00
44	097	Silvana Siqueira Sell	2,00
45	005	Pedro Nelson Grossl	2,00
46	134	Donaria Leite Oribka	2,00
47	024	Ineis Cardoso	2,00
48	057	Zenita Koehler Keretch	2,00
49	119	Neusa Aparecida dos Santos De Souza	2,00
50	124	Bianca Santos de Freitas	2,00
51	125	Tainara de Fatima Moraes	2,00
52	061	Dayane Mendes	1,00
53	053	Juliane de Goes	1,00
54	112	Matilde das Neves Socreppa	1,00
55	003	Daiane Priscila da Silva	1,00
56	103	Margarete Adão	1,00
57	113	Zulmira de Fatima Adao Carneiro	1,00
58	025	Iara Aparecida Mauricio	1,00
59	071	Rita Aparecida de Souza Piekarski	1,00
60	038	Tatiane de Fatima Maia de Lima	1,00
61	028	Maria Alice Siqueira	1,00
62	002	Sabrina Aparecida Pereira	1,00
63	045	Iolanda Pscheidt	1,00
64	132	Roberto Ludwinski	1,00
65	126	Charlene Sabrina Lino de Lima	0,00
66	114	Sirlei Ferreira Gonçalves dos Anjos	0,00
67	036	Pedro Rosá	0,00
68	106	Mariza Aparecida Pereira	0,00
69	006	Felicio Urbainski	0,00
70	111	Sirlei das Graças Motta	0,00
71	013	Irineu de França	0,00
72	011	Cecilia Liebl	0,00
73	105	Roseli Bueno de Oliveira Pinto	0,00
74	115	Solange Lemek	0,00
75	133	Marilene Sauer	0,00

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FMD

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	001	Rosane Cristine Lutz Winter	5,50
2	002	Angela Carvalho	4,00
3	003	Vania Siqueira Lima Tandler	3,00
4	004	Jaqueline Castro Santos	3,00
5	005	Jaqueline Aparecida Pereira	0,00

CARGO: PEDREIRO - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	109	Vilmar Matindale	2,00
2	032	Antonio Marcos Texeira dos Santos	2,00
3	076	Daniel Carlos Da Silva	0,00

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	026	Dionice Lusía Liebl Correa	7,50
2	102	Clodoaldo Fausto	6,50
3	064	Juliane Muchalsky	6,50

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	072	Almerinda Alves dos Santos	10,50
2	080	Marcelo Jose Schmidt de Lima	3,00
3	033	Maike Cristiano Pezzini	3,00
4	007	Evandro dos Santos de Paula	3,00
5	050	Wagner de Almeida	0

CARGO: PROFESSOR DE PORTUGUÊS/INGLÊS - HABILITADO - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	030	Zila Ada Terres	10,00
2	058	Geovana Moreira	6,50
3	122	Michele Larsen Moreira	4,00

CARGO: PROFESSOR DE PORTUGUÊS/INGLÊS - NÃO HABILITADO - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	082	Joyci Madruga Jorge	5,50
2	068	Patricia Aparecida Hacke	3,00
3	052	Danielle Braguetto Nacamura Maronese	3,00
4	059	Gisele Kubichen	3,00

CARGO: PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	009	Ines da Silva Paslauskis Castilho	6,50
2	010	Maristela da Rosa de Carvalho	6,50
3	096	Nerli Borges de Souza Schoffel	6,50
4	063	Marcia Fabiana dos Santos	6,50

CARGO: PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	093	Marcele Weitner	5,50
2	092	Giseli Becker Wohl	3,00
3	039	Adriane Tomelin Wohl	3,00

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	027	Andrea Maria de Souza Soares	7,50
2	079	Saete Teresinha Chiodi Schmidt de Lima	7,00
3	047	Fabiana Gonçalves	6,50
4	044	Lais Delaci Varela	6,50
5	075	Tais Aparecida Odia Uhlig	6,50
6	131	Vanessa Lemes	5,00
7	078	Rozeli Maria Ferreira	4,00
8	020	Daniely Aparecida Schvitaicky Franke	4,00
9	051	Janaina Hartinger	4,00

CARGO: PROFESSOR DE OFICINA DE DANÇA - HABILITADO - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	127	Silvana de Cassia Ferreira	7,50
2	107	Nadini da Silva	6,50

CARGO: PROFESSOR DE OFICINA DE DANÇA - NÃO HABILITADO - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	095	Taciane Aparecida da Rosa	5,50
2	014	Bruna Maria Ribas	3,00

CARGO: ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	023	Deise Simone Fossile	12,50
2	055	Inez Elizete Jeller	11,50
3	123	Cristiane Kotovicz Collaço	10,00
4	085	Lisete Matioski Labas	7,50
5	128	Ligiane Carla Correa Borges Neppl	7,50
6	048	Osmarina Pereira de Camargo Schutzler	6,50
7	029	Tatiane Maciel da Rosa	6,50
8	049	Ana Maria da Silva Lima	6,50
9	118	Celia Niepiçui Ribeiro	6,50
10	056	Cristiane Bayerl Quost Mariano	6,50
11	083	Silvane Ramos	6,50
12	035	Aline Vieira do Prado Gadotti	6,50
13	101	Rita Pereira	5,00
14	060	Siomary de Cassia de Oliveira	4,00
15	040	Rafael Henrique de Paula	4,00

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - INTERPRETE DE LIBRAS - NÃO HABILITADO - Prefeitura Municipal

Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação
1	130	Mauricio Mika	3,00

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Motivo
129	Silmara Begalke	Professor de Educação Especial - Interprete de Libras - Habilitado	Habilitação incompatível
018	Maria Elizabeth Pfutzenreuter Giachetta	Professor de Artes - Não Habilitado	Habilitação incompatível
074	Aline Kock Briniak	Professor de Português/Inglês - Não Habilitado	Habilitação incompatível
110	Gislaine Friedrich Stremlow	Professor de Geografia - Habilitado	Habilitação incompatível
004	Sidnei Stiegler	Motorista	Cargo inexistente no edital

São Bento do Sul, 09 de julho de 2014.

Fernando Tureck
Prefeito Municipal

Portaria Nº 6032/2014

PORTARIA Nº 6032, DE 09 DE JULHO DE 2014.
Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único, do artigo 156, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância formada para apurar indícios de autoria e materialidade, em tese, de ilícitos administrativos por descumprimento de ordem judicial - autos de nº 058.13.005632-1, tendo sido instaurada por meio da Portaria nº 5818, de 11 de junho de 2014.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 6033/2014

PORTARIA Nº 6033, DE 09 DE JULHO DE 2014.
Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único, do artigo 156, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância formada para apurar indícios de autoria e materialidade, em tese, de ilícitos administrativos por descumprimento de ordem judicial - autos de nº 058.13.005180-0, tendo sido instaurada por meio da Portaria nº 5819, de 11 de junho de 2014.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 6034/2014

PORTARIA Nº 6034, DE 09 DE JULHO DE 2014.

Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo único, do artigo 156, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância formada para apurar indícios de autoria e materialidade, em tese, de ilícitos administrativos por descumprimento de ordem judicial - autos de nº 058.13.004503-6, tendo sido instaurada por meio da Portaria nº 5820, de 11 de junho de 2014.

Art. 2º O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão é de mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 6025/2014

PORTARIA Nº 6025, DE 03 DE JULHO DE 2014

ALTERA PORTARIA Nº 2014/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º O Artigo 3º da Portaria nº 2014, de 02 de maio de 2013, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 16 de setembro de 2008.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6026/2014

PORTARIA Nº 6026, DE 03 DE JULHO DE 2014

Consolida Portaria nº 2014/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 2014, de 02 de maio de 2013, que concedeu aposentadoria à TEREZINHA RAMOS, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, nº APE - 13/00468090, através da Decisão nº 1726/2014, de 14 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 03 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6027/2014

PORTARIA Nº 6027, DE 04 DE JULHO DE 2014

Nomeia Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 02 de julho de 2014, ANA MARIA FURMANN COMARELLA, no cargo de Coordenador de Setor de Expediente e Serviços Internos, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 04 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6028/2014

PORTARIA Nº 6028, DE 04 DE JULHO DE 2014

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 04 de julho de 2014, KAREN CRISTINA GIRALDI UHLICK, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Farmacêutico, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 02 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 6029/2014

PORTARIA Nº 6029, DE 04 DE JULHO DE 2014

Prorroga Prazo para Posse

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 19, 1º, da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de ALISSON HACKE, no cargo de Fiscal de Posturas, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo - Concurso Público nº 009/2011, conforme Processo nº 4415/2014, protocolado em 03 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Decreto Nº 0616/2014

DECRETO Nº 0616, DE 07 DE JULHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - EMHAB

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) no orçamento vigente da Empresa Municipal de Habitação e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(13) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrig. Tributárias e Contributivas R\$ 3.000,00

Unidade: 02 - Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 - Investindo em Programas Habitacionais (28) 4.5.90.66.00.00.00 200 - Conc. Empréstimos e Financiamentos R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(17) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 3.000,00

Unidade: 02 - Fundo Rotativo Habitacional

Projeto: 1.017 - Investindo em Programas Habitacionais

(24) 4.4.90.51.00.00.00 200 - Obras e Instalações R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0617/2014

DECRETO Nº 0617, DE 07 DE JULHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 89.500,00 (oitenta e nove mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Gestão do Gabinete do Prefeito

(430) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 3.000,00

Unidade: 04 - Departamento de Defesa Civil

Atividade: 2.003 - Departamento de Defesa Civil - DEFIV

(37) 3.3.90.30.00.00.00 0100 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

(41) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(68) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 500,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E

URBANISMO

Unidade: 03 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR

Atividade: 2.035 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR

(181) 3.3.90.39.00.00.00 0154 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 16.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.030 - Manut. e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

(197) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 10.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(403) 3.3.90.30.00.00.00 0100 - Material de Consumo R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Gestão do Gabinete do Prefeito

(593) 3.1.90.16.00.00.00 0100 - Outras Desp. Variáveis - PC R\$ 2.000,00

(427) 3.3.90.33.00.00.00 0100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 1.000,00

Unidade: 04 - Departamento de Defesa Civil

Atividade: 2.003 - Departamento de Defesa Civil - DEFIV

(38) 3.3.90.32.00.00.00 0100 - Mat. Distribuição Gratuita R\$ 20.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(62) 3.3.90.14.00.00.00 0100 - Diárias - Civil R\$ 500,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 03 - SSP TRÂNSITO - POLÍCIA MILITAR

Atividade: 2.035 - Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR

(180) 3.3.90.37.00.00.00 0154 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 16.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.030 - Manut. e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

(194) 3.3.90.30.00.00.00 0100 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

(198) 4.4.90.51.00.00.00 0100 - Obras e Instalações R\$ 5.000,00

(199) 4.4.90.52.00.00.00 0100 - Equip. Material Permanente R\$ 3.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(396) 3.1.90.11.00.00.00 0100 - Venc. Vant. Fixas R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de julho de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0618/2014

DECRETO Nº 0618, DE 07 DE JULHO DE 2014

Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal, UFM, fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,3243, a partir de 01 de julho de 2014, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de julho de 2014

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

Portaria /SAMAE/SBS Nº 121, de 08 de Julho de 2014.

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 121, de 08 de julho de 2014.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor EDSON LUIZ FEIL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/07/2014.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 122, DE 08 DE JULHO DE 2014.

Portaria /SAMAE/SBS Nº 122, de 08 de julho de 2014.

" CONCEDE FÉRIAS "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor JOSE VILMAR VARELA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e

Esgoto, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/07/2014.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 123 DE 08 DE JULHO DE 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 123 de 08 de julho de 2014.

“CONCEDE LICENÇA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER ao servidor JOEL PIRES DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de serviços de pedreiro, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em folga, conforme consta no artigo 98 da lei 228/2001 e do Processo nº 008/2014, de 09/06/2014.

Art. 2º-A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2010/2013, com gozo de 01/07 a 30/07/2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 124 DE 08 DE JULHO DE 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 124 de 08 de julho de 2014.

“CONCEDE LICENÇA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER ao servidor DIEGO RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em folga, conforme consta no artigo 98 da lei 228/2001 e do Processo nº 039/2013, de 26/06/2013.

Art. 2º-A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2011/2014, com gozo de 30/06 a 29/07/2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 125, DE 09 DE JULHO DE 2014.

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 125, de 09 de julho de 2014.

“ NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO
SERVIDOR QUE MENCIONA ”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR a partir de 07 de julho de 2014, na forma do art. 9º, Parágrafo único, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001 e da Lei Nº 2.966, de 29 de Fevereiro de 2012, PAULO SÉRGIO FURTADO, aprovado no concurso público 009/2011, para o cargo de provimento efetivo de LEITURISTA, Grupo Ocupacional 02, classe A, do Quadro de Pessoal efetivo desta Autarquia, com os vencimentos de Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 126 DE 09 DE JULHO DE 2014.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 126 de 09 de julho de 2014.

“CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, a servidora ROSANE MARIA BAYERL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, Grupo Ocupacional 02, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada nesta Autarquia Municipal, para o nível vertical II classe B.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2014.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 011, de 07 de Julho de 2014.**

PORTARIA Nº 011, DE 07 DE JULHO DE 2014.

"Concede Licença Prêmio a servidora Rosemere Aparecida de Lima."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Licença Prêmio de 30 (trinta) dias a servidora Rosemere Aparecida de Lima, ocupante do cargo de Zelador, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Bento do Sul, no período de 14 de julho a 12 de agosto de 2014, de acordo com o Artigo 98 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul, referente ao período aquisitivo de 08/2011 a 07/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de julho de 2014.

CESAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente

São Domingos**PREFEITURA****Aditivo Prefe 026 Rodrigues E da Silva Ltda Me - Pavimentação com Pedras**

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JULHO/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: PREFE N. 026 de 01/07/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 038/2013 Tomada de Preços 010/2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do contrato PREFE 052 de 26 de agosto de 2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: Rodrigues e Da Silva Ltda ME.

CNPJ: 07.481.358/0001-22

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 06/11/2014

Aditivo FMS 008 Laboratório B & B

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JUNHO/2013

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 008 DE 03/06/2014 (TERCEIRO TERMO ADITIVO)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/06/2014

LICITAÇÃO: CHAMADA PÚBLICA FMS N. 001/2012

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Décima Terceira do Contrato FMS n. 004 de 01/03/2012

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: B & B LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME

CNPJ: 72.237.068/0001-68

DATA DE VENCIMENTO DO CONTRATO: 30/03/2015

Aditivo FMS 007 Lab. Pozzer E Prezotto

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JUNHO/2014

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 007 DE 10/09/2013 (TERCEIRO TERMO ADITIVO)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/06/2014

LICITAÇÃO: CHAMADA PÚBLICA FMS N. 001/2012

DESCRIÇÃO: o objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Décima Terceira do Contrato FMS n. 005 de 01/03/2012

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: POZZER E PREZOTTO LTDA

CNPJ: 14.437.447/0001-37

DATA DE VENCIMENTO DO CONTRATO: 30/03/2015

Aditivo Prefe 024 Sinasc

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JUNHO/2014

TERMO ADITIVO: PREFE N. 024 de 03/06/2014 (PRIMEIRO TERMO ADITIVO).

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 063/2013 Tomada de Preços 015/2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos contrato PREFE n. 003, de 06/01/2014

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: Sinasc Sinalização e Construção de Rodovias Ltda
CNPJ: 07.150.434/0001-17

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 21/10/2014

Cont. Prefe N. 054 Internet Saber

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JUNHO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE 054 DE 24/06/2014

VALOR: R\$ 3.840,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/06/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ACESSO À INTERNET, COM CAPACIDADE DE 20 MB, POR IP (INTERNET PROTOCOL) DEDICADO PARA TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO, POR MEIO DE CABOS, MODEMS, FIBRAS ÓPTICAS E ROTEADORES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATANTE: Município de São Domingos - SC

CNPJ: 83.009.894.001-08

CONTRATADA: SABER INFORMÁTICA LTDA

CNPJ nº 00.744.497/0001-52

DATA FINAL VIGÊNCIA: 23/06/2015

Dec 1660 de 08 07 14 Desapropria Terreno Ete

DECRETO Nº 1660, DE 08 DE JULHO DE 2014.

Dispõe sobre a desapropriação ordinária e direta de imóvel declarado de utilidade pública, como faz constar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 116-D, alínea "e" da Lei Orgânica Municipal, o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e suas alterações posteriores;

Considerando o disposto no Decreto nº 768, de 14 de julho de 2011, que declara imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação, averbado na matrícula nº 1.787, do Cartório Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos;

Considerando o Laudo de Avaliação Imobiliária datado de 24 de maio de 2014, apresentado pela Comissão constituída pelo Decreto nº 1632, de 29 de maio de 2014, referente ao imóvel objeto desta desapropriação;

Considerando que o referido imóvel será destinado à construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no município de São Domingos;

Considerando que o sistema de esgotamento sanitário é essencial para a obtenção da salubridade pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica desapropriado, ordinária e diretamente por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável ou judicial, a Chácara nº 08, com área de 24.200,00m², constante da matrícula nº 1.787, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, localizada no perímetro urbano, de propriedade de CARLOS ALBERTO GITRONE e sua esposa EVA ROSENICE SANTETTI GITRONE, com as confrontações constantes da referida matrícula, sendo: Norte: com a Chácara 2 de Frederico Angeli; Sul: com o Rio Bonito; Leste: com a chácara nº 1 de Mário Meira de Moura; Oeste: com a chácara nº 7 de Olivo Sady Bertolo.

Parágrafo único. O referido imóvel destina-se à construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no município de São Domingos, conforme Termo de Compromisso nº TC/PAC 0434/2014, assinado em 07 de maio de 2014, com o Fundo Nacional de Saúde - FUNASA, tendo sido avaliado em R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), por comissão de avaliação imobiliária específica, constituída através do Decreto nº 1.632, de 28 de maio de 2014. Art. 2º Fica, outrossim, declarada de caráter urgente a desapropriação, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/1941 e suas alterações posteriores.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes deste decreto, serão utilizados recursos orçamentários do exercício 2014 e subsequentes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de julho de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

DEC 1659 DE 08 07 2014 REMANEJAMENTO ETE

DECRETO Nº 1659 DE 08 DE JULHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13, e Lei Municipal nº 1740, de 07/07/2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), no Orçamento de 2014 da unidade Prefeitura Municipal, na seguinte programação de despesa:

07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
15.451.1009.1.026 - Aquisição de Terreno para Implantação de Saneamento Básico				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	67	01.000.00	220.000,00

Total	220.000,00
-------	------------

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º fica autorizada a utilização dos seguintes recursos pela anulação parcial das seguintes dotações:

03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				
03.122.1003.2.035 - Realização de Eventos Comemorativos Municipais				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	16	01.000.00	50.000,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
17.512.1009.1.003 - Saneamento Básico Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	54	01.000.00	70.000,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
17.512.1009.1.010 - Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	56	01.000.00	20.000,00
07.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
27.812.1009.1.010 - Construção, Implantação de Coleta Seletiva de Lixo				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	58	01.000.00	20.000,00
10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 - Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	6	01.002.00	60.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO				220.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de julho de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 2876/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2876/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor EDNILSON MEDEIROS do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2868/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2868/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor IDIOMAR RICARDO do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2869/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2869/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ANTÔNIO RODRIGUES do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2870/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2870/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor JÂNIO ERASMO DO AMARAL do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2871/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2871/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor JOSÉ NILSON DE SOUZA do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2872/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2872/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor JOAREZ DONIZETE DE OLIVEIRA do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2873/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2873/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ILSON JOÃO DE SOUZA do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2875/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2875/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor NILSON NEVES do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2874/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: _____

De: ____/____/____ Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2874/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GILSON JAIR FERREIRA DE MORAES do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Contrato/Ct: Nº 147/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 147/2014 - CV 006/2014 - Processo 112/2014 - Contratado: VINICIUS GOEDERT - ME. Objeto: Contratação de empresa para efetuar reforma emergencial do CEM Renascer, localizado no bairro Real Park, Município de São José, incluindo fornecimento dos materiais necessários a realização da obra. Valor Global: R\$84.087,89 - oitenta e quatro mil, oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos. Prazo: O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, e o prazo de vigência do Contrato será

de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 26 de junho de 2014.

Termo Aditivo Nº 142/2013-01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 142/2013-01 - PR 040/2013 - Processo 085/2013 - Contratado: TV CLIPAGEM LTDA. Objeto: Serviços de clipagem eletrônica para monitoramento de mídia televisiva e radiofrequência, que façam referência direta ou indireta a Prefeitura Municipal de São José/SC. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 142/2013 pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 02/07/2014 (conforme assinatura da Autorização de Serviços). Data da assinatura: 03 de junho de 2014.

Termo Aditivo Nº 171/2012-01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 171/2012-01 - CC 018/2011 - Processo 344/2011 - Contratado: MAURICIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - ME. Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para recuperação de vias com pavimentação a lajotas em diversos bairros do Município de São José. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de vigência e execução do Contrato nº 171/2012 pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 05/07/2013. Data da assinatura: 06 de maio de 2013.

Termo Aditivo Nº 043/2010-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 043/2010-05 - DL 005/2010 - Processo 4742/2009 - Locadores: MANOEL JOSÉ VIEIRA; e JOÃO JOSÉ VIEIRA. Objeto: Locação de um imóvel, com área de 2.880m², constituído por prédio de alvenaria, com 02 (dois) pavimentos, e área construída de 1.341m², localizado na Rua Irmãos Vieira, nº 20, Campinas, em São José/SC. Alteração Contratual: Fica alterada a denominação dos locatários, excluindo do Contrato original o nome do Sr. José João Vieira (óbito), permanecendo como Locadores, com reserva de usufruto do imóvel objeto do Contrato nº 043/2010, Srª Bertolina Schlosser Vieira e Sr. Manoel José Vieira. Data da assinatura: 06 de março de 2014.

Termo Aditivo Nº 797/2011-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo nº 797/2011-05 - CC 014/2011 - Processo 275/2011 - Contratado: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. Objeto: Execução de serviços de pavimentação com lajotas sextavadas, sinalização horizontal e vertical, calçada em concreto e drenagem em vias públicas do Município de São José/SC - Loteamento Benjamim. Prazo: Ficam prorrogados os prazos de execução por mais 06 (seis) meses e de vigência por mais 07 (sete) meses, a partir de 21/07/2014. Data da assinatura: 18 de junho de 2014.

Contrato/Ct: Nº 108/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 108/2014 - PE 076/2013 - Processo 380/2013 - Contratado: NOBRE DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA. Objeto: Fornecimento de 01 (um) veículo, zero quilômetro, tipo caminhonete, para ser utilizado pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer do Município de São José/SC. Valor Global: R\$81.251,00 - oitenta e um mil, duzentos e cinquenta e um reais. Prazo: O prazo de vigência será de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura da Autorização de Fornecimento. Data da Assinatura do Contrato: 08 de maio de 2014.

Ata de Registro de Preços Nº 079/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2014 - PE 024/2014 - Processo 064/2014 - Fornecedor: ESTÂNCIA HIFROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de água mineral em garrafas, copos e bombonas, para atender as diversas Secretarias e Fundações do Município de São José/SC. Valor Total: R\$297.839,20 - duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e nove reais e vinte centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 06 de maio de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 090/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2014 - PR 017/2014 - Processo 070/2014 - Fornecedor: COMPANHIA ULTRAGÁZ S/A - FILIAL CANOAS. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de gás de cozinha e vasilhames, para serem utilizados pelas Secretarias, Fundos, Fundações e Autarquias do Município de São José/SC. Valor Total: R\$62.365,00 - sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 26 de maio de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 095/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2014 - PE 019/2014 - Processo 090/2014 - Fornecedor: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais elétricos destinados à manutenção preventiva e corretiva do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor Total: R\$33.446,00 - trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e seis

reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 10 de junho de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 086/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2014 - PE 075/2013 - Processo 375/2013 - Fornecedores: I - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; II - LUIZ FERNANDO SEBOLD ME; III - ELISVANDIA MATOS DONINI ME; e IV - RIGEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual fornecimento de materiais para serem distribuídos pelo programa São José Criança da Secretaria Municipal de Saúde, aos recém nascidos do Município de São José/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$25.970,00 (vinte e cinco mil, novecentos e setenta reais); II - R\$97.825,00 (noventa e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais); III - R\$59.832,50 (cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos); e IV - R\$120.295,00 (cento e vinte mil, duzentos e noventa e cinco reais) Valor Total: R\$303.922,50 - trezentos e três mil, novecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 21 de maio de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 092/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2014 - PE 015/2014 - Processo 042/2014 - Fornecedores: I - CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MOVEIS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA; e II - SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de mobiliário em MDP, cadeiras e longarinas, para atender a rede de atenção básica e demais setores vinculados à Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$281.999,90 (duzentos e oitenta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos); e II - R\$115.000,00 (cento e quinze mil reais). Valor Total: R\$396.999,90 - trezentos e noventa e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 02 de junho de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 071/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2014 - PE 013/2014 - Processo 037/2014 - Fornecedores: I - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; II - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; III - HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; e IV - ELI LYLLI DO BRASIL LTDA. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos sob demandas judiciais, com fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$6.098,40 (seis mil, noventa e oito reais e quarenta centavos); II - R\$ 23.075,64 (vinte e três mil, setenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos); III - R\$100.213,78 (cem mil, duzentos e treze reais e setenta e oito centavos); e IV - R\$24.791,80 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e oitenta centavos). Valor Total: R\$154.179,62 - cento e cinquenta e quatro mil, cento e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 24 de abril de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Resultado da Dispensa de Licitação Nº 020/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2014 - Processo nº 146/2014. Contratado: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. Objeto: Dispensa de licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia sanitária de coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos de serviços de saúde e transporte e destinação final de resíduos químicos, tóxicos e perigosos classe I, em caráter emergencial. Valor Total: R\$190.320,00 - cento e noventa mil, trezentos e vinte reais.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

São José do Cedro**PREFEITURA****Extrato Contratos Pref. Mês 09-07**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 80.2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada.: MIRCEIA SEVALD 05427811907

Valor : 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 07/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO

EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA MINISTRAR OFICINAS DE DANÇA PARA OS IDOSOS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 81.2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada.: SANDRO ARRUDA

Valor : 10.140,00 (dez mil cento e quarenta reais)

Vigência : Início: 07/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO

PARA MINISTRAR AULAS DE DANÇA ARTÍSTICA GAÚCHA E PARA FORMAR INVERNADA ARTÍSTICA DE CTG.

Contrato Nº.: 82.2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada.: MOISÉS DE ALMEIDA PEIXOTO

Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)

Vigência : Início: 09/07/2014 Término: 31/07/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 82/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SHOW GOSPEL COM O ARTISTA

"MOISÉS DE ALMEIDA PEIXOTO", PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NAS FESTIVIDADES DE COMEMORAÇÃO DO QUINQUAGÉSIMO SEXTO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC, REALIZADO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 4.246/2014.

Extrato Homologados Pref. Mês 09-07

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014

PROCESSO Nº 72/2014 HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO TRUCADO E UM BRITADOR MÓVEL PARA FINS DE ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO. RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO N.2014TR001335, ASSINADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E O ESTADO DE SANTA CATARINA, E RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO. CONTRATADO: CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 404.500,00 (quatrocentos e quatro mil quinhentos reais)

CONTRATADO: INGA VEICULOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2014

PROCESSO Nº 73/2014 HOMOLOGAÇÃO: 07/07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL AO MUNICÍPIO, CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA MINISTRAR OFICINAS DE DANÇA PARA OS IDOSOS DO MUNICÍPIO, BEM COMO CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA MINISTRAR AULAS DE DANÇA ARTÍSTICA GAÚCHA E PARA FORMAR INVERNADA ARTÍSTICA DE CTG.

CONTRATADO: MIRCEIA SEVALD 05427811907

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

CONTRATADO: SANDRO ARRUDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.140,00 (dez mil cento e quarenta reais)

CONTRATADO: LS SERVICOS CONTABEIS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.920,00 (vinte e cinco mil novecentos e vinte reais)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 82/2014

PROCESSO Nº 82/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW GOSPEL COM O ARTISTA "MOISÉS DE ALMEIDA PEIXOTO", PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NAS FESTIVIDADES DE COMEMORAÇÃO DO QUINQUAGÉSIMO SEXTO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC, REALIZADO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL

4.246/2014.

CONTRATADO: MOISÉS DE ALMEIDA PEIXOTO

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso III da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2014

PROCESSO Nº 75/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS E PEDESTAIS PARA COLOCAÇÃO EM RUAS DIVERSAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, AQUISIÇÃO DE UM ABRIGO DE PASSAGEIROS PARA INSTALAÇÃO PRÓXIMA A CRECHE DO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, AQUISIÇÃO DE DUAS ESTRUTURAS METÁLICAS COM COBERTURA DE POLICARBONATO PARA INSTALAÇÃO NO CENTRO COMUNITÁRIO DO DISTRITO DE MARIFLOR E PARA INSTALAÇÃO NO CENTRO DE SAÚDE DO DISTRITO DE PADRE RÉUS.

CONTRATADO: D.D.S COMÉRCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais)

CONTRATADO: METALÚRGICA INOVAR LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.400,00 (onze mil quatrocentos reais)

Decreto Nº. 120/2014 - Sf

DECRETO Nº. 120/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Item I do Art.8º da Lei Municipal Nº 4.170/2013 de 03/12/2013 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral de 2014 do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, R\$99.996,00 (noventa e nove mil novecentos e noventa e seis reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

1.051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PACIENTES

"65"4.4.90.52.00.00.1.0023 Equipamentos e Material Permanente R\$99.996,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação, recursos oriundos do Convênio nº 2014TR002297, celebrado com o Estado de Santa Catarina por intermédio da 30ª SDR, no valor de R\$99.996,00 (noventa e nove mil novecentos e noventa e seis reais), Fonte nº 1.0023.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de julho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de julho de

2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 121/2014 - Sf

DECRETO Nº. 121/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Item I do Art.8º da Lei Municipal Nº 4.170/2013 de 03/12/2013 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral de 2014 do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, R\$4.832,08 (quatro mil oitocentos e trinta e dois reais e oito centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.016 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

"406"4.4.90.52.00.00.1.0024 Equipamentos e Material Permanente R\$4.832,08

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação, recursos de convênio MAPA nº 788717/2013, para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, no valor de R\$4.832,08 (quatro mil oitocentos e trinta e dois reais e oito centavos), fonte nº 1.0024.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de julho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de julho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 122/2014 - Sf

DECRETO Nº. 122/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.089 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL

"75"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica R\$2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.089 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL

"74"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de julho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 04 de julho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 123/2014 - Sf

DECRETO Nº. 123/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO. DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"443"3.3.90.36.00.00.3.0000 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Ordinários, Fonte 3.0000, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de julho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 07 de julho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 124/2014 - Sf

DECRETO Nº. 124/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.266/2014 de 08/07/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$17.668,22 (dezessete mil seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.012 EQUIPAR. INFORMATIZAR E MOBILIAR UM. DO ENSINO INFANTIL

"449"4.4.90.52.00.00.3.0062 Equipamentos e Material Permanente R\$17.668,22

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$17.668,22 (dezessete mil seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"387"3.3.90.30.00.00.3.0062 Material de Consumo 17.668,22

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de julho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 08 de julho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 125/2014 - Sf

DECRETO Nº. 125/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.268/2014 de 08/07/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$93.796,22 (noventa e três mil setecentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"191"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$93.796,22

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$93.796,22 (noventa e três mil setecentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

02 DEPTO DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E LICITAÇÕES

2.006 DEPTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES

"27"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$4.000,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA

01 DEPTO FINANC, CONTÁBIL E CI

1.005 AQUISIÇÃO DE EQUIP INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO

"85"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$5.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.035 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

"217"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$48.000,00

1.037 CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS

"219"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$10.177,50

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

1.048 AMPLIAR/REFORMAR MÓDULO/QUADRAS ESPORTIVAS

"239"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$16.618,72

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.114 RESTAURANTE COMUNITÁRIO

"340"3.3.90.30.00.00.1.0000 material de Consumo R\$5.000,00

"341"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..R\$5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de julho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 08 de julho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 126/2014 - Sf

DECRETO Nº. 126/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$1.640,16 (um mil seiscentos e quarenta reais e dezesseis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.013 CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS
"454"3.3.90.39.00.00.3.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$1.640,16

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos para o Fundo da Assistência Social, Fonte 3.0052, no valor de R\$1.640,16 (um mil seiscentos e quarenta reais e dezesseis centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de julho de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 08 de julho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 127/2014 - Sf

DECRETO Nº. 127/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$2.620,00 (dois mil seiscentos e vinte reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA AEDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO DE CULTURA

2.028 FESTIVIDADES MUNICIPAIS OFICIAIS DE SJCEDRO

"172"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$2.620,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$2.620,00 (dois mil seiscentos e vinte reais), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA AEDUCAÇÃO E CULTURA
06 DEPTO DE CULTURA

2.028 FESTIVIDADES MUNICIPAIS OFICIAIS DE SJCEDRO

"170"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$2.620,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de julho de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 08 de julho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 128/2014 - Sf

DECRETO Nº. 128/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$55.524,00 (cinquenta e cinco mil quinhentos e vinte e quatro reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

02 GABINETE DO PREFEITO

02 ASSESSORIA JURÍDICA, ADMIN E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ASSESSORIAS

"455"3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$55.524,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Ordinários, Fonte 3.0000, no valor de R\$55.524,00 (cinquenta e cinco mil quinhentos e vinte e quatro reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de julho de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 08 de julho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.266, de 08 de Julho de 2014

LEI Nº 4.266, DE 08 DE JULHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$17.668,22 (dezesete mil seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.012 EQUIPAR. INFORMATIZAR E MOBILIAR UM. DO ENSINO INFANTIL

"449"4.4.90.52.00.00.3.0062 Equipamentos e Material Permanente R\$17.668,22

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$17.668,22 (dezesete mil seiscentos e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos), das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"387"3.3.90.30.00.00.3.0062 Material de Consumo 17.668,22

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de julho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.brCharlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.**Lei Nº 4.267, de 08 de Julho de 2014**

LEI Nº 4.267, DE 08 DE JULHO DE 2014

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Rede Feminina de Combate ao Câncer de São José do Cedro, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 03.686.281/0001-76, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 3.310/2006, de 14 de novembro de 2006, objetivando a cessão de um servidor para prestar atendimento junto a entidade.

Art. 2º - Pelo convênio, o Poder Executivo colocará a disposição da entidade um(a) servidor, devidamente habilitado, cujas atribuições serão as de efetuar o atendimento exclusivo da clientela Cedrense.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá em contrapartida, apresentar, periodicamente, relatório dos procedimentos realizados ao Conselho Municipal de Saúde, que avaliará os serviços prestados de forma quantitativa e qualitativa, sob pena de suspensão do instrumento.

Art. 4º - As despesas da corrente lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de julho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.268, de 08 de Julho de 2014

LEI Nº 4.268, DE 08 DE JULHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$93.796,22 (noventa e três mil setecentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"191"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$93.796,22

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$93.796,22 (noventa e três mil setecentos e noventa e seis reais e vinte e dois centavos), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

02 DEPTO DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E LICITAÇÕES

2.006 DEPTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES

"27"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$4.000,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA

01 DEPTO FINANC, CONTÁBIL E CI

1.005 AQUISIÇÃO DE EQUIP INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO

"85"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$5.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.035 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

"217"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$48.000,00

1.037 CONSTRUÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS

"219"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$10.177,50

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

1.048 AMPLIAR/REFORMAR MÓDULO/QUADRAS ESPORTIVAS

"239"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$16.618,72

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.114 RESTAURANTE COMUNITÁRIO

"340"3.3.90.30.00.00.1.0000 material de Consumo R\$5.000,00

"341"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..R\$5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de julho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.269, de 08 de Julho de 2014

LEI Nº 4.269, DE 08 DE JULHO DE 2014

AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO BETANIA, MEDIANTE CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir, mediante Convênio, a Associação Betania, portadora do CNPJ/MF sob nº. 78.488.855/0001-09, sito na Rua Odilo Antônio Link, 1621- Centro, Município de São José do Cedro/SC, o valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para serem aplicados em pequenas reformas na sede da instituição, aquisição de equipamentos de informática, de móveis, materiais de construção, materiais elétricos, tinta, caixa d'água, utensílios domésticos e eletrodomésticos, poltronas e aparelhos de ar condicionado.

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o "caput" do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal em até 60 dias a contar da assinatura do convênio.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por transferências bancárias.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados no prazo previsto ou no objeto fixado na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a Lei Federal nº 8666/93 atualizada, caso aplicável.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Municipal de São José do Cedro:

04-00 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
0403 DEPARTAMENTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj/Ativ

2.014 - CONTRIB. P/ ENTIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS, ASSISTENCIA SOCIAL

Elemento

3.3.50.41.00.00.00

Recurso

1.0000 e 3.0000 - ORDINÁRIOS

Dotação

413 - CONTRIBUIÇÕES

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de julho de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.441, de 02 de Julho de 2014

DECRETO Nº 5.441, DE 02 DE JULHO DE 2014

"DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento dos lotes urbanos nº 3, 4 e 6 (três, quatro e seis), com a área de 800,00m² (oitocentos metros quadrados) cada um, perfazendo uma área total de 2.400,00m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados), sem benfeitorias, situados no Distrito de Mariflor, neste Município de São José do Cedro - SC, matrícula nº4.845, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, de propriedade de JULIANO ROBERTO MULLER, CPF 023.727.259-80, com as dimensões e confrontações a seguir especificadas:

IMÓVEL PRIMITIVO: lotes urbanos nº 3, 4 e 6 (três, quatro e seis),

com a área de 800,00m² (oitocentos metros quadrados) cada um, perfazendo uma área total de 2.400,00m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado no Distrito de Mariflor, neste Município de São José do Cedro - SC, confrontando: ao NOROESTE, com a Rua Engenheiro Francisco Passos, medindo 40,00 metros; ao SUDOESTE, com os lotes urbanos números 2 e 5, medindo 60,00 metros, de Darci Meyer; ao SUDESTE, com os lotes urbanos nºs 9 e 10, medindo 40,00 metros, de José Nilo Darta; e ao NORDESTE, com a Rua Erechim, medindo 60,00 metros.

ÁREA DESMEMBRADA: lote urbano nº 6 (seis), com a área de 800,00m² (oitocentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado no Distrito de Mariflor, neste Município de São José do Cedro - SC, confrontando: ao NOROESTE, com os lotes urbanos números 3 e 4, por linha seca, medindo 40,00 metros; ao SUDOESTE, com o lote urbano número 5, por linha seca, medindo 20,00 metros; ao SUDESTE, com os lotes urbanos nºs 9 e 10, por linha seca medindo 40,00 metros; e ao NORDESTE, com a Rua Erechim, medindo 20,00 metros.

ÁREA REMANESCENTE: lotes urbanos nº 3 e 4 (três e quatro), com a área de 800,00m² (oitocentos metros quadrados) cada um, perfazendo 1.600,00m² (um mil e seiscentos metros quadrados), sem benfeitorias, situados no Distrito de Mariflor, neste Município de São José do Cedro - SC, confrontando: ao NOROESTE, com a Rua Engenheiro Francisco Passos, medindo 40,00 metros; ao SUDOESTE, com o lote urbano número 2, por linha seca, medindo 40,00 metros; ao SUDESTE, com o lote urbano nº 6, por linha seca, medindo 40,00 metros; e ao NORDESTE, com a Rua Erechim, medindo 40,00 metros.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro,
Estado de Santa Catarina, 02 de julho de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 02 de julho de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

RGF - Relatório de Gestão Fiscal - 1º Semestre de 2014

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.394.998,75	0,00
Pessoal Ativo	19.677.255,55	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	110.268,52	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.607.474,68	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	357.603,67	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	357.603,67	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	23.037.395,08	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	23.037.395,08	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	51.592.178,67	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	44,65	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	30.955.307,20	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	29.407.541,84	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	27.859.776,48	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.673.215,30	0,00
Pessoal Ativo	18.955.472,10	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	110.268,52	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.607.474,68	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	357.603,67	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	357.603,67	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	22.315.611,63	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	22.315.611,63	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	51.592.178,67	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	43,25	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	27.859.776,48	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	26.466.787,66	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	25.073.798,83	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.267.012,32	1.963.698,76	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.267.012,32	1.963.698,76	0,00
Interna	2.267.012,32	1.963.698,76	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.588.763,54	8.437.521,71	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.629.535,94	9.840.565,60	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	40.772,40	1.403.043,89	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.321.751,22	-6.473.822,95	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	49.164.732,67	51.592.178,67	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,61%	3,81%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-4,72%	-12,55%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	58.997.679,20	61.910.614,40	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	53.097.911,28	55.719.552,96	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.267.012,32	1.963.698,76	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	287.307,14	287.307,14	0,00
De Tributos	287.307,14	287.307,14	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.979.705,18	1.676.391,62	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	19.325,32	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	9.280.780,74	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARC	0,00	0,00	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

FONTE:

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	49.164.732,67	51.592.178,67	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	10.816.241,19	11.350.279,31	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	9.734.617,07	10.215.251,38	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercant il Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LR F, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercant il Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LR F, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão F iscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	51.592.178,67	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIM ENT O DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDER AL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	8.254.748,59	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da L RF) - 14,4%	7.429.273,73	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇ AMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PAR A AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.611.452,51	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕ ES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	57.822,07	0,00	57.822,07
Assistência Farmacêutica Básica	17.426,90	42.597,50	(25.170,60)
Atenção Básica	756.635,82	100.334,80	656.301,02
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	235.602,64	6.077,43	229.525,21
Bolsa Família	(50.161,71)	250,00	(50.411,71)
Convênio Trânsito - Civil	(842,29)	1.293,54	(2.135,83)
Convênio Trânsito - Militar	4.882,77	407,06	4.475,71
Convênio Trânsito - Prefeitura	5.406,44	438,38	4.968,06
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	91,98	0,00	91,98
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social – FNAS	174.359,96	6.667,96	167.692,00
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração	8.965,68	3,58	8.962,10
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	71.024,80	42.096,07	28.928,73
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	4.013,71	241.072,39	(237.058,68)
Recursos Ordinários	256.363,88	0,00	256.363,88
Salário Educação	1.190.938,30	36.928,69	1.154.009,61
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU	43.455,73	1.360,20	42.095,53
Transferências de Convênios - Educação	(18.365,87)	4.325,99	(22.691,86)
Transferências de Convênios - Outros	535.904,66	120.000,00	415.904,66
Transferências de Convênios - Saúde	43.007,30	0,00	43.007,30
Vigilância em Saúde	157.391,60	1.893,50	155.498,10
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.493.924,37	605.747,09	2.888.177,28
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	5.471,35	0,00	5.471,35
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	213.910,52	0,00	213.910,52
Fia Demais Recursos	1.387,42	0,00	1.387,42
Fundo Especial do Petróleo	100.938,13	0,00	100.938,13
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social – FNAS	86.002,72	0,00	86.002,72
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	1.076,37	0,00	1.076,37
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - FPD	3.251,57	0,00	3.251,57
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação	(16.626,31)	21.518,84	(38.145,15)
Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde	2.771.143,87	0,00	2.771.143,87
RECURSOS ORDINÁRIOS	304.457,56	12.487,74	291.969,82
Recursos Ordinários	2.247.818,02	561.728,39	1.686.089,63
Transferências de Convênios - Educação	288,99	0,00	288,99
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - outras despesas da Educação Básica	(68.030,86)	220.887,15	(288.918,01)
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissionais do Magi	695.551,88	0,00	695.551,88
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	6.346.641,23	816.622,12	5.530.019,11
TOTAL (III) = (I + II)	9.840.565,60	1.422.369,21	8.418.196,39
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")
SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

R\$ 1,00

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		RESTOS A PAGAR				R\$ 1,00	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Assistência Farmacêutica Básica Atenção Básica Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatório Bolsa Família Convênio Trânsito - Civil Convênio Trânsito - Militar Convênio Trânsito - Prefeitura Outras Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, de Cultura, Desporto e Recreação Outras Transferências Decorrentes de Compromissos Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde Salário Educação Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU Transferências de Convênios - Educação Transferências de Convênios - Outros Transferências de Convênios - Saúde Vigilância em Saúde	0,00	42.597,50	0,00	35.408,12	0,00	0,00	
	0,00	99.865,02	0,00	689.830,37	0,00	0,00	
	0,00	5.736,10	0,00	392.972,03	0,00	0,00	
	0,00	250,00	0,00	2.206,24	0,00	0,00	
	0,00	1.293,54	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	407,06	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	438,38	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	6.667,96	0,00	24.165,34	0,00	0,00	
	0,00	3,58	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	42.096,07	0,00	171.056,71	0,00	0,00	
	0,00	241.393,12	0,00	964.950,99	0,00	0,00	
	0,00	36.928,69	0,00	60.552,55	0,00	0,00	
	0,00	1.360,20	0,00	2.942,66	0,00	0,00	
	0,00	4.325,98	0,00	423.261,78	0,00	0,00	
	0,00	120.000,00	0,00	65.528,34	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	332.921,32	0,00	0,00	
	0,00	1.893,50	0,00	68.269,00	0,00	0,00	
	TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	605.256,70	0,00	3.234.065,45	0,00	0,00
	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - ILT Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNAT Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Educação RECURSOS ORDINÁRIOS Recursos Ordinários Transferências do FUNDEF/FUNDEF - outras (verificar em anexo 10) TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II) TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	119.827,82	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	3.475,20	0,00	0,00
0,00		21.518,84	0,00	145.770,35	0,00	0,00	
0,00		6.956,21	0,00	80.207,14	0,00	0,00	
0,00		548.424,99	0,00	2.802.180,50	0,00	0,00	
0,00		220.887,15	0,00	1.206.074,19	0,00	0,00	
0,00		797.787,19	0,00	4.357.535,20	0,00	0,00	
0,00		1.403.043,89	0,00	7.591.600,65	0,00	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF-ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

FONTE:

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

R\$ 1,00

JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	GERALDINO CARDOSO PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9
---	---	--

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	23.037.395,08	44,65
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	30.955.307,20	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	29.407.541,84	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-6.473.822,95	-12,55
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	61.910.614,40	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.350.279,31	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.254.748,59	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.611.452,51	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	7.591.600,65	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 3º BIMESTRE DE 2014

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.820.432,00	53.820.432,00	8.402.221,07	15,61	27.839.907,64	51,73
RECEITAS CORRENTES	51.820.410,00	51.820.410,00	7.686.008,43	14,83	27.123.695,00	52,34
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.298.500,00	6.298.500,00	705.083,79	11,19	3.792.322,53	60,21
IMPOSTOS	4.670.000,00	4.670.000,00	640.017,91	13,70	3.454.492,00	73,97
TAXAS	1.208.500,00	1.208.500,00	65.065,88	5,38	337.830,53	27,95
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	420.000,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	970.000,00	970.000,00	143.195,06	14,76	511.737,57	52,76
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	970.000,00	970.000,00	143.195,06	14,76	511.737,57	52,76
RECEITA PATRIMONIAL	339.800,00	339.800,00	170.879,97	50,29	369.900,33	108,86
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	11.191,50	74,61
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	324.800,00	324.800,00	170.879,97	52,61	358.708,83	110,44
RECEITA AGROPECUÁRIA	30.000,00	30.000,00	300,00	1,00	497,50	1,66
Outras Receitas Agropecuárias	30.000,00	30.000,00	300,00	1,00	497,50	1,66
RECEITA DE SERVIÇOS	332.000,00	332.000,00	186.704,56	56,24	381.847,75	115,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.726.010,00	42.726.010,00	6.382.625,08	14,94	21.696.959,86	50,78
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	42.295.010,00	42.295.010,00	7.009.372,24	16,57	21.364.808,59	50,51
Transf. de Conv.	431.000,00	431.000,00	-626.747,16	0,00	331.151,27	76,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.124.100,00	1.124.100,00	97.219,97	8,65	371.429,46	33,04
Multas e Juros de Mora	155.100,00	155.100,00	43.651,50	28,14	139.483,22	89,93
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	11.996,24	29,99
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	364.000,00	364.000,00	33.221,50	9,13	137.253,63	37,71
RECEITAS DIVERSAS	565.000,00	565.000,00	20.346,97	3,60	82.696,37	14,64
RECEITAS DE CAPITAL	2.000.022,00	2.000.022,00	716.212,64	35,81	716.212,64	35,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	31.910,00	0,00	31.910,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	31.910,00	0,00	31.910,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22,00	22,00	684.302,64	466,55	684.302,64	466,55
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	684.302,64	0,00	684.302,64	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	22,00	22,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	53.820.432,00	53.820.432,00	8.402.221,07	15,61	27.839.907,64	51,73
						25.980.524,36

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

[illegible]

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	53.820.832,00	5.444.084,64	59.264.916,64	7.262.676,05	33.114.067,52	8.611.252,91	23.833.286,78	35.431.629,86
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.820.832,00	5.444.084,64	59.264.916,64	7.262.676,05	33.114.067,52	8.611.252,91	27.839.907,64	35.431.629,86

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES	GERALDINO CARDOSO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS
ANALISTA DE CONTROLE INTEI	PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
		(a)				(b)	
						(b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.820.832,00	59.284.916,64	7.282.676,05	33.114.067,52	8.611.252,91	23.833.286,78	100,00
Legislativa	1.570.000,00	1.570.000,00	163.779,43	596.952,75	175.011,80	493.030,20	2,07
Ação Legislativa	1.570.000,00	1.570.000,00	163.779,43	596.952,75	175.011,80	493.030,20	2,07
Judiciária	1.016.000,00	1.016.000,00	196.639,15	343.203,62	207.143,24	313.349,25	1,31
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	416.000,00	416.000,00	57.372,65	162.655,73	58.463,85	151.846,03	0,64
Defesa Civil	600.000,00	600.000,00	139.266,50	180.547,89	148.679,39	161.503,22	0,68
Administração	4.729.000,00	4.729.000,00	548.298,19	2.975.605,47	774.561,58	2.071.104,07	8,69
Administração Geral	4.042.000,00	4.042.000,00	531.219,12	2.714.719,82	716.189,97	1.898.853,89	7,97
Controle Interno	346.000,00	346.000,00	17.079,07	55.127,88	17.640,39	50.102,52	0,21
Outras Transferências	341.000,00	341.000,00	0,00	205.757,77	40.732,22	122.147,66	0,51
Defesa Nacional	50.000,00	50.000,00	1.730,90	2.038,18	1.700,00	2.007,28	0,01
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	1.730,90	2.038,18	1.700,00	2.007,28	0,01
Segurança Pública	320.000,00	467.503,54	33.260,71	387.450,03	57.120,17	350.196,78	1,47
Administração Geral	320.000,00	467.503,54	33.260,71	387.450,03	57.120,17	350.196,78	1,47
Assistência Social	1.819.401,00	1.954.110,42	244.502,98	1.173.450,10	292.373,75	795.863,63	3,34
Assistência à Criança e ao Adolescente	263.000,00	263.000,00	23.454,03	95.731,11	28.100,65	82.102,51	0,34
Assistência Comunitária	1.556.401,00	1.691.110,42	221.048,95	1.077.718,99	264.273,10	713.761,12	2,99
Saúde	10.781.551,00	12.706.184,71	1.857.165,18	8.484.330,63	2.147.252,13	5.626.878,99	23,61
Atenção Básica	8.899.951,00	10.749.598,03	1.538.594,84	7.036.267,35	1.811.052,06	4.713.336,64	19,78
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.790.600,00	1.807.210,41	245.846,49	1.367.188,68	331.193,22	900.936,75	3,78
Vigilância Epidemiológica	91.000,00	149.376,27	72.723,85	80.874,60	5.006,85	12.605,60	0,05
Educação	16.996.566,00	18.280.530,27	2.548.930,27	10.089.455,38	2.662.848,76	7.960.572,58	33,40
Ensino Fundamental	11.945.064,00	12.987.806,60	2.006.963,47	7.571.984,03	2.065.656,50	5.575.679,31	23,39
Ensino Médio	20.000,00	20.000,00	3.040,00	3.040,00	3.040,00	3.040,00	0,01
Ensino Superior	161.000,00	76.000,00	73.616,40	73.616,40	32.718,40	32.718,40	0,14
Educação Infantil	4.870.502,00	5.196.723,67	465.310,40	2.440.814,95	561.433,86	2.349.134,87	9,86
Cultura	818.001,00	1.283.130,15	174.475,96	589.517,19	62.175,50	438.372,03	1,84
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	50.001,00	50.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	768.000,00	1.233.129,15	174.475,96	589.517,19	62.175,50	438.372,03	1,84

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Urbanismo	53.820.832,00	59.284.916,64	7.262.676,05	33.114.067,52	8.611.252,91	23.833.286,78	35.431.629,86
Difusão Cultural	6.911.804,00	7.410.469,25	727.456,25	3.184.944,30	932.124,28	1.927.928,16	5.482.541,09
Infra-Estrutura Urbana	460.000,00	460.000,00	2.583,00	202.628,56	35.085,88	86.815,69	373.184,31
Serviços Urbanos	4.931.803,00	5.685.468,25	716.587,29	2.237.127,75	878.322,48	1.673.603,23	4.011.865,02
Habitação	1.520.001,00	1.265.001,00	8.285,96	745.187,99	18.715,92	167.509,24	1.097.491,76
Habitação Urbana	308.001,00	308.001,00	6.635,08	23.915,62	6.635,08	21.254,28	286.746,72
Saneamento	308.001,00	308.001,00	6.635,08	23.915,62	6.635,08	21.254,28	286.746,72
Saneamento Básico Rural	230.702,50	879.176,30	0,00	817.973,80	276.542,14	625.821,28	253.355,02
Saneamento Básico Urbano	11.202,50	11.202,50	0,00	0,00	0,00	0,00	11.202,50
Gestão Ambiental	219.500,00	867.973,80	0,00	817.973,80	276.542,14	625.821,28	242.152,52
Preservação e Conservação Ambiental	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Agricultura	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Extensão Rural	2.815.799,50	3.471.805,00	303.855,75	1.985.338,41	544.651,07	1.738.652,20	1.733.152,80
Promoção da Produção Agropecuária	2.588.799,50	3.244.805,00	273.579,13	1.894.247,29	517.803,45	1.681.349,08	1.563.455,92
Indústria	227.000,00	227.000,00	30.276,62	91.091,12	26.847,62	57.303,12	169.696,88
Promoção Industrial	805.000,00	805.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	805.000,00
Produção Industrial	210.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
Energia	595.000,00	595.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	595.000,00
Energia Elétrica	1.023.000,00	1.153.000,00	141.457,02	1.086.451,92	148.677,00	466.690,27	686.309,73
Transporte	1.023.000,00	1.153.000,00	141.457,02	1.086.451,92	148.677,00	466.690,27	686.309,73
Transporte Rodoviário	366.004,00	366.004,00	15.802,04	19.031,69	345,84	3.575,49	362.428,51
Desporto e Lazer	366.004,00	366.004,00	15.802,04	19.031,69	345,84	3.575,49	362.428,51
Desporto Comunitário	1.050.002,00	800.002,00	135.338,09	389.750,95	107.642,34	273.468,09	526.533,91
Lazer	880.002,00	630.002,00	107.338,09	361.750,95	107.642,34	273.468,09	356.533,91
Encargos Especiais	170.000,00	170.000,00	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	170.000,00
Outros Encargos Especiais	2.130.000,00	1.935.000,00	163.349,05	964.657,48	214.448,23	724.522,20	1.210.477,80
	2.130.000,00	1.935.000,00	163.349,05	964.657,48	214.448,23	724.522,20	1.210.477,80

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.820.832,00	59.264.916,64	7.262.676,05	33.114.067,52	8.611.252,91	23.833.286,78	100,00	40,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	53.820.832,00	59.264.916,64	7.262.676,05	33.114.067,52	8.611.252,91	23.833.286,78	100,00	40,21

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES	GERALDINO CARDOSO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS
ANALISTA DE CONTROLE INTER	PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Maio/2014	Jun/2014	TOTAL (ULT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.300.302,09	5.158.227,91	4.583.977,37	4.379.686,03	4.884.690,20	4.323.338,90	5.033.030,59	4.927.819,08	6.846.022,36	4.612.316,69	4.378.663,61	4.302.133,57	57.254.237,40
RECEITA TRIBUTÁRIA	288.219,06	389.544,26	415.794,28	344.260,06	449.849,11	376.503,42	299.326,96	724.313,08	1.703.049,28	400.349,42	361.388,34	343.725,45	6.058.525,84
I.R.T.U.	46.065,02	46.263,97	56.227,89	49.947,30	48.509,24	36.389,85	2.996,66	263.600,99	1.329.425,75	64.204,44	59.666,06	69.204,28	2.071.294,44
I.R.R.F.	10.659,44	48.247,09	76.698,57	46.003,90	83.597,31	86.783,79	31.963,73	38.593,77	42.172,65	53.744,35	52.141,40	46.765,72	619.144,72
I.S.S.	132.134,08	184.435,03	180.495,90	171.371,59	174.281,61	67.362,47	153.323,65	237.553,31	132.876,99	200.760,41	18.519,69	134.933,36	2.030.949,09
I.T.B.T.	73.957,18	82.949,05	63.371,91	59.290,51	127.430,71	73.068,29	40.485,14	121.068,39	70.662,39	32.864,28	52.919,61	8.945,79	860.151,25
Outras Receitas Tributárias	28.649,34	28.649,22	39.759,01	17.659,78	16.000,24	16.894,22	31.321,59	63.496,62	129.521,50	48.433,84	35.109,38	23.666,30	476.996,34
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	56.599,55	61.417,32	66.068,28	67.583,40	69.063,30	-805.415,67	65.219,09	81.539,23	145.611,97	76.172,22	71.663,73	71.541,33	970.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	36.484,72	10.529,43	57.417,02	37.952,01	43.170,91	32.510,74	28.099,16	42.506,84	64.749,71	63.664,65	65.017,97	105.962,00	339.800,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	190,00	0,00	4.332,61	2.503,55	505,16	20,00	0,00	72,50	100,00	25,00	54,00	246,00	30.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.257.35,62	133.305,04	109.997,00	143.888,62	50.913,38	59,00	7.696,53	120.933,18	400,00	66.140,48	180.226,22	6.478,34	946.237,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.329.391,54	4.481.297,45	3.817.817,33	3.663.419,05	4.20.990,86	4.588.431,61	4.593.120,60	3.875.773,46	4.869.07,59	3.950.935,28	3.667.033,67	3.720.380,16	48.697.638,60
Cota-Parte do FPM.	651.631,69	852.259,51	705.365,58	705.367,41	981.151,74	1480.182,79	1.189.862,73	1.270.385,79	753.586,58	860.032,19	1.146.178,61	859.559,97	11.455.615,59
Cota-Parte do ICMS.	1.117.055,04	1.171.202,90	1.244.386,14	1.209.940,31	1.328.593,45	1.322.949,68	1.275.024,27	1.212.174,62	1.229.781,11	1.198.484,90	1.218.250,77	1.235.945,20	15.200.000,00
Cota-Parte do IPI/VA.	236.063,77	227.246,90	196.164,50	185.067,33	92.746,04	565,00	141.237,54	186.890,72	243.074,43	227.629,30	249.690,42	214.402,62	2.258.685,51
Cota-Parte do ITR.	110,49	118,39	4.273,00	4.534,14	175,49	6,57	8,73	117,27	639,6	96,97	91,32	50,66	7.700,00
Outras Transferências Correntes	424.436,41	1.258.542,09	688.841,57	637.563,84	648.800,98	663.167,03	632.75,55	333.725,01	1.632.165,23	639.791,25	-77.049,88	350.143,70	7.834.042,63
Transferências da LC 61/1989	17.933,61	19.189,10	17.454,96	18.659,49	20.666,22	22.12,62	20.389,29	17.245,14	16.890,73	18.336,09	19.943,51	18.965,14	227.797,20
Transferências da LC 87/1986	5.499,17	5.499,17	5.499,17	5.499,17	5.499,17	5.499,17	5.362,65	5.362,65	0,00	5.362,65	5.362,65	5.362,65	59.908,27
Transferências do FUNDEC	876.461,36	946.239,39	953.841,41	926.867,36	1.043.335,82	1.037.951,51	1.328.559,84	849.852,26	963.618,55	1.001.130,93	1.094.646,37	1.035.900,22	12.350.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	93.711,60	82.104,31	92.590,85	89.956,32	70.126,48	126.739,80	79.365,25	76.690,79	63.103,81	55.029,64	43.319,68	53.900,29	929.657,82
DEDUÇÕES (II)	405.696,56	455.360,21	435.026,68	425.945,83	485.813,09	483.823,46	526.336,85	538.439,06	448.821,82	462.004,42	527.570,93	466.917,82	5.662.068,73
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MJ de Mera de Outras Contrib. - Principal	405.696,56	455.360,21	435.026,68	425.945,83	485.813,09	483.823,46	526.336,85	538.439,06	448.821,82	462.004,42	527.570,93	466.917,82	5.662.068,73
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	3.524.603,53	4.702.867,70	4.148.950,69	3.953.740,20	4.398.796,11	3.839.515,44	4.506.693,74	4.389.380,02	6.397.300,54	4.150.312,27	3.850.792,68	3.835.215,75	51.814.070,00
FORTE													

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES	ANTONIO JOCENEI WAES DOS SANTOS
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

GERALDINO CARDOSO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.267.012,32	2.084.869,13	1.963.698,76
DEDUÇÕES (II)	4.588.763,54	8.638.573,30	8.437.521,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.629.535,94	10.093.326,99	9.840.565,60
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	40.772,40	1.454.753,69	1.403.043,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.321.751,22	-6.553.704,17	-6.473.822,95
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.321.751,22	-6.553.704,17	-6.473.822,95

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	79.881,22	-4.152.071,73

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.173.149,34

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	51.495.610,00	7.515.128,46	26.766.391,26	24.451.430,77
Receita Tributária	6.298.500,00	705.083,79	3.792.322,53	3.515.146,14
I.P.T.U.	1.250.000,00	128.872,34	1.787.864,37	1.691.301,99
I.S.S.	1.940.000,00	296.373,05	1.020.867,41	894.790,64
I.T.B.I.	820.000,00	115.565,40	380.065,60	283.169,12
I.R.R.F.	660.000,00	99.207,12	265.694,62	237.519,15
Outras Receitas Tributárias	1.628.500,00	65.065,88	337.830,53	408.365,24
Receita de Contribuição	970.000,00	143.195,06	511.737,57	485.633,82
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	970.000,00	143.195,06	511.737,57	485.633,82
Receita Patrimonial Líquida	15.000,00	0,00	12.596,59	0,00
Receita Patrimonial	339.800,00	170.879,97	369.900,33	244.818,23
(-) Aplicações Financeiras	324.800,00	170.879,97	357.303,74	244.818,23
Transferências Correntes	42.726.010,00	6.382.625,08	21.695.959,86	19.828.255,51
F.P.M.	9.560.000,00	1.604.590,91	4.863.572,84	4.513.350,11
I.C.M.S.	12.160.000,00	1.963.356,96	5.895.678,82	5.515.430,84
Convênios	431.000,00	-626.747,16	331.151,27	463.793,42
Outras Transferências Correntes	20.575.010,00	3.441.424,37	10.605.556,93	9.335.681,14
Demais Receitas Correntes	1.486.100,00	284.224,53	753.774,71	622.395,30
Dívida Ativa	364.000,00	33.221,50	137.253,63	172.500,57
Diversas Receitas Correntes	1.122.100,00	251.003,03	616.521,08	449.894,73
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.000.022,00	716.212,64	716.212,64	2.259.496,36
Operações de Crédito (III)	2.000.000,00	0,00	0,00	1.963.424,11
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	31.910,00	31.910,00	0,00
Transferências de Capital	22,00	684.302,64	684.302,64	296.072,25
Convênios	22,00	0,00	0,00	296.072,25
Outras Transferências de Capital	0,00	684.302,64	684.302,64	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	22,00	684.302,64	684.302,64	296.072,25
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	51.495.632,00	8.199.431,10	27.450.693,90	24.747.503,02
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	47.447.223,43	7.720.568,44	20.586.456,66	18.025.674,62
Pessoal e Encargos Sociais	21.776.154,01	3.365.975,85	9.033.337,74	7.909.183,42
Juros e Encargos da Dívida (IX)	200.000,00	38.587,36	123.697,83	54.059,37
Outras Despesas Correntes	25.471.069,42	4.316.005,23	11.429.421,09	10.062.431,83
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	47.247.223,43	7.681.981,08	20.462.758,83	17.971.615,25
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	11.787.693,21	890.684,47	3.246.830,12	4.624.467,32
Investimentos	10.532.693,21	765.922,78	2.872.570,47	4.019.870,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.255.000,00	124.761,69	374.259,65	604.596,86
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.532.693,21	765.922,78	2.872.570,47	4.019.870,46

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	57.809.916,64	8.447.903,86	23.335.329,30	21.991.485,71
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-6.314.284,64	-248.472,76	4.115.364,60	2.756.017,31
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.466.007,71	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.466.007,71	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.705.000,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	40.772,40	40.772,40	-	-	-	-	-
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA								
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	40.772,40	40.772,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SD	0,00	25.493,13	25.493,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	0,00	178,95	178,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	6.600,00	6.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SD	0,00	329,63	329,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	8.170,69	8.170,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	40.772,40	40.772,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SA
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	CONTADOR CRC/SC 031.534/O-9
GERALDINO CARDOSO	
PREFEITO MUNICIPAL	

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	4.938.700,00	4.938.700,00	681.217,48	3.623.028,91	73,36
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.461.700,00	1.461.700,00	161.276,15	1.914.412,99	130,97
1.1.1- IPTU	1.250.000,00	1.250.000,00	129.339,01	1.789.122,21	143,13
1.1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.700,00	3.700,00	2.009,59	3.500,72	94,61
1.1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	160.000,00	160.000,00	16.964,15	72.386,60	45,24
1.1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	48.000,00	48.000,00	12.963,40	49.403,46	102,92
1.1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	820.000,00	820.000,00	116.423,32	382.483,52	46,64
1.2.1- ITBI	820.000,00	820.000,00	116.423,32	382.483,52	46,64
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.997.000,00	1.997.000,00	304.310,89	1.080.437,78	53,10
1.3.1- ISS	1.940.000,00	1.940.000,00	296.445,38	1.021.806,46	52,67
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.000,00	6.000,00	446,46	1.437,71	23,96
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	36.000,00	36.000,00	4.039,87	20.032,22	55,65
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	3.379,18	17.161,39	114,41
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retida na Fonte - IRRF	660.000,00	660.000,00	99.207,12	265.694,62	40,26
1.4.1- IRRF	660.000,00	660.000,00	99.207,12	265.694,62	40,26
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.747.700,00	29.747.700,00	4.973.773,52	14.850.971,83	49,92
2.1- Cota-Parte FPM	11.950.000,00	11.950.000,00	2.005.738,58	6.079.465,87	50,87
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.950.000,00	11.950.000,00	2.005.738,58	6.079.465,87	50,87
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.200.000,00	15.200.000,00	2.454.195,97	7.369.597,87	48,48
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	10.765,30	26.913,25	38,45
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	220.000,00	220.000,00	38.938,65	111.739,90	50,79
2.5- Cota-Parte ITR	7.700,00	7.700,00	141,98	430,91	5,60
2.6- Cota-Parte IPVA	2.300.000,00	2.300.000,00	463.993,04	1.262.824,03	54,91
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	34.686.400,00	34.686.400,00	5.654.991,00	18.474.000,74	53,26
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.635.000,00	1.635.000,00	342.113,45	930.469,18	56,91
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.120.000,00	1.120.000,00	209.027,52	692.393,07	61,82
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	380.000,00	380.000,00	60.696,00	139.272,00	36,65
5.4- Transferências Diretas - PNATE	105.000,00	105.000,00	20.737,58	31.105,37	29,63
5.5- Outras Transferências do FNDE	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.000,00	10.000,00	51.652,35	67.697,74	676,98
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	220.005,00	220.005,00	51.389,76	211.704,90	96,23
6.1- Transferências de Convênios	220.005,00	220.005,00	51.389,76	211.704,90	96,23
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.000,00	1.000,00	2.503,02	7.146,69	714,67
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.856.005,00	1.856.005,00	396.006,23	1.149.320,77	61,92
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.949.540,00	5.949.540,00	994.788,75	2.970.390,90	49,93
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.390.000,00	2.390.000,00	401.147,67	1.215.893,03	50,87
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.040.000,00	3.040.000,00	490.839,01	1.473.919,05	48,48
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	2.153,06	5.382,65	38,45
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	44.000,00	44.000,00	7.787,73	22.347,99	50,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.540,00	1.540,00	28,39	86,13	5,59
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	460.000,00	460.000,00	92.832,89	252.762,05	54,91
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.380.000,00	12.380.000,00	2.138.103,85	6.325.569,62	51,10
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.350.000,00	12.350.000,00	2.130.546,59	6.303.708,17	51,04
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	7.557,26	21.861,45	72,87
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.400.460,00	6.400.460,00	1.135.757,84	3.333.317,27	52,08
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.428.000,00	7.428.000,00	1.208.955,81	3.097.309,35	41,70
13.1- Com Educação Infantil	3.428.000,00	3.428.000,00	343.017,17	898.594,14	26,21
13.2- Com Ensino Fundamental	4.000.000,00	4.000.000,00	866.938,64	2.198.725,21	54,97
14- OUTRAS DESPESAS	4.952.000,00	4.961.821,67	654.124,71	2.831.448,07	57,06
14.1- Com Educação Infantil	1.240.000,00	1.249.821,67	102.677,04	1.176.549,15	94,14
14.2- Com Ensino Fundamental	3.712.000,00	3.712.000,00	551.447,67	1.654.898,92	44,58
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.380.000,00	12.389.821,67	1.864.080,52	5.928.757,42	47,85
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					5.928.757,42
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %					48,96
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %					44,76
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %					6,27
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	8.671.600,00	8.671.600,00	1.413.747,75	4.618.500,18	53,26
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.810.500,00	4.820.321,67	463.537,47	2.153.495,28	44,68
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.979.060,00	9.979.060,00	1.804.365,39	5.014.187,54	50,25
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.712.000,00	7.712.000,00	1.418.386,31	3.853.624,13	49,97
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.267.060,00	2.267.060,00	385.979,08	1.160.563,41	51,19
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+ 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	14.789.560,00	14.799.381,67	2.267.902,86	7.167.682,82	48,43
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB= (12)					3.333.317,27
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					21.881,45
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					9.821,67
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.365.000,39
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					3.802.682,43
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					20,58
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.126.000,00	1.126.000,00	46.100,89	72.867,62	6,47
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	730.006,00	1.809.148,60	192.587,77	426.622,06	23,58
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.856.006,00	2.935.148,60	238.688,66	499.489,68	17,02
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	16.645.566,00	17.734.530,27	2.506.591,52	7.667.172,50	43,23

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	9.821,67	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.303.708,17	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.707.870,27	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	5.707.870,27	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	21.861,45	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	627.521,02	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES	GERALDINO CARDOSO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS
ANALISTA DE CONTROLE INTER. PREFEITO MUNICIPAL		CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 9.821,67, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outro recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.000.000,00	0,00		2.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	11.787.693,21	3.246.830,12	0,00	8.540.863,09
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	11.787.693,21	3.246.830,12	0,00	8.540.863,09
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I- II)	-9.787.693,21	-3.246.830,12		-6.540.863,09

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	31.910,00	-31.910,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	31.910,00	-31.910,00
TOTAL	0,00	31.910,00	-31.910,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	25.175,41	31.910,00	57.085,41

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	31.910,00	-31.910,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	31.910,00	-31.910,00
TOTAL	0,00	31.910,00	-31.910,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	25.175,41	31.910,00	57.085,41

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	4.938.700,00	4.938.700,00	3.623.028,91	73,36
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.250.000,00	1.250.000,00	1.789.122,21	143,13
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	820.000,00	820.000,00	382.483,52	46,64
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.940.000,00	1.940.000,00	1.021.806,46	52,67
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	660.000,00	660.000,00	265.694,62	40,26
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.700,00	9.700,00	4.938,43	50,91
Dívida Ativa dos Impostos	196.000,00	196.000,00	92.418,82	47,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	63.000,00	63.000,00	66.564,85	105,66
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	29.747.700,00	29.747.700,00	14.850.971,83	49,92
Cota-Parte FPM	11.950.000,00	11.950.000,00	6.079.465,87	50,87
Cota-Parte ITR	7.700,00	7.700,00	430,91	5,60
Cota-Parte IPVA	2.300.000,00	2.300.000,00	1.262.824,03	54,91
Cota-Parte ICMS	15.200.000,00	15.200.000,00	7.369.597,87	48,48
Cota-Parte IPI-Exportação	220.000,00	220.000,00	111.739,90	50,79
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	70.000,00	70.000,00	26.913,25	38,45
Desoneração ICMS (LC 87/96)	70.000,00	70.000,00	26.913,25	38,45
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	34.686.400,00	34.686.400,00	18.474.000,74	53,26
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União Provenientes dos Estados RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.084.852,00	4.084.852,00	1.848.240,64	45,25
	3.768.852,00	3.768.852,00	1.692.826,17	44,92
	316.000,00	316.000,00	155.414,47	49,18
	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.000,00	1.000,00	303,49	30,35
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.085.852,00	4.085.852,00	1.848.544,13	45,24
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)
			% (f/e)*100	% (g/e)*100
	10.542.549,00	11.600.966,21	7.732.679,08	5.582.319,18
	5.069.949,00	5.035.070,01	2.481.706,89	2.477.506,89
	5.472.600,00	6.565.896,20	5.250.972,19	3.104.812,29

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	239.002,00	1.105.218,50	751.651,55	68,01	44.559,81	4,03
	239.002,00	1.105.218,50	751.651,55	68,01	44.559,81	4,03
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	10.781.551,00	12.706.184,71	8.484.330,63	66,77	5.626.878,99	44,28
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/V)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.084.852,00	6.009.485,71	3.754.805,08	44,26	2.206.898,47	39,22
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.084.850,00	5.499.892,39	3.421.883,76	40,33	2.206.898,47	39,22
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2,00	509.593,32	332.921,32	3,92	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.084.852,00	6.009.485,71	3.754.805,08	44,26	2.206.898,47	39,22
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	6.696.699,00	6.696.699,00	4.729.525,55	22,52	3.419.980,52	5,06
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,51
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						648.880,41

Continua 2/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)		0,00	0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica		8.899.951,00	10.749.598,03	7.036.267,35	82,93	4.713.336,64	83,76	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		1.790.600,00	1.807.210,41	1.367.188,68	16,11	900.936,75	16,01	
Vigilância Epidemiológica		91.000,00	149.376,27	80.874,60	0,95	12.605,60	0,22	
TOTAL		10.781.551,00	12.706.184,71	8.484.330,63	100,00	5.626.878,99	100,00	

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

“Este documento eletrônico, após utilização, não deve ser utilizado para fins de reprodução ou divulgação.”

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE INTERNO	GERALDINO CARDOSO PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO JOCENEI VAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9
---	---	--

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	53.820.432,00
Previsão Atualizada		—	53.820.432,00
Receitas Realizadas		8.402.221,07	27.839.907,64
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.466.007,71
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	53.820.832,00
Créditos Adicionais		—	5.444.084,64
Dotação Atualizada		—	59.264.916,64
Despesas Empenhadas		7.262.676,05	33.114.067,52
Despesas Liquidadas		8.611.252,91	23.833.286,78
Superavit Orçamentário		—	4.006.620,86
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		7.262.676,05	33.114.067,52
Despesas Liquidadas		8.611.252,91	23.833.286,78
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			51.592.178,67
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-1.173.149,34	-4.152.071,73
Resultado Primário		-2.705.000,00	4.115.364,60
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	40.772,40	0,00	40.772,40
EXECUTIVO	40.772,40	0,00	40.772,40
TOTAL:	40.772,40	0,00	40.772,40
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.802.682,43	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.097.309,35	60%
Liquidadas		3.097.309,35	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.000,00
Despesa de Capital Líquida		3.246.830,12	8.540.863,09

Continua 1/2

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			31.910,00	-31.910,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.419.980,52	15,00	18,51	
Liquidadas	3.419.980,52			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/07/2014

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria N.º 295/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 295/2014

Admite em Caráter Temporário ZENEIDE MARIA CORDEIRO GELSLEICHTER para o cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ZENEIDE MARIA CORDEIRO GELSLEICHTER para o cargo de Professora II, contrato de trabalho n.º. 064/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de julho de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

CONTRATO N.º 064/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.
pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 064/2014

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado Senhora ZENEIDE MARIA CORDEIRO GELSLEICHTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob Nº 429.180.659-00, residente e domiciliada a Rodovia SC 407, nº 13.430- Colônia Santana - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 09/07/2014, findando no dia 12/12/2014, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

ZENEIDE MARIA CORDEIRO GELSLEICHTER

CONTRATADA

Testemunhas:

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO 61/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R-223

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO

Pregão Presencial n.º 61/2014, que tem como objeto aquisição parcelada e estimada de Filtros e óleos lubrificantes para os veículos de todas as frotas pertencentes à Prefeitura Municipal com fornecimento diário e com mão de obra para a troca, quando estiverem na SEDE MUNICIPAL de acordo com os quantitativos e especificações em anexo.

CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou oportunidade pública;

RESOLVE a Pregoeira, juntamente com a Equipe de apoio SUSPENDER a sessão pública de licitação que se realizaria no dia 11 de julho de 2014, às 08:45h.

A nova data da sessão pública para recebimento da documentação de habilitação e a proposta de preços será oportunamente divulgada.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Termo de Homologação E Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preço Nº. 08/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2014-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2014-PMS, PROCESSO Nº. 112/2014-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.240 m e área total de 12.400 m², através do FUNDOSOCIAL, Estadual, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 1.059.563,75 (um milhão cinquenta e nove mil quinhentos e sessenta e três reais setenta e cinco centavos).

Data da Assinatura: 09/07/2014 - Vigência: 31/12/2014

Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 143/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato do Contrato nº. 143/2014-PMS
Modalidade Tomada de Preços nº. 08/2014-PMS - Processo nº. 112/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim/SC.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Rio de Janeiro, bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 1.240 m e área total de 12.400 m², através do FUNDOSOCIAL, Estadual, projeto, memorial

descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e a Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Valor do contrato: R\$ 1.059.563,75 (um milhão cinquenta e nove mil quinhentos e sessenta e três reais setenta e cinco centavos).

Data da Assinatura: 09/07/2014 - Vigência: 31/12/2014

Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 59/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 59/2014-PMS

PROCESSO Nº. 128/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo diesel para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria da Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de julho de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 23 de julho de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 10 de julho de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 144/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 144/2014-PMS
Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 54/2014-PMS
Processo nº. 119/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ARAQUARI IMPRESSOES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 81.543.878/0001-75, estabelecida na Rua São José nº. 313, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000.

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em comunicação/mídia visual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	CONFEÇÃO DE ADESIVO BRILHO COM PROTEÇÃO DE VERNIZ, IMPRESSÃO DIGITAL 4 X 0, 1440dpi, 0,10mm DE ESPESSURA EM VÁRIOS FORMATOS. INCLUSO APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO	100	M²	53,00	5.300,00
02	BANNER LONA, IMPRESSÃO DIGITAL 440gr/m², 1440dpi, COM ACABAMENTO DE BASTÃO E ILHÓS A CADA 25cm EM VÁRIOS FORMATOS	180	M²	33,00	5.940,00
03	BONECO EM CORTE ROUTER FORMATO DE UMA PESSOA NAS MEDIDA DE 1,80X0,90M EM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO 30X30, MDF 20mm, COM ADESIVO BRILHO IMPRESSÃO DIGITAL 4X4, 1.440DPI, 0,08MM.	15	UNIDADE	315,00	4.725,00
04	PLACA DE SINALIZAÇÃO INTERNA EM PS 2 MM, IMPRESSÃO DIGITAL 4 X 0, 1440dpi, DIRETO NA CHAPA, MEDIDAS DIVERSAS COM ACABAMENTO EM CORTES RETOS. INCLUSO APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO	150	M²	89,00	13.350,00
05	SERVIÇO DE PLOTAGEM EM VEÍCULOS - ADESIVO 0,08 MM, COLA A BASE DE SOLVENTE, COM IMPRESSÃO UV, GARANTIA DE 18 MESES. INCLUSO APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO	200	M²	75,00	15.000,00

09	CONFEÇÃO DE ADESIVO PERFURADO, IMPRESSÃO DIGITAL 4 X 0, 1440dpi, 0,10mm DE ESPESSURA EM VÁRIOS FORMATOS. INCLUSO APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO	100	M²	43,00	4.300,00
TOTAL R\$					48.615,00

Valor do contrato: R\$ 48.615,00 (quarenta e oito mil seiscentos e quinze reais)

Data da Assinatura: 09/07/2014 - Vigência: 09/07/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.805/2013 de 28 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 2.805/2013 de 28 de novembro de 2013
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Patronais R\$ 60.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR
05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 60.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de novembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.839/2013 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 2.839/2013 de 17 de dezembro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.3.90.47.22.00.00.00 - 00.01.0000 - Contribuição Para Custeio de Iluminação Pública R\$ 499,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.3.90.47.18.00.00.00 - 00.01.0000 - Contrib. Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 499,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.998/2014 de 4 de Julho de 2014

DECRETO Nº 2.998/2014 de 4 de julho de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 17.499,99 (dezesete mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - ADMINISTRAÇÃO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 9.999,99

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 7.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - ADMINISTRAÇÃO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.14.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Diarias - Civil R\$ 9.999,99

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 4.500,01

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.50.41.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Contribuicoes R\$ 2.999,99

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Termo Aditivo Nº. A29/2014 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A29/2014 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 256/2013 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: SUPERMERCADO FRONTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.815.219/0001-40, estabelecida na Avenida Prefeito Waldemir Grubba, nº 3051, Vila Lalau, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-500, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo senhor Venesio Hornburg, inscrito no CPF sob o nº. 821.724.049-34, portador da carteira de identidade nº. 2.980.532-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 256/2013-PMS, celebrado em 25 de novembro de 2013, proveniente do Processo Licitatório nº. 197/2013-PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 90/2013-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de consumo para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65 e seus dispositivos legais da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido de aditivo no valor de R\$ 742,85 (setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), aditivando 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades dos itens 8, 9 e 12.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" sendo aditivadas 25 unidades, para o item 08, no valor unitário de R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos), 50 unidades para o item 09, no valor unitário de R\$ 8,50 (oito reais e cinquenta centavos), e 87 unidades para o item 12, no valor unitário de R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos), totalizando o valor de R\$ 742,85 (setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	UNIDADE	QUANTIDADE ADTIVADA	VALOR R\$ UNITÁRIO LICITADO	VALOR TOTAL ADITIVADO
08	Filtro de papel para café nº. 103 - embalagem com 40un	100	Unidade	25	2,97	74,25
09	Fornecimento de água mineral potável sem gás envasada em garrafão de polycarbonato de 20 litros, lacrados, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto,	400	Unidade	50	8,50	425,00
12	Leite UHT integral tipo longa vida de 1lt - embalagem tetra pak.	350	Unidade	87	2,80	243,60

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor R\$ 742,85 (setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e cinco centavos), passando a ser o valor do contrato inicial para R\$ 10.626,30 (dez mil, seiscentos e vinte e seis reais e trinta centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 256/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 09 de julho de 2014.

CONTRATADA:

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA

Venesio Hornburg

CPF nº. 821.724.049-34

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

Extrato do Contrato Nº. 146/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 146/2014-PMS

DISPENSA nº. 59/2014-PMS

Processo nº. 132/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLEITON ISBERNER - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.393.141/0001-63, estabelecida na Rua Germano Oberthir nº 98, Fundos, Schroeder III, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-00.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de Suporte (pedestal) para colocação de banners com divulgação e exposição itinerante da história de Schroeder para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	PEDESTAIS METÁLICOS - COM BASE EM TUBO QUADRADO 35 X 35; SUPORTE COM TUBO REDONDO GALVANIZADO; PINTURA NA COR BRANCA	15	Unidade	75,00	1.125,00
TOTAL R\$					1.125,00

Valor do contrato: 1.125,00 (um mil centos e vinte e cinco reais)

Data da Assinatura: 09/07/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Notificação Nº 58 (Altermed Material Medico Hospitalar Ltda)**NOTIFICAÇÃO**

Fica a empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ 00.802.002/0001-02, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 85/2013 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra nº 1071/14 não efetuou a entrega do produto no prazo de 05 dias úteis como estipulado no Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa terá o prazo de 48 horas para adimplir o Contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada:

Processo Administrativo nº	Contrato nº	Ordem de compra Empenho nº	Produtos	Entrega a O.C.	Quantidade
49/2013	85/2013	1071/14	NORTRIPTILINA 10MG COMPRIMIDOS	27/06/2014	1500

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto às penalidades previstas no Contrato supramencionado, nos termos do art. 87 da Lei e Licitações e demais cominações legais, e querendo, deverão apresentar defesa prévia em 10 (dez) dias úteis.

O prazo inicia-se a partir da presente notificação publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Atenciosamente,

Schroeder, 09 de julho de 2014.

Roseane Finta - Duda

Setor de Farmácia - Compras

Notificação Nº 59 (Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda)**NOTIFICAÇÃO**

Fica a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 03.652.030/0001-70, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 21/2014 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra nº 990/14 não efetuou a entrega do produto no prazo de 05 dias úteis como estipulado no Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa terá o prazo de 48 horas para adimplir o Contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada:

Processo Administrativo nº	Contrato nº	Ordem de compra Empenho nº	Produtos	Entrega a O.C.	Quantidade
96/2013	21/2014	990/14	RANITIDINA, CLORIDRATO 150MG COMPRIMIDOS	16/06/2014	5000

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto às penalidades previstas no Contrato supramencionado, nos termos do art. 87 da Lei e Licitações e demais cominações legais, e querendo, deverão apresentar defesa prévia em 10 (dez) dias úteis.

O prazo inicia-se a partir da presente notificação publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Atenciosamente,

Schroeder, 09 de julho de 2014.

Roseane Finta - Duda

Setor de Farmácia - Compras

Notificação Nº 60 (Promefarma Representações Comerciais Ltda)**NOTIFICAÇÃO**

Fica a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 83.102.491/0001-09, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 30/2013 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra nº 301/14 não efetuou a entrega do produto no prazo de 05 dias úteis como estipulado no Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa terá o prazo de 48 horas para adimplir o Contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada:

Processo Administrativo nº	Contrato nº	Ordem de compra Empenho nº	Produtos	Entrega a O.C.	Quantidade
11/2014	30/2013	301/14	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 25MG/5ML+DIPIRONA 2,5MG/5ML IM/IV	24/02/2014	50

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto às penalidades previstas no Contrato supramencionado, nos termos do art. 87 da Lei e Licitações e demais cominações legais, e querendo, deverão apresentar defesa prévia em 10 (dez) dias úteis. O prazo inicia-se a partir da presente notificação publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Atenciosamente,

Schroeder, 09 de julho de 2014.

Roseane Finta - Duda

Setor de Farmácia - Compras

Decreto Nº 2.999/2014 de 8 de Julho de 2014

DECRETO Nº 2.999/2014 de 8 de julho de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 20.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 34.000,00

3.3.50.43.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Subvencoes Sociais R\$ 600,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 3.400,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 30.000,00

3.3.90.34.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 1.000,00

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 3.000,00

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 10.000,00

3.1.90.91.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Sentencas Judiciais R\$ 1.000,00

3.3.90.31.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Premiacoas Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out R\$ 2.000,00

3.3.90.48.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas . R\$. 2.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.1.90.92.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Despesas de Exercicios Anteriores R\$. 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 08 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 54/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 41/2014		Data do Registro: 09/07/2014		Válido até: 09/07/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em comunicação/imídia visual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultu							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CONFEÇÃO DE ADESIVO BRILHO COM PROTEÇÃO DE VERNIZ, IMPRESSÃO DIGITAL 4 X 0, 1440dpi, 0,10mm DE ESPESSURA EM VÁRIOS FORMATOS, INCLUSO APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO	M²	ARAQUARI IMPRESSOES LTDA - ME (12883)		0	53,0000	1
2	BANNER LONA, IMPRESSÃO DIGITAL 440gr/m2, 1440dpi, COM ACABAMENTO DE BASTÃO E ILHOS A CADA 25cm EM VÁRIOS FORMATOS	M²	ARAQUARI IMPRESSOES LTDA - ME (12883)		0	33,0000	1
3	BONECO EM CORTE ROUTER FORMATO DE UMA PESSOA NAS MEDIDA DE 1,80X0,90M EM ESTRUTURA DE FERRO GALVANIZADO 30X30, MDF 20mm, COM ADESIVO BRILHO IMPRESSÃO DIGITAL 4X4, 1,440DPI, 0,08MM	UN	ARAQUARI IMPRESSOES LTDA - ME (12883)		0	315,0000	1
4	PLACA DE SINALIZAÇÃO INTERNA EM PS 2MM, IMPRESSÃO DIGITAL 4 X 0, 1440dpi, DIRETO NA CHAPA, MEDIDAS DIVERSAS COM ACABAMENTO EM CORTES RETOS, INCLUSO APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO	M²	ARAQUARI IMPRESSOES LTDA - ME (12883)		0	89,0000	1
5	SERVIÇO DE PILOTAGEM EM VEÍCULOS - ADESIVO 0,08 MM, COLA A BASE DE SOLVENTE, COM IMPRESSÃO UV, GARANTIA DE 18 MESES, INCLUSO APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO	M²	ARAQUARI IMPRESSOES LTDA - ME (12883)		0	75,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 41/2014

Data do Registro: 09/07/2014

Válido até: 09/07/2015

Objeto da Compra:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em comunicação/mídia visual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	CONFECÇÃO DE ADESIVO PERFURADO. IMPRESSÃO DIGITAL 4 X 0,1440dpi, 0,10mm DE ESPESSURA EM VÁRIOS FORMATOS. INCLUSO APLICAÇÃO/INSTALAÇÃO	M²	ARAQUARI IMPRESSOES LTDA - ME (12883)		0	43,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 41/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 41/2014		Data do Registro: 09/07/2014		Válido até: 09/07/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em comunicação/mídia visual para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultu							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2014
PROCESSO Nº 119/2014

(12883) - ARAQUARI IMPRESSOES LTDA - ME

Schroeder, 9 de Julho de 2014.

RREO - 2º BIMESTRE - ANEXO 12

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.805.000,00	3.805.000,00	1.552.034,24	40,79
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.630.000,00	1.630.000,00	984.283,56	60,39
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	450.000,00	450.000,00	161.353,36	35,86
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.132.500,00	1.132.500,00	259.442,60	22,91
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	77.592,82	24,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	16.500,00	16.500,00	2.220,32	13,46
Dívida Ativa dos Impostos	152.000,00	152.000,00	46.744,84	30,75
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	104.000,00	104.000,00	20.396,74	19,61
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.090.000,00	20.090.000,00	7.398.522,80	36,83
Cota-Parte FPM	9.800.000,00	9.800.000,00	4.073.727,29	41,57
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	341,68	3,42
Cota-Parte IPVA	1.100.000,00	1.100.000,00	370.110,97	33,65
Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	2.901.849,66	32,24
Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	42.964,30	30,69
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	9.528,90	23,82
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	9.528,90	23,82
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	23.895.000,00	23.895.000,00	8.950.557,04	37,46

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.148.466,00	3.148.466,00	615.414,18	19,55
Provenientes da União	3.052.466,00	3.052.466,00	607.914,18	19,92
Provenientes dos Estados	96.000,00	96.000,00	7.500,00	7,81
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	930.000,00	930.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	63.000,00	63.000,00	4.648,73	7,38
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.141.466,00	4.141.466,00	620.062,91	14,97

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.968.453,00	9.091.690,29	2.206.381,14	24,27	1.933.125,04	21,26
Pessoal e Encargos Sociais	6.128.003,00	6.138.372,10	1.437.162,57	23,41	1.431.286,75	23,32
Outras Despesas Correntes	2.840.450,00	2.953.318,19	769.218,57	26,05	501.838,29	16,99

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.481.600,00	1.626.582,34	571.457,91	35,13	213.972,03	13,15
Investimentos	1.481.600,00	1.626.582,34	571.457,91	35,13	213.972,03	13,15
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	10.450.053,00	10.718.272,63	2.777.839,05	25,92	2.147.097,07	20,03
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.231.166,00	4.434.502,83	1.061.512,17	38,21	623.813,57	29,05
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.231.166,00	4.434.502,83	1.061.512,17	38,21	623.813,57	29,05
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.231.166,00	4.434.502,83	1.061.512,17	38,21	623.813,57	29,05
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	6.218.887,00	6.283.769,80	1.716.326,88	-12,30	1.523.283,50	-9,02
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]³						
180.699,94						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR		
Inscritos em 2013	0,00	18.160,92	-18.160,92	0,00	
TOTAL	0,00	18.160,92	-18.160,92	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
-	-		-		

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total i)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	9.289.253,00	9.535.417,28	2.535.662,56	91,28	1.945.567,87	90,61
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	592.000,00	599.423,95	120.149,44	4,33	87.323,44	4,07
Vigilância Sanitária	18.000,00	20.000,00	5.654,23	0,20	1.522,37	0,07
Vigilância Epidemiológica	72.700,00	85.331,40	16.078,72	0,58	12.479,29	0,58
Outras Subfunções	488.100,00	488.100,00	100.294,10	3,61	100.204,10	4,67
TOTAL	10.460.053,00	10.728.272,63	2.777.839,05	100,00	2.147.097,07	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23, da L. 141/2012

Continua 3/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

6. O valor a ser informado para o indicador deve ser informado no formato (15 x IIIb)/100]

No último bimestre, será utilizada a fórmula $V(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

SCHROEDER, 07/07/2014

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR Contador PR-034345/O-3 S-SC	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
-------------------------------------	---	---

DISPENSA Nº 58/2014-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 58/2014 - DL**Processo Nr.: 129/2014
Data: 09/07/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: CLINICA BARAO LTDA - ME

Código: 7146

Endereço: R BARAO DO RIO BRANCO,200 - SALAS 03 E 0

Cidade: JARAGUA DO SUL - SC

CNPJ: 03.759.542/0001-30

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em consulta com especialista neurologista para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Consulta médica com especialista em neurologia	CONS	200,00	200,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Contratação de um especialista em neurologia devido ao acidente de trabalho do servidor Odair Vidal, sendo que o mesmo necessita com urgência de um especialista conforme encaminhamento do Oftamologista.

Schroeder, 9 de Julho de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 58/2014 - DL**

Processo Nr.: 129/2014
Data: 09/07/2014

Folha: 2/2

8/7/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Julho de 2014

Valor da Despesa: 200,00 (duzentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 59/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 59/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 132/2014 Data: 09/07/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: CLEITON ISBERNER - ME Endereço: R GERMANO OBERTHIR, 98, FUNDOS Cidade: Schroeder - SC CNPJ: 13.393.141/0001-63	Código: 12885 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de Suporte (pedestal) para colocação de banners com divulgação e exposição itinerante da história de Schroeder para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	15,00	PEDESTAIS METÁLICOS - COM BASE EM TUBO QUADRADO 35 X 35; SUPORTE COM TUBO REDONDO GALVANIZADO; PINTURA NA COR BRANCA	UN	75,00	1.125,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

DIVULGAR A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO EM EVENTOS MUNICIPAIS, REGIONAIS E ESTADUAIS, RETRATANDO EM IMAGENS O ARQUIVO MUNICIPAL E AS PARTICULARIDADES DE SCHROEDER DESTE DE SUA EMANIPAÇÃO.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 9 de Julho de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 59/2014 - DL**

Processo Nr.: 132/2014
Data: 09/07/2014

Folha: 2/2

08/07/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Julho de 2014

Valor da Despesa: 1.125,00 (um mil cento e vinte e cinco reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Siderópolis

PREFEITURA

Dispensa Agricultura Familiar Nº 14/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2014
PROCESSO DE COMPRA Nº84/2014

O Município de Siderópolis torna público que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos da Lei Nº.8.666, de 21/06/93 e legislação subsequente para CONTRATAÇÃO de agricultores e/ou grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, nos termos da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 atualizada pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009, e Resolução nº 25, de 04/07/2012, demais normas legais federais e estaduais vigente e em face ao Edital de Chamamento/Credenciamento n. 01/2014.

CONTRATADO (A): Valdete Dumineli de Nez
NÚMERO DAP DE AGRICULTOR: SDW0857280639341404140116
VALOR GLOBAL: Até R\$ 2.870,00
VIGÊNCIA: 31/12/2014.

Retificação Dispensa 05/2014

RETIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2014
PROCESSO DE COMPRA Nº74/2014

O Município de Siderópolis torna público que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos da Lei Nº.8.666, de 21/06/93 e legislação subsequente para CONTRATAÇÃO de agricultores e/ou grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, nos termos da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 atualizada pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98, 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009, e Resolução nº 25, de 04/07/2012, demais normas legais federais e estaduais vigente e em face ao Edital de Chamamento/Credenciamento n. 01/2014.

CONTRATADO (A): Maria Luiza da Silva Périco
NÚMERO DAP DE AGRICULTOR: SDW0035811479981410100732

ONDE SE LÊ: VALOR GLOBAL: Até R\$ 7.220,00 - LÊ-SE: Até R\$ 4.350,00
VIGÊNCIA: 31/12/2014.

Timbé do Sul

PREFEITURA

Extrato da Af Nº 521/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Extrato da Autorização de Fornecimento nº 521/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Britagem Bosa Ltda
Objeto: Aquisição de 10.000m³ (dez mil metros cúbicos) de seixo rolado peneirado para recuperação das estradas nas localidades de Gurita, Amola Faca, Molha Coco, Molha Coco Alto, Rio do Norte, Areia Branca, Morro Azul e Rio do Salto, no município de Timbé do Sul.
Valor: R\$ 20,00 (vinte reais) por m³
Vigência: 01/07/2014 a 31/12/2014

Extrato da Af Nº 522/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Extrato da Autorização de Fornecimento nº 522/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Britagem Bosa Ltda
Objeto: Aquisição de 10.000m³ (dez mil metros cúbicos) de seixo rolado peneirado para manutenção das estradas vicinais do município de Timbé do Sul.
Valor: R\$ 20,00 (vinte reais) por m³
Vigência: 01/07/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 65/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 65/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Matelvi Comércio de Materiais Elétricos e Vidraçaria Ltda
Objeto: Aquisição parcelada de materiais elétricos e prestação de serviços de eletricitista para manutenção da parte elétrica dos prédios públicos do município de Timbé do Sul.

Valor: R\$ 29.999,40 (vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) global estimado
Vigência: 04/07/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 66/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 66/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Tião Terraplanagem Ltda

Objeto: Contratação de serviços de 230 (duzentos e trinta) horas

máquinas de trator de esteira para a abertura de ruas, manutenção de estradas e serviços de terraplanagem em terrenos públicos e particulares para o incentivo a indústria e a construção de aviários, bem como apoio ao pequeno agricultor do município de Timbé do Sul - SC.

Valor: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por hora
Vigência: 04/07/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 67/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 67/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Deivson Moro Ferro ME
Objeto: Aquisição parcelada de madeira para construção e reforma de pontes do Município de Timbé do Sul/SC.

Valor: R\$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais) global estimado.

Vigência: 07/07/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 19/2014_Fms

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 19/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Laboratório de Análises Clínicas Jaqueline Ltda ME

Objeto: Prestação de serviços de análise clínicas (exames de laboratório) para atender os programas de saúde deste município.

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) global estimado.

Vigência: de 04/07/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 20/2014_Fms

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 20/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Marcelo Ceconi ME

Objeto: Prestação de serviços de análise clínicas (exames de laboratório) para atender os programas de saúde deste município.

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) global estimado.

Vigência: de 04/07/2014 a 31/12/2014

Timbó

PREFEITURA

Ata de Decisão do Credenciamento Nº. 67.2014 PMT - Terapeuta Ocupacional

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DECISÃO DO CREDENCIAMENTO Nº. 67/2014 - PMT

Às oito horas e trinta minutos, do nono dia, do mês de julho de dois mil e catorze, (09/07/2014) na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger para avaliação do parecer emitido acerca da documentação da qualificação técnica do profissional participante da Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 67/2014 - PMT. Do parecer emitido pelo Secretário Municipal de Educação, Sr. Sergi Frederico Mengarda, sobre os documentos da qualificação técnica (item 4.3.4 - Qualificação Técnica do Edital) apresentados pelo profissional participante, tem-se que o Sr. CLAYTON ASSIS LOPES FONTOURA, CPF nº 924.880.139-00, "... apresenta formação e capacidade técnica de desenvolver o trabalho planejado junto aos profissionais dos Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré-escolares...". Analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer da Secretaria de Educação e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, restou habilitado o seguinte profissional: Sr. CLAYTON ASSIS LOPES FONTOURA, CPF nº 924.880.139-00. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro

Ata de Julgamento da Proposta da Tomada de Preço Nº. 59.2014 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇO Nº. 59/2014 - PMT

Às dez horas, do oitavo dia, do mês de julho de dois mil e catorze (08/07/2014), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger para avaliação do parecer técnico emitidos acerca da proposta da empresa participante da Tomada de Preço nº. 59/2014 - PMT. Do parecer técnico, emitido pelo engenheiro civil, Sr. Moacyr Cristofolini Junior, sobre a análise dos documentos da proposta, o mesmo constatou que a empresa

L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME, cumpriu com as condições/requisitos exigidos no Edital, no entanto apresentou a proposta com erros de arredondamento, anexando ao parecer planilha de conferência, onde fez constar os valores corrigidos conforme segue abaixo:

Projeto/Item

Valor Total apresentado pela empresa

Valor Total corrigido pelo engenheiro

Reforma da pavimentação externa e acesso da UPE Chapeuzinho Vermelho

R\$ 90.788,14 (noventa mil setecentos e oitenta e oito reais e catorze centavos)

R\$ 90.786,56 (noventa mil setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)

Reforma da cobertura da UPE Chapeuzinho Vermelho

R\$ 53.422,88 (cinquenta e três mil quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos)

R\$ 53.407,55 (cinquenta e três mil quatrocentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos)

Ampliação do solarium do NEI Primeiros Passos

R\$ 16.106,66 (dezesseis mil cento e seis reais e sessenta e seis centavos)

R\$ 16.107,10 (dezesseis mil cento e sete reais e dez centavos)

Desta forma, diante das razões acima mencionadas e do parecer técnico decide-se pela classificação da proposta, e considerando a planilha de conferência apresentada pelo Setor de Engenharia, declara-se vencedora a empresa L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME, com os seguintes valores: Reforma da pavimentação externa e acesso da UPE Chapeuzinho Vermelho com o valor total de R\$ 90.786,56 (noventa mil setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), Reforma da cobertura da UPE Chapeuzinho Vermelho com o valor total de R\$ 53.407,55 (cinquenta e três mil quatrocentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos) e Ampliação do solarium do NEI Primeiros Passos com o valor total de R\$ 16.107,10 (dezesseis mil cento e sete reais e dez centavos). Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intímese.

CARMELINDE BRANDT
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Secretária

ALINE BURGER
Membro

Aviso Pregão Presencial N.º 06 2014 Fct - Aquisição de Materiais Impressos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 06/2014 - FCT

OBJETO: aquisição de materiais impressos, para divulgação de parte dos eventos e demais ações que serão realizadas pela Fundação Cultural de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 24 de julho de 2014. ABERTURA: dia 24 de julho de 2014 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de

Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 09/07/2014

Jorge Revelino Ferreira

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Errata do Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2012.199 PMT
MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O Município de Timbó informa que na publicação do extrato do Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º. 2012/199 da Empresa IPM Informática Pública Municipal LTDA publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC em 08/07/2014, Edição n.º. 1522, página 470, onde se lê "Extrato Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 2010.119 PMT", leia-se "Extrato Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 2012.119 PMT".

ROSE MERY DALCANALE
Diretora de Administração

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 49 2014 PMT - Publicações Oficiais E Legais

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 49/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado a contratação de serviços para publicações de atos oficiais/legais em jornal diário de grande circulação no estado de Santa Catarina.

EMPRESA FORNECEDORA: Editora Notícias do Dia LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 12.410,00 (doze mil quatrocentos e dez reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 08/07/2015

Timbó, 09/07/2014

JAIME AVENDANO

Assessor Institucional de Comunicação Social

Extrato Contrato 2014.098 - PMT
MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º. 2014/098

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: AMBGEIO Assessoria e Consultoria em Engenharia LTDA.

OBJETO: Elaboração de Estudo Ambiental Simplificado (EAS), Inventário Florestal e demais documentos (inclusive técnicos) necessários à expedição de licenças e/ou certidões e/ou autorizações ambientais pela FATMA, para execução dos projetos de implantação do Anel Viário - Rua Araponguinhas (com ponte sobre o Rio Benedito), conforme termo de referência em anexo.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 04/07/2014
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato N.º 2013.9912325326 SAMAE
MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/9912325326
CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.
CONTRATADO: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
OBJETO: Reajuste de 7,856% sobre o rol de tarifas e preços cobrados pela ECT na prestação de serviços de atividade postais para coleta, transporte e entrega de documentos no âmbito nacional.

DATA DA ASSINATURA: 30/06/2014.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

Extrato Sétimo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2010.197 PMT
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/197
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: 14 Brasil Telecom Celular S/A.

OBJETO: Prorrogação do prazo da prestação de serviços de telefonia celular para as unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Timbó até 30/09/2014.

DATA DA ASSINATURA: 30/06/2014.
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Extrato Sexto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2010.198 PMT
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/198
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Brasil Telecom S/A.

OBJETO: Prorrogação do prazo da prestação de serviços de telefonia celular para as unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Timbó até 30/09/2014.

DATA DA ASSINATURA: 30/06/2014.
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Homologação do Credenciamento Nº. 02.2014 FME - Árbitros

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº. 02/2014

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Portaria Nº. 792 e suas alterações,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando credenciados:

LUCILENE VANDERLINDE DA CONCEIÇÃO

Item	Unidade	Descrição: prestação de serviços de arbitragem nas diferentes modalidades	Valor Unitário em R\$
02	Jogo	Assistente Futebol de Campo	60,00
03	Jogo	Mesário/Apontador Futebol/Futsal	35,00
09	Diária*	Arbitro Jogos de Mesa	120,00
10	Diária*	Arbitro Esporte Escolar	150,00
11	Jogo	Arbitro Basquete	65,00
12	Jogo	Arbitro Handebol	65,00
13	Diária*	Arbitro Atletismo	250,00

ROGE BANDIERA PAIVA

Item	Unidade	Descrição: prestação de serviços de arbitragem nas diferentes modalidades	Valor Unitário em R\$
07	Jogo	Arbitro Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	80,00
08	Jogo	Arbitro Bocha	35,00
09	Diária*	Arbitro Jogos de Mesa	120,00
10	Diária*	Arbitro Esporte Escolar	150,00
11	Jogo	Arbitro Basquete	65,00
12	Jogo	Arbitro Handebol	65,00

MARLON ELIAS MÜLLER

Item	Unidade	Descrição: prestação de serviços de arbitragem nas diferentes modalidades	Valor Unitário em R\$
07	Jogo	Arbitro Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	80,00
10	Diária*	Arbitro Esporte Escolar	150,00
11	Jogo	Arbitro Basquete	65,00
12	Jogo	Arbitro Handebol	65,00

WALDIR KLITZKE

Item	Unidade	Descrição: prestação de serviços de arbitragem nas diferentes modalidades	Valor Unitário em R\$
01	Jogo	Arbitro de Futebol de Campo	130,00
02	Jogo	Assistente Futebol de Campo	60,00
03	Jogo	Mesário/Apontador Futebol/Futsal	35,00
04	Jogo	Arbitro de Futebol Suíço	50,00
05	Jogo	Arbitro Futebol Areia	50,00
06	Jogo	Arbitro Futsal	65,00
10	Diária*	Arbitro Esporte Escolar	150,00

LARISSA KARINE VAN BOMMEL

Item	Unidade	Descrição: prestação de serviços de arbitragem nas diferentes modalidades	Valor Unitário em R\$
03	Jogo	Mesário/Apontador Futebol/Futsal	35,00
07	Jogo	Arbitro Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	80,00
09	Diária*	Arbitro Jogos de Mesa	120,00
10	Diária*	Arbitro Esporte Escolar	150,00
11	Jogo	Arbitro Basquete	65,00
12	Jogo	Arbitro Handebol	65,00
13	Diária*	Arbitro Atletismo	250,00

JULIA DE FREITAS

Item	Unidade	Descrição: prestação de serviços de arbitragem nas diferentes modalidades	Valor Unitário em R\$
02	Jogo	Assistente Futebol de Campo	60,00
03	Jogo	Mesário/Apontador Futebol/Futsal	35,00
07	Jogo	Arbitro Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	80,00
09	Diária*	Arbitro Jogos de Mesa	120,00
10	Diária*	Arbitro Esporte Escolar	150,00
11	Jogo	Arbitro Basquete	65,00
12	Jogo	Arbitro Handebol	65,00
13	Diária*	Arbitro Atletismo	250,00

Timbó/SC, 03 de julho de 2014
MARTINHO DE SOUZA FILHO
Presidente da FME

Homologação do Credenciamento Nº. 67.2014 PMT - Terapeuta Ocupacional

PREFEITURA DE TIMBÓ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº. 67/2014

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Portaria Nº. 792 e suas alterações,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando credenciado no Credenciamento nº. 67/2014, o participante CLAYTON ASSIS LOPES FONTOURA.

Timbó/SC, 09 de julho de 2014.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

Decreto Nº 3.510 de 30 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 3.510 DE 30 DE JUNHO DE 2014.

ALTERA E RENOVA a aprovação do loteamento de área urbana, feita pelo Decreto n.º 3.341/2013 de 03/12/2013.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, e pela Legislação Ordinária pertinente e,

Considerando a necessidade de alteração da faixa sanitária executada nos lotes 17 e 18,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado e reaprova o LOTEAMENTO denominado "OSS-EMER", cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto nº 3.341/2013 de 03/12/2013, em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de ALIX OSS-EMER, ULISSES OSS-EMER, JAIR OSS-EMER E ODAIR OSS-EMER, conforme matrícula n.º 19.371, livro 2.

Artigo 2º - Ficam ALTERADOS os itens 17 e 18, da alínea "a", do artigo 2º, do Decreto n.º 3.341 de 03/12/2013, com a seguinte redação:

"17 - Lote nº 17 (dezessete) - com área de 866,16m2 (Oitocentos e sessenta e seis metros e dezesseis decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Paraíba, esquina formada com o lado ímpar da Rua Projetada 'A'; estremando na frente em 17,39 metros com o lado ímpar da Rua Paraíba; fundos estrema em 23,56 metros com o lote n.º 22; lado direito estrema em 37,11 metros com o lote n.º 18; e, lado esquerdo estrema em 31,26 metros com o lado ímpar da Rua Projetada 'A' e em 9,45 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Projetada 'A'.

18 - Lote nº 18 (dezoito) - com área de 808,97m2 (Oitocentos e oito metros e noventa e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Paraíba, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 23,42 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Projetada 'A'; estremando na frente em 21,73 metros com o lado ímpar da Rua Paraíba; fundos estrema em 21,96 metros com o lote n.º 22; lado direito estrema em 36,95 metros com o lote n.º 19; e, lado esquerdo estrema em 37,11 metros com o lote nº 17."

Artigo 3º - Ficam ratificados os demais termos em todos seus artigos e parágrafos.

Artigo 4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 30 de junho de 2014.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 756 523/2014; Nº 756 525/2014; Nº 098 1702/2014; Nº 098 1703/2014; Nº 098 1706/2014; Nº 098 1707/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 523/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAN9153	8756044216	7455/0	06/05/2014	218 * I
AKN6019	8756045134	6050/3	27/05/2014	208
ALM0526	8756045353	7455/0	29/05/2014	218 * I
AMC3018	8756043866	7455/0	29/04/2014	218 * I
AMR8327	8756044043	7455/0	01/05/2014	218 * I
BOA5385	8756044029	6050/3	01/05/2014	208
CNN0353	8756044167	7455/0	30/04/2014	218 * I
DIR7242	8756044464	6050/3	09/05/2014	208
DYE9930	8756045133	5673/2	27/05/2014	183
LWX2481	8756045309	6050/3	01/06/2014	208
LXC6618	8756045229	7463/0	25/05/2014	218 * II
LXN1942	8756044176	7455/0	29/04/2014	218 * I
LYA7072	8756045036	7455/0	21/05/2014	218 * I
LYS9315	8756045210	7455/0	30/05/2014	218 * I
LZA4927	8756043889	7455/0	02/05/2014	218 * I
LZF5618	8756045281	7455/0	26/05/2014	218 * I
LZW2579	8756045196	7455/0	30/05/2014	218 * I
LZZ1210	8756044028	6050/3	28/04/2014	208
MBF6756	8756045220	7455/0	31/05/2014	218 * I
MBQ1808	8756044326	7455/0	08/05/2014	218 * I
MCL6787	8756044279	7455/0	07/05/2014	218 * I
MCR2545	8756045159	7463/0	25/05/2014	218 * II
MCU9504	8756044416	7455/0	07/05/2014	218 * I
MCW8607	8756045284	7455/0	27/05/2014	218 * I
MDA7203	8756045274	7455/0	25/05/2014	218 * I
MDH6438	8756045145	7455/0	29/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDP3612	8756044252	7455/0	06/05/2014	218 * I
MDQ6134	8756045032	7455/0	18/05/2014	218 * I
MDQ6134	8756045073	7455/0	18/05/2014	218 * I
MDU5651	8756044242	7455/0	06/05/2014	218 * I
MDU9978	8756044111	7455/0	03/05/2014	218 * I
MDW8074	8756043978	7463/0	02/05/2014	218 * II
MEG7298	8756045193	7455/0	30/05/2014	218 * I
MEK3851	8756043947	7463/0	02/05/2014	218 * II
MFF5588	8756045002	7455/0	18/05/2014	218 * I
MFH6299	8756045213	7455/0	29/05/2014	218 * I
MFN4428	8756045190	7455/0	29/05/2014	218 * I
MFQ1600	8756044101	7455/0	01/05/2014	218 * I
MGL4668	8756045293	7455/0	30/05/2014	218 * I
MGW3677	8756045285	7455/0	27/05/2014	218 * I
MGZ0933	8756043903	7463/0	02/05/2014	218 * II
MHG6189	8756044135	7455/0	28/04/2014	218 * I
MHK3310	8756043895	7455/0	02/05/2014	218 * I
MHP9966	8756044377	5673/2	09/05/2014	183
MHZ7145	8756043862	7455/0	29/04/2014	218 * I
MIQ5556	8756044107	7463/0	02/05/2014	218 * II
MJB0245	8756044516	7455/0	06/05/2014	218 * I
MJD4351	8756045199	7455/0	01/06/2014	218 * I
MJE4754	8756043877	7455/0	29/04/2014	218 * I
MJP7591	8756045385	7455/0	27/05/2014	218 * I
MKG0531	8756044339	7455/0	09/05/2014	218 * I
MKO9599	8756045234	7455/0	27/05/2014	218 * I
MKO9599	8756045283	7455/0	27/05/2014	218 * I
MKR6313	8756043858	7455/0	29/04/2014	218 * I
MLD3065	8756045295	7455/0	30/05/2014	218 * I
MLR3732	8756043859	7455/0	29/04/2014	218 * I
MMD1832	8756044184	7455/0	03/05/2014	218 * I
MMK0431	8756043874	7463/0	29/04/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 9 DE JULHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 525/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKO6457	8756045232	6050/3	25/05/2014	208
CFM0255	8756044825	7455/0	12/05/2014	218 * I
DEX8187	8756045197	7455/0	01/06/2014	218 * I
DPM0431	8756045303	7455/0	31/05/2014	218 * I
DTT8377	8756044137	7455/0	29/04/2014	218 * I
EAA5524	8756044796	7455/0	11/05/2014	218 * I
HBS6636	8756044769	7455/0	14/05/2014	218 * I
ICP0888	8756044670	7455/0	16/05/2014	218 * I
LWR1757	8756044602	7455/0	16/05/2014	218 * I
LXF7043	8756044587	7455/0	13/05/2014	218 * I
LXW8654	8756044679	7455/0	11/05/2014	218 * I
LYE4301	8756044761	6050/3	12/05/2014	208
LZD1509	8756044795	6050/3	17/05/2014	208
LZM8130	8756044611	7455/0	16/05/2014	218 * I
MCX9639	8756043790	6050/3	22/04/2014	208
MCY9200	8756044674	7455/0	12/05/2014	218 * I
MEA1581	8756044728	7455/0	16/05/2014	218 * I
MEA8497	8756044819	7455/0	12/05/2014	218 * I
MED2177	8756044713	7455/0	11/05/2014	218 * I
MEO2457	8756044498	6050/3	08/05/2014	208
MEO3936	8756044654	7455/0	17/05/2014	218 * I
MFA0313	8756044675	7463/0	14/05/2014	218 * II
MGI7514	8756044565	7463/0	13/05/2014	218 * II
MGM2283	8756044574	7455/0	13/05/2014	218 * I
MHA8457	8756044605	7455/0	16/05/2014	218 * I
MHL8309	8756044683	7463/0	14/05/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHU7589	8756044700	7455/0	15/05/2014	218 * I
MID5818	8756043791	7455/0	23/04/2014	218 * I
MIP5399	8756044614	7455/0	16/05/2014	218 * I
MIS9963	8756044822	7463/0	16/05/2014	218 * II
MJJ2498	8756044830	7455/0	17/05/2014	218 * I
MJN1609	8756044706	7455/0	11/05/2014	218 * I
MJQ4482	8756044768	7463/0	14/05/2014	218 * II
MKW0592	8756044712	7455/0	11/05/2014	218 * I
MLJ0537	8756044740	6050/3	12/05/2014	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 9 DE JULHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1702/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LKZ2860	54573306E	6912/0	15/05/2014	232
LYZ6776	54722551E	6548/0	14/05/2014	229
MHG5151	54572142E	6700/0	14/05/2014	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 9 DE JULHO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1703/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGV4229	54722621E	7366/2	02/06/2014	252 * VI
MHA0195	54722544E	7366/2	13/05/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 9 DE JULHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1706/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHF7187	54571928E	5169/1	15/06/2014	165
AHF7187	54571929E	5010/0	15/06/2014	162 * I
AHF7187	54571930E	6912/0	15/06/2014	232
AHF7187	54571931E	6599/2	15/06/2014	230 * V
CPW7076	54573675E	6920/0	26/05/2014	233
LXW4152	54573668E	6920/0	26/05/2014	233
LYF1941	55371182D	5010/0	07/06/2014	162 * I
LYF1941	55371184D	5169/1	07/06/2014	165
LYH1427	54571655E	5045/0	09/06/2014	162 * V
LYH1427	54571656E	6912/0	09/06/2014	232
LYZ8435	54573676E	6920/0	26/05/2014	233
LZN8252	54572147E	6599/2	20/05/2014	230 * V
LZN8252	54572148E	6912/0	20/05/2014	232
LZP1866	54573679E	6920/0	26/05/2014	233
LZT8303	54573696E	6920/0	03/06/2014	233
LZV1672	54573694E	6920/0	03/06/2014	233
MBR6588	54722562E	6912/0	16/05/2014	232
MBV9570	54571926E	6912/0	14/06/2014	232
MCL7098	54573603E	5290/0	08/06/2014	176 * II
MEO0476	54573654E	6920/0	26/05/2014	233
MEO1220	54573452E	6920/0	25/04/2014	233
MFE4101	54573408E	5169/1	01/06/2014	165
MFE4101	54573409E	5304/0	01/06/2014	176 * III
MFL5809	54573657E	6920/0	26/05/2014	233
MHL4062	54573500E	6920/0	05/05/2014	233
MKR5540	54573677E	6920/0	26/05/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 9 DE JULHO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1707/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXM5049	54571993E	5967/0	08/05/2014	203 * V
MBN7394	54722547E	5185/1	13/05/2014	167
MBR6588	54722563E	7366/2	16/05/2014	252 * VI
MCL7098	54573609E	5347/0	08/06/2014	178
MDE4341	54722557E	5460/0	15/05/2014	181 * IX
MDV0873	54722619E	5541/1	02/06/2014	181 * XVII
MEJ5761	54572385E	5207/0	16/06/2014	169
MIK3445	54722470E	5541/5	19/05/2014	181 * XVII
MLQ3806	54722545E	6122/0	13/05/2014	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 9 DE JULHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 524/2014; Nº 756 526/2014; Nº 098 1708/2014; Nº 098 1709/2014; Nº 098 1704/2014; Nº 098 1705/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1708/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKR6396	54722369E	5010/0	06/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
AUH7056	54572058E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
AUT1060	54572299E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233
CIE0966	55371480D	6912/0	14/03/2014	R\$ 53,20	232
CNN0353	54572250E	5045/0	25/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
DET3433	54572295E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233
DRK1297	54571984E	6700/0	16/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
HWQ3559	54572440E	6599/2	14/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWS2898	54572283E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233
LXG7361	54722344E	6599/2	16/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXL3441	54573483E	6920/0	25/04/2014	R\$ 127,69	233
MAC6033	54571439E	5169/1	01/03/2014	R\$ 1.915,38	165
MAC6033	54571440E	5118/0	01/03/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAC6033	54572461E	5010/0	01/03/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAK3482	54571975E	6700/0	16/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MBD4233	54572289E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233
MBM4382	54572287E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233
MCC0983	54572278E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233
MCD7650	54572406E	6637/2	20/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MCD7650	54572407E	6653/2	20/02/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MCF0479	55371180D	6599/2	27/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCK1522	54571983E	6700/0	16/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MCS3767	54572098E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
MCV5307	54572408E	6653/1	20/02/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MDG4870	54572259E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
MDO4469	54571955E	6599/2	14/01/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDW3727	54572286E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233
MEP7040	54572284E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233
MFD8776	54572356E	6599/2	04/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGW9645	54572095E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
MHW4768	54572070E	6920/0	25/02/2014	R\$ 127,69	233
MJI9477	54572272E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233
MJK3883	54572431E	5045/0	07/03/2014	R\$ 191,53	162 * V
MLO4218	54572437E	6912/0	08/03/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 9 DE JULHO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1709/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CAC9359	54722424E	5967/0	01/04/2014	R\$ 191,53	203 * V
LXN1942	54722436E	5185/1	16/04/2014	R\$ 127,69	167
LXR9879	55371645D	7234/0	09/04/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
LZY3939	54572203E	5185/1	06/03/2014	R\$ 127,69	167
MFR7580	55371644D	7234/0	09/04/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MJO1822	54573504E	7030/2	18/04/2014	R\$ 191,53	244 * I
MJY5319	54722393E	5967/0	18/03/2014	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 9 DE JULHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 524/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASM0086	8756040458	6050/3	10/01/2014	R\$ 191,53	208
DIS6136	8756042656	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
EWM2323	8756042267	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
GSJ5880	8756043647	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXG7925	8756042588	6050/3	21/03/2014	R\$ 191,53	208
MBC0095	8756042655	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBC1913	8756042585	6050/3	20/03/2014	R\$ 191,53	208
MCE0922	8756041549	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCZ0743	8756043509	5673/2	17/04/2014	R\$ 85,12	183
MDN1446	8756042510	7455/0	23/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR8736	8756043325	7463/0	09/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFS2632	8756042412	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGI3606	8756042710	7463/0	19/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHS7697	8756042661	7463/0	19/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJM7226	8756042538	7455/0	20/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKI3421	8756042558	7455/0	21/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKP9935	8756042747	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLR2182	8756042636	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 9 DE JULHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 526/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADA1036	8756041262	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AEK0386	8756042669	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AFQ7510	8756042919	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIC1789	8756042778	5673/2	29/03/2014	R\$ 85,12	183
AKB5705	8756041903	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKB5705	8756041921	7455/0	28/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALI5371	8756043209	5673/2	08/04/2014	R\$ 85,12	183
AOP1943	8756043210	5673/2	12/04/2014	R\$ 85,12	183
APN4711	8756043589	7455/0	14/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARD5119	8756029665	6050/3	01/03/2013	R\$ 191,53	208
AVB4113	8756041977	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVB5851	8756043424	7455/0	14/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AXC5926	8756042629	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
BAM3300	8756041726	7463/0	19/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
BEL0730	8756042396	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
BOI3333	8756042900	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CGO9788	8756041841	7455/0	19/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIC5240	8756041709	7455/0	18/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIZ5083	8756042345	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CPB1866	8756042426	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CSE6041	8756043026	5673/2	04/04/2014	R\$ 85,12	183
CTB3441	8756042234	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DBO7794	8756043504	7455/0	16/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
DEA1785	8756043273	7455/0	13/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
DGI8364	8756043106	7471/0	03/04/2014	R\$ 574,61	218 * III
DHY4176	8756043040	5673/2	05/04/2014	R\$ 85,12	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DLF1340	8756041319	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
DLL0456	8756041899	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
DNE7983	8756043431	7455/0	14/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
EDQ5562	8756042842	7455/0	24/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
EJE0114	8756042968	7455/0	27/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
ERP7691	8756042110	7463/0	08/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
ICM2458	8756043267	7455/0	13/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
IKV6724	8756042744	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
IPQ1479	8756041060	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
JPR9072	8756043208	5673/2	07/04/2014	R\$ 85,12	183
KCG4281	8756043133	7455/0	31/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
KGB7692	8756042010	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
KJV3655	8756041593	7463/0	11/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
KNO5102	8756042840	7455/0	24/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
KRX0384	8756041772	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LBL8794	8756041260	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWU3222	8756042568	7455/0	23/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXD8255	8756042951	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXE4107	8756042829	7455/0	27/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXG7361	8756042907	7471/0	30/03/2014	R\$ 574,61	218 * III
LXJ5808	8756042651	7455/0	12/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXK3155	8756042601	7455/0	23/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXP0779	8756042889	7455/0	27/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR9884	8756043354	7455/0	07/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXY1905	8756042044	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXY9147	8756043545	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYA1908	8756042874	6050/3	24/03/2014	R\$ 191,53	208
LYB5160	8756041890	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYD0685	8756042856	7455/0	28/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYK3262	8756043317	6050/3	12/04/2014	R\$ 191,53	208
LYO5593	8756043064	7455/0	31/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYQ8989	8756042949	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYU0806	8756039693	7455/0	18/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYV4667	8756043678	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYW1301	8756043259	7455/0	10/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYX3000	8756042971	7471/0	27/03/2014	R\$ 574,61	218 * III
LYX8637	8756041239	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYY0877	8756043614	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZD9180	8756042715	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZH0417	8756043146	7455/0	03/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZQ5384	8756043675	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZX2290	8756042181	6050/3	09/03/2014	R\$ 191,53	208
MAA8075	8756041190	5673/2	07/02/2014	R\$ 85,12	183
MAE1007	8756042615	7455/0	21/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAI1860	8756042439	7463/0	15/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAL7563	8756042637	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAU9648	8756041058	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAW8193	8756043246	7455/0	07/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAX6241	8756042749	7463/0	19/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAY7555	8756043319	7455/0	07/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBA9412	8756042386	6050/3	11/03/2014	R\$ 191,53	208
MBB7146	8756041610	7463/0	15/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBD6385	8756042946	7455/0	26/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBD6822	8756043180	7455/0	05/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBE6341	8756042544	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBF6756	8756042560	7455/0	21/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBG5284	8756041531	7463/0	16/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBG7506	8756042700	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH6326	8756043331	7455/0	11/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBI6557	8756041865	5673/2	27/02/2014	R\$ 85,12	183
MBJ8935	8756042150	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO8939	8756043129	6050/3	02/04/2014	R\$ 191,53	208
MBR1142	8756042485	5673/2	18/03/2014	R\$ 85,12	183
MBS0859	8756041317	7463/0	09/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBW9995	8756043048	7455/0	31/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBY9608	8756042233	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCA0147	8756042705	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE1398	8756041715	7455/0	23/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCG8038	8756043190	7455/0	03/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCP1329	8756043625	7455/0	14/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCV6818	8756042294	5673/2	15/03/2014	R\$ 85,12	183
MCZ1388	8756041403	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDA0828	8756041647	7455/0	16/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDA5466	8756041639	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDE7395	8756042815	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDF4528	8756043413	7455/0	14/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDG8567	8756042895	7455/0	28/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDJ7549	8756041448	6050/3	11/02/2014	R\$ 191,53	208
MDK5878	8756042893	7455/0	28/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDN7027	8756043422	7463/0	14/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDP4605	8756041702	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDP4749	8756041832	7455/0	18/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDP7093	8756041259	7455/0	07/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDP7711	8756043268	7455/0	13/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT3275	8756043687	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDU5651	8756042357	7455/0	10/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ1175	8756042871	6050/3	30/03/2014	R\$ 191,53	208
MEB7388	8756041464	5673/2	17/02/2014	R\$ 85,12	183
MED6796	8756041197	5673/2	06/02/2014	R\$ 85,12	183
MEE9639	8756043390	7455/0	12/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEJ6611	8756040160	7455/0	05/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEO8120	8756042696	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER3967	8756042154	7463/0	07/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEU8764	8756042894	7455/0	28/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEZ0272	8756041989	6050/3	24/02/2014	R\$ 191,53	208
MFB3613	8756043272	7455/0	13/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFC3338	8756042861	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFG7376	8756042019	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFH8657	8756041405	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFS0495	8756042814	7463/0	29/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFU0402	8756042791	7463/0	29/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFU0402	8756042821	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFW1627	8756043226	6050/3	13/04/2014	R\$ 191,53	208
MFW6154	8756042837	7463/0	26/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFW6935	8756042855	6050/3	28/03/2014	R\$ 191,53	208
MGA9645	8756041031	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGC9931	8756043170	7463/0	02/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGD9771	8756043542	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGG4259	8756041769	7463/0	22/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGG4259	8756042367	7463/0	14/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGG4259	8756042858	7455/0	28/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGJ0189	8756043537	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ5093	8756042022	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL8162	8756043375	7455/0	07/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGS6755	8756042417	7463/0	16/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGU2519	8756042826	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV6982	8756043820	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGZ3924	8756043556	7455/0	14/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHB0502	8756041850	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG0913	8756041401	7463/0	05/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHO3683	8756042848	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHR9459	8756041880	5673/2	24/02/2014	R\$ 85,12	183
MHU0311	8756041661	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHX0437	8756043499	7455/0	16/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA1526	8756042451	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIC3445	8756041659	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIC4333	8756041599	7463/0	12/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIC4333	8756042407	7463/0	12/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIH5237	8756042823	7455/0	24/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII8324	8756042379	6050/3	10/03/2014	R\$ 191,53	208
MIK1597	8756043011	7455/0	01/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM5407	8756043608	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIN0272	8756042925	7455/0	27/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIQ2790	8756040969	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIS5322	8756042854	7455/0	28/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW5619	8756042913	6050/3	30/03/2014	R\$ 191,53	208
MIX8911	8756043153	6050/3	05/04/2014	R\$ 191,53	208
MJF7238	8756041501	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJF7969	8756042495	6050/3	22/03/2014	R\$ 191,53	208
MJG0006	8756043039	5673/2	05/04/2014	R\$ 85,12	183
MJG2003	8756042947	7455/0	28/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJL1937	8756042867	7455/0	29/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ4399	8756042246	7455/0	05/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJR6743	8756043344	7455/0	13/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJY3378	8756042482	6050/3	17/03/2014	R\$ 191,53	208
MJY4431	8756042523	7455/0	22/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKK1826	8756040777	7455/0	20/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKK1826	8756041426	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKQ6677	8756042631	7455/0	19/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKR0210	8756042780	5673/2	29/03/2014	R\$ 85,12	183
MKS9032	8756043681	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT7495	8756041283	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKW3895	8756041852	7455/0	22/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLE7225	8756042020	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG2713	8756042387	6050/3	11/03/2014	R\$ 191,53	208
MLJ2261	8756042785	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLL3911	8756042574	7455/0	17/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN8459	8756043495	7455/0	16/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLO3225	8756042803	7463/0	24/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLQ3806	8756042037	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLS4251	8756042021	7455/0	02/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLU0010	8756042877	7455/0	24/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLU1018	8756042571	6050/3	17/03/2014	R\$ 191,53	208
MLW0010	8756042399	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLW0666	8756042520	7455/0	21/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMB0260	8756042402	7455/0	12/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMJ1667	8756041825	7463/0	20/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MMK5763	8756043520	6050/3	16/04/2014	R\$ 191,53	208
MML3483	8756041352	7455/0	06/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MML3483	8756041376	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMM1582	8756042984	7455/0	31/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MOP7949	8756043398	7455/0	08/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MYC7525	8756042295	6050/3	15/03/2014	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

TIMBO/SC, 9 DE JULHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1704/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CMP7475	54722338E	6599/2	27/03/2014	R\$ 191,53	230 * V
DQS3748	54572304E	6912/0	13/04/2014	R\$ 53,20	232
LXI1890	54722416E	6726/1	25/03/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXL0107	54572282E	6920/0	02/04/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 9 DE JULHO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1705/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CMP7475	54722336E	5568/0	27/03/2014	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 9 DE JULHO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Três Barras

PREFEITURA

Portaria Nº. 311 de 09 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 311 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor ANTONIO REINALDO WELK, para exercer suas funções no cargo de Sub-Diretor PC 07, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotado na secretaria de Viação & Obras.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC),
em 09 de junho de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 312 de 09 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 312 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor ANTENOR SOARES PADILHA NETO, para exercer suas funções no cargo de Sub-Diretor PC 07, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotado na secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 313 de 09 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 313 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor ALFEU MOZART ALVES DOS SANTOS, para

exercer suas funções no cargo de Sub-Diretor PC 07, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotado na secretaria de Educação, Cultura & Esportes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 314 de 09 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 314 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor ADEMAR DE OLIVEIRA CANTOVIK, para exercer suas funções no cargo de Sub-Diretor PC 07, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotado na secretaria de Educação, Cultura & Esportes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 315 de 09 de Junho de 2014

PORTARIA Nº. 315 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora, SANDRIELI CECILIA PIRES DE LIMA, para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, aprovada através Concurso Público Emprego Público 02/2014, conforme o Decreto Nº 4.385 de 29/05/2014, lotada na Secretaria de Saúde deste município. A contar nomeação de 10 de junho de 2014

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 316 de 09 de Junho de 2014

PORTARIA Nº. 316 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR a Senhora, JOSIANE ALBINGHAUS, das funções que exercia no cargo de SECRETÁRIA, PC 01, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Finanças deste município. A contar nomeação da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 317 de 09 de Junho de 2014

PORTARIA Nº. 317 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora, SURIA EL KOUBA, para exercer suas funções no cargo de FARMACEUTICA, aprovada através Concurso Público Emprego Público 02/2014, conforme o Decreto Nº 4.385 de 29/05/2014, lotada na Secretaria de Saúde deste município. A contar nomeação Da presente data

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 318 de 09 de Junho de 2014

PORTARIA Nº. 318 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora, SONIA CORREA, para exercer suas funções no cargo de SECRETARIA DE CMEI, PC 08, Quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & deste município. A contar nomeação da presente data

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 319 de 09 de Junho de 2014

PORTARIA Nº. 319 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora, TEREZINHA CRISTINA DE LIMA, para exercer suas funções no cargo de Sub-Diretora, PC 07, Quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & deste município. A contar nomeação da presente data

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 320 de 09 de Junho de 2014

PORTARIA Nº. 320 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR a Senhora MARIA JANETE OLIVEIRA JARSCHER, aprovada através do Processo Seletivo - Conforme o Decreto Lei 4.351 de 04/02/2014 - de suas funções no cargo de AUX. DE SERVIÇOS GERAIS 40hrs semanais, do quadro de pessoal temporário desta Prefeitura, lotada na secretaria de Educação, Cultura & Esportes. A contar de 02/06/2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 321 de 09 de Junho de 2014

PORTARIA Nº. 321 DE 09 DE JUNHO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER a funcionária, IVANA MEYER BUENO, cargo de PROFESSORA, 20hrs semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, com base no artigo 7º. Inciso XVIII da constituição Federal, a contar de 01 de junho de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº 322 de 09 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 322 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC., usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a inscrição e aprovação de somente um profissional médico especialista Saúde da Mulher no Concurso Público realizado através do Edital nº 02/2014;
Considerando a demanda de serviços de saúde na área de ginecologia/obstetrícia;
Considerando a necessidade de continuidade da prestação dos serviços de saúde à gestantes do Município;

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária da servidora CELIZE MARIA WEINERT - emprego público Médico Especialista Saúde da Mulher, para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. A alteração da carga horária terá validade até o preenchimento da vaga do emprego público médico Especialista Saúde da Mulher - com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC 09 de junho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer Diretor
Portaria nº .../2014

Portaria Nº 323 de 09 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº 323 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC., usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária da servidora GEORGIA PEREIRA DE SOUSA - emprego público Médico Especialista Pediatria, para 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º. A alteração da carga horária terá validade até o preenchimento da vaga do emprego público médico Especialista Pediatria - com carga horária de 10 horas semanais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC 09 de junho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer Diretor
Portaria nº .../2014

Portaria Nº. 324 de 09 de Junho de 2014.

PORTARIA Nº. 324 DE 09 DE JUNHO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Conceder, a servidora LEONI ZAPORA BARBOSA, no cargo de SERVENTE EP, 40hrs, Quadro de funcionários Emprego Público desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Saúde; 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar o atestado de 23/05/2014 e encaminhado ao Auxílio doença em 06/06/2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 09 de junho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 325 de 10 de Junho de 2014

PORTARIA Nº. 325 DE 10 DE JUNHO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR O Senhor, MARCOS ROGERIO DE PAULA, para exercer no cargo de SECRETÁRIO, PC 01, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotado na Secretaria de Finanças deste município. A contar nomeação da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de junho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Turvo

PREFEITURA

Portaria 226/2014

PORTARIA Nº 226/14, de 08 de Julho de 2014.
DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.
NOME CPF MATRICULA

Maykon Vieira Rovaris 099.915.369-22 3164

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de julho de 2014.
TIAGO ZILLI
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Decreto 35/2014

DECRETO Nº 035/14, de 07 de Julho de 2014.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal em Exercício de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013.
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 186.176,65 (cento e oitenta e seis mil, cento e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), assim classificados:
07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0055.1.021 - VIAS RURAIS PAVIM PASSEIO E PRAÇAS PÚBLICAS.
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 (082) - Aplicações Diretas
..... R\$ 186.176,65

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da fonte 0024 por conta do Prog. Trab. 15.244.1025.7K66.0156 Nota Empenho 2011 NE 800207 no valor de R\$ 186.176,65.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 07 de Julho de 2014.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Lei 2199/2014

LEI Nº 2.199/14, de 09 de Julho de 2014.

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO DOS DESCENDENTES DE ITALIANOS DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social a Associação dos Descendentes de Italianos de Turvo, devidamente inscrito no CNPJ nº 80.991.870/0001-09, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado a custear despesas com a realização da VIII Festália.

Art. 2º. A entidade beneficiada se sujeita a aplicação dos recursos dentro da finalidade específica e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 09 de julho de 2014.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Vargeão

PREFEITURA

RREO - Anexo 1 - Balanço Orçamentario

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.214.216,00	13.214.216,00	2.820.328,88	21,34	7.726.096,79	58,47	5.488.119,21
RECEITAS CORRENTES	13.214.200,00	13.214.200,00	2.321.366,82	17,57	6.346.210,53	51,81	6.367.989,47
RECEITA TRIBUTÁRIA	617.000,00	617.000,00	177.435,37	28,76	241.856,58	39,20	375.143,42
IMPOSTOS	535.000,00	535.000,00	175.919,48	32,88	224.798,32	42,02	310.201,68
TAXAS	62.000,00	62.000,00	1.215,89	1,96	16.758,26	27,03	45.241,74
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.000,00	20.000,00	300,00	1,50	300,00	1,50	19.700,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	110.000,00	110.000,00	19.265,84	17,51	19.265,84	17,51	90.734,16
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	110.000,00	110.000,00	19.265,84	17,51	19.265,84	17,51	90.734,16
RECEITA PATRIMONIAL	120.900,00	120.900,00	70.790,04	58,55	179.945,19	148,84	-59.045,19
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	120.900,00	120.900,00	70.790,04	58,55	179.945,19	148,84	-59.045,19
RECEITA AGROPECUÁRIA	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	6.909,21	30,04	16.090,79
Recetta da Produção Animal e Derivados	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	6.909,21	230,31	-3.909,21
RECEITA DE SERVIÇOS	33.000,00	33.000,00	10.450,71	31,67	14.929,58	45,24	18.070,42
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.263.000,00	12.263.000,00	2.031.761,22	16,57	6.188.799,42	50,47	6.074.200,58
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.173.000,00	12.173.000,00	1.969.589,39	16,18	6.057.912,43	49,77	6.115.087,57
Transf. de Conv.	90.000,00	90.000,00	62.171,83	69,08	130.886,99	145,43	-40.886,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.300,00	47.300,00	11.663,64	24,66	194.504,71	411,22	-147.204,71
Multas e Juros de Mora	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	617,85	3,86	15.382,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	413,36	4,13	2.115,44	21,15	7.884,56
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.000,00	9.000,00	122,35	1,36	6.624,03	73,60	2.375,97
RECEITAS DIVERSAS	12.300,00	12.300,00	11.127,93	90,47	185.147,39	505,26	-172.847,39
RECEITAS DE CAPITAL	16,00	16,00	498.961,86	511,63	879.886,26	289,13	-879.870,26
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16,00	16,00	498.961,86	511,63	879.886,26	289,13	-879.870,26
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	16,00	16,00	498.961,86	511,63	879.886,26	289,13	-879.870,26
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.214.216,00	13.214.216,00	2.820.328,88	21,34	7.726.096,79	58,47	5.488.119,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Vargão - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.214.216,00	13.214.216,00	2.820.328,68	21,34	7.726.096,79	58,47
5.488.119,21						
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.214.216,00	13.214.216,00	2.820.328,68	21,34	7.726.096,79	58,47
5.488.119,21						
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	925.982,70	—	—	46.482,70	—
Supervit Financeiro	—	925.982,70	—	—	46.482,70	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.214.216,00	2.726.382,70	15.940.598,70	2.527.771,65	8.522.396,91	34,92	2.242.700,83	5.566.841,40	34,92	10.373.757,30
DESPESAS CORRENTES	11.797.000,00	26.882,70	11.823.882,70	1.736.386,89	7.068.698,85	44,42	2.059.013,65	5.252.079,73	44,42	6.571.802,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.986.600,00	53.482,70	6.040.082,70	928.122,49	2.912.501,50	44,22	1.000.048,35	2.671.111,24	44,22	3.368.971,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	12.000,00	5,11	185,13	1.021,88	5,11	18.978,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.790.400,00	-26.600,00	5.763.800,00	808.264,40	4.144.197,35	44,76	1.058.780,17	2.579.946,61	44,76	3.183.853,39
DESPESAS DE CAPITAL	1.397.216,00	2.699.500,00	4.096.716,00	791.384,76	1.453.698,06	7,68	183.687,18	314.761,67	7,68	3.781.954,33
INVESTIMENTOS	1.111.216,00	2.699.500,00	3.810.716,00	791.384,76	1.334.509,17	6,36	161.924,20	242.406,22	6,36	3.568.309,78
INVERSOES FINANCEIRAS	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	280.000,00	0,00	280.000,00	0,00	119.188,89	25,84	21.762,98	72.355,45	25,84	207.644,55
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.214.216,00	2.726.382,70	15.940.598,70	2.527.771,65	8.522.396,91	34,92	2.242.700,83	5.566.841,40	34,92	10.373.757,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

RREO - ANEXO 2 - DESPESA POR FUNÇÃO

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SAÍDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	13.214.216,00	15.940.598,70	2.527.771,65	8.522.396,91	2.244.900,83	5.569.041,40	100,00	10.371.557,30
Ação Legislativa	630.000,00	630.000,00	5.901,93	462.369,33	76.187,57	215.548,84	3,87	34,21
Administração	630.000,00	630.000,00	5.901,93	462.369,33	76.187,57	215.548,84	3,87	34,21
Administração Geral	1.875.000,00	1.875.000,00	313.689,00	1.166.483,75	285.599,67	802.524,09	14,41	42,80
Administração Financeira	1.860.000,00	1.860.000,00	313.689,00	1.166.483,75	285.599,67	802.524,09	14,41	43,15
Segurança Pública	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Policamento	22.000,00	22.000,00	743,32	3.995,35	1.723,42	3.995,35	0,07	18,16
Defesa Civil	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Assistência Social	16.000,00	16.000,00	743,32	3.995,35	1.723,42	3.995,35	0,07	24,97
Assistência à Criança e ao Adolescente	413.500,00	443.500,00	52.184,37	250.523,70	74.285,30	188.297,09	3,38	42,46
Assistência Comunitária	30.000,00	60.000,00	6.000,00	26.000,00	10.000,00	26.000,00	0,47	43,33
Saúde	383.500,00	383.500,00	46.184,37	224.523,70	64.285,30	162.297,09	2,91	42,32
Atenção Básica	3.338.803,00	3.428.803,00	449.568,40	2.109.300,01	652.426,61	1.571.989,44	28,23	45,85
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.183.102,00	3.273.102,00	415.462,90	2.033.911,43	626.487,50	1.508.729,75	27,09	46,09
Vigilância Sanitária	13.000,00	13.000,00	0,00	11.941,30	0,00	11.941,30	0,21	91,86
Vigilância Epidemiológica	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00
Alimentação e Nutrição	8.000,00	8.000,00	0,00	105,00	0,00	105,00	0,00	7.895,00
Abastecimento	112.200,00	112.200,00	34.105,50	63.342,28	25.929,11	51.213,39	0,92	45,64
Educação	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
Educação Fundamental	3.348.503,00	3.394.985,70	477.390,12	1.423.327,56	523.551,42	1.234.625,84	22,17	36,37
Educação Superior	2.625.502,00	2.671.984,70	380.347,94	1.152.252,99	423.604,50	999.244,52	17,94	37,40
Educação Infantil	30.000,00	30.000,00	0,00	12.012,03	2.579,74	5.159,78	0,09	17,20
Cultura	50.000,00	50.000,00	0,00	40.000,00	4.000,00	16.000,00	0,29	32,00
Infra-Estrutura Urbana	643.001,00	643.001,00	97.042,18	219.062,54	93.367,18	214.221,54	3,85	33,32
Serviços Urbanos	63.500,00	93.500,00	400,00	54.899,00	34.499,00	36.924,00	0,66	39,49
Transporte Rodoviário	63.500,00	93.500,00	400,00	54.899,00	34.499,00	36.924,00	0,66	39,49
Habituação	415.804,00	1.729.304,00	84.901,56	403.201,96	48.824,07	142.460,89	2,56	8,24
Saneamento	90.004,00	1.403.504,00	84.901,56	114.901,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	320.200,00	320.200,00	0,00	288.300,40	48.824,07	142.460,89	2,56	44,49
Preservação e Conservação Ambiental	5.600,00	5.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.600,00
Agricultura	251.001,00	251.001,00	0,00	67.201,00	0,00	58.195,32	1,04	23,16
Promoção da Produção Vegetal	251.001,00	251.001,00	0,00	67.201,00	0,00	58.195,32	1,04	23,16
Saneamento Básico Urbano	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
Gestão Ambiental	10.001,00	10.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.001,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	358.001,00	378.001,00	62.070,98	241.894,44	93.539,41	197.570,47	3,55	52,27
Promoção da Produção Vegetal	40.001,00	60.001,00	25.500,00	25.500,00	25.500,00	25.500,00	0,46	42,50

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	13.214.216,00	15.940.598,70	2.527.771,65	8.522.396,91	2.244.900,83	5.569.041,40	100,00	34,94
Extensão Rural	358.001,00	378.001,00	62.070,98	241.894,44	93.539,41	197.570,47	3,55	52,27
Indústria	318.000,00	318.000,00	36.570,98	216.394,44	68.039,41	172.070,47	3,09	54,11
Promoção Industrial	80.000,00	80.000,00	0,00	24.000,00	4.000,00	12.000,00	0,22	15,00
Comércio e Serviços	80.000,00	80.000,00	0,00	24.000,00	4.000,00	12.000,00	0,22	15,00
Turismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.630.603,00	2.827.003,00	1.001.299,64	1.896.325,38	336.616,63	816.187,66	14,66	28,87
Desporto e Lazer	1.630.603,00	2.827.003,00	1.001.299,64	1.896.325,38	336.616,63	816.187,66	14,66	28,87
Desporto Comunitário	62.500,00	62.500,00	39.385,79	48.526,99	31.530,79	38.596,99	0,69	61,76
Encargos Especiais	62.500,00	62.500,00	39.385,79	48.526,99	31.530,79	38.596,99	0,69	61,76
Outros Encargos Especiais	685.000,00	685.000,00	40.236,54	370.348,44	82.116,94	250.195,42	4,49	36,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	685.000,00	685.000,00	40.236,54	370.348,44	82.116,94	250.195,42	4,49	36,52
	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.214.216,00	15.940.598,70	2.527.771,65	8.522.396,91	2.244.900,83	5.569.041,40	100,00	34,94

FONTE:

Vargão, 09/07/2014

AMARILDO PAGLIA	PEDRO LUIS FASSINA	ROSELER DE OLIVEIRA DE PR ^a
ORDENADOR DA DESPESA	TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 1 ^o	CONTROLADORA INTERNA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - ANEXO 3 - REC. COR. LIQUIDA

Município de Vameão - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREMIO ATUALIZADA 2014
		TOTAL (ULT. 12 MES.)												
		Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	
RECEITAS CORRENTES (I)		1.105.509,72	1.160.086,17	1.186.033,24	1.155.857,09	1.235.882,11	1.532.300,90	1.385.916,76	1.333.216,53	1.255.284,01	1.350.300,23	1.458.516,25	15.354.788,42	154.330.00,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		54.750,99	54.750,99	13.341,07	27.558,83	113.890,84	103.999,80	12.594,47	26.745,99	14.258,58	10.471,17	118.941,19	57.794,18	671.000,00
IPTU		5.041,17	359,84					0,00				88.769,29	7.573,21	140.000,00
I.R.R.F			35.394,05	1.230,88	0,00	0,00	62.590,09	0,00	0,00	0,00	0,00	39.469,36	138.654,38	125.000,00
I.S.S.		13.769,84	18.021,24	9.668,99	24.012,13	7.781,67	33.999,41	6.302,89	9.248,62	6.201,86	5.971,17	4.743,95	146.797,03	240.000,00
I.T.B.I.		1.359,08	200,00	1.765,00	2.114,40	2.330,00	5.037,00	6.601,38	3.455,00	8.097,72	3.000,00	24.906,01	21.137,19	30.000,00
Outras Receitas Tributárias		2.807,45	405,86	776,20	1.382,30	1.288,17	2.373,30	0,00	14.942,37	0,00	1.500,00	221,93	25.882,54	82.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			7.535,37	8.190,97	8.590,95	9.955,40	9.914,37	0,00	0,00	0,00	0,00	9.331,27	9.934,57	110.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		13.309,98	11.813,73	11.477,89	15.575,44	38.130,03	12.990,20	22.610,55	26.853,07	24.338,34	35.353,19	53.277,62	263.242,46	120.000,00
		13.309,98	11.813,73	11.477,89	15.575,44	38.130,03	12.990,20	22.610,55	26.853,07	24.338,34	35.353,19	53.277,62	263.242,46	120.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.739,84	6.909,21	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		7.544,88	6.238,65	4.942,05	4.215,49	10.593,72	18.574,24	0,00	75,00	3.655,60	748,27	0,00	10.450,71	33.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		7.544,88	6.238,65	4.942,05	4.215,49	10.593,72	18.574,24	0,00	75,00	3.655,60	748,27	0,00	10.450,71	33.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.060.299,93	1.076.435,89	1.137.669,24	1.066.712,14	1.162.793,00	1.373.649,00	1.341.322,32	1.310.033,95	1.100.257,52	1.155.298,23	1.288.294,44	14.231.637,29	14.487.000,00
Cota-Parte do FPM.		325.915,52	428.129,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88	505.990,65	594.831,36	635.192,90	376.793,29	448.248,72	573.089,30	429.779,59	6.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		439.425,10	372.231,30	399.175,34	393.347,36	419.185,94	408.178,20	383.170,33	394.028,23	393.790,04	390.381,78	479.643,28	479.643,28	4.700.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		45.827,33	39.820,15	32.650,77	29.699,77	14.642,05	4.207,65	4.529,61	25.454,05	36.535,92	32.483,18	55.020,38	40.743,55	310.000,00
Cota-Parte do ITR.		13,52	0,00	3.928,59	11.949,86	336,73	3.07,08	401,88	14,05	26.953,77	0,00	183,39	93,59	20.000,00
Outras Transferências Correntes		112.111,62	87.990,50	200.088,40	154.271,38	88.996,23	279.069,07	155.328,70	88.381,22	108.846,62	133.491,54	73.715,05	110.556,40	1.557.000,00
Transferências da LC 61/1989		5.662,41	6.090,20	5.930,74	6.286,06	6.598,39	7.009,51	6.522,80	5.522,36	5.061,78	5.875,40	6.430,63	10.176,52	66.000,00
Transferências da LC 87/1996		1.742,45	1.742,45		0,00	1.723,67	1.723,67	1.723,67	1.723,67	0,00	1.723,67	1.723,67	1.723,67	24.000,00
Transferências do FUNDEB		129.891,68	142.441,52	143.163,84	154.731,55	138.959,21	159.132,64	168.806,10	164.975,37	152.296,10	153.457,49	167.770,03	158.756,91	1.800.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.579,39	4.110,53	10.512,02	4.294,24	2.819,12	3.833,45	2.170,21	1.936,52	1.732,97	1.47.429,37	7.770,73	2.81.622,46	47.300,00
DEDUÇÕES (II)		170.316,32	169.214,51	159.017,31	157.891,95	186.981,95	187.705,72	203.254,34	211.228,18	162.500,38	173.887,42	205.408,76	178.996,08	2.224.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		170.316,32	169.214,51	159.017,31	157.891,95	186.981,95	187.705,72	203.254,34	211.228,18	162.500,38	173.887,42	205.408,76	178.996,08	2.224.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		935.193,40	991.571,66	1.027.015,93	998.027,72	1.048.700,16	1.340.595,18	1.182.662,42	1.117.387,35	993.781,13	1.176.412,81	1.252.909,49	1.069.457,33	13.214.200,00
FONTE: Vergasse, 09/07/2014														
AMARILDO PAGLIA ORDENADOR DA DESPESA		PEDRO LUIS FASSINA CONTROLOADORA INTERNA												
		ROSSELER DE OLIVEIRA DE PRA TEC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894												

\\bucvax30 00/07/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 5 - RESULTADO NOMINAL

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	216.654,33	177.026,94	160.746,50
DEDUÇÕES (II)	2.299.880,63	3.164.596,66	3.707.839,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.399.426,91	3.931.950,12	4.224.046,76
Demais Haveres Financeiros	2.678,66	2.666,99	2.666,99
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	102.224,94	770.020,45	518.874,09
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.083.226,30	-2.987.569,72	-3.547.093,16
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.083.226,30	-2.987.569,72	-3.547.093,16

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-559.523,44	-1.463.866,86

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.404.400,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Vargão, 09/07/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 6 - RESULTADO PRIMARIO

Município de Vargem - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.093.300,00	2.250.576,78	6.666.265,34	5.996.214,23
Receita Tributária	617.000,00	177.435,37	241.856,58	254.168,50
I.P.T.U.	140.000,00	97.342,50	97.342,50	77.004,62
I.S.S.	240.000,00	11.920,21	39.644,75	101.686,90
I.T.B.I.	30.000,00	27.187,41	48.341,71	6.901,57
I.R.R.F.	125.000,00	39.469,36	39.469,36	36.471,64
Outras Receitas Tributárias	82.000,00	1.515,89	17.058,26	32.103,77
Receita de Contribuição	110.000,00	19.265,84	19.265,84	44.509,95
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	110.000,00	19.265,84	19.265,84	44.509,95
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	120.900,00	70.790,04	179.945,19	48.606,42
(-) Aplicações Financeiras	120.900,00	70.790,04	179.945,19	48.606,42
Transferências Correntes	12.263.000,00	2.031.761,22	6.188.799,42	5.643.453,91
F.P.M.	4.800.000,00	802.295,47	2.443.948,60	2.256.675,13
I.C.M.S.	3.760.000,00	629.114,84	1.888.448,62	1.720.373,36
Convênios	90.000,00	62.171,83	130.886,99	35.891,52
Outras Transferências Correntes	3.613.000,00	538.179,08	1.725.515,21	1.630.513,90
Demais Receitas Correntes	103.300,00	22.114,35	216.343,50	54.081,87
Dívida Ativa	9.000,00	122,35	6.624,03	1.784,41
Diversas Receitas Correntes	94.300,00	21.992,00	209.719,47	52.297,46
RECEITAS DE CAPITAL (II)	16,00	498.961,86	879.886,26	127.851,84
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	121.950,00
Transferências de Capital	16,00	498.961,86	879.886,26	5.901,84
Convênios	16,00	498.961,86	879.886,26	5.901,84
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	16,00	498.961,86	879.886,26	5.901,84
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.093.316,00	2.749.538,64	7.546.151,60	6.002.116,07

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.823.882,70	2.061.435,77	5.254.501,85	4.399.715,86
Pessoal e Encargos Sociais	6.040.082,70	1.000.048,35	2.671.111,24	2.373.856,90
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	185,13	1.021,88	2.559,69
Outras Despesas Correntes	5.763.800,00	1.061.202,29	2.582.368,73	2.023.299,27
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.803.882,70	2.061.250,64	5.253.479,97	4.397.156,17
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.096.716,00	183.687,18	314.761,67	150.901,19
Investimentos	3.810.716,00	161.924,20	242.406,22	91.596,29
Inversões Financeiras	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	6.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	280.000,00	21.762,98	72.355,45	59.304,90
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.816.716,00	161.924,20	242.406,22	91.596,29

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.640.598,70	2.223.174,84	5.495.886,19	4.488.752,46
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.547.282,70	526.363,80	2.050.265,41	1.513.363,61
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	46.482,70	0,00
Superávit Financeiro	-	-	46.482,70	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				179.100,00

FONTE:

Vargeão, 09/07/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 7 - RESTOS A PAGAR

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	102.224,94	2.205,92	1.288,80	49.017,82	887.837,70	448.719,89	-
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA								
SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO	0,00	102.224,94	2.205,92	1.288,80	49.017,82	887.837,70	448.719,89	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.690,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.081,27	55.017,05	0,00
SECRETARIA M. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	238.525,00	123.752,02	0,00
SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.495,83	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.090,00	13.090,00	0,00
SECRETARIA M. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.302,91	1.302,91	0,00
SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.273,04	14.468,80	0,00
SECRETARIA M. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51,55	51,55	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	464.377,00	234.057,81	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	49.017,82	6.990,10	6.979,74	0,00
SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	3.945,57	0,00	98,68	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	0,00	3.087,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DA AGRICULTURA, IND. COM. TUF	0,00	2.797,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO	0,00	10.336,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO	0,00	10.086,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	387,39	325,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO	0,00	3.502,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	52,20	52,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO	0,00	19.843,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	0,00	2.040,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO	0,00	8.577,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DA AGRICULTURA, IND. COM. TUF	0,00	2.808,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO	0,00	3.542,39	0,00	924,80	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	29.116,94	0,00	245,32	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	895,99	895,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	426,28	426,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	102.224,94	2.205,92	1.288,80	49.017,82	887.837,70	448.719,89	0,00

FONTE:

Vargão, 09/07/2014

AMARILDO PAGLIA	PEDRO LUIS FASSINA
ORDENADOR DA DESPESA	TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.1 CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 8 - EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	546.000,00	546.000,00	176.041,83	232.040,20	42,50
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	150.000,00	150.000,00	97.464,85	104.584,38	69,72
1.1.1- IPTU	140.000,00	140.000,00	97.342,50	97.342,50	69,53
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	0,00	415,60	20,78
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	122,35	6.624,03	110,40
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	0,00	202,25	10,11
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	27.187,41	48.341,71	161,14
1.2.1- ITBI	30.000,00	30.000,00	27.187,41	48.341,71	161,14
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	241.000,00	241.000,00	11.920,21	39.644,75	16,45
1.3.1- ISS	240.000,00	240.000,00	11.920,21	39.644,75	16,52
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	125.000,00	125.000,00	39.469,36	39.469,36	31,58
1.4.1- IRRF	125.000,00	125.000,00	39.469,36	39.469,36	31,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.120.000,00	11.120.000,00	1.905.358,26	5.696.117,14	51,13
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	1.002.869,29	3.054.935,56	50,92
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.000.000,00	6.000.000,00	1.002.869,29	3.054.935,56	50,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.700.000,00	4.700.000,00	786.393,38	2.360.560,18	50,22
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº67/1996	24.000,00	24.000,00	3.447,34	8.618,35	35,91
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	66.000,00	66.000,00	16.607,35	39.579,69	59,97
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	276,97	27.646,67	138,23
2.6- Cota-Parte IPVA	310.000,00	310.000,00	95.763,93	194.776,69	62,83
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.666.000,00	11.666.000,00	2.081.400,09	5.918.157,34	50,73
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	321.200,00	321.200,00	48.678,01	139.900,54	43,56
5.1- Transferências do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	16.104,00	91.577,06	45,79
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	62.000,00	62.000,00	5.126,00	15.378,00	24,80
5.4- Transferências Diretas - PNATE	58.000,00	58.000,00	0,00	4.553,71	7,85
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.200,00	1.200,00	27.448,01	28.391,77	2.365,98
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	90.003,00	90.003,00	62.672,83	101.387,99	112,65
6.1- Transferências de Convênios	90.003,00	90.003,00	62.672,83	101.387,99	112,65
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	234.000,00	234.000,00	324,95	1.429,88	0,61
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	645.203,00	645.203,00	111.675,79	242.718,41	37,62
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.224.000,00	2.224.000,00	384.404,84	1.135.278,66	51,05
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	200.573,82	610.986,96	50,92
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	940.000,00	940.000,00	157.278,54	472.111,56	50,22
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.800,00	4.800,00	717,02	1.792,55	37,34
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	13.200,00	13.200,00	6.625,73	11.289,07	85,52
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	57,08	143,57	3,59
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	62.000,00	62.000,00	19.152,65	38.954,95	62,83
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.806.000,00	1.806.000,00	328.824,41	971.712,31	53,80
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.800.000,00	1.800.000,00	326.536,34	966.041,40	53,67
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	2.288,07	5.670,91	94,52
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-424.000,00	-424.000,00	-57.868,50	-169.237,26	39,91
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.443.600,00	1.443.600,00	290.140,16	644.984,26	44,68
13.1- Com Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	81.014,64	196.271,00	98,14
13.2- Com Ensino Fundamental	1.243.600,00	1.243.600,00	209.125,52	448.713,26	36,08
14- OUTRAS DESPESAS	362.400,00	362.400,00	34.483,90	106.296,06	29,33
14.1- Com Educação Infantil	80.000,00	80.000,00	8.134,54	8.134,54	10,17
14.2- Com Ensino Fundamental	282.400,00	282.400,00	26.349,36	98.161,52	34,76
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.806.000,00	1.806.000,00	324.624,06	751.280,32	41,60
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					751.280,32
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					66,38
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					10,94
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					22,68
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	2.916.500,00	2.916.500,00	520.350,02	1.479.539,34	50,73
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	280.000,00	280.000,00	89.149,18	204.405,54	73,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.638.500,00	2.638.500,00	386.171,78	853.235,64	32,34
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.526.000,00	1.526.000,00	235.474,88	546.874,78	35,84
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.112.500,00	1.112.500,00	150.696,90	306.360,86	27,54
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.918.500,00	2.918.500,00	475.320,96	1.057.641,18	36,24
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-169.237,26
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					5.670,91
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.482,70
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-117.083,65
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.174.724,83
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					19,85
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	200.500,00	200.500,00	19.426,73	57.268,39	28,56
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	211.703,00	258.185,70	29.159,05	115.547,63	44,75
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	412.203,00	458.685,70	48.585,78	172.816,02	37,68
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.330.703,00	3.377.185,70	523.906,74	1.230.457,20	36,43

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	50.448,75	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	966.041,40	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	864.179,43	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	860.081,37	0,00
49.2 Restos a Pagar	4.098,06	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.670,91	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	157.981,63	0,00

Vargão, 09/07/2014

AMARILDO PAGLIA PEDRO LUIS FASSINA ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRV/
ORDENADOR DA DESPESA TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 1 CONTROLADORA INTERNA
FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.482,70, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

RREO - ANEXO 9 - OPER. DE CREDITO

Município de Vargem - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.096.716,00	314.761,67	0,00	3.781.954,33
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.096.716,00	314.761,67	0,00	3.781.954,33
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.096.716,00	-314.761,67		-3.781.954,33

FONTE:

Vargem, 09/07/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 11 - ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	100,00	0,00	0,00	100,00
Investimentos	100,00	0,00	0,00	100,00
TOTAL	100,00	0,00	0,00	100,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Vargeão, 09/07/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

RREO - ANEXO 12 - SAÚDE

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	3.101.100,00 1.562.500,00 1.538.600,00	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) 3.101.100,00 1.569.500,00 1.531.600,00	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
			1.902.023,67 764.470,04 1.137.553,63	61,33 48,71 74,27
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos	115.502,00 115.502,00	205.502,00 205.502,00	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
			1.384.415,35 764.470,04 519.945,31	44,64 48,71 40,48
			136.360,70 136.360,70	66,35 66,35

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Vargeão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	115.502,00	205.502,00	143.934,06	70,04	136.360,70	66,35
	115.502,00	205.502,00	143.934,06	70,04	136.360,70	66,35
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.216.602,00	3.306.602,00	2.046.957,73	61,87	1.520.776,05	45,99
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	681.702,00	771.702,00	431.893,17	21,11	391.874,50	25,77
	671.200,00	671.200,00	341.893,17	16,71	301.874,50	19,85
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10.502,00	100.502,00	90.000,00	4,40	90.000,00	5,92
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	681.702,00	771.702,00	431.893,17	21,11	391.874,50	25,77
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.534.900,00	2.534.900,00	1.614.064,56	40,77	1.128.901,55	20,22
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]						
			1.128.901,55			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Vargão - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA										
Inscritos em 2013				0,00	0,00	58.935,60	-58.935,60	0,00		
TOTAL				0,00	0,00	58.935,60	-58.935,60	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º										
				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013				0,00		0,00				
TOTAL (VIII)				0,00		0,00				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26										
				LIMITE NÃO CUMPRIDO						
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
				-		-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)										
DOTAÇÃO INICIAL				DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
						Até Bimestre (l)	% (m/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica				3.183.102,00		2.033.911,43		99,41		99,21
Assistência Hospitalar e Ambulatorial				13.000,00		11.941,30		0,58		0,79
Vigilância Sanitária				12.500,00		0,00		0,00		0,00
Vigilância Epidemiológica				8.000,00		105,00		0,01		0,01
TOTAL				3.216.602,00		2.045.957,73		100,00		100,00

Município de Vargão - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

Assinado digitalmente por AMARILDO PAGLIA em 10/07/2014 às 14:54:58.

Vargão, 09/07/2014

AMARILDO PAGLIA ORDENADOR DA DESPESA	PEDRO LUIS FASSINA TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894	ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA CONTROLADORA INTERNA
---	--	---

RREO - ANEXO 14 - SIMPLIFICADO

Município de Vargão - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	13.214.216,00
Previsão Atualizada		—	13.214.216,00
Receitas Realizadas		2.820.328,68	7.726.096,79
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	46.482,70
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	13.214.216,00
Créditos Adicionais		—	2.726.382,70
Dotação Atualizada		—	15.940.598,70
Despesas Empenhadas		2.527.771,65	8.522.396,91
Despesas Liquidadas		2.247.207,34	5.571.347,91
Superavit Orçamentário		—	2.154.748,88
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		2.527.771,65	8.522.396,91
Despesas Liquidadas		2.247.207,34	5.571.347,91
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			13.188.414,58
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-1.404.400,00	-1.461.782,47
Resultado Primário		179.100,00	2.048.181,02
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	946.855,52	0,00	448.719,89
EXECUTIVO	946.855,52	0,00	448.719,89
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	102.224,94	2.205,92	98.750,22
EXECUTIVO	102.224,94	2.205,92	98.750,22
TOTAL:	1.049.080,46	2.205,92	547.470,11
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.175.348,53	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		644.984,26	60%
Liquidadas		644.984,26	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		314.761,67	3.781.954,33

Continua 1/2

Município de Vargão - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	100,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.128.901,55	15,00		0,00
Liquidadas	1.128.901,55			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Vargão, 09/07/2014

AMARILDO PAGLIA
ORDENADOR DA DESPESA

PEDRO LUIS FASSINA
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 15.894

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA
CONTROLADORA INTERNA

Município de Vargão - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.214.216,00	2.726.382,70	15.940.598,70	2.527.771,65	8.522.396,91	2.242.700,83	5.566.841,40	10.373.757,30
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	2.159.255,39	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.214.216,00	2.726.382,70	15.940.598,70	2.527.771,65	8.522.396,91	2.242.700,83	7.726.086,79	10.373.757,30

FONTE:
Vargão, 09/07/2014

AMARILDO PAGLIA	PEDRO LUIS FASSINA	ROSEGLER DE OLIVEIRA DE PR
ORDENADOR DA DESPESA	TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 1	CONTROLADORA INTERNA

Videira

PREFEITURA

Edital de Convocação Nº 036/14 - C.P. Nº 005/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Edital, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeado, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 005/2012:

CONVOCADO	EMPREGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. TIAGO CAS-SOL	ODONTÓLOGO - ESF	11.172/14, DE 02/07/2014

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos, conforme disposto no Capítulo IV, do Edital de Concurso Público para Emprego Público nº 005/12:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Edital, conforme estabelecido no Capítulo XIII, do Edital de Concurso Público para Emprego Público nº 005/12.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 02 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 038/14 - C. P. 001/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038/14

CONCURSO PÚBLICO 001/2014 - ESF

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Edital, comparecerem no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem o emprego público para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público para Emprego Público - Edital nº 001/2014:

CONVOCADOS	EMPREGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. RAFAELA FERREIRA	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ESF	11.173/14, DE 02/07/2014
2. ANA PAULA ZATTA	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	11.174/14, DE 02/07/2014
3. CIBELE CRISTINA PONTE	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	11.175/14, DE 02/07/2014
4. MARIANGELA RITTER RICCIARDI	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	11.176/14, DE 02/07/2014
5. JULIANE NAFFIN	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	11.177/14, DE 02/07/2014
6. FABIANA VERZA DA ROSA	ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	11.178/14, DE 02/07/2014

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Edital.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 04 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 037/14 - P. S. Nº 007/12

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2014

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADADA	CARGO
1 - Daniela Garcia	Psicóloga

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 02 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 11.172/14

DECRETO Nº 11.172/14, DE 02 DE JULHO DE 2014.

Nomeia Odontólogo - Estratégia Saúde da Família

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, TIAGO CASSOL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 005/2012, homologado em 25 de junho de 2013, para exercer o emprego público de Odontólogo - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga

horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.173/14

DECRETO Nº 11.173/14, DE 02 DE JULHO DE 2014.

Nomeia Atendente de Consultório Dentário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RAFAELA FERREIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de julho de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.177/14

DECRETO Nº 11.177/14, DE 02 DE JULHO DE 2014.

Nomeia Atendente de Consultório Dentário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JULIANE NAFFIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração

de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.176/14

DECRETO Nº 11.176/14, DE 02 DE JULHO DE 2014.
Nomeia Atendente de Consultório Dentário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARIANGELA RITTER RICCIARDI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.175/14

DECRETO Nº 11.175/14, DE 02 DE JULHO DE 2014.
Nomeia Atendente de Consultório Dentário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CIBELE CRISTINA PONTE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.178/14

DECRETO Nº 11.178/14, DE 02 DE JULHO DE 2014.
Nomeia Atendente de Consultório Dentário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FABIANA VERZA DA ROSA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.174/14

DECRETO Nº 11.174/14, DE 02 DE JULHO DE 2014.
Nomeia Atendente de Consultório Dentário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANA PAULA ZATTA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Termo Aditivo N. 0125/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0125/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIA DEON TREIS
CPF: 022.348.869-02
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 03 de julho de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0142/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0142/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: RAFAELA PIMENTEL DA SILVA
CPF: 096.569.679-09
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 17 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0265/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0265/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TALIZE SIEMINKOSKI
CPF: 063.566.029-61
OBJETO: Alteração da justificativa de "tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida" para "atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportada pela Secretaria Municipal de Educação"
VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2014 até 19 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0457/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0457/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIBELE APARECIDA APPI
CPF: 049.945.709-90
VIGÊNCIA: de 08 de maio de 2014 até 17 de setembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo de Convenio Nº 001/2014 - PMV/ Senai

TERMO DE CONVENIO Nº 001/14 - QUE ENTRE SI FIRMAM O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI - NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL, GLAUCO JOSE CORTE E POR SEU DIRETOR REGIONAL SERGIO ROBERTO ARRUDA - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL WILMAR CARELLI. OBJETO: TEM POR OBJETO A CO-OPERAÇÃO VISANDO A REALIZAÇÃO DE CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL VOLTADOS A QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA AS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA E REGIÃO. VIGÊNCIA: O PRESENTE CONVENIO VIGORARÁ A PARTIR DE 15/07/2014 ATÉ 15/07/2018, PODENDO SER PRORROGADO MEDIANTE ASSENTIMENTO ENTRE OS CONVENIENTES, ATÉ O LIMITE DE MAXIMO DE 60 (SESSENTA) MESES, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE TERMO ADITIVO.

WILMAR CARELLI
FLORIANÓPOLIS, 30 DE JUNHO DE 2014.

Extrato do Termo Aditivo N. 0127/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0127/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: THAIS EDUARDA PONTES
CPF: 076.589.049-61
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 17 de setembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0413/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0413/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIÃ FERNANDES DA ROCHA
CPF: 944.593.479-20
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 11 de julho de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Portaria Nº 0829/14

PORTARIA nº 0829/14
Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 10.307/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Designar as servidoras, PATRICIA MARQUES DE LIMA, MÁRCIA REGINA VANZ e IZABEL APARECIDA BALBINOTT para, sob a presidência da primeira, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 10.307/14.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Tomada de Preços Nº 01/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014 - FMS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO AMARANTE, CONVÊNIO MINISTÉRIO DA SAÚDE REQUALIFICA UBS - PROPOSTA Nº 10432684000113002. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 30 de julho de 2014. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 h ou pelos telefones (49) 3566-9026.

Videira SC, 09 de julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Retificação Concorrência Nº 02/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2014 - PMV
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira torna pública a nova da data de abertura do Edital de Concorrência nº 02/2014-PMV, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DA UVA - REFORMA DO SALÃO DE CONVENÇÕES - FASE 02 - REFORMA E AMPLIAÇÃO. INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DO TURISMO ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CONTRATO DE REPASSE Nº 772858/2012, tendo em vista o adiamento da data inicialmente agendada para o recebimento das propostas e documentação, em virtude da situação que o Município enfrentou nos dias 26 e 27 de junho de 2014, levando à decretação de emergência, nos termos do Decreto nº 11.159/2014 e diante da necessidade de serem acrescidos os documentos ref. habilitação jurídica, elencados nos itens 5.1.1.6 a 5.1.1.8 do edital. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 19 de Agosto de 2014. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45 hrs ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034

Videira SC, 07 de Julho de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 036/2014

DECRETO Nº 036/2014
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 01º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação do imóvel para alienação:

DARIO MONTAGNA - Presidente
CLAUDINEI FELICIANO - Secretário
LUIS CARLOS BOING - Membro

Art.º 02 - O imóvel a ser avaliado pela comissão é o terreno urbano nº 27, de forma triangular, situado no lado par da Rua Lindo Sardagna, a 66,30 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Ibirama, Cidade de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 600,00 m² (seiscientos metros quadrados), desmembrado de parte do lote de terras nº 2.770, confrontando na FRENTE, com a Rua Lindo Sardagna, em linhas de 40,80 metros e 18,10 metros, FUNDOS, com a Rua 26 de Abril, em 52,65 metros e LADO DIREITO, com o lote nº 28 do mesmo desmembramento, em 20,00 metros; Sem benfeitorias; matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio, no Livro nº 2-RG, sob nº 6.993.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 8 de julho de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/2014.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 024/93.

Decreto Nº 037/2014

DECRETO N. 037, DE 9 DE JULHO DE 2014.

EXTINGUE UNIDADE ESCOLAR MUNICIPAL DENOMINADA JARDIM DE INFÂNCIA ARCO-ÍRIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, usando de suas atribuições legais conferidas pelo art. 79, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica extinta a unidade escolar denominada Jardim de Infância Arco-Íris (Código 42253209), estabelecida à localidade de Distrito de Barra da Prata, município de Vitor Meireles (SC).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 9 de julho de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA

VITOR MEIRELES, ____/____/2014.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011

Xavantina

PREFEITURA

PP 47/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2014 - PMXV

Objeto: Registro de preços para possível prestação serviços de solda leve, solda pesada e torno para todos os departamentos, veículos e máquinas da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital.
Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 23/07/2014.

Abertura: dia 23/07/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 10 de julho de 2014.

MAURO JUNES POLETTO,
Prefeito Municipal.

RREO - 3º Bimestre

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.988.160,00	16.988.160,00	2.652.829,68	15,62	8.867.586,06	52,20
RECEITAS CORRENTES	16.268.560,00	16.268.560,00	2.474.679,70	15,21	7.584.836,08	46,62
RECEITA TRIBUTÁRIA	831.000,00	831.000,00	110.468,27	13,29	372.795,47	44,86
IMPOSTOS	761.000,00	761.000,00	107.861,27	14,17	335.577,18	44,10
TAXAS	70.000,00	70.000,00	2.607,00	3,72	37.218,29	53,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	62.000,00	62.000,00	9.234,73	14,89	28.307,24	45,66
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	62.000,00	62.000,00	9.234,73	14,89	28.307,24	45,66
RECEITA PATRIMONIAL	78.000,00	78.000,00	16.918,04	21,69	57.218,23	73,36
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	70.000,00	70.000,00	15.015,90	21,45	52.049,17	74,36
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.000,00	8.000,00	1.902,14	23,78	5.169,06	64,61
RECEITA DE SERVIÇOS	68.000,00	68.000,00	9.948,74	14,63	30.286,29	44,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.173.560,00	15.173.560,00	2.320.937,10	15,30	7.059.062,50	46,52
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.020.560,00	15.020.560,00	2.222.298,70	14,80	6.917.425,77	46,05
Transf. de Conv.	153.000,00	153.000,00	98.638,40	64,47	141.636,73	92,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.000,00	56.000,00	7.172,82	12,81	37.166,35	66,37
Multas e Juros de Mora	6.000,00	6.000,00	210,75	3,51	2.324,85	38,75
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	2.952,71	0,00	17.949,54	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	40.000,00	40.000,00	2.146,91	5,37	12.947,41	32,37
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	10.000,00	1.862,45	18,62	3.944,55	39,45
RECEITAS DE CAPITAL	719.600,00	719.600,00	178.149,98	24,76	1.282.749,98	178,26
ALIENAÇÃO DE BENS	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	409.600,00	409.600,00	178.149,98	43,49	1.282.749,98	313,17
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	409.600,00	409.600,00	128.150,00	31,29	182.750,00	44,62
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	49.999,98	0,00	1.099.999,98	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.988.160,00	16.988.160,00	2.652.829,68	15,62	8.867.586,06	52,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.988.160,00	16.988.160,00	2.652.829,68	15,62	8.867.586,06	52,20
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.988.160,00	16.988.160,00	2.652.829,68	15,62	8.867.586,06	52,20
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	623.713,53	—	—	218.346,77	—
Superávit Financeiro	—	623.713,53	—	—	218.346,77	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.988.160,00	1.824.540,00	18.812.700,00	2.527.258,22	11.882.152,99	2.589.761,64	8.814.077,59	46,85
DESPESAS CORRENTES	14.485.260,00	633.643,85	15.118.903,85	1.908.927,89	9.872.844,67	2.521.468,57	7.485.038,02	49,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.194.000,00	50.853,28	6.244.853,28	1.035.340,61	3.175.932,55	1.047.679,32	3.009.590,73	48,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	5.000,00	544,61	2.184,73	21,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.281.260,00	582.790,57	8.864.050,57	873.587,28	6.691.912,12	1.473.244,64	4.473.262,56	50,47
DESPESAS DE CAPITAL	2.487.900,00	1.190.896,15	3.678.796,15	618.330,33	2.009.308,32	68.293,07	1.329.039,57	36,13
INVESTIMENTOS	2.387.900,00	1.180.729,24	3.568.629,24	618.330,33	1.920.419,19	54.959,75	1.289.039,61	36,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	10.166,91	110.166,91	0,00	88.889,13	13.333,32	39.999,96	36,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.988.160,00	1.824.540,00	18.812.700,00	2.527.258,22	11.882.152,99	2.589.761,64	8.814.077,59	46,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)								
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.988.160,00	1.824.540,00	18.812.700,00	2.527.258,22	11.882.152,99	2.589.761,64	8.814.077,59	9.998.622,41
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	53.508,47	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.988.160,00	1.824.540,00	18.812.700,00	2.527.258,22	11.882.152,99	2.589.761,64	8.867.586,06	9.998.622,41

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	310.000,00	0,00	310.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	310.000,00	0,00	310.000,00
TOTAL	310.000,00	0,00	310.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
Investimentos	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
TOTAL	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	1.000,00	0,00	1.000,00

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			769.000,00	336.678,80	43,78	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			200.000,00	17.734,35	8,87	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			97.000,00	22.890,11	23,60	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			260.000,00	219.331,84	84,36	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			204.000,00	75.620,88	37,07	
Dívida Ativa dos Impostos			6.000,00	994,78	16,58	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			2.000,00	106,84	5,34	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			14.936.000,00	7.055.167,72	47,24	
Cota-Parte FPM			6.300.000,00	3.039.732,94	48,25	
Cota-Parte ITR			1.000,00	38,85	3,89	
Cota-Parte IPVA			380.000,00	207.096,80	54,50	
Cota-Parte ICMS			8.100.000,00	3.739.420,90	46,17	
Cota-Parte IPI-Exportação			115.000,00	55.429,43	48,20	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			40.000,00	13.448,80	33,62	
Desoneração ICMS (LC 87/96)			40.000,00	13.448,80	33,62	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			15.705.000,00	7.391.846,52	47,07	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			0,00	0,00	0,00	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES		3.194.000,00	3.425.758,85	2.136.333,36	62,36	1.687.848,38	49,27	
Pessoal e Encargos Sociais		1.705.000,00	1.755.853,28	763.287,84	43,47	754.794,97	42,99	
Outras Despesas Correntes		1.489.000,00	1.669.905,57	1.373.045,52	82,22	933.053,41	55,87	
DESPESAS DE CAPITAL		697.600,00	841.922,74	623.377,53	74,04	22.337,95	2,65	
Investimentos		697.600,00	841.922,74	623.377,53	74,04	22.337,95	2,65	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	697.600,00	841.922,74	623.377,53	74,04	22.337,95	2,65
Investimentos	697.600,00	841.922,74	623.377,53	74,04	22.337,95	2,65
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.891.600,00	4.267.681,59	2.759.710,89	64,67	1.710.186,33	40,07
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.518.600,00	1.777.673,89	1.036.231,56	37,55	414.486,49	24,24
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.518.600,00	1.777.673,89	1.036.231,56	37,55	414.486,49	24,24
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.518.600,00	1.777.673,89	1.036.231,56	37,55	414.486,49	24,24
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.373.000,00	2.490.007,70	1.723.479,33	27,12	1.295.699,84	15,84
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIB)/100 ⁶]						
186.922,86						

Continua 2/4

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
		0,00	390,78	7.776,64	-7.776,64	0,00		
TOTAL		8.327,42	390,78	7.776,64	-7.776,64	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		390,78	0,00			390,78		
TOTAL (VIII)		390,78	0,00			390,78		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTÍCULOS 2º E 2º								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
		3.330.600,00	3.581.990,63	2.130.753,22	77,21	1.239.206,81	72,46	
		546.000,00	641.000,00	621.257,67	22,51	468.979,52	27,42	
		15.000,00	44.690,96	7.700,00	0,28	2.000,00	0,12	
TOTAL		3.891.600,00	4.267.681,59	2.759.710,89		100,00		1.710.186,33
						100,00		

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula [V/(h+i) - (15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

XAVANTINA, 08/07/2014

Município de XAVANTINA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	16.988.160,00	
Previsão Atualizada		—	16.988.160,00	
Receitas Realizadas		2.652.829,68	8.867.586,06	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	218.346,77	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	16.988.160,00	
Créditos Adicionais		—	1.824.540,00	
Dotação Atualizada		—	18.812.700,00	
Despesas Empenhadas		2.527.258,22	11.882.152,99	
Despesas Liquidadas		2.589.761,64	8.814.077,59	
Superavit Orçamentário		—	53.508,47	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.527.258,22	11.882.152,99	
Despesas Liquidadas		2.589.761,64	8.814.077,59	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			15.342.233,84	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	1.170.711,89	-66.293,83	-5,66	
Resultado Primário	990.000,00	43.643,99	4,41	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	120.885,82	2.475,73	84.809,00	33.601,09
EXECUTIVO	120.885,82	2.475,73	84.809,00	33.601,09
TOTAL:	120.885,82	2.475,73	84.809,00	33.601,09
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.991.809,74	25%	26,95
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		493.652,55	60%	87,63
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.329.039,57	2.349.756,58	

Continua 1/2

Município de XAVANTINA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	310.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	30.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.295.699,84	15,00	17,53
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
Legislativa	16.988.160,00	18.812.700,00	2.527.258,22	11.882.152,99	2.589.761,64	8.814.077,59	9.998.622,41
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	62.930,93	219.461,05	66.545,10	194.468,67	505.531,33
	700.000,00	700.000,00	62.930,93	219.461,05	66.545,10	194.468,67	505.531,33
Administração	1.834.300,00	1.834.300,00	210.817,45	1.121.100,52	270.435,98	839.008,54	995.291,46
Administração Geral	1.834.300,00	1.834.300,00	210.817,45	1.121.100,52	270.435,98	839.008,54	995.291,46
Assistência Social	706.860,00	852.563,31	47.192,89	289.790,28	87.405,53	165.008,54	687.554,77
Assistência ao Idoso	162.000,00	302.514,65	13.713,12	88.375,37	41.364,99	65.001,35	237.513,30
Assistência à Criança e ao Adolescente	194.000,00	194.000,00	12.170,36	136.618,58	30.542,56	59.669,68	134.330,32
Assistência Comunitária	350.860,00	356.048,66	21.309,41	64.796,33	15.497,98	40.337,51	315.711,15
Saúde	3.891.600,00	4.267.681,59	1.012.672,29	2.759.710,89	593.256,13	1.710.186,33	2.557.495,26
Atenção Básica	3.330.600,00	3.581.990,63	988.673,66	2.130.753,22	466.266,37	1.239.206,81	2.342.783,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	546.000,00	641.000,00	18.298,63	621.257,67	124.989,76	468.979,52	172.020,48
Vigilância Sanitária	15.000,00	44.690,96	5.700,00	7.700,00	2.000,00	2.000,00	42.690,96
Educação	2.735.900,00	2.969.006,39	376.558,59	2.194.513,13	520.657,62	1.334.907,81	1.634.098,58
Ensino Fundamental	2.134.000,00	2.247.810,39	252.118,94	1.774.955,56	404.179,84	1.089.945,95	1.157.864,44
Ensino Médio	88.000,00	114.296,00	0,00	105.055,00	28.577,07	47.305,07	66.990,93
Ensino Superior	110.000,00	143.000,00	58.470,00	141.287,00	20.417,00	42.386,00	100.614,00
Educação Infantil	387.900,00	447.900,00	65.969,65	173.215,57	67.483,71	155.270,79	292.629,21
Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Educação Especial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Cultura	30.000,00	30.000,00	1.142,00	2.078,55	1.142,00	2.078,55	27.921,45
Difusão Cultural	30.000,00	30.000,00	1.142,00	2.078,55	1.142,00	2.078,55	27.921,45
Urbanismo	457.142,40	457.142,40	11.150,00	403.922,04	69.342,88	226.214,16	230.928,24
Infra-Estrutura Urbana	107.000,00	107.000,00	11.150,00	61.546,09	1.700,00	38.312,09	68.687,91
Serviços Urbanos	350.142,40	350.142,40	0,00	342.375,95	67.642,88	187.902,07	162.240,33
Agricultura	1.921.357,60	1.921.357,60	200.240,29	1.174.737,07	304.641,18	1.065.257,16	856.100,44
Extensão Rural	1.921.357,60	1.921.357,60	200.240,29	1.174.737,07	304.641,18	1.065.257,16	856.100,44
Indústria	465.000,00	465.000,00	28.093,50	32.586,81	3.785,04	8.278,35	456.721,65
Promoção Industrial	465.000,00	465.000,00	28.093,50	32.586,81	3.785,04	8.278,35	456.721,65
Transporte	3.350.000,00	4.400.000,00	536.812,76	3.161.197,87	595.753,04	2.954.868,82	1.445.131,18
Transporte Rodoviário	3.350.000,00	4.400.000,00	536.812,76	3.161.197,87	595.753,04	2.954.868,82	1.445.131,18

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Desporto e Lazer	16.988.160,00	18.812.700,00	2.527.258,22	11.882.152,99	2.589.761,64	8.814.077,59	100,00	46,85
Desporto Comunitário	268.000,00	268.000,00	14.091,14	171.811,81	17.419,42	136.834,33	1,55	51,06
Lazer	188.000,00	188.000,00	14.091,14	103.505,35	17.419,42	68.527,87	0,78	36,45
Encargos Especiais	80.000,00	80.000,00	0,00	68.306,46	0,00	68.306,46	0,77	85,38
Serviço da Dívida Interna	628.000,00	647.648,71	25.556,38	351.242,97	59.377,72	176.966,33	2,01	27,32
Outros Encargos Especiais	110.000,00	120.166,91	0,00	93.889,13	13.877,93	42.184,69	0,48	35,11
	518.000,00	527.481,80	25.556,38	257.353,84	45.499,79	134.781,64	1,53	25,55
TOTAL (III) = (I + II)	16.988.160,00	18.812.700,00	2.527.258,22	11.882.152,99	2.589.761,64	8.814.077,59	100,00	46,85

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.357.943,65	1.360.248,48	1.432.559,67	1.493.945,02	1.572.323,40	1.847.984,65	1.626.923,03	1.602.115,19	1.337.945,60	1.483.298,23	1.548.313,24	1.396.767,73	18.060.367,89	19.256.760,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	167.894,08	54.445,12	49.436,61	52.585,75	52.101,56	108.062,15	58.624,64	86.507,06	62.311,12	54.894,38	61.301,52	49.166,75	857.200,94	831.000,00
I.P.T.U.	86.259,55	3.208,54	2.795,41	888,64	1.194,07	3.823,64	457,97	0,00	0,00	0,00	1.882,47	15.593,91	115.903,20	200.000,00
I.R.R.F.	15.555,05	14.791,21	17.521,23	23.415,75	6.894,86	34.536,70	7.206,30	7.118,27	15.252,17	14.338,40	23.291,69	8.414,05	188.335,68	204.000,00
I.S.S.	22.065,13	24.174,52	27.933,88	27.101,74	36.462,60	61.726,76	38.235,65	54.369,84	39.709,22	35.333,99	28.045,72	23.637,42	418.796,47	260.000,00
I.T.B.I.	0,00	10.448,11	0,00	800,00	6.416,65	7.002,00	7.640,00	1.480,00	3.664,10	2.910,00	6.920,01	276,00	47.556,87	97.000,00
Outras Receitas Tributárias	43.985,35	1.822,74	1.186,29	379,62	1.133,38	973,05	5.084,72	23.538,95	3.665,63	2.301,89	1.361,63	1.245,37	86.698,72	70.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.558,45	3.629,28	3.815,47	4.337,03	4.304,58	4.411,76	4.714,58	4.733,27	4.968,11	4.656,55	4.633,47	4.601,26	52.633,81	62.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	11.284,01	8.691,58	8.523,65	8.001,11	8.940,54	13.911,75	9.265,89	10.258,29	11.740,57	9.035,44	8.813,13	8.104,91	116.570,87	78.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	6.922,41	3.267,34	4.458,68	6.394,08	19.125,25	18.390,90	7.715,83	3.912,35	3.578,27	5.131,10	5.522,62	4.426,12	88.834,95	68.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.164.039,86	1.285.714,60	1.363.857,31	1.343.307,82	1.480.531,45	1.698.395,98	1.539.846,91	1.484.212,43	1.249.332,64	1.404.859,09	1.464.105,54	1.327.232,83	16.805.436,46	18.160.760,00
Cota-Parte do F.P.M.	325.915,82	426.120,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.893,30	429.779,99	5.727.807,81	6.300.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	600.501,42	629.610,00	688.951,52	650.380,56	723.697,75	721.276,14	651.478,43	615.225,23	620.915,19	607.708,26	619.502,14	624.591,65	7.733.838,29	8.100.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	36.230,19	37.917,27	32.006,31	28.227,55	20.169,53	6.951,11	23.517,58	28.058,39	36.695,64	37.771,98	38.155,38	42.897,83	368.598,76	380.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	65,27	763,68	3.382,09	64,04	13,21	0,00	5,00	0,00	27,53	6,32	0,00	4.347,14	1.000,00
Outras Transferências Correntes	104.853,00	88.123,19	205.772,84	206.904,31	132.047,43	115.837,36	158.792,23	98.557,79	118.015,87	228.705,83	123.203,69	125.520,62	1.706.334,16	2.117.760,00
Transferências da LC 61/1989	9.640,86	10.315,58	9.383,35	10.030,86	11.126,85	11.892,21	10.178,70	8.617,54	8.420,45	8.748,44	9.969,18	9.495,12	117.818,94	115.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.956,22	2.956,22	2.956,22	2.956,22	2.956,22	2.956,22	2.689,76	2.689,76	0,00	2.689,76	2.689,76	2.689,76	31.186,12	40.000,00
Transferências do FUNDEB	83.942,55	90.597,30	91.325,10	88.742,52	99.893,75	99.373,33	98.358,85	95.865,82	88.492,20	89.161,19	97.489,77	92.257,86	1.115.505,24	1.107.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.274,84	4.300,56	2.467,75	79.329,23	7.320,02	4.812,11	6.755,18	12.491,79	6.014,89	4.731,67	3.936,96	3.235,86	139.670,86	56.000,00
DEDUÇÕES (II)	196.048,63	221.398,61	184.033,92	209.531,97	249.717,88	247.876,10	256.538,95	257.957,58	208.564,71	217.064,43	248.882,21	221.719,06	2.718.134,05	2.987.200,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	195.048,63	221.398,61	213.351,67	209.531,97	249.717,88	249.816,36	256.538,95	257.957,58	208.564,71	217.064,43	248.882,21	221.719,06	2.749.392,06	2.987.200,00
Deduções de Capital	0,00	0,00	-29.317,75	0,00	0,00	-1.940,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-31.258,01	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.162.895,02	1.138.849,87	1.248.525,75	1.284.413,05	1.322.605,52	1.600.108,55	1.370.384,08	1.344.157,61	1.129.380,89	1.266.233,80	1.299.631,03	1.175.048,67	15.342.233,84	16.268.560,00
FONTE:														

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	866.666,92	840.000,28	826.666,96
DEDUÇÕES (II)	1.423.215,06	1.388.063,34	1.449.508,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.423.215,06	1.589.448,66	1.661.917,46
Demais Haveres Financeiros	0,00	73,98	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	201.459,30	212.408,53
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-556.548,14	-548.063,06	-622.841,97
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-556.548,14	-548.063,06	-622.841,97

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-74.778,91	-66.293,83

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.170.711,89

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	866.666,92	840.000,28	826.666,96
DEDUÇÕES (II)	1.423.215,06	1.589.521,74	1.661.916,56
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.423.215,06	1.589.448,66	1.661.917,46
Demais Haveres Financeiros	0,00	73,98	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,90	0,90
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-556.548,14	-749.521,46	-835.249,60
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-556.548,14	-749.521,46	-835.249,60

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
VALOR	-85.728,14	-278.701,46

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.170.711,89

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	16.198.560,00	2.459.663,80	7.532.786,91	7.015.129,12
Receita Tributária	831.000,00	110.468,27	372.795,47	264.248,04
I.P.T.U.	200.000,00	17.276,38	17.734,35	5.572,84
I.S.S.	260.000,00	51.683,14	219.331,84	125.435,99
I.T.B.I.	97.000,00	7.196,01	22.890,11	13.767,60
I.R.R.F.	204.000,00	31.705,74	75.620,88	74.513,94
Outras Receitas Tributárias	70.000,00	2.607,00	37.218,29	44.957,67
Receita de Contribuição	62.000,00	9.234,73	28.307,24	27.406,66
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	62.000,00	9.234,73	28.307,24	27.406,66
Receita Patrimonial Líquida	8.000,00	1.902,14	5.169,06	4.660,80
Receita Patrimonial	78.000,00	16.918,04	57.218,23	58.918,95
(-) Aplicações Financeiras	70.000,00	15.015,90	52.049,17	54.258,15
Transferências Correntes	15.173.560,00	2.320.937,10	7.059.062,50	6.650.605,30
F.P.M.	5.040.000,00	802.295,47	2.431.786,51	2.256.675,11
I.C.M.S.	6.480.000,00	995.275,21	2.991.537,25	2.917.145,21
Convênios	153.000,00	98.638,40	141.636,73	75.722,00
Outras Transferências Correntes	3.500.560,00	424.728,02	1.494.102,01	1.401.062,98
Demais Receitas Correntes	124.000,00	17.121,56	67.452,64	68.208,32
Dívida Ativa	40.000,00	2.146,91	12.947,41	15.743,45
Diversas Receitas Correntes	84.000,00	14.974,65	54.505,23	52.464,87
RECEITAS DE CAPITAL (II)	719.600,00	178.149,98	1.282.749,98	173.295,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	310.000,00	0,00	0,00	26.695,00
Transferências de Capital	409.600,00	178.149,98	1.282.749,98	146.600,00
Convênios	0,00	49.999,98	1.099.999,98	146.600,00
Outras Transferências de Capital	409.600,00	128.150,00	182.750,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	409.600,00	178.149,98	1.282.749,98	146.600,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	16.608.160,00	2.637.813,78	8.815.536,89	7.161.729,12
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.118.903,85	2.521.468,57	7.485.038,02	5.973.997,33
Pessoal e Encargos Sociais	6.244.853,28	1.047.679,32	3.009.590,73	2.598.942,55
Juros e Encargos da Dívida (IX)	10.000,00	544,61	2.184,73	5.696,56
Outras Despesas Correntes	8.864.050,57	1.473.244,64	4.473.262,56	3.369.358,22
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.108.903,85	2.520.923,96	7.482.853,29	5.968.300,77
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.678.796,15	68.293,07	1.329.039,57	226.542,37
Investimentos	3.568.629,24	54.959,75	1.289.039,61	186.542,41
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	110.166,91	13.333,32	39.999,96	39.999,96
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.568.629,24	54.959,75	1.289.039,61	186.542,41

Município de XAVANTINA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.692.533,09	2.575.883,71	8.771.892,90	6.154.843,18
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.084.373,09	61.930,07	43.643,99	1.006.885,94
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	218.346,77	0,00
Superávit Financeiro	-	-	218.346,77	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				990.000,00

FONTE:

XAVANTINA, 08/07/2014

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	24.534,89	96.350,93	84.809,90	84.809,00	2.475,73	33.601,09
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.534,89	88.023,51	77.032,26	77.032,36	1.924,95	33.601,09
ENCARGOS GERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.847,75	9.994,84	9.994,84	0,00	4.852,91
SEC.MUN.DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.159,38	8.479,82	8.479,82	0,00	679,56
SEC.MUN.DA AGRICULTURA,IND. E COMÉRCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.059,89	0,00	0,00	0,00	0,00	19.059,89
SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.475,00	10.609,49	9.999,40	9.999,40	0,00	6.085,09
SEC.MUN.TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.278,30	48.559,20	48.558,30	1.924,95	2.795,05
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128,59	0,00	0,00	0,00	128,59
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.327,42	7.776,64	7.776,64	550,78	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.327,42	7.776,64	7.776,64	550,78	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.534,89	96.350,93	84.809,90	84.809,00	2.475,73	33.601,09

FONTE:

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	769.000,00	769.000,00	108.389,22	336.678,80	43,78
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	208.000,00	208.000,00	17.804,33	18.835,97	9,06
1.1.1- IPTU	200.000,00	200.000,00	17.276,38	17.734,35	8,87
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	470,93	994,78	16,58
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	57,02	106,84	5,34
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	97.000,00	97.000,00	7.196,01	22.890,11	23,60
1.2.1- ITBI	97.000,00	97.000,00	7.196,01	22.890,11	23,60
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	260.000,00	260.000,00	51.683,14	219.331,84	84,36
1.3.1- ISS	260.000,00	260.000,00	51.683,14	219.331,84	84,36
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	204.000,00	204.000,00	31.705,74	75.620,88	37,07
1.4.1- IRRF	204.000,00	204.000,00	31.705,74	75.620,88	37,07
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.936.000,00	14.936.000,00	2.352.866,43	7.055.167,72	47,24
2.1- Cota-Parte FPM	6.300.000,00	6.300.000,00	1.002.869,29	3.039.732,94	48,25
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.300.000,00	6.300.000,00	1.002.869,29	3.039.732,94	48,25
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.100.000,00	8.100.000,00	1.244.093,79	3.739.420,90	46,17
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	5.379,52	13.448,80	33,62
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	19.464,30	55.429,43	48,20
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	6,32	38,85	3,89
2.6- Cota-Parte IPVA	380.000,00	380.000,00	81.053,21	207.096,80	54,50
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.705.000,00	15.705.000,00	2.461.255,65	7.391.846,52	47,07
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	135.000,00	135.000,00	35.842,00	71.691,00	53,10
6.1- Transferências de Convênios	135.000,00	135.000,00	35.842,00	71.691,00	53,10
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	259.000,00	259.000,00	32.716,88	87.630,43	33,83
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	394.000,00	394.000,00	68.558,88	159.321,43	40,44
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.987.200,00	2.987.200,00	470.401,27	1.410.526,94	47,22
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.260.000,00	1.260.000,00	200.573,82	607.946,43	48,25
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.620.000,00	1.620.000,00	248.818,58	747.883,65	46,17
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.075,90	2.689,75	33,62
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	23.000,00	23.000,00	3.892,86	10.752,10	46,75
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	1,26	7,76	3,88
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	76.000,00	76.000,00	16.038,85	41.247,25	54,27
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.107.000,00	1.107.000,00	190.217,71	563.330,90	50,89
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.107.000,00	1.107.000,00	189.747,63	561.625,69	50,73
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	470,08	1.705,21	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.880.200,00	-1.880.200,00	-280.653,64	-848.901,25	45,15
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	896.000,00	896.000,00	177.102,55	493.652,55	55,10
13.1- Com Educação Infantil	181.000,00	181.000,00	46.160,92	102.363,95	56,55
13.2- Com Ensino Fundamental	715.000,00	715.000,00	130.941,63	391.288,60	54,73
14- OUTRAS DESPESAS	211.000,00	211.816,68	43.259,19	76.018,46	35,89
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	211.000,00	211.816,68	43.259,19	76.018,46	35,89
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.107.000,00	1.107.816,68	220.361,74	569.671,01	51,42
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					569.671,01
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					87,63
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					13,49
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-1,13
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					816,68
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	3.926.250,00	3.926.250,00	615.313,91	1.847.961,63	47,07
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	331.000,00	331.000,00	58.993,95	146.781,03	44,34
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	331.000,00	331.000,00	58.993,94	146.781,03	44,34
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	181.000,00	181.000,00	46.160,91	102.363,95	56,55
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	150.000,00	150.000,00	12.833,03	44.417,08	29,61
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.796.000,00	1.936.816,68	364.640,68	997.832,67	51,52
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	926.000,00	926.816,68	174.200,82	467.307,06	50,42
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	870.000,00	1.010.000,00	190.439,86	530.525,61	52,53
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.127.000,00	2.267.816,68	423.634,63	1.144.613,70	50,47
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-848.901,25
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.705,21
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-847.196,04
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.991.809,74
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,95
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	348.000,00	380.993,71	48.028,92	100.603,04	26,41
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	348.000,00	380.993,71	48.028,92	100.603,04	26,41
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.475.000,00	2.648.810,39	471.663,55	1.245.216,74	47,01

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	816,68	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	561.625,69	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	546.013,87	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	546.013,87	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.705,21	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	18.133,71	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 816,68, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.678.796,15	1.329.039,57	0,00	2.349.756,58
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.678.796,15	1.329.039,57	0,00	2.349.756,58
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.678.796,15	-1.329.039,57		-2.349.756,58

FONTE:

RGF 1º SEMESTRE

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.599.172,24	0,00
Pessoal Ativo	5.470.308,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	124.363,44	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.500,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.599.172,24	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.599.172,24	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		15.342.233,84
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		36,50
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%		8.284.806,27
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%		7.870.565,96
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%		7.456.325,65
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	866.666,92	826.666,96	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	866.666,92	826.666,96	0,00
Interna	866.666,92	826.666,96	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.423.215,06	1.661.916,56	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.423.215,06	1.661.917,46	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,90	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-556.548,14	-835.249,60	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.832.785,03	15.342.233,84	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,84%	5,39%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,75%	-5,44%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.799.342,04	18.410.680,61	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	16.019.407,83	16.569.612,55	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	866.666,92	826.666,96	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	866.666,92	826.666,96	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	15.568,76	73.164,06	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	120.885,82	33.600,19	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	866.666,92	826.666,96	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	866.666,92	826.666,96	0,00
Interna	866.666,92	826.666,96	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.423.215,06	1.661.916,56	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.423.215,06	1.661.917,46	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,90	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-556.548,14	-835.249,60	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.832.785,03	15.342.233,84	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,84%	5,39%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,75%	-5,44%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.799.342,04	18.410.680,61	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	16.019.407,83	16.569.612,55	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	866.666,92	826.666,96	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	866.666,92	826.666,96	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	15.568,76	73.164,06	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	120.885,82	33.600,19	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	14.832.785,03	15.342.233,84	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.263.212,71	3.375.291,44	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.936.891,44	3.037.762,30	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.342.233,84	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.454.757,41	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.209.281,67	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.073.956,37	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO
Continuação 2/2

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Agentes Comunitários de Saúde	0,00	2.062,02	(2.062,02)
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	1.022,05	0,00	1.022,05
Apoio a Pessoa Idosa - API	2.964,52	0,00	2.964,52
Assistência Farmacêutica - Estado	409,58	0,00	409,58
Assistência Farmacêutica Básica- União	3.309,05	0,00	3.309,05
ATENÇÃO BÁSICA - ESTADO	0,00	133,81	(133,81)
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC	15.588,00	0,00	15.588,00
Bolsa Família	5.415,41	1.670,00	3.745,41
Cofinanciamento - Atenção Básica - Estado	34.963,19	0,00	34.963,19
Compensação das Especificidades Regionais	95,03	0,00	95,03
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	15.256,70	0,00	15.256,70
Convênio Trânsito - Civil	1.098,20	124,00	974,20
Convênio Trânsito - Militar	5.992,67	0,00	5.992,67
Convênio Trânsito - Prefeitura	9.253,69	0,00	9.253,69
FNAS - PBV - SCFV	28.405,60	0,00	28.405,60
Gestão do SUS	95.782,18	0,00	95.782,18
NASF - Atenção Básica - Estado	5.954,53	818,53	5.136,00
Outras Transf. de Recursos para o Fundo de Assistência Social	15.026,26	758,95	14.267,31
Outros Recursos do FNDE	7.088,99	0,00	7.088,99
Outros Recursos do FNS - Construção UBS	107.630,55	0,00	107.630,55
Outros Recursos do FNS - Reforma UBS	71.267,39	0,00	71.267,39
Outros Recursos FNDE	0,00	5.475,00	(5.475,00)
PAB Fixo - Atenção Básica - Federal	9.089,73	4.348,56	4.741,17
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	12.240,44	0,00	12.240,44
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	11.647,00	0,00	11.647,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	10.635,40	(10.635,40)
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	24.556,00	46.182,92	(21.626,92)
Recursos CIDE	1.313,15	0,00	1.313,15
Recursos FEP	35.555,76	0,00	35.555,76
Recursos FNAS Estado - Proteção Social Básica	1.135,04	0,00	1.135,04
Recursos FNS - Equipamentos e Material Permanente	128.932,55	0,00	128.932,55
RECURSOS FUNDEB 60%	0,00	6.948,62	(6.948,62)
Recursos Salário Educação	11.675,30	0,00	11.675,30
Recursos Superavit Convênios União	0,00	15.047,52	(15.047,52)
Recursos Superavit Financeiro PNATE	0,00	414,50	(414,50)
Saúde Bucal	0,00	2.455,35	(2.455,35)
Saúde da Família	11.083,15	12.239,67	(1.156,52)
Superavit FNAS - CRAS	0,00	261,13	(261,13)
Transferência de Convênios - Educação	19.158,41	0,00	19.158,41
Transferência de Convênios - Outros	51.797,22	0,00	51.797,22
Transferências de Convênios - Estado	110.110,57	0,00	110.110,57
Transferências do FUNDEB - 60%	18.133,71	16.025,49	2.108,22
Vigilância em Saúde	33.877,96	0,00	33.877,96
Vigilância Sanitária	7.660,53	0,00	7.660,53
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	914.490,11	125.601,47	788.888,64
Entidade 5 - Conta 9844: não foi informado o recurso padrão desta conta.	0,00	2.292,46	(2.292,46)

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
RECURSOS DE IMPOSTOS P/MDE	0,00	250,00	(250,00)
Recursos Ordinários	587.112,17	156.157,90	430.954,27
RECURSOS ORDINARIOS	0,00	32.379,58	(32.379,58)
Recursos Ordinários	0,00	1.260,17	(1.260,17)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	587.112,17	192.340,11	394.772,06
TOTAL (III) = (I + II)	1.501.602,28	317.941,58	1.183.660,70
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Agentes Comunitários de Saúde	0,00	2.062,02	0,00	1.292,87	(2.062,02)	0,00
Assistência Farmacêutica - Estado	0,00	0,00	0,00	10.119,52	409,58	0,00
Assistência Farmacêutica Básica- União	0,00	0,00	0,00	7.061,90	3.309,05	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatório	0,00	0,00	0,00	4.800,00	15.588,00	0,00
Bolsa Família	0,00	1.670,00	0,00	2.370,00	3.745,41	0,00
Cofinanciamento - Atenção Básica - Estado	0,00	0,00	0,00	20.000,00	34.963,19	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	124,00	0,00	60,00	974,20	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,15	5.992,67	0,00
FNAS - PBV - SCFV	0,00	0,00	0,00	13.746,31	28.405,60	0,00
NAASF - Atenção Básica - Estado	0,00	818,53	0,00	0,00	5.136,00	0,00
Outras Transf. de Recursos para o Fundo de Assistência Social	0,00	758,95	0,00	5.638,02	14.267,31	0,00
Outros Recursos do FNS- Construção UBS	0,00	0,00	0,00	409.600,00	107.630,55	0,00
Outros Recursos FNDE	0,00	0,00	5.475,00	0,00	(5.475,00)	0,00
PAB Fixo - Atenção Básica - Federal	0,00	4.348,56	0,00	11.360,52	4.741,17	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	1.151,38	12.240,44	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	40.837,40	11.647,00	0,00
Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos	0,00	10.635,40	0,00	261.871,09	(10.635,40)	0,00
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	0,00	29.902,31	0,00	403.486,36	(21.626,92)	0,00
Recursos Salário Educação	0,00	0,00	0,00	46.094,71	11.675,30	0,00
Recursos Superavit Convênios União	0,00	0,00	15.047,52	0,00	(15.047,52)	0,00
Saúde Bucal	0,00	2.455,35	0,00	0,00	(2.455,35)	0,00
Superavit Educação	0,00	0,00	0,00	2.968,18	0,00	0,00
Superavit FNAS - CRAS	0,00	261,13	0,00	6.072,97	(261,13)	0,00
Superavit FNAS - Estado Co-Financiamento	0,00	0,00	0,00	1.135,04	0,00	0,00
Superavit PNAE	0,00	0,00	0,00	955,20	0,00	0,00
Superavit PNATE	0,00	0,00	0,00	6.356,52	0,00	0,00
Superavit Recursos FNS - Construção UBS	0,00	0,00	0,00	104.074,73	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	102.467,41	19.158,41	0,00
Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	90.682,55	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	16.025,49	0,00	104.393,14	2.108,22	0,00

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		RESTOS A PAGAR					R\$ 1,0
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
VIGILANCIA EM SAUDE	0,00	0,00	0,00	5.700,00	33.877,96	0,00	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	69.061,74	20.522,52	1.664.295,97	258.306,72	0,00	
RECURSOS DE IMPOSTOS P/IMDE Recursos Ordinários	0,00	0,00	250,00	0,00	(250,00)	0,00	
	0,90	143.345,89	12.827,67	669.919,67	397.314,52	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,90	143.345,89	13.077,67	669.919,67	397.064,52	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,90	212.407,63	33.600,19	2.334.215,64	655.371,24	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.599.172,24	36,50
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.284.806,27	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.870.565,96	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-835.249,60	-5,44
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.375.291,44	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.454.757,41	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.073.956,37	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	2.334.215,64	655.371,24

FONTE:

Xaxim

PREFEITURA

Decreto N 321/2014 Cria Faixa de Pedestre

DECRETO Nº 321/2014

Cria faixa de pedestre elevada e da outras providencias.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - SC, no uso de suas atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, e,

Considerando, art. 24 da lei 9503/97;

Considerando, resolução CONTRAN 495/14;

Considerando a verificação do departamento de trânsito e rodoviário do município de xaxim, onde se constatou a necessidade de implantar faixas de segurança para a travessia de pedestres de modo elevado.

DECRETA:

Art. 1º. Cria faixa de pedestre elevada, nos seguintes locais:

I - Av. Luiz Lunardi, 1715, em frente ao cemitério municipal frei Plácido.

II - Rua Joao Lunardi, 1126, em frente E.E.B. Gomes Carneiro.

III - Rua farrapos, 1909, em frente E.B.M. Ari Moacir Lunardi.

Art. 2º. O poder executivo fica encarregado de promover a sinalização no local conforme normas de trânsito, assim como oficial os órgãos competentes sobre a referida alteração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrario.

Xaxim (SC), 04 de julho de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município

Decreto 320/2014 Cria Estacionamento Oblíquos

DECRETO Nº 320/2014

Cria estacionamentos oblíquos a 60º da outras providencias.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - SC, no uso de suas atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, e,

Considerando, art. 24 da lei 9503/97,

Considerando a verificação pelo departamento de trânsito e rodoviário da Prefeitura Municipal de Xaxim, onde se deparou com a necessidade de adotar medias a fim de ocupar melhor os espaços destinados a circulação, parada, estacionamento.

DECRETA:

Art. 1º. Cria estacionamento oblquo a 60º nas seguintes ruas e trechos;

I - Rua Rui Barbosa em toda sua extensão no sentido Rua André Lunardi até a Rua Santo Antônio,

II - Rua 10 de novembro no trecho e sentido compreendido entre a Rua Pedro Lunardi ate a Rua Candido Teston,

III - Rua Joao Lunardi no trecho e sentido compreendido entre a Rua 10 de novembro ate a Rua André Lunardi,
IV - Rua Candido Teston no trecho e sentido compreendido entre a Rua André Lunardi ate a Rua Rio Grande.

Art. 2º. Para quem transita no sentido indicado no artigo anterior no trecho indicado o estacionamento a 60º estará à direita.

Art. 3º. O poder executivo fica encarregado de promover a sinalização no local conforme normas de trânsito, assim como oficial os órgãos competentes sobre a referida alteração.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrario.

Xaxim (SC), 04 de julho de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município

Decreto N 319/2014 Cria Vagas Específicas de Veículos

DECRETO Nº 319/2014

Cria vagas especificas de estacionamento a veículos que transportam pessoas com deficiências de locomoção e da outras providencias.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - SC, no uso de suas atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, e,

Considerando, art. 24 da lei 9503/97.

Considerando a resolução 302 do CONTRAN;

Considerando a resolução 304 do CONTRAN;

Considerando a verificação do departamento de trânsito e rodoviário do município de xaxim, onde se constatou a necessidade de adotar medidas a fins de destinar um espaço específico para estacionamento de veículos que transportem portadores de deficiência física ou com dificuldade de locomoção.

DECRETA:

Art. 1º. Cria vagas especificas utilizada exclusivamente por veículos que transportem pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção, nos seguintes locais:

I - Rua Vista Alegre, 48, ao lado da caixa econômica federal.

II - Rua Rio grande, 653, enfrente a câmara de vereadores.

III - Rua Rui Barbosa, 312, em frente à secretaria da fazenda.

IV - Rua Duque de Caxias, 281, ao lado da Cresol.

V - Av. Plinio Arlindo de Nes, 1239, em frente ao banco do brasil.

VI - Rua Rui Barbosa, 358, em frente ao Fórum.

Art. 2º. O poder executivo fica encarregado de promover a sinalização no local conforme normas de trânsito, assim como oficial os órgãos competentes sobre a referida alteração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrario.

Xaxim (SC), 04 de julho de 2014

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Decreto 318/2014 Cria Vagas Específicas de Estacionamento

DECRETO Nº 318/2014

Cria vagas específicas de estacionamento curta duração e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - SC, no uso de suas atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, e,

Considerando, art. 24 da lei 9503/97.

Considerando a resolução 302 do CONTRAN.

Considerando a verificação do departamento de trânsito e rodoviário do município de xaxim, onde se constatou a necessidade de adotar medidas a fins de destinar um espaço específico para estacionamento curta duração.

DECRETA:

Art. 1º. Cria vagas específicas para estacionamento de curta duração, nos seguintes locais:

- I - Rua 10 de novembro, 1384, em frente Farmácia Globo.
- II - Rua André Lunardi, 811, em frente Farmácia do Povo.
- III - Rua André Lunardi, 1345, em frente Farmácia Farmagnus.
- IV - Rua André Lunardi, 1292, em frente ao Policenter.
- V - Av. Plínio Arlindo de Nes, 762, em frente Farmácia Preço Popular.
- VI - Av. Plínio Arlindo de Nes, 931, em frente Farmácia Farmais.
- VII - Av. Plínio Arlindo de Nes, 1252, em frente Farmácia São Luiz.
- VIII - Av. Plínio Arlindo de Nes, 1496, em frente Farmácia Megafarma.
- IX - Av. Plínio Arlindo de Nes, 1372, em frente Farmácia Droga Center.
- X - Av. Plínio Arlindo de Nes, 1125, em frente a Líder Farma.
- XI - Av. Plínio Arlindo de Nes, 983, em frente Farmácia São Miguel.
- XII - Av. Plínio Arlindo de Nes, 1224, em frente Farma e Farma Popular.
- XIII - Av. Luiz Lunardi, 717, em frente Farmácia Frei Bruno.
- XIV - Av. Luiz Lunardi, 590, em frente Farmácia Municipal.
- XV - Av. Luiz Lunardi, 610, em frente Farmácia Hermética.
- XVI - Av. Luiz Lunardi, 278, em frente à Escola Básica Municipal Dom Bosco.
- XVII - Rua Antônio Lunardi, 233, em frente Farmácia Biofarma.
- XVIII - Av. Giacomo Lunardi, 360, em frente Farmácia Alvorada.
- XIX - Av. Giacomo Lunardi, 622, em frente Farmácia Zanela.

Art. 2º. O poder executivo fica encarregado de promover a sinalização no local conforme normas de trânsito, assim como oficiar os órgãos competentes sobre a referida alteração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim (SC), 04 de julho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador-geral do Município

Decreto 317/2014 Cria Vagas Específicas

DECRETO Nº 317/2014

Cria vagas específicas de estacionamento para operação de carga e descarga dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - SC, no uso de suas atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, e,

Considerando, art. 24 da lei 9503/97.

Considerando a resolução 302 do CONTRAN;

Considerando a verificação do departamento de trânsito e rodoviário do município de xaxim, onde se constatou a necessidade de adotar medidas a fins de destinar um espaço específico para estacionamento de veículos em operação de carga ou descarga.

DECRETA:

Art. 1º. Cria vagas específicas utilizada exclusivamente por veículos que para operação carga e descarga, nos seguintes locais:

I - Rua 10 de novembro, 1142, ao lado da ferragem Bianchi.

II - Rua Rio grande, 838, ao lado da agropecuária alfa.

III - Rua Rui Barbosa, 73, próximo a Bial informática.

IV - Rua André Lunardi, 755, em frente ao mercado Lange.

V - Av. Plínio Arlindo de Nes, 1334, em frente ao Correio.

VI - Av. Plínio Arlindo de Nes, 1045, em frente a Duda fotografias.

VII - Av. Luiz Lunardi, 503, em frente a Fantástico moveis.

Art. 2º. O poder executivo fica encarregado de promover a sinalização no local conforme normas de trânsito, assim como oficiar os órgãos competentes sobre a referida alteração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim (SC), 04 de julho de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Decreto 324/2014

DECRETO Nº 324/2014

Cria vagas específicas de estacionamento a veículos que transportam idosos e da outras providencias.

DACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - SC, no uso de suas atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, e,

Considerando, art. 24 da lei 9503/97;

Considerando, a resolução 302 do CONTRAN;

Considerando, a resolução 303 do CONTRAN;

Considerando, a verificação do departamento de trânsito e rodoviário do município de xaxim, onde se constatou a necessidade de adotar medidas a fins de destinar um espaço específico para estacionamento de veículos que transportem idosos,

DECRETA:

Art. 1º. Cria vagas específicas utilizada exclusivamente por veículos que transportem idosos, nos seguintes locais:

I - Rua Vista Alegre, 48, ao lado da Caixa Econômica Federal.

II - Rua Rio grande, ao lado do Banco do Brasil.

III - Rua Rui Barbosa, 5, em frente ao bazar Camila.
IV - Rua André Lunardi, em frente à residência nº1311.
V - Av. Plínio Arlindo de Nes, 1457, próximo à lotérica Momoli.
VI - Av. Plínio Arlindo de Nes, 780, em frente à loja Neri calçados.
VII - Av. Luiz Lunardi, ao lado da Prefeitura de Xaxim - SC
VIII - Rua Travessa Independência, 162, ao lado da farmácia municipal.
IX - Rua Travessa Independência, 103, próximo do centro de atendimento ao condutor de Xaxim.

Art. 2º. O poder executivo fica encarregado de promover a sinalização no local conforme normas de trânsito, assim como oficial os órgãos competentes sobre a referida alteração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim (SC), 04 de julho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Decreto 323/2014 Cria Sentido Único

DECRETO Nº 323/2014
Cria sentido único de circulação e outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - SC, no uso de suas atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, e,

Considerando, art. 24 da lei 9503/97;

Considerando a verificação do departamento de trânsito e rodoviário do município de xaxim, onde se constatou a necessidade de adotar medidas a fim de garantir a segurança dos usuários da via e melhor circulação constatou a necessidade de criar sentido único de circulação.

DECRETA:

Art. 1º. Cria sentido único de circulação, nos seguintes locais, trechos e sentidos:

I - Rua Avelino Piana, no trecho entre a Rua Rui Barbosa até a Rua 10 de novembro, com sentido de circulação Rua Rui Barbosa em direção Rua 10 de novembro.

II - Rua Santo Honório Savaris, no trecho entre Av. Giacomo Lunardi até entroncamento com a Rua Adolfo Lunardi, com sentido de circulação av. Giacomo Lunardi em direção Rua Adolfo Lunardi.

Art. 2º. O poder executivo fica encarregado de promover a sinalização no local conforme normas de trânsito, assim como oficial os órgãos competentes sobre a referida alteração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim (SC), 04 de julho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Decreto 322/2014 Determina Localização de Redutores

DECRETO Nº 322/2014

Determina a localização de redutores físicos de velocidade (lombada) e da outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - SC, no uso de suas atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, e,

Considerando, art. 24 da lei 9503/97;

Considerando a resolução 39 do CONTRAN;

Considerando a resolução 336 do CONTRAN;

Considerando a verificação do departamento de trânsito e rodoviário do município de xaxim, onde se constatou a necessidade de adotar medidas a fim de reduzir velocidade em via pública,

DECRETA:

Art. 1º. Determina a localização de redutores físicos de velocidade, nos seguintes locais:

- I - Rua Farrapos, 946.
- II - Rua Farrapos, 1456.
- III - Rua Joao Inácio, 283.
- IV - Rua Joao Inácio, 170.
- V - Rua André Lunardi, 114.
- VI - Rua 10 de novembro, 1696.
- VII - Rua 10 de novembro, 76.
- VIII - Rua germano morais, Sem Numero.
- IX - Rua Ricardo Panizzi, 1391.
- X - Rua Independência, 1394.
- XI - Rua Antônio Lunardi, 652.
- XII - Rua Irineu Bornhausen, 810.
- XIII - Rua Antonio Dalla Rosa, 228.
- XIV - Vila diadema, 808, próximo a escola.

Art. 2º. O poder executivo fica encarregado de promover a sinalização no local conforme as normas de trânsito, assim como oficial os órgãos competentes sobre a referida alteração.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim (SC), 04 de julho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município

Decreto 327

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM
DECRETO 327/2013

Determina a suspensão de contratar com o Município de Xaxim, pelo prazo de 2 (dois) anos e declara inidônea a empresa Telecopy Equipamentos LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.303.600/0001-80, estabelecida na Av. Sete de Setembro, 662, Centro, Maravilha-SC, e dá outras providências.

Idacir Antônio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, conforme inciso VI, do art. 66 e, em conformidade com a Lei 8.666/93;

Considerando que o recurso administrativo interposto é tempestivo, haja vista o prazo ter iniciado em 4 de julho e haver o protocolo do inconformismo no dia 8 de julho do corrente ano;

Considerando que havendo a decisão da comissão processante, cabe ao gestor analisá-lo;

Considerando que em homenagem ao princípio da eficiência, o atraso de 33 dias na entrega dos itens, gera prejuízo aos beneficiários de tais, mesmo que de forma presumida;

Considerando que não houve impugnação ao edital quanto a certificação do IMETRO, detalhe já do conhecimento da Recorrente, a pelo menos mais de três anos, sendo sínica a alegação de que a Recorrente foi induzida a cotar preso inferior;

Considerando que sequer houve demonstrativo financeiro justificado quanto ao necessário reajuste de 25% sob o valor inicial;

Considerando que, salvo entendimento contrário, os e-mail de fls. 11/12 verso, demonstram a nítida intenção de enriquecimento ilícito;

Considerando que, o atraso na entrega e a tentativa de locupletar-se indevidamente, não ensejam necessariamente aplicação da penalidade de multa;

Considerando que, já constam da decisão o motivo da aceitação da mercadoria e pela não rescisão do contrato, mesmo que entregue com atraso;

Considerando que foram respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, e os supra princípios da razoabilidade e da proporcionalidade;

Considerando que, se o fornecedor da mercadoria não fabricaria mais a mesma sem a certificação do IMETRO, deveria a recorrente ter ciência de tal óbice antes mesmo de participar da Licitação;

E considerando que, conforme fls. 41, 42, 49 e 50, a mercadoria só foi entregue apenas após a Recorrente ter tomado ciência do Processo Administrativo;

DECRETA:

Art. 1º. A Empresa Telecopy Equipamentos LTDA, CNPJ sob o nº 04.303.600/0001-80, fica suspensa de licitar e contratar com o Ente Público Municipal, pelo prazo de 2 (dois) anos, conforme o apurado em Processo Administrativo (Portaria 942/2014), e com fulcro no inciso III, do art. 87, da Lei 8.666/93, e conforme cláusula oitava do contrato nº 081/2014;

Art. 2º. Declara-se inidônea a empresa Telecopy Equipamentos LTDA, conforme o apurado em Processo Administrativo (Portaria 942/2014), e com fulcro no inciso IV, do art. 87, da Lei 8.666/93 e conforme cláusula oitava do contrato nº 081/2014;

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

R. P. e I, inclusive, realizando o devido comunicado ao TCE/SC.

Gabinete do Prefeito em 09 de Julho de 2014.

IdacirAntonioOrso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo VeriatoMorás
Secretário Municipal de Administração

RUA RUI BARBOSA, Nº 347 / FONE (49) 3353-8200 / CNPJ 82.854.670/0001-30 / CEP 89825-000

Conclusão

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

DECISÃO

(Proc. Adm. Portaria nº 942/2014).

Por meio desta, decido à respeito da aplicação da Penalização da empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.303.600/0001-80, em processo administrativo - Portaria nº 942, com fundamento no art. 109, § 4º, parte final, pelos fatos e fundamentos que seguem:

Considerando que o recurso administrativo interposto é tempestivo, haja vista o prazo ter iniciado em 4 de julho e haver o protocolo do inconformismo no dia 8 de julho do corrente ano;

Considerando que havendo a decisão da comissão processante, cabe ao Gestor analisá-lo;

Considerando que em homenagem ao princípio da eficiência, o atraso de 33 (trinta e três) dias na entrega dos itens, gera prejuízo aos beneficiários de tais (crianças), mesmo que de forma presumida;

Considerando que não houve impugnação ao edital quanto à certificação do INMETRO, detalhe já do conhecimento da Recorrente, há pelo menos mais de três anos, sendo sínica a alegação de que a Recorrente foi induzida a cotar preço inferior;

Considerando sequer ter havido demonstrativo financeiro justificado quanto ao necessário reajuste de 25% (vinte e cinco por cento) sob o valor inicial;

Considerando que, salvo entendimento contrário, os e-mail de fls. 11/12-v, demonstram a nítida intenção de enriquecimento ilícito, em detrimento do erário público;

Considerando que, o atraso na entrega e a tentativa de locupletar-se indevidamente, não ensejam necessariamente aplicação da penalidade de multa;

Considerando que, já constam da decisão o motivo da aceitação da mercadoria e pela não rescisão do contrato, mesmo que entregue com atraso;

Considerando que foram respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, e os supraprincípios da razoabilidade e da proporcionalidade;

Considerando que, se o fornecedor da mercadoria não fabricava mais a mesma sem a certificação do INMETRO, deveria a recorrente ter ciência de tal óbice antes mesmo de participar da Licitação; e,

Considerando o constante de fls. 41, 42, 49 e 50, onde a mercadoria só foi entregue apenas após a Recorrente ter tomado ciência do Processo Administrativo;

RESOLVE-SE MANTER INCÓLUME A DECISÃO EXARADA PELA

COMISSÃO PROCESSANTE.

Conforme já mencionado na parte final da alínea "d", da conclusão da comissão, e também requerido pela Recorrente, encaminhe-se cópia do Procedimento ao Ministério Público da Comarca, para, caso entenda, tome as providências cabíveis.

Gabinete do Prefeito, em 9 de Julho de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

RUA RUI BARBOSA, Nº 347 / FONE (49) 3353-8200 / CNPJ
82.854.670/0001-30 / CEP 89825-000

Consórcios

ARIS

Deliberação Nº 011/2014

DELIBERAÇÃO N. 011/2014

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados no Município de Penha/SC.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício 042/2014, de 15 de maio de 2014, no qual o município requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e considerando as JUSTIFICATIVAS apresentadas em anexo ao procedimento administrativo n. 111/2014 vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 8,5458%, conforme índice identificado no parecer da Diretoria de Regulação da ARIS, anexo ao procedimento administrativo n. 111/2014.
2. Fica também definido ao prestador, que implemente os preços públicos pelos serviços prestados por solicitação do usuário;
3. Os novos valores de tarifa e preços públicos terão vigência a partir de 30 (trinta) dias contados desta deliberação.
4. A veiculação do comunicado de reajuste deve se dar no mínimo, em jornal de circulação corrente no município, em rádio e site do prestador.
5. O prestador deve encaminhar a esta agência, cópia da nova tabela tarifária de água e esgoto, cópia da publicação em jornal de veiculação no município.

Florianópolis, 09 de julho de 2014.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARISCIGA

Extrato Contrato 301 - PGT - Jaborá

Extrato de Contrato nº 301/2014

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Jaborá

CONTRATANTE: Município de Jaborá

CNPJ: 82.939.463/0001-88

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 115/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de

2014.

Florianópolis, 01 de julho de 2014.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 308 - PGT - Mirim Doce

Extrato de Contrato nº 308/2014

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Mirim Doce

CONTRATANTE: Município de Mirim Doce

CNPJ: 95.952.248/0001-69

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 73/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 07 de julho de 2014.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIS NORDESTE**Dispensa Licitação Nº 008/2014**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2014

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 059/2014

Contratante: CISNORDESTE/SC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina.

Contratada: PRINZ TRANSPORTE E TURISMO LTDA. ME (CNPJ 09.537.042/0001-30)

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de deslocamento da Diretora Executiva e Coordenadora (veículo + motorista), para proferir uma palestra aos farmacêuticos da Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica da CIR Planalto Norte acerca do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC. Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais)

Data do Contrato: 03 de julho de 2014.

Mário Fernando Reinke

Prefeito Municipal de Massaranduba

Presidente do CISNORDESTE/SC

Contratante

CIS/AMURES**Portaria Nº 07/2014**

Consórcio Intermunicipal de Saúde - Micro Região da AMURES

Rua: João de Castro, 367 - Centro - CEP: 88501-160 - Lages - SC

- Fone: (49) 3251-3700

CNPJ nº 07.383.800/0001-88

e-mail: cisamures@hotmail.com

e-mail: consorcioamures@gmail.com site: www.cisamures.blogspot.com

PORTARIA Nº 07 / 2014

ADESÃO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AO PROGRAMA DE CULTURA DO TRABALHADOR - VALE CULTURA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, Sr. Luiz Carlos Schmuler, no uso de suas atribuições legais, constantes da Cláusula Vigésima Sexta, do Contrato de Consórcio Público, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE:

Art. 1º Aderir Programa de Cultura do Trabalhador - vale-cultura instituído pela Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, regulamentada pelo Decreto 8084 DE 26 de agosto de 2013, incluindo o Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS/AMURES como empresa beneficiária do programa.

Parágrafo único: A adesão e operacionalização deverá seguir os ditames previstos no Decreto 8084 DE 26 de agosto de 2013, e legislação atinente ao caso.

Art. 2º O vale-cultura será oferecido ao trabalhador com vínculo empregatício com o Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS/AMURES e que perceba até cinco salários mínimos mensais,

§ 1º. O fornecimento do vale-cultura dependerá de prévia aceitação pelo trabalhador, manifestando seu interesse em formulário próprio, que depois de preenchido e assinado, deve encaminhá-lo ao Coordenador Administrativo Financeiro.

§ 2º. O trabalhador poderá reconsiderar, a qualquer tempo, a sua decisão sobre o recebimento do vale-cultura, devendo comunicar

de imediato o Coordenador Administrativo Financeiro da Consórcio Intermunicipal de Saúde CIS/AMURES.

§ 3º De acordo com o programa aos trabalhadores que aderirem será fornecido um crédito no valor de R\$ 50 mensais, para acesso a serviços e produtos culturais nas áreas de artes visuais; artes cênicas; audiovisual; literatura, humanidades e informação; música; e patrimônio cultural.

§ 4º Ao aderir o programa o trabalhador autoriza o desconto de seu salário dos valores abaixo de acordo com sua faixa salarial:

Até 1 salário mensal - desconto de R\$1,00 (um real).

Acima de 1 e até 2 salários mensais - desconto de R\$2,00 (dois reais).

Acima de 2 até 3 salários mensais - desconto de R\$3,00 (três reais).

Acima de 3 até 4 salários mensais - desconto de R\$4,00 (quatro reais).

Acima de 4 até 5 salários mensais - desconto de R\$5,00 (cinco reais).

Art. 3º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 09 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS SCHMULER

PRESIDENTE DO CIS/AMURES

Municípios que integram o CIS - AMURES:

Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Paim; Palmeira; Ponte Alta do Sul; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema e Vargem.